

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

MACSUELBER DE CÁSSIO BARROS DA CUNHA

**A CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE AUGUSTO E DO TEMPLO DE
MARS ULTOR E A OBRA DE VITRÚVIO: REPENSANDO A
AEMULATIO DOS CÂNONES ARQUITETÔNICOS GREGOS NO
PERÍODO AUGUSTANO (SÉC. I A.C/I D.C)**

Abril de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

MACSUELBER DE CÁSSIO BARROS DA CUNHA

**A CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE AUGUSTO E DO TEMPLO DE
MARS ULTOR E A OBRA DE VITRÚVIO: REPENSANDO A
AEMULATIO DOS CÂNONES ARQUITETÔNICOS GREGOS NO
PERÍODO AUGUSTANO (SÉC. I A.C/I D.C)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientadora: Professora Doutora Luciane Munhoz de Omena

Abril de 2014

C972c Cunha, Macsuelber de Cássio Barros

A construção do Fórum de Augusto e o templo de Mars Ultor e a obra de Vitrúvio [manuscrito]: repensando a aemulatio dos cânones arquitetônicos gregos no período augustano (séc. I A.C/I D.C) / Macsuelber de Cássio Barros da Cunha. – Goiânia, 2014.

185 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2014.

“Orientador: Profª Draª Luciane Munhoz de Omena”

1. Arquitetura. 2. Arquitetura romana. 3. Arquitetura religiosa. I. Universidade Federal de Goiás. II. Omena, Luciane Munhoz. III. Título.

CDU: 726 (37) (043)

MACSUELBER DE CÁSSIO BARROS DA CUNHA

A CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE AUGUSTO E DO TEMPLO DE *MARS ULTOR* E
A OBRA DE VITRÚVIO: REPENSANDO A *AEMULATIO* DOS CÂNONES
ARQUITETÔNICOS GREGOS NO PERÍODO AUGUSTANO (SÉC. I A.C/I D.C)

Dissertação defendida no curso de Mestrado em História na Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em __/__/2014, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Doutora Luciane Munhoz de Omena – UFG
Presidente

Professora Doutora Cláudia Beltrão da Rosa – UNIRIO
Membro

Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves – UFG
Membro

Professora Doutora Norma Musco Mendes – UFRJ
Suplente

Professora Doutora Adriana Vidotte – UFG
Suplente

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor (a):	Macsuelber de Cássio Barros da Cunha				
E-mail:	macsuelber@hotmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	☒ Sim ☐ Não				
Vínculo empregatício do autor	Não				
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	DF	CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	A construção do Fórum de Augusto e do templo de <i>Mars Ultor</i> e a obra de Vitruvius: repensando a <i>aemulatio</i> dos cânones arquitetônicos gregos no período augustano (séc. I a.C/I d.C)				
Palavras-chave:	<i>De Architectura</i> , Arquitetura Religiosa, Fórum de Augusto e Templo de <i>Mars Ultor</i> .				
Título em outra língua:	The construction of the Forum of Augustus and the temple of Mars Ultor and the work of Vitruvius: rethinking the <i>aemulatio</i> of the Greek architectural canons in the Augustan Age (I B.C/I A.D)				
Palavras-chave em outra língua:	<i>De Architectura</i> , Religious Architecture, Forum of Augustus and Temple of <i>Mars Ultor</i> .				
Area de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades				
Data defesa:	22/04/2014				
Programa de Pós-Graduação:	História				
Orientador (a):	Luciane Munhoz de Omena				
E-mail:					
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ ☒ total ☐ parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

☐ Capítulos. Especifique: _____

☐ Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado as condições necessárias para desenvolver e concluir este trabalho.

Agradeço imensamente à querida Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves, que tem me auxiliado e orientado minhas pesquisas acadêmicas desde a graduação, sinalizando, com seu enorme conhecimento, o caminho que deveria trilhar para conquistar os objetivos almejados nesta pesquisa e que além de dispor de seus próprios recursos para a aquisição de livros que muito me auxiliaram, sempre dispôs, com alegria e atenção, do seu tempo para conversas, conselhos e esclarecimentos de dúvidas. Dedico a ela minha eterna gratidão.

Agradeço à Professora Doutora Luciane Munhoz de Omena pelo carinho com que aceitou acompanhar meu trabalho, pelo incentivo e atenção a mim dedicada, pela leitura atenta e pelas preciosas dicas e sugestões que muito me auxiliaram na conclusão desta dissertação. Ela foi de fundamental importância, sem a qual não teria conseguido desenvolver tal trabalho junto ao Programa de Pós-Graduação em História.

Agradeço à Professora Doutora Claudia Beltrão da Rosa pela atenção e interesse com que leu meu trabalho, pelas críticas construtivas, dicas, sugestões e contribuições que proferiu durante a qualificação, bem como pelo carinho e atenção com que me enviou importantes textos que muito enriqueceram o conteúdo da minha dissertação e foram de grande ajuda para a conclusão da mesma.

À Professora Doutora Heloisa Selma F. Capel, quem me apresentou a obra de Vitruvius pela primeira vez. Às Professoras Doutoras Armênia Maria de Souza e Dulce Oliveira Amarante dos Santos pelos preciosos ensinamentos e pela atenção e carinho a mim dispensados.

Agradeço ao amigo Rodrigo Santos Monteiro Oliveira, quem me incentivou a apresentar meu primeiro trabalho em um evento e à amiga Daniela Cristina Pacheco com quem escrevi algumas comunicações.

Aos colegas Thiago Eustáquio, Alice Souza, Wendryll José, Mariana Carrijo, Erick Otto, Suiany Bueno, Lorena Martins, Hugo David, Maicon Camargo, que em algum momento e de alguma forma me ajudaram, seja com conselhos, sugestões, indicações de leituras, incentivo ou por meios de conversas informais. Meu muito obrigado a todos.

Agradeço a todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFG, pelo empenho e atenção com que trabalham, e em especial ao Marco Aurélio e à Daiany Alves que sempre me receberam com atenção na secretaria do programa.

Agradeço de todo o coração à minha família pelo incentivo, carinho e paciência que sempre demonstraram para mim e em especial à minha mãe Maria Margareth Barros Cunha, grande incentivadora do meu trabalho e um exemplo de mulher e mãe, que com seu amor incondicional e sua autoridade moral me instruiu e educou não só com palavras, mas principalmente através de seus exemplos. Dedico a ela meu amor e gratidão eterna.

Agradeço por fim à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa através da Bolsa de Demanda Social.

RESUMO

Único tratado sobre arquitetura a chegar aos nossos dias praticamente completo, o *De Architectura*, de Vitrúvio, figura de grande importância para o estudo da arquitetura romana. Escrita e publicada no momento de transição entre a República, enquanto forma de governo, e o que ficou conhecido como Principado, tal obra possui uma forte ligação com o contexto ao qual pertence, se vinculando de modo perceptível à política construtiva de Otávio Augusto, para quem a obra é dedicada. Este Imperador empreendeu uma profunda transformação na paisagem arquitetônica de Roma, tornando-a digna de ser a capital do Império. Em sua política de valorização e restauração do *mos maiorum* e da moral e de sua atenção à religião, ele demonstrou grande esforço na restauração e construção de templos por toda Roma. Sendo este ponto de convergência, entre arquitetura e religião, sobre o qual nos debruçamos neste trabalho, quando analisamos de que modo Vitruvius, em sua obra, e Augusto, em suas construções, se apropriaram de um referencial arquitetônico e imagético grego, compartilhando assim um imaginário arquitetônico. Para tanto, analisamos uma das construções deste *Princeps*, seu Fórum juntamente com o templo de *Mars Ultor*, de modo a perceber a utilização deste referencial, bem como demonstrando em que medida tais construções tinham a função de perpetuar a memória. Tal análise se faz tendo o *De Architectura* como norteador.

Palavras Chave: *De Architectura*, Arquitetura Religiosa, Fórum de Augusto e Templo de *Mars Ultor*.

ABSTRACT

The only treatise on architecture which reached our days, almost complete, the *De Architectura* of Vitruvius, holds a great importance for the study of Roman architecture. Written and published at the time of transition between the Republic, as a form of government, and what became known as the Principate, this work has a strong connection with the context to which it belongs, linking itself noticeably to the constructive policy of Octavian Augustus, to whom the work is dedicated. This Emperor performed a profound transformation in the architectural landscape of Rome, making it worthy of being the capital of the Empire. In his recovery policy and restoration of the *mos maiorum* and morals and his attention to religion, he showed great effort in restoring and building temples throughout Rome. It is on this point of convergence, between architecture and religion, which we concentrate our attention in this work, when we analyze how Vitruvius, in his work, and Augustus, in his buildings, appropriated of a Greek architectural referential and of a Greek imagetic referential, thus sharing an architectural imaginary. To this end, we analyze one of the buildings of this *Princeps*, his Forum with the Temple of *Mars Ultor*, in order to realize the use of this referential as well as demonstrating how such constructions had the task of perpetuating the memory. This analysis is done with the *De Architectura* as a guide.

Keywords: *De Architectura*, Religious Architecture, Forum of Augustus and Temple of *Mars Ultor*.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE IMAGENS	09
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - OTÁVIO AUGUSTO: O CONSTRUTOR DO PRINCIPADO	19
1.1. O prenúncio da grandiosidade arquitetônica: Das incertezas de 44 a.C. à vitória de 31 a.C.	21
1.2. A utilização da arquitetura por Otaviano na construção do Principado	35
1.3. Um governo augusto: Religião e moral em lugar de destaque	48
CAPÍTULO 2 - VITRÚVIO E O <i>DE ARCHITECTURA</i> : A IMPORTÂNCIA DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS PARA O ENGRANDECIMENTO DA <i>URBS</i>	65
2.1. Vitrúvio e a escrita do <i>De Architectura</i> : Um preceituário para um bom construtor	66
2.2. Augusto e Vitrúvio: O <i>senhor do mundo</i> e um arquiteto possível	81
2.3. A arquitetura e a Urbs	92
CAPÍTULO 3 - O FÓRUM DE AUGUSTO E O TEMPLO DE MARTE VINGADOR	109
3.1. A construção de templos e fóruns de acordo com as recomendações de Vitrúvio	110
3.2. O uso de um referencial grego na construção do Fórum de Augusto e do Templo de <i>Mars Ultor</i>	123
3.3. Augusto e Vitrúvio: perpetuação pela memória	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	171

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Mapa de Roma no período de Augusto	171
Imagem 02	Fóruns	172
Imagem 03	Mapa com as 14 Regiões de Roma	173
Imagem 04	Tipologia de templos e intercolúnios	174
Imagem 05	Templo de <i>Venus Genetrix</i> no Fórum de Cesar	175
Imagem 06	Fórum de Augusto	176
Imagem 07	Reconstituição do Templo de <i>Mars Ultor</i>	177
Imagem 08	Relevo representando o Frontão do templo de Marte Vingador	178
Imagem 09	Templo de <i>Mars Ultor</i>	179
Imagem 10	Cariátides e escudo do Fórum de Augusto	180
Imagem 11	Reconstituição da estátua de Atenas, de Fídias	181
Imagem 12	Cópia da estátua de Marte	182
Imagem 13	Templo Erecteion de Atenas	183
Imagem 14	Reconstituição de pórtico com os <i>summi uiri</i>	184
Imagem 15	Ruínas de uma das êxedras do Fórum de Augusto	185

INTRODUÇÃO

Durante todo o período escolar, sempre possuímos um interesse maior nos assuntos relacionados ao mundo antigo, que desde sempre nos fascinou e encantou. Ao adentrar na vida acadêmica, esse interesse aumentou ainda mais e era com verdadeiro deleite que assistíamos às aulas de História Antiga, visto que diante de nossos olhos se desvelavam aspectos e conhecimentos referentes às sociedades antigas que eram por nós desconhecidos até então. Civilizações grandiosas eram apresentadas a nossa turma em pormenores que nós sequer imaginávamos. Porém, com as atribulações dos anos iniciais de faculdade, tivemos que deixar de lado por um tempo o nosso interesse pelo mundo antigo, que veio a reaparecer novamente no 3º ano de faculdade, quando, por ocasião do estágio supervisionado, tivemos a grata oportunidade de escolher um tema do nosso interesse para trabalhar com as turmas de nossa escola-campo. Desta forma, escolhemos a mitologia como tema para desenvolver no estágio.

Nesta oportunidade foi iniciado, com maior afinho, o estudo de diversos aspectos relacionados à mitologia grega, de modo a compreender como a mitologia era vista pelos povos gregos e como essa visão foi se modificando ao longo do tempo. Além disso, era necessário que nós preparássemos, nesta nossa primeira experiência como estagiários, uma aula-oficina para ministrar para os alunos. A turma que nos foi designada era a de *Edificações* do 1º ano, no IFG.

Para que a aula despertasse ainda mais o interesse dos alunos, foi decidido que a mesma deveria mesclar três pontos fulcrais: o tema que eles estavam estudando (que à época era sobre a Grécia); o tema proposto para nós estagiários (ou seja, sobre mitologia); e principalmente algo que fosse do interesse da turma. Como se tratava de uma turma de *Edificações*, decidimos tratar sobre a mitologia grega e sua relação com a religião, dando uma ênfase maior ao local onde essa relação se materializava de modo mais tangível, ou seja, o templo. O objetivo era tratar da relação entre mitologia e religião, tendo como ponto de partida a arquitetura religiosa. Nesta ocasião, nossa professora de estágio apresentou-nos o *De Architectura*, de Vitruvius, que se figurou como uma fonte de inestimável valor para o trabalho que nos propusemos realizar.

Neste mesmo ano, aproveitamos as pesquisas bibliográficas realizadas para o trabalho no estágio, bem como nossas primárias análises da fonte e, com o incentivo de amigos e a orientação de mestres, produzimos nosso primeiro trabalho enquanto pesquisadores, trabalho este que foi apresentado em um congresso realizado nas

dependências da Faculdade. A partir daí demos continuidade às pesquisas, levando este tema para o Mestrado, que agora culmina neste trabalho que ora apresentamos à banca.

A partir deste interesse inicial pela religião, mitologia e arquitetura gregas, passamos a nos interessar em como muitas das características aí presentes chegaram a Roma, principalmente em como estes aspectos se desenvolveram no Principado de Otávio Augusto, visto que é a este Imperador que o *De Architectura* é dedicado. Além disso, o fato de Vitrúvio dedicar dois livros de sua obra para tratar sobre a arquitetura religiosa é, por si só, bastante instigante; sem falar da forma como a escrita desta obra se relaciona com a política de construção e reconstrução da paisagem urbanística de Roma sob o governo de Augusto, que se utilizou da restauração religiosa como uma das principais estratégias políticas de seu Principado. Em virtude disto, ou seja, desta estreita relação entre o *De Architectura* e Augusto, o nosso trabalho tem este Imperador como figura central, a partir do qual analisamos a temática da arquitetura, e em especial da arquitetura religiosa, de modo tal que é perceptível ao longo das páginas que se seguem certo entusiasmo de nossa parte pela política construtiva de Augusto, que provocou uma profunda transformação arquitetônica e urbanística em Roma, adornando-a, da melhor forma possível, com a “egrégia autoridade dos edifícios públicos”, como bem afirma Vitruvius no prefácio de sua obra (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 2).

É sabido que a religião é um aspecto de extrema importância nos estudos referentes à Antiguidade, pois através dela os indivíduos se posicionavam na sociedade e estabeleciam relações com deuses e com outros homens. Roma não escapou à regra e possuía na religião uma potência norteadora da vida e dos atos de seus cidadãos, sempre em busca da paz com os deuses (*pax deorum*). No entanto, falar em “religião romana” é falar de uma vasta categoria, que compreende diferentes elementos e um enorme número de instituições, crenças, ritos, mitos e práticas religiosas. De modo que nossa atenção neste trabalho está voltada para aquilo que pode ser designado como religião “oficial” da cidade de Roma, ou seja, quando tratamos acerca desta temática nos utilizando da expressão “religião romana”, estamos aludindo às crenças, ritos, mitos e práticas religiosas que eram compartilhadas por um grande número de indivíduos e que estavam presentes no dia a dia das pessoas, enquanto religião “oficial”. E dentro deste grande tema fazemos ainda outro recorte, focando principalmente no período de Augusto e na relação entre religião e arquitetura. Nesta perspectiva, o templo na Antiguidade desempenhava um importante papel nas atividades religiosas

desenvolvidas por estes indivíduos, sendo a moradia das divindades, ali presentes através de suas estátuas cultuais. Tais estátuas, mais comumente denominadas de *simulacra*, não apenas representavam os deuses e deusas, como eram vistas como as próprias divindades materializadas, sendo este, talvez, um dos pontos que mais distingue a noção de templo que possuímos na atualidade daquela compartilhada pelos antigos, pois devido ao fato de ser a moradia das divindades, os templos estavam envoltos em uma atmosfera de respeito e sacralidade, sem falar das regras estabelecidas pela sociedade, que limitavam a circulação de pessoas dentro deles, de modo tal que os mesmos não se encontravam abertos aos indivíduos sempre que se quisesse adentrá-lo. O templo materializava de forma significativa o imaginário da sociedade que o erigiu, possuindo estreita relação com a religião, as crenças e os mitos da mesma. Além disso, a construção de templos estava diretamente ligada a estratégias políticas, que visavam, dentre outras coisas, propagar uma imagem positiva e grandiosa da capital imperial, além de contribuir para a formação de um imaginário religioso que ligava os feitos humanos às anuências das potências divinas.

Neste período, assim como ao longo dos tempos, as imagens detinham um grande poder; um poder didático, de convencimento, político, propagandístico, etc. E Augusto soube, melhor que nenhum outro até então, se utilizar deste poder a seu favor, se apropriando de um costume que já estava presente na República (qual seja o de se utilizar da arquitetura e das imagens para ligar o próprio nome a grandes feitos, a deuses, a heróis e assim manter seu nome vivo na memória da posteridade) levando este uso da cultura material a um alto grau de refinamento, grandiosidade e complexidade, de tal modo que sob seu governo Roma atingiu um nível de monumentalidade nunca visto até então, o que fez com que Augusto fosse emulado por muitos outros Imperadores que vieram depois dele.

Uma marca indelével nas obras empreendidas por Otávio Augusto, além de sua inspiração e utilização dos cânones arquitetônicos postulados pelos gregos, foi o modo como ele mesclou tradição e inovação a fim de fazer de Roma uma cidade grandiosa, um modelo que deveria ser imitado, uma verdadeira capital do mundo conhecido. Deste modo, ele desenvolveu um amplo programa de engrandecimento da cidade através da restauração e construção de diversas obras arquitetônicas, em especial da arquitetura religiosa, dedicando, assim, uma atenção especial aos deuses e às tradições dos antigos.

Neste período de intensas construções e reconstruções surgiu o *De Architectura*, de Vitrúvio, um tratado sobre arquitetura de enorme importância para os

estudos sobre a arquitetura romana por ser o único tratado deste tipo que chegou aos dias atuais. Tal obra nos ajuda a compreender algumas das práticas arquitetônicas desenvolvidas por gregos e romanos e possuiu estreita relação com a política empreendida por Augusto, visto que foi dedicada a ele provavelmente em 27 a.C. Não podemos afirmar que Otávio leu a obra; mas a obra reflete alguns princípios arquitetônicos também percebidos em construções elevadas neste período, sejam nas construções feitas por Augusto ou naquelas erguidas em nome dele. Tanto na narrativa de Vitrúvio quanto em algumas destas construções, identificamos concepções partilhadas de como se aproveitar de alguns cânones gregos.

Ao analisar a obra de Vitrúvio nos deparamos com uma infinidade de questões que demandam um estudo mais apurado e que de certa forma vai além de nossas possibilidades, de modo que escolhemos nos debruçar sobre apenas algumas questões centrais que nos possibilitam atingir os objetivos almejados. Sendo assim, dentre as questões que levantamos a partir da obra, podemos elencar as seguintes: Qual a importância da arquitetura religiosa em Roma sob o Principado de Otávio Augusto, que percebeu a importância de reservar para o soberano a tarefa de manter a *pax deorum* por intermédio, entre outras coisas, da construção e reconstrução templária e em que medida esta arquitetura se apropriou dos cânones gregos, mesclando-os a preceitos ligados à tradição romana? Como Vitrúvio trabalha a relação entre memória e arquitetura em sua obra, visto que os templos eram construídos de pedra para durarem infinitamente, e como estes templos poderiam contribuir para a permanência do nome e dos feitos de Augusto na memória dos romanos no final da República e início do Principado?

A partir destes questionamentos, temos como objetivo abordar a relação entre religião e arquitetura, a partir – principalmente, mas não apenas – da análise da obra de Vitrúvio, além de relacionar o uso da arquitetura com certa manutenção e/ou manipulação da memória através do modo como a arquitetura foi utilizada por Augusto para propagar uma imagem de si, na qual ele figurava como descendente de uma linhagem divina e o exemplo máximo a ser seguido, como exemplificamos ao tratar do Fórum de Augusto e do templo de Marte Vingador, já que tais construções do *Princeps* faziam alusões a uma memória a qual ele queria se ligar, bem como buscavam vincular na memória das futuras gerações o nome e os feitos dele. Cremos, e esperamos demonstrar ao longo do trabalho, que tanto a narrativa de Vitrúvio quanto as construções analisadas, permitem perceber a construção de uma memória positiva na/da época de Augusto. Além disso, escrita do *De Architectura* está intrinsecamente ligada

ao seu contexto histórico, se vinculando, por exemplo, à política de restauração religiosa empreendida por Augusto, que incluía a construção e reconstrução de templos, não só em Roma, como também nas províncias, embora nossa atenção esteja voltada para Roma. Com isso, a *Urbs* se tornaria uma cidade especial e monumental, sendo exemplar a frase de Augusto de que a cidade que havia encontrado feita de tijolos teria se tornado de mármore (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus. XXVIII).

Para esta empreitada, Augusto lança mão em grande medida de tudo o que se ligava à tradição dos antigos, dando uma atenção especial aos saberes e ao repertório imagético legados por cidades gregas clássicas, como Atenas, e por cidades helenísticas; sob esta perspectiva percebemos também no relato vitruviano a valorização do passado e principalmente do conhecimento transmitido pelos helenos, de tal forma que as construções de templos deveriam seguir as regras estabelecidas pelos gregos, de modo a chegar o mais perto possível da perfeição. E nesta apropriação e utilização de regras e imagens inspiradas na Grécia, mescladas, em grande medida, com o que estava diretamente ligado à tradição e memória romana, era importante fazer frente às influências por demais orientalizantes, que representavam, segundo se fez crer principalmente a partir da rivalidade entre Otávio contra Cleópatra e Marco Antônio, um perigo para a sociedade romana como um todo.

Convém ressaltar, porém, que em Vitruvius o estabelecimento das regras gregas como modelo, ou seja, com um caráter modular, não se constituía uma simples *imitatio*, mas sim uma *aemulatio*, ou seja, a busca de se igualar e mesmo superar os gregos, promovendo assim uma seleção e adaptação dos modelos destes, de modo a alcançar a solidez, funcionalidade e beleza (*firmitatis, utilitatis, venustatis*), que deveriam estar presentes, segundo Vitruvius, em toda obra arquitetônica (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 3. 2). Deste modo, a arquitetura religiosa estava intimamente ligada à memória, pois além de propor uma releitura dos cânones gregos, estabelecidos pela tradição como parâmetros de civilização, os templos também possuíam imagens com o objetivo de rememorar os feitos de deuses e heróis, que serviam de exemplos e conectavam passado, presente e futuro.

Antes, porém, de nos debruçarmos com maior atenção em nossa análise da obra vitruviana e de algumas construções augustanas, convém pontuarmos os principais conceitos que usamos ao longo do trabalho. Repetidas vezes falamos de uma inspiração e utilização de cânones, imagens e padrões decorativos presentes em cidades gregas e helenísticas, nos utilizando do termo helenização; tal termo para nós significa um

processo pelo qual a cultura helênica se propagou por Roma, de modo que cremos que Roma adotou alguns aspectos da cultura grega dentre uma infinidade de outros, mas que isso não era visto como uma forma de diminuir certa “romanidade” que cada indivíduo julgava possuir dentre uma infinidade de características que poderiam ser consideradas como definidoras de um romano. Dentre estes aspectos culturais, damos uma maior atenção para o que se relaciona com a arquitetura, principalmente a religiosa, visto que Vitrúvio demonstra uma admiração e uma ligação estreita com a teoria construtiva grega e helenística; ligação visível também em alguns dos monumentos augustanos, como é o caso do complexo arquitetônico do Fórum de Augusto, juntamente com o templo de *Mars Ultor*.

A partir deste nosso interesse pela arquitetura e pelas regras construtivas, tais quais Vitrúvio as escreveu, e como podem ser percebidas em algumas construções augustanas, devemos definir que a palavra arquitetura (*architectura*) deriva da palavra grega *architekton*, arquiteto, na qual *archi* significa primeiro, principal, chefe; e *tekton* significa carpinteiro, artífice, construtor. Para Vitrúvio, a arquitetura, uma *ars* romana (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 1), consta de ordenação (*ordinatione*), disposição (*dispositione*), eurtímia (*eurythmia*), comensurabilidade (*symmetria*), decoro (*decor*) e distribuição (*distributione*); e possui três partes distintas: edificação, gnomônica (relacionada à construção de relógios) e mecânica. Vitrúvio confere à arquitetura grega um caráter modular e vê a arquitetura como imitação da natureza e relacionada com o corpo humano, pois estabelece, por exemplo, relações entre as medidas do corpo humano e as medidas do templo, visto que para ele o corpo humano era o grande referencial para se pensar a relação modular de cada parte do templo com relação à sua totalidade. Percebemos também em sua obra um comprometimento com a beleza (*venustatis*), de forma que deixa claro que o arquiteto deveria ter como objetivo a produção de obras belas para o deleite de quem as visse (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 3. 2).

Quanto à religião romana, rigorosamente falando, não havia um equivalente em latim para o que nós chamamos de ‘religião’; para os antigos o termo *religio* designava uma espécie de comportamento, de atenção no devido cumprimento das obrigações para com os deuses. Deste modo, podemos dizer que as diversas crenças, ritos, mitos, práticas e tradições religiosas, compartilhadas por grande parte da população romana, enquanto religião “oficial”, designava uma espécie de comportamento, de atenção no devido cumprimento das obrigações para com os deuses, estabelecendo, assim,

parâmetros para as relações entre os mortais e as divindades. Em suas relações com os deuses e em todos os instantes de sua vida pública, os romanos buscavam a *pax deorum*. A religião romana passou por uma grande restauração sob o governo de Otávio Augusto, restauração não só moral, em busca de reforçar a tradição dos antepassados (*mos maiorum*), como também uma restauração de mais de oitenta templos e construção de outros, que indicavam a riqueza da capital com a construção do Império territorial, bem como a estabilidade trazida pelo governo augustano. Devemos ressaltar que o *mos maiorum*, do qual Augusto fez questão de mostrar-se como um restaurador, pode ser visto, em grande parte, como uma criação feita a partir das tradições ancestrais, de modo que muito do que foi tratado no período como elementos negligenciados pelo povo romano, foram, de fato, construções daquele momento.

Deste modo, Augusto, enquanto restaurador deste *mos maiorum*, demonstrava este seu papel, dentre outras coisas, por meio da arquitetura, que serviu em seu governo de lugar de memória, onde a memória trabalhava a fim de evitar o esquecimento de um passado exemplar e do nome e dos feitos de Augusto. Esta memória, ou melhor, as representações produzidas por Augusto acerca de uma memória que seria compartilhada por uma maioria, estava extremamente ligada à história e à mitologia, em tal medida que o Fórum de Augusto e o templo de Marte Vingador, assim como outros importantes monumentos construídos sob seu governo, tinham o relevante papel de resguardar e propagar uma memória efetiva e comum ou uma memória criada por meio da manipulação de um substrato já existente. A memória teve, assim, grande importância tanto no governo de Augusto quanto na obra de Vitruvius.

Pensando neste ponto de intersecção entre arquitetura e religião, entre Vitruvius e Augusto, dedicamos nosso primeiro capítulo, intitulado *Otávio Augusto: o construtor do Principado*, para tratar com mais atenção do contexto histórico que serviu de pano de fundo para a escrita e publicação do *De Architectura*, de modo tal que nosso primeiro capítulo está dividido em três partes, sendo que a primeira lida com os acontecimentos anteriores à vitória de Otávio Augusto sobre Cleópatra e Marco Antonio, em Ácio, no ano de 31 a.C., quando já podia ser percebida uma preocupação com o melhoramento da paisagem arquitetônica de Roma. Nesta primeira parte também ressaltamos a utilização e a propagação, por parte de Augusto, de uma imagem na qual ele representava o Ocidente e os valores romanos e Marco Antônio simbolizava o Oriente com todas suas mazelas e extravagâncias. Na segunda parte deste capítulo tratamos dos acontecimentos posteriores à vitória de Ácio até o ano de 27 a.C., pois neste curto período de tempo,

Otávio Augusto deu vazão, com redobrada atenção, à sua política de reconstrução de diversos templos em Roma, bem como de construção de diversas outras obras públicas, de modo a demonstrar seu comprometimento com seus concidadãos e com os deuses, ressaltando ainda mais a *pietas* com que regia seus atos; nesta parte abordamos também acerca de um processo de helenização que defendemos estar presente tanto em monumentos de Augusto como na obra de Vitrúvio, já que em alguns monumentos o Imperador se utilizou de um padrão decorativo inspirado na Atenas do período Clássico, por exemplo, como também em cidades helenísticas. Por fim, na última parte deste capítulo, lidamos com maior atenção sobre os acontecimentos posteriores a 27 a.C., ano emblemático, visto ter sido nele que ele recebeu o título de Augusto, além disso, daí em diante Otávio demonstrou ainda mais atenção à tradição, à religião e à moral, de modo que tratamos em especial acerca do aspecto religioso, quando nos debruçamos sobre as principais características da religião romana, focando principalmente no período augustano.

Nosso segundo capítulo, intitulado *Vitrúvio e o De Architectura: a importância dos edifícios públicos para o engrandecimento da Urbs*, se inicia com uma parte na qual discorremos com maior atenção sobre Vitruvius e sua obra, quando podemos fazer uma análise da obra como um todo, bem como esclarecer o modo como ele organizou-a e distribuiu os temas nos dez livros que constituem o *De Architectura*. Na segunda parte deste capítulo, analisamos com maior atenção o modo como Vitruvius se dirige a Augusto, nos prefácios dos livros 1 e 2 de sua obra, nos quais sublinha a importância da arquitetura para o engrandecimento não só de Roma, mas de todo o Império, deixando claro, também, seu desejo de receber a recomendação de Augusto e continuar ligado a ele através de seus serviços; especificamos também em que medida um processo de helenização pode ser visto em Vitruvius, já que o mesmo confere muito respeito e valor à teoria e a algumas regras gregas de construção. Por fim, na última parte deste capítulo, versamos a respeito da definição que Vitruvius elabora para a arquitetura, bem como acerca da formação ideal que um arquiteto deveria ter de acordo com as recomendações do mesmo; tratamos também sobre a estreita relação que existia entre a arquitetura e seu suporte, ou seja, a cidade, de modo tal que abordamos a importância da arquitetura e de alguns edifícios públicos para a constituição e definição de uma cidade, visto que a obra que Vitruvius dedicou a Augusto tinha como princípio, também, ajudá-lo na construção de novas cidades, tendo em Roma o modelo por excelência.

E por fim, em nosso terceiro capítulo, intitulado *O Fórum de Augusto e o Templo de Marte Vingador*, analisamos este complexo arquitetônico que materializou, tão bem, diversos aspectos presentes no modo de governar de Augusto, dentre os quais podemos citar sua preocupação em conferir grandiosos edifícios públicos para a população; sua atenção ao *mos maiorum* e à religião; seu interesse em ressaltar sua *pietas* e se colocar como o exemplo a ser seguido; bem como sua inspiração na arquitetura e no padrão decorativo de cidades gregas e helenísticas. No entanto, antes de falarmos propriamente sobre o Fórum de Augusto e do templo de *Mars Ultor*, lidamos primeiramente com as recomendações de Vitrúvio para a construção de templos e fóruns de um modo geral, ressaltando algumas das regras construtivas que de algum modo nos ajudam a alcançar nossos objetivos. Feito isso, passamos a analisar o Fórum de Augusto e o templo de *Mars Ultor* com maior atenção, momento em que tratamos tanto dos aspectos formais de tal complexo arquitetônico, como também demonstramos em que medida ele se liga ou não às recomendações de Vitrúvio, buscando perceber como algumas opções de construção aparecem tanto na narrativa de Vitrúvio quanto nas obras efetivadas na época de Augusto, indicando um compartilhamento de um imaginário arquitetônico. É neste momento também que abordamos, de fato, a respeito do uso, por parte de Augusto, de um padrão decorativo que fazia alusão direta à acrópole de Atenas, cujo intuito seria relacionar a vitória de Atenas contra os Persas com a vitória de Roma contra as ameaças orientais representadas por Cleópatra e pelos Partos. Encerramos este capítulo ressaltando a importante relação existente entre a arquitetura e a memória, de modo tal que a arquitetura possuiu, com Augusto e Vitrúvio, a função de manter viva a memória de um passado exemplar, bem como a de manter vivo na memória das futuras gerações o nome e os feitos do Imperador, sendo que o Fórum de Augusto foi a construção que maior potencial tinha para desempenhar esta função.

Assim, detivemo-nos na obra vitruviana com a intenção de perceber e discutir a inspiração e utilização de cânones, imagens e padrões decorativos de cidades gregas e helenísticas para a construção de templos durante o principado de Augusto, enquanto uma forma de se posicionar a favor de valores e tradições gregas e romanas e contra aspectos orientais, a partir da utilização e da manipulação de uma memória dita coletiva, na qual a figura de Augusto possuía papel de destaque e se relacionava com a história romana desde seus primórdios.

CAPÍTULO 1

OTÁVIO AUGUSTO: O CONSTRUTOR DO PRINCIPADO

Roma passou de uma pequena cidade às margens do rio Tibre para a capital de um Império que dominou a região mediterrânea. Os romanos buscaram ter o controle de toda a Itália peninsular, expandindo o seu domínio na Sicília, no norte da África, Península Ibérica, Grécia e Ásia Menor. No período do Principado, Roma conseguiu dominar todas as terras banhadas pelo Mar Mediterrâneo, que passa a ser denominado pelos romanos como *Mare Nostrum*. Esta dominação é perceptível em diversas esferas: militar, cultural, religiosa, arquitetônica, etc.; com isso operaram-se mudanças em todos os tecidos da sociedade romana. A população e o tamanho da cidade se expandiram, a quantidade de riqueza aumentou ainda mais drasticamente, tanto através do espólio de guerra quanto na forma de comércio (ORLIN, 2007: 58-70).

No período que compreende o início do Principado, Roma foi palco de um extraordinário desenvolvimento e sofisticação no que concerne à arquitetura², de tal modo que o engrandecimento arquitetônico presenciado então, reflexo em grande medida do enriquecimento advindo da expansão territorial, passou a se espalhar por diversas províncias que, em certa medida, tinham em Roma, a *Urbs* por excelência, o modelo a ser seguido.

Essa monumentalidade arquitetônica que, já no fim da República com Júlio César, dentre outros, se estabeleceu em Roma e que se expandiu para as províncias, teve em Otávio Augusto o seu maior idealizador, de modo que esta se tornou uma característica marcante de seu governo e que permitiu o florescimento e desenvolvimento do que pode ser nomeado de Cultura Augustana (GALINSKY, 1998).

Otávio Augusto se empenhou de tal modo em demonstrar, entre outras formas através da arquitetura, que sob seu governo Roma readquiriu a estabilidade e a prosperidade há muito perdidas, que a *Urbs* “experimentou uma transformação numa escala que praticamente não teve paralelo na história da cidade na Antiguidade” (HASELBERGER, 2007: 09), de tal sorte que a beleza marmórea das colunas coríntias se alastrou por toda Roma. Ele “a tal ponto urbanizou a Cidade, não ornada como convinha à glória do Império e exposta aos incêndios e inundações, que jactou-se com

² Tal grandiosidade arquitetônica alcançada por Roma sob o governo de Augusto não era algo novo à época, em virtude de que em termos arquitetônicos e de planejamento urbano as cidades helenísticas, como Alexandria, por exemplo, ultrapassavam a *Urbs*, de modo que podem ser vistas como inspiração às reformas e construções empreendidas por Augusto, como vemos mais à frente.

toda justiça: ‘deixei de mármore a cidade de tijolos que recebi’”³ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diius Augustus. XXVIII).

Outro aspecto de suma importância em seu governo foi a atenção especial dada à moral e à religião, visto que ele empreendeu uma política de restauração religiosa, trazendo de volta a seu tempo costumes e tradições que haviam sido relegados, dedicando, assim, grande atenção ao *mos maiorum*⁴. Sua política de restauração moral e religiosa objetivou não somente trazer de volta costumes e rituais antigos, como também restaurar e reconstruir antigos templos, se utilizando de arquitetura arcaizante própria de tais construções, além de erguer novos templos que mesclavam inovação e tradição, que selecionava e se utilizava do que havia de melhor nos postulados arquitetônicos, tanto de gregos quanto de romanos.

É justamente neste ponto de convergência entre religião e arquitetura no Principado de Otávio Augusto sobre o qual nos debruçamos nas páginas que se seguem, sendo imprescindível, para tanto, a utilização e análise do *De Architectura*, de Vitruvius, visto que este é o único tratado de arquitetura que chegou da Antiguidade aos dias atuais. Demonstramos, portanto, ao longo de todo o trabalho, com quais intenções e como se deveria utilizar os cânones gregos na arquitetura religiosa, bem como em que medida esta arquitetura se utilizava também dos preceitos legados pela tradição romana, na visão de Vitruvius, e como estes cânones foram aproveitados em algumas construções augustanas.

Para tanto, dedicamos este primeiro capítulo a tratar do contexto histórico do Principado de Augusto, abordando temas como a morte de seu pai adotivo, Júlio César; a formação do triunvirato, quando ele já demonstrava um grande interesse pelo melhoramento arquitetônico de Roma; sua vitória contra Marco Antônio e Cleópatra, que simbolizavam o Oriente e seus exageros; o período após a vitória de Ácio, marcado por uma grande efervescência de construções e restaurações arquitetônicas; o recebimento do título de Augusto e sua forte ligação com a *pietas*; e sua preocupação

³ Vrbem neque pro maiestate imperii ornatam et inundationibus incendiisque obnoxiam excoluit adeo, ut iure sit gloriatus marmoream se relinquere, quam latericium accepisset. Tutam uero, quantum prouideri humana ratione potuit, etiamin posterum praestitit.

⁴ De acordo com Débora C. Silva (2012: 28) “Augusto detinha em seu governo um grande conjunto de pensadores, letrados, artistas, historiadores, entre outros, que tinham como tarefa pensar e criar a partir da revalorização dos mitos e lendas romanas. Não necessariamente esquecidos, muitos destes elementos que surgem no governo de Augusto, como elementos negligenciados pelo povo romano, são construções daquele momento. Havia um grande conjunto de homens de excelência que criaram, buscaram e recriaram sobre as tradições ancestrais, o *mos maiorum*. A maior parte das revalorizações, foram identificadas com a religião arcaica como forma de legitimar o governo de Augusto”.

com um reavivamento da religião e da moral tradicional. Dentro deste contexto que, como vemos mais detalhadamente no próximo capítulo, foi publicada a obra de Vitruvius que a dedicou ao Imperador.

Além disso, neste primeiro capítulo podemos também perceber algo que está tratado no terceiro capítulo, qual seja, a estreita relação entre a arquitetura e a memória, bem como a preocupação dos antigos com relação à memória que iriam legar à posteridade, por meio da cristalização de uma imagem positiva de seus feitos por intermédio de suas construções arquitetônicas.

1.1. O prenúncio da grandiosidade arquitetônica: Das incertezas de 44 a.C. à vitória de 31 a.C.

Durante os Idos de Março de 44 a.C., Júlio César foi assassinado numa conspiração de senadores orquestrada por Cássio e Bruto. Nas palavras de Pierre Grimal, “os conjurados estavam animados de um único desejo: eliminar o ‘tirano’ que, havia cinco anos, impedia o livre funcionamento das instituições republicanas” (GRIMAL, 1997: 19). César que, desde sua vitória contra Pompeu, conseguira cada vez mais poderes, inclusive o de Ditador vitalício, tinha empreendido diversas reformas e muitas de suas atitudes desagradaram os senadores, como, por exemplo, seu relacionamento com Cleópatra e o poder cada vez mais centralizado em suas mãos.

Com a morte de César, a República estava lançada a incertezas e de certa forma declarou-se a disputa de forças entre os partidários de César e seus opositores. Neste momento crucial para Roma, o jovem Caio Otávio se encontrava em Apolônia, visto que havia sido mandado para lá por César, seu tio avô, para preparar a expedição que este lançaria contra os Partos. Sabendo do ocorrido, resolveu voltar a Roma, onde Marco Antônio, o lugar-tenente de César, agia com cautela, de modo que se por um lado se opôs a conceder honras aos assassinos de César, por outro não exigiu sua condenação. No testamento que César havia feito em 45 a.C. e entregue às Virgens Vestais, ele nomeava Otávio como um de seus principais herdeiros, além de adotá-lo como filho, passando-lhe seu nome e sua clientela. A partir daí Otávio adotou o nome de Caio Júlio César Otaviano. A mudança de nome assinalava a passagem de uma família à outra, mas continha uma alusão a sua família original (EVERITT, 2008: 66-72).

A atitude dúbia de Marco Antônio com relação aos assassinos de César fez crescer entre ele e Otaviano certa rivalidade. Porém, no balanço das forças de tais rivais, em termos políticos, Marco Antônio saía ganhando, visto que ele era um dos Cônsules daquele ano, enquanto que Otaviano “não ostentava nenhum cargo público nem controlava nenhum exército. Se não tivesse cuidado, seria apartado à inutilidade” (EVERITT, 2008: 77). Contudo, nos últimos dias de julho, Otaviano celebrou os Jogos da Vitória de César⁵ e durante a celebração dos jogos apareceu no céu um cometa, que foi prontamente interpretado como um sinal da divindade de César e como presságio de que bons tempos estavam por vir, que uma nova era se anunciava. A crença de que César havia ascendido aos céus se tornando um *diuus* se espalhou, mas não foi então oficializada.

A esta altura dos acontecimentos Marco Antônio já havia conseguido afastar Bruto e Cássio de Roma, que partiram rumo às províncias de Creta e Cirene, no que Pierre Grimal (1997: 22) chama de um “exílio dissimulado”.

Otaviano foi ganhando cada vez mais espaço no cenário político, de modo que conseguiu conquistar a confiança até mesmo de soldados das legiões de Marco Antônio, quando, ainda em 44 a.C., após ter recrutado tropas que o seguiram em uma marcha sobre Roma, mas que se recusaram a lutar contra seus companheiros e contra o Cônsul, conseguiu que algumas das legiões de Marco Antônio o apoiassem.

A rivalidade de ambos se acirrou cada vez mais e à medida que Antônio passou a ser hostilizado pelo Senado, tendo em Cícero seu principal oponente⁶, Otaviano viu seu próprio prestígio aumentar, conseguindo mesmo ser proclamado Pró-Pretor, o que conferia a ele a legitimidade de possuir um cargo constitucional. No início de 43 a.C., Otaviano e os Cônsules Hircio e Pansa se lançaram em campanha contra Antônio que se viu, então, obrigado a abandonar o cerco e buscar o auxílio de Lépido, um velho aliado. Com a derrota de Antônio e a morte dos dois Cônsules, Otaviano passou a controlar os exércitos dos Cônsules mortos.

À cabeça das suas tropas, decidiu marchar sobre Roma e reivindicar o consulado. Legalmente não tinha qualquer direito a ele. Era demasiado jovem para ascender à suprema magistratura. Mas as três legiões que o Senado tentou opor-lhe passaram para o seu lado, sem combate. O povo de Roma, tão fiel quanto os soldados à memória de César, conduziu unanimemente o seu herdeiro ao consulado, [...] (GRIMAL, 1997:24).

⁵ Os *Ludi Victoriae Caesaris* eram jogos anuais que haviam sido instituídos dois anos antes pelo próprio César em honra da deusa *Venus Genetrix*, protetora e antepassada de sua família, a *gens Iulia*.

⁶ É neste período que Cícero, em apoio a Otaviano, se posicionou contra Antônio escrevendo uma série de acalorados discursos contra ele que ficaram conhecidos como *Filípicas*.

Como Cônsul, a primeira coisa que Otaviano fez foi conseguir a condenação para os assassinos de seu pai. Feito isso, partiu rumo ao norte para um encontro com Antônio, quando, juntamente com Lépido, iniciaram o Segundo Triunvirato. No que tange à divisão dos governos provinciais, Antônio se encarregaria da Gália; Lépido ficaria responsável pela Gália Transalpina e as duas Hispânicas; e Otaviano governaria a África, a Sicília e a Sardenha.⁷

Para assegurar o poder dos triúnviros e barrar qualquer futura ameaça, advinda principalmente dentre aqueles que se opuseram a César e que consequentemente teriam dificuldades de aceitar esta união de poderes dos três “cesaristas”, os triúnviros optaram pelas proscritões⁸. Cerca de 150 senadores, dentre os quais estava o nome de Cícero, e 150 equestres tiveram seus nomes colocados na lista dos proscritos. Com isso já não restava muita oposição ao poder dos triúnviros.

No ano de 42 a.C., enfim, a divinização de César foi oficializada. Foi celebrada uma cerimônia religiosa de grande importância política, na qual os triúnviros declararam, sob juramento, que Júlio César havia se convertido em um *Diuus* e que todos seus atos eram sagrados, além disso, foi decidida a construção de um pequeno templo dedicado a ele, em seu Fórum, no mesmo lugar onde seu corpo havia sido cremado (EVERITT, 2008: 105).

De acordo com Mary Beard, John North e Simon Price (1998: 140), as honras conferidas a Júlio César ainda no período que antecede ao seu assassinato sugeriam que a ele havia sido concedido o status de um deus ou algo muito semelhante a isso:

Ele tinha, por exemplo, o direito de ter um sacerdote (*flamen*) de seu culto, adornar sua casa com um frontão (como se ela fosse um templo) e colocar sua própria imagem em procissões formais de imagens de deuses. Logo após sua morte, a ele foi dada outras marcas do status divino: altares, sacrifícios, um templo e em 42 a.C. um decreto formal de deificação, fazendo dele *diuus Iulius* (BEARD; NORTH; PRICE, 1998: 140).⁹

⁷ A parte oriental do Império, a leste do Adriático, neste momento estava sob o poder de Bruto e Cássio.

⁸ De acordo com Anthony Everitt (2008: 98), “a proscritão era um mecanismo oficial para liquidar os oponentes políticos e acumular grandes somas de dinheiro provenientes de seus bens confiscados, e havia sido utilizada pela primeira vez por Lúcio Cornélio Sila em 81 a.C.”.

⁹ Os debates historiográficos acerca da divinização de Imperadores são enormes, de modo que não convém nos debruçarmos de modo mais detalhado sobre esse assunto. Polêmicas à parte, ressaltamos apenas que o costume de associar deuses e homens era comum no mundo clássico e que a fronteira entre homens e deuses nunca foi rigidamente definida no paganismo romano, sem falar das influências dos territórios helenísticos do Oriente, nos quais muitos líderes eram considerados verdadeiras divindades. Além do mais, desde o princípio, magistrados e deuses trabalhavam em cooperação para garantir o bem estar de Roma, e na qualidade de garantidores do bem estar eles eram como deuses para as pessoas do Império, uma vez que a habilidade de conceder benefícios era uma característica definidora dos deuses.

Transformar Júlio César, assassinado em uma conspiração, em um *diuus* foi uma virada de jogo impensável para aqueles que acreditaram que se livrariam de um problema com sua morte. Esse foi um importante trunfo na mão de Otaviano, uma jogada de mestre que fez com que sua importância e prestígio se elevassem ainda mais aos olhos do povo romano, pois a partir daquele momento ele não era um cidadão qualquer, ele era um *diui filius*. Este aspecto ecoa até mesmo no *De Architectura*, de Vitrúvio, que tempos depois ao escrevê-lo mencionou o fato de César ter se tornado um imortal, quando se referia ao fato de que suas habilidades como arquiteto já haviam sido reconhecidas por César, referência que faz ao fato de ter trabalhado para ele¹⁰:

[...] até porque eu já fora primeiramente reconhecido sobre estes assuntos por teu pai, cuja virtude sempre venerei. Como, porém, os deuses o colocaram nos assentos da imortalidade e transferiram para o teu poder o seu império, continuando viva a minha afeição pela sua memória, manteve-se em ti o mesmo favor¹¹ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 1).

Neste trecho é perceptível não só a menção de que os deuses colocaram César “nos assentos da imortalidade”, ou seja, possuindo com isso um status diferente dos homens comuns, mas também que com a morte de César, Otaviano, seu herdeiro, recebeu não apenas os clientes e sua parte nos bens do pai, mas também, e o mais importante, o seu *imperium*, que não é recebido como uma simples herança, mas sim por “transferência” realizada pelos próprios deuses para o poder de Otaviano (*tuam potestatem*). Evidentemente, como a obra de Vitrúvio foi publicada na década de 20 a.C., este trecho faz alusão também a acontecimentos posteriores à morte de César, nos quais Otaviano pôde realmente demonstrar seu poder, que em 44 a.C. era ainda praticamente insignificante. De acordo com Karl Galinsky (1998: 17), a divinização de César foi um dos fatores que contribuíram para aumentar a *auctoritas* de Otaviano, visto que em 44 a.C. ele possuía bem pouca *auctoritas*:

Auctoritas tinha múltiplos significados, conotações e associações. [...] *Auctoritas*, que como Dio observou (55.3.5) é um termo essencialmente romano e portanto intraduzível, vai além dos aspectos materiais. Ele é moral no sentido mais amplo da palavra e conota o poder das ideias. Ele expressa “superioridade material, intelectual e moral” e é “o poder supremo do imperador sobre o nível moral”. [...] *Auctoritas* é ou denota uma qualidade que é inerente em ou emana de um indivíduo (GALINSKY, 1998: 12-13).

¹⁰ Sobre a relação de Vitrúvio com Júlio César, tratamos melhor no próximo capítulo.

¹¹ [...] ideo quod primum parenti tuo de eo fueram notus et eius virtutis studiosus. Cum autem concilium caelestium in sedibus immortalitatis eum dedicauisset et imperium parentis in tuam potestatem transtulisset, idem studium meum in eius memoria permanens in te contulit favorem.

Desta forma, após a divinização de Júlio César, a *auctoritas* de Otaviano se tornou cada vez maior e sua relação com César, enquanto *diui filius* que era deste, foi bastante utilizada, de modo que as representações imagéticas com esta temática se multiplicaram. De acordo com Paul Zanker (2005: 57-58), a maioria das imagens difundidas nestes anos fazia direta ou indireta referência a César e a utilização de imagens que faziam alusão a uma origem divina da *gens Iulia*, que já haviam sido bastante exploradas por César, passou a ser praticada também por Otaviano. Estas suas representações em moedas contribuíam para “propagar uma áurea do maravilhoso em torno do jovem herdeiro de César” (ZANKER, 2005: 58). Porém, esta imagem de *diui filius* estaria maculada enquanto os assassinos de César estivessem vivos. Por esta razão, ainda em 42 a.C. as fortes legiões dos triúnviros, lideradas por Antônio e Otaviano, se lançaram em campanha contra Bruto e Cássio, que conseguiram, então, levantar acampamento em Filipos, na Macedônia. Nesta acirrada batalha, entre derrotas e vitórias parciais de ambos os lados, Antônio demonstrou toda a experiência e capacidade militar que havia desenvolvido ao lado de César durante as Guerras Gálicas, enquanto que Otaviano, que havia caído enfermo antes mesmo de chegar a Filipos, não demonstrou a mesma desenvoltura e destreza, embora também não tenha recuado diante do inimigo. Cássio, que por uma conclusão equivocada, pensou que tudo estava perdido, se suicidou. No dia 23 de outubro ocorreu a batalha final e depois de muitas baixas e sem ter mais esperanças de vitória, Bruto decide suicidar-se.

Definitivamente César havia sido vingado¹². Nesta batalha, Otaviano prometeu a construção de um templo em honra a Marte Vingador (*Mars Ultor*), o que só ocorreria décadas depois. Com o fim da batalha, Antônio e Otaviano adquiriram ainda mais poder, em detrimento de Lépido. No acordo firmado agora por Antônio e Otaviano, eles confirmaram a divisão feita anteriormente, com algumas modificações em prejuízo de Lépido. Em linhas gerais o Império Romano praticamente foi dividido entre os dois, sendo que Otaviano se manteve na Itália e com muitas das províncias ocidentais e Marco Antônio partiu rumo às províncias orientais. Dentre as responsabilidades que competia a cada um, para Antônio estava a de reorganizar o leste do Império, preparar e lançar campanha contra as forças partas, o que o próprio César teria feito se não

¹² Tempos depois, ao escrever as *Res Gestae*, Otaviano diria que: “Por demandas legais expulsei para o exílio, tendo punido seu crime, os que haviam matado meu pai e, em seguida, venci-os duas vezes em combate ao declararem guerra à República” (*Res Gestae Diui Augusti*, II). “Qui parentem meum trucidauerunt, eos in exilium expuli iudiciis legitimis ultus eorum facinus, et postea bellum inferentis rei publicae uici bis acie”.

houvesse sido assassinado. A Otaviano cabia a tarefa da distribuição de terras aos veteranos, tarefa extremamente perigosa visto que não havia terras disponíveis suficientes para acomodar a todos.

O tesouro público estava vazio, por isso a compra obrigatória era impensável. Dezoito cidades da Itália foram selecionadas para a confiscação de terras, e seus proprietários foram rapidamente despojados. A opinião pública estava indignada. Uma avalanche de ameaçados pela confiscação se aglomerou em Roma (EVERITT, 2008: 120).

Foram tempos muito difíceis para Otaviano que teve que lidar com a insatisfação de muitos veteranos descontentes com a situação e com as queixas de quem havia perdido suas terras. Distúrbios eclodiram em diversas partes do Império e para piorar ainda mais a situação e manchar a imagem de Otaviano, Sexto Pompeu, “senhor do mar” (filho de Pompeu, o grande), resolveu cortar o abastecimento da península, causando ainda mais distúrbios e desagrado entre os habitantes famintos e espoliados. Junto a isso, somaram-se as notícias vindas do Oriente e que de certa forma depunham contra Antônio. Este se associava ao deus Dioniso, associação esta que era comum no mundo antigo. Porém, com esta vinculação podemos perceber, de certo modo, uma tentativa por parte de Antônio de propagar uma imagem que pudesse se equiparar ou mesmo superar a do *diui filius*:

Quando Antônio chegou ao Oriente (42 a.C.), depois da divisão do Império entre os triúnviros, a tradição de Alexandre lhe ofereceu um modelo de identificação de maior alcance e mais efetivo na imagem de Dioniso. O estilo passional de Antônio, sua generosidade e ingenuidade, seu gosto pelo vinho, pelas grandes festas, pelas mulheres mundanas e as espetaculares histórias de amor pareciam destiná-lo para este papel (ZANKER, 2005: 78).

Em contrapartida, Otaviano ligava sua imagem cada vez mais à do deus Apolo¹³, colocando-se como seu protegido, de modo que mesmo na Batalha de Filipos a vitória só teria vindo graças à proteção de Apolo, que representava a moral e a disciplina.

A associação ao deus Dioniso por si só não seria mal vista pela população romana se junto a isso não tivesse ocorrido uma associação de forças com Cleópatra, rainha do Egito, que por sua vez se apresentava como a própria deusa Afrodite, de tal

¹³ De acordo com Michael Lipka (2009: 72), os deuses poderiam ter focos funcionais distintos e independentes e Apolo era um exemplo disso, pois ele era o deus da cura, mas também possuía como função ser o guardião das artes e ser o deus das competências proféticas. Estes três aspectos distintos se desenvolveram independentemente, de modo que mesmo já sendo reverenciado pelos romanos como o deus da cura, possuindo inclusive um templo no Campo de Marte, Otaviano o elegeu como seu protetor, se associando a outras funções e características de Apolo, tais como a moral, a disciplina, a ligação com a cultura e a arte, além de que com Apolo, Otaviano se associaria também à vitória e a aspectos como o de ser salvador e vingador, como vemos mais à frente.

modo que a partir de então se falava em uma parilha divina: Dioniso-Osíris/Afrodite-Isis. A relação entre ambos, para além de uma relação amorosa, era principalmente uma relação política, pois Antônio via em Cleópatra a aliada junto a qual poderia, com auxílio de sua riqueza, lançar campanha contra os Partos; e Cleópatra, por sua vez, via em Marco Antônio o aliado que a ajudaria a se livrar de alguns personagens incômodos. Deste modo, passaram juntos o inverno de 41 a 40 a.C. em Alexandria, de onde zarparam para o sul do Egito.

No início de 40 a.C. receberam a notícia de que os Partos haviam iniciado uma invasão na Síria, o que obrigou Antônio a rumar para a Ásia Menor. Neste mesmo ano, Cleópatra deu à luz os gêmeos Alexandre Hélio e Cleópatra Selene, fruto desta união. Enquanto isso, na Itália, Otaviano passou por mais turbulências, quando um dos Cônsules de 41 a.C., Lúcio Antônio, irmão de Marco Antônio, e Fúlvia, mulher deste último, se uniram contra Otaviano, conseguindo ampliar ainda mais o descontentamento junto aos proprietários que haviam sido despojados de suas terras. Lúcio Antônio recrutou tropas e entrincheirou-se em Pérúsia, onde travou batalhas com o exército de Otaviano, que era comandado por seu braço direito, Agripa, um brilhante estrategista e possuidor de grande experiência militar. Depois de diversos enfrentamentos e de alguns episódios nos quais o próprio Otaviano correu risco de perder a vida, seu exército conseguiu vencer, o que forçou Lúcio a se render no início de 40 a.C..

Quando Antônio, que a esta altura estava preparando sua expedição contra os Partos, soube da derrota do irmão em Pérúsia, se encontrou com Fúlvia, que estava em Atenas, e logo depois resolveu marchar até a Itália, em Brindisi, com suas tropas para enfrentar Otaviano, que havia tomado o controle das legiões do então Governador da Gália que havia morrido. Porém, nesta ocasião, os confrontos foram evitados e foram feitas negociações entre os dois triúmviros, com a intermediação de negociadores, dentre eles Mecenas.

Dentre as disposições do acordo firmado em Brindisi estavam a renovação do triunvirato por mais cinco anos; a divisão do Império de modo que Otaviano ficou responsável pelo oeste, incluindo a Gália, Antônio ficou responsável pelo leste, e Lépido pela África; Antônio teria a permissão de recrutar tropas em solo italiano; e como forma de selar o acordo, foi negociada a união das duas famílias com o casamento entre Antônio, visto que Fúlvia morrera pouco tempo antes, e Otávia, a irmã de Otaviano, que também havia ficado viúva recentemente.

Com o acordo de Brindisi, pareceu à época que a paz se estabelecia definitivamente depois de tantos e tão turbulentos momentos de incertezas e guerras. A Itália, enfim, parecia vislumbrar a paz tão almejada. Foi neste período que surgiu, a partir da pena inspirada de Virgílio, em suas *Éclogas*, a afirmação de que se tinha iniciado um tempo no qual a paz vicejaria, uma Idade de Ouro, após os percalços da Idade de Ferro. “O poema é, sem dúvida, uma expressão evocativa do anseio pela paz e tranquilidade depois de décadas de guerra civil [...]” (GALINSKY, 1998: 91).

Já a nova progênie descende do céu.
Tu, oh casta Lucina, protege o menino que está por nascer,
Com ele terminará a geração do ferro em todo mundo e surgirá a do ouro: tu
já reinas Apolo¹⁴ (VIRGÍLIO. *Ecloga*, IV, 7-10).

Para alguns, a criança de que fala o poema seria o filho de Polião, Cônsul a quem o poema foi dedicado. Para outros seria o filho que nasceria da união entre Antônio e Otávia, união que selou o fim dos conflitos. Há ainda os que creem que a criança descenderia de Otaviano, recém-casado com Escribônia. Segundo Galinsky (1998: 92), “a miraculosa criança, em última análise, não é mais que um símbolo ou personificação da nova idade”. É interessante notar também a menção que Virgílio faz, já nestes anos, ao fato de que Apolo reina, visto que Apolo, como vimos, tinha sua imagem diretamente ligada a Otaviano, de forma que dizer que Apolo reina pode ser encarado como uma forma de exaltar as decisões de Otaviano à frente da República.

No entanto, o bloqueio de Sexto Pompeu mantinha-se inalterado, mantendo a Itália faminta e descontente. Na tentativa de resolver o problema, Antônio e Otaviano buscaram estabelecer um acordo com Sexto em 39 a.C., no qual ele foi nomeado Governador da Sardenha, Córsega, Sicília e Peloponeso, além de ser nomeado para o Consulado do ano seguinte. Além disso, seriam restituídos os direitos civis daqueles, em seu exército, que haviam sido exilados da Itália. Para selar o acordo, a pequena filha de Sexto foi prometida a Marcelo, enteado de Antônio e sobrinho de Otaviano.

Pouco tempo depois um dos aliados de Sexto, Menedoro, entregou a Otaviano a Sardenha e a Córsega, e mais algumas legiões. Otaviano, então, aproveitou a oportunidade para se livrar de Sexto e deu início a novo conflito. Nos diversos enfrentamentos que ocorreram, Otaviano esteve muito próximo da derrota, porém mais

¹⁴ Iam nova progênes caelo demittitur alto.
Tu modo nascenti puero, quo ferrea primum
desinet ac toto surget gens aurea mundo,
casta fave Lucina: tuus iam regnat Apollo.

uma vez o gênio militar de Agripa foi ao seu socorro e ajudou-o a preparar uma grande campanha contra Sexto.

Em 37 a.C., ainda em meio aos preparativos da campanha, Antônio chegou a Roma e decidiu-se por auxiliar Otaviano, quando estabeleceram que o triunvirato, que havia terminado em 38 a.C., seria renovado por mais cinco anos. Antônio entregou a Otaviano 120 barcos e regressou ao Oriente, onde terminava os preparativos da expedição contra os Partos. Além disso, Lépido chegou com doze legiões em auxílio de Otaviano.

Após difíceis embates, Agripa e Otaviano conseguiram cada vez mais vitórias, até que por fim, na batalha de Nauloco, em 36 a.C., Sexto fugiu e refugiou-se no Oriente, onde morreu pouco depois. Otaviano ligou esta vitória, mais uma vez, ao auxílio de Apolo e prometeu a construção, no alto do Palatino, de um templo dedicado ao deus¹⁵. Otaviano era, enfim, senhor dos mares e aproveitou a vitória para se desfazer de Lépido, conseguindo destituí-lo do poder triunviral e mandando-o para longe de Roma. No entanto, Lépido continuou a ser o *Pontifex Maximus*, título que possuiu a partir da morte de César, seu antecessor neste cargo, até sua própria morte em 13 a.C., visto que era um cargo vitalício.¹⁶ O *Pontifex Maximus* era a figura mais importante do colégio dos *pontifices* e era eleito publicamente dentre os outros *pontifices* existentes.

Neste mesmo ano, Antônio finalmente lançou a campanha, durante tanto tempo preparada, contra os Partos, intentando vingar a morte de Crasso em 53 a.C. Para tal empreitada, mais uma vez, Antônio buscou o apoio de Cleópatra, de modo que “chegaram rapidamente a um acordo, e a rainha voltou a ficar grávida igualmente rápido. Os recursos do Egito estariam à disposição do triúnviro e, em troca, Cleópatra receberia consideráveis territórios” (EVERITT, 2008: 177). A campanha, no entanto, redundou em um verdadeiro fracasso, não sendo desta vez que a morte de Crasso foi vingada, e seus estandartes continuaram em mãos partas. E apesar de Antônio ter batido em retirada, ainda assim, ele agiu como se houvera conseguido vitórias sobre o inimigo, de modo que se organizaram celebrações e sacrifícios pela vitória. Otaviano, porém,

¹⁵ Este ato deixa bem claro seu apreço por este deus, que de tão singular não havia sido associado a nenhum homólogo romano, sendo por isso associado a toda uma tradição helênica, com a qual Otaviano demonstrava se ligar. Também surpreende o fato de que “até essa altura, este deus, que conservava o seu caráter helênico, não havia sido admitido no interior do *pomerium*, o recinto sagrado da cidade.” (GRIMAL, 1997: 36).

¹⁶ É interessante ressaltar que Otaviano ao escrever sobre isto nas *Res Gestae* (X), afirma que não aceitou se tornar *Pontifex Maximus* enquanto Lépido estava vivo, mesmo quando o povo quis lhe conceder este cargo. Isto demonstra a preocupação de Otaviano de propagar uma imagem de si como alguém que soube respeitar os costumes e a tradição.

estava por dentro dos acontecimentos e, a seu tempo, lançou com a ajuda de Agripa diversas campanhas em 35 a.C., conseguindo importantes vitórias, dentre as quais estava a Ilíria. Mesmo quando em 34 a.C. Antônio conseguiu invadir a Armênia, este acontecimento não ofuscou a notoriedade de Otaviano, pois a campanha contra a Armênia tratava-se de uma vitória parcial, devido ao fato de que os estandartes continuavam com os inimigos.

Neste mesmo ano de 34 a.C. a relação entre os triúnviros se tornou ainda mais complicada, pois ao chegar ao Egito, Antônio preparou uma grande festividade para comemorar a sua vitória, oportunidade na qual adentrou a cidade, vestido à semelhança de Dioniso, na companhia dos prisioneiros de guerra indo ao encontro de Cleópatra, que o esperava na praça central. Esse episódio repercutiu desfavoravelmente contra Antônio, pelo fato dele celebrar sua vitória fora de Roma.

Para piorar a situação, dias depois ocorreram as *Doações de Alexandria*, uma grandiosa cerimônia na qual Antônio, após proferir um discurso, começou a cumular Cleópatra e os filhos de honras e territórios. Tais atos foram utilizados pelos partidários de Otaviano de modo a desmoralizar a imagem de Antônio, propagando a crença de que Antônio queria estabelecer uma monarquia, na qual governaria Roma a partir do Egito, junto a Cleópatra. Como as fontes literárias que chegaram a nós não foram produzidas por Antônio ou seu grupo de apoio, não há como sabermos suas intenções com estas doações, “o mais provável é que as Doações fossem um gesto simbólico, uma forma de acalmar a opinião pública no Oriente e reuni-la sob Antônio como Dioniso/Osíris e Cleópatra como Isis/Afrodite” (EVERITT, 2008: 193).

Seja de que forma for, o que nos convém ressaltar é como isso foi utilizado na época por Otaviano e seu grupo, visto que foi feita uma verdadeira campanha difamatória contra Antônio, na qual queria se propagar a visão de que ele havia se rendido aos prazeres e extravagâncias orientais e que em seus atos ele demonstrava o pouco interesse em respeitar as tradições romanas. Junto a isso, Otaviano agiu de modo a ressaltar o valor que conferia a estas mesmas tradições que seu opositor relegava a segundo plano. Uma das formas utilizadas por Otaviano para demonstrar seu comprometimento com a *Res Publica* e seu respeito pelo *mos maiorum* foi a partir de uma série de reformas e construções que prenunciavam, já neste período, uma grandeza arquitetônica que mudaria radicalmente a paisagem urbana de Roma nos anos que se seguiriam.

De fato, Otaviano anunciou sua intenção de re-organizar a estrutura interna da cidade algum tempo antes de alcançar a vitória (em 31 a.C.) quando ele empreendeu a série de grandes reparações urbanas em 33 a.C.. Ele desejava alcançar algo mais que simplesmente ser representado na cidade por edifícios individuais, por mais importantes que possam ter sido: em vez disso, toda a Roma estava a ser transformada a partir das fundações (HASELBERGER, 2007: 36).

Deste modo, ao voltar a Roma em 33 a.C. das campanhas que havia empreendido com Agripa, eles iniciaram uma política de melhoramento arquitetônico da *Urbs*. Para tanto, Otaviano convocou seus generais para que os mesmos, como forma de ressaltar seus êxitos em campo de batalha, restaurassem, a suas expensas, algum edifício público de Roma. Segundo Anthony Everitt, tais reformas teriam três propósitos:

Aumentaria o esplendor da cidade, fazendo-a digna de seu papel de capital do mundo conhecido; elevaria o nível da cidadania eventual e, por último, a reforma do patrimônio arquitetônico da cidade seria a primeira evidência tangível do compromisso de Otaviano de reestabelecer os antigos valores de Roma (EVERITT, 2008: 200).

Para alcançar este fim, neste mesmo ano, Agripa aceitou se tornar Edil,¹⁷ algo incomum, visto que caracterizava retroceder no *cursus honorum*, pelo fato de que ele já havia ocupado anteriormente o mais alto posto da carreira das honras, ou seja, o cargo de Cônsul. Dion Cássio (*História Romana*, XLIX, 43, 1) informa que: “Agripa concordou em ser Edil, e sem tomar nada do tesouro público reparou todos os edifícios públicos e todas as ruas, limpou os esgotos, e navegou através deles até o Tibre”.

Agripa foi responsável também pela reorganização nos sistemas dos antigos aquedutos; mandou construir um novo aqueduto, o *Aqua Iulia*; diversas fontes públicas; esplêndidos banhos públicos, que ficavam abertos, gratuitamente, durante todo o ano; distribuiu sal e azeite para a população; e durante os diversos espetáculos que ele ofereceu à cidade eram atirados vales de dinheiro e roupas para a multidão. Concomitantemente, Otaviano empreendeu importantes restaurações, tais como a da Via Pública, no Campo de Marte, do teatro de Pompeu e da Basílica Emília (Imagem 01).

[O trabalho] de Agripa sinalizou da maneira mais atrativa e prática que haviam voltado os bons tempos. A qualidade de vida na superpovoada megalópole melhorou notavelmente e os investimentos de Agripa nas infraestruturas de Roma (sem olvidar os edifícios públicos comissionados ou restaurados por outros membros destacados do regime) realçaram muito a imagem da cidade. [...] Enquanto o triúmviro largamente ausente estava perdendo tempo no Oriente, todo mundo podia ver as vantagens concretas

¹⁷ Dentre as funções dos Edis, podemos citar as de fiscalização (mercado, ruas, monumentos, abastecimento) e gerenciamento das construções públicas.

que o regime de Otaviano proporcionava ao cidadão comum (EVERITT, 2008: 201).

Neste ano decisivo em que o triunvirato terminava, Otaviano e Agripa demonstraram o comprometimento que ambos tinham com relação ao engrandecimento de Roma e a importância política de que a arquitetura se revestia. “Tais esforços simultaneamente melhoraram e engrandeceram a cidade, e proporcionou o apoio popular para seu patrono, Otaviano” (FAVRO, 2007: 240). Em uma época em que não havia *outdoors* e nem a profusão de imagens com as quais somos bombardeados diariamente na atualidade, tais obras arquitetônicas, juntamente com a rica decoração que as acompanhavam, eram importantes suportes e veículos das imagens que se intentava propagar. E Otaviano enquanto Cônsul se utilizava deste e de outros meios para propagar uma imagem negativa de Antônio, denunciando seu envolvimento com Cleópatra e suas atividades no Oriente, o abandono de Otávia, as Doações de Alexandria, etc. A troca de acusações e de cartas que denegriam a imagem de seu opositor era constante de ambos os lados. O conflito entre ambas as forças era iminente.

Em outubro, quando Antônio se preparava para outra campanha contra os Partos, resolveu adiar esta batalha e voltar até Éfeso para, juntamente com Cleópatra e algumas legiões, preparar o enfrentamento com Otaviano. Este por sua vez, no fim de dezembro, se retirou de Roma e esperou pelos acontecimentos.

No início de 32 a.C., quando assumiram o Consulado dois partidários de Antônio, um deles, Sósio, passou a atacar Otaviano diretamente, colocando-o como uma ameaça para a paz e propondo no Senado uma moção de censura contra ele, que foi vetada por um Tribuno amigo de Otaviano. Este, então, voltou a Roma e adentrou a sala de reuniões do Senado com uma escolta armada, formada de soldados e amigos, e falou em sua própria defesa, além de levantar acusações contra Sósio e Antônio. Os Cônsules abandonaram Roma, acompanhados de algumas centenas de senadores, e foram para junto de Antônio.

Sobre este período, Suetônio escreve que Otaviano:

Finalmente rompeu a aliança sempre dúbia e incerta com M. Antônio, mal estabelecida por várias reconciliações, e, para que pudesse melhor provar que ele tinha degenerado dos padrões de comportamento civil, fez abrir e ler em público o testamento que ele deixara em Roma e que também nomeava os filhos de Cleópatra como seus herdeiros¹⁸ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diius Augustus, XVII).

¹⁸ M. Antonii societatem semper dubiam et incertam reconciliationibusque uariissime faciliatam abruptit tandem, et quo magis degenerasse eum a civili more approbaret, testamentum, quod is Romae etiam de Cleopatra liberis inter heredes nuncupatis reliquerat, aperiendum recitandumque pro contione curauit.

A divulgação e a manipulação do conteúdo do testamento que Antônio havia deixado com as Virgens Vestais foi uma importante ferramenta política nas mãos de Otaviano. Ao conteúdo do testamento, que demonstrava que Antônio fazia dos filhos de Cleópatra seus herdeiros e que queria ser enterrado em Alexandria, juntaram-se rumores de que Antônio não passava de um instrumento nas mãos de Cleópatra e que iria marchar sobre Roma e instalá-la no Capitólio. Além disso, o divórcio de Antônio e Otávia neste ano contribuiu ainda mais desfavoravelmente contra ele, que com isso deixava clara sua preferência pela rainha estrangeira em detrimento da matrona romana. Tudo isso, de certo modo, justificava uma guerra contra Cleópatra e o perigo que esta representava para Roma.

Sem embargo, o oponente tinha que ser Cleópatra, em parte porque Otaviano necessitava evitar ser acusado de retomar a guerra civil que afirmava ter posto fim, mas também porque não queria que os partidários romanos de Antônio fossem seus inimigos declarados [...] (EVERITT, 2008: 210).

Deste modo a guerra estava declarada. Otaviano encabeçaria esta guerra, fazendo questão de propagar que tal luta se realizaria contra Cleópatra e tudo o que ela representava, ou seja, contra o Oriente bárbaro com suas imagens monstruosas. Otaviano lutava contra isso, contra o perigo da influência oriental, tal como Atenas tinha lutado um dia contra os Persas, associação esta que, como vemos posteriormente, Otaviano fez propagar por diversos meios. Porém, os atos de Otaviano eram embasados na vontade do povo, pelo menos foi como ele buscou retratar anos depois ao escrever as *Res Gestae*:

A Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci em Ácio. Juraram de modo idêntico as províncias das Gálias, as Hispânicas, a África, a Sicília e a Sardenha¹⁹ (*Res Gestae Divi Augusti*, XXV).

Após a cerimônia religiosa realizada no templo de Belona, a deusa da guerra, no Campo de Marte, Roma estava oficialmente em guerra com o Egito. Em 31 a.C., quando Otaviano era Cônsul pela terceira vez, ocorreu a batalha decisiva, a batalha naval próxima ao promontório de Ácio, na Grécia. Nesta batalha, mais uma vez se destacou a figura de Agripa ao lado de Otaviano e acompanhando Antônio e Sósio estava Cleópatra. Após enfrentamentos estratégicos, Otaviano e Agripa conseguem vencer, sem conseguir, contudo, impedir a fuga de Marco Antônio e Cleópatra. Com a

¹⁹ Iuravit in mea uerba tota Italia sponte sua, et me belli quo uiciat Actium ducem depoposcit; iurauerunt in eadem uerba prouinciae Galliae, Hispaniae, Africa, Sicilia, Sardinia.

vitória, Otaviano fez negociações com as legiões vencidas, nas quais prometeu conceder a elas o mesmo tratamento que as legiões que haviam lutado ao seu lado receberiam. Depois de ir a Roma apaziguar os ânimos dos veteranos, partiu rumo a Samos de onde planejou a invasão ao Egito.

Em 30 a.C. Otaviano invadiu o Egito. Em 1 de agosto deu-se o último confronto com Antônio, em Alexandria, onde após a derrota Antônio se suicidou. Cleópatra foi capturada e iria figurar no cortejo triunfal de Otaviano se não tivesse, como conta Plutarco (*Antônio*, LXXXVI), se deixado picar por uma áspide. Enfim, Otaviano vencera. Em Alexandria, ele se impressionou com a grandiosidade da cidade e sua admiração por esta cidade e por Alexandre, o Grande, se manteve viva nas gerações que lhe sucederam, tanto que Suetônio nos conta que:

Na mesma época, ele venerou o sarcófago e o corpo de Alexandre Magno, retirado da cripta e exibido a seus olhos, com uma coroa de ouro posta em sua cabeça e flores dispersas pelo corpo; quando lhe perguntaram se também gostaria de examinar os Ptolomeus, respondeu que desejara ver um rei, não mortos²⁰ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diius Augustus, XVIII).

Esse relato de Suetônio deixa entrever a importância que a figura de Alexandre representou para Otaviano em diversos aspectos²¹, de modo que diversos autores relacionam a postura política e as reformas empreendidas por Otaviano com a influência que Alexandria e a imagem de Alexandre, o Grande, teriam exercido sobre ele. Além disso, de acordo com Lothar Haselberger (2007: 52), as metrópoles helenísticas superavam a *Urbs* em tudo aquilo que podia ser incluído em uma cidade; como Alexandria, por exemplo, que tinha sido o produto do mais elevado planejamento desde sua fundação por Alexandre. Numa perspectiva semelhante escreve Everitt, segundo o qual,

[...] a permanência de Otaviano em Alexandria lhe teria dado um conceito claro do que teria que ser uma capital, tanto em relação à sua arquitetura como culturalmente. [...] Roma não podia ser reconstruída em um dia, porém Otaviano voltou do Egito resolvido a criar uma cidade cujos símbolos públicos manifestassem um adequado esplendor (EVERITT, 2008: 237).

E é justamente sobre suas atitudes, a partir de 30 a.C., para manifestar um esplendor arquitetônico em Roma, enquanto capital de um vasto império territorial e modelo a ser seguido, que nos debruçamos a partir de agora, tratando sobre como se deu

²⁰ Per idem tempus conditorium et corpus Magni Alexandri, cum prolatum e penetrati subiecisset oculis, corona aurea imposita ac floribus aspersis ueneratus est consultusque, num et Ptolemaeum inspicere uellet, regem se uoluisse ait uidere, non mortuos.

²¹ Como vemos no segundo capítulo, mesmo na obra de Vitruvius pode-se perceber a importância que a figura de Alexandre exerceu em sua época, de modo que há em sua narrativa uma comparação implícita entre Alexandre e Augusto.

a utilização da arquitetura neste momento estratégico e que serviu de palco para a publicação do *De Architectura*, além de ter sido também neste período que Otaviano recebeu o título de *Princeps*, que posteriormente deu nome à nova forma de governo iniciada por ele.

1.2. A utilização da arquitetura por Otaviano na construção do Principado

Com a vitória em Alexandria, Otaviano recebeu diversas honrarias do Senado, dentre as quais uma figurou como de grande importância simbólica para ele e para a população de Roma, já tão cansada das guerras civis. Trata-se do decreto do Senado para que as portas do Templo de Janus fossem fechadas. Este pequeno templo que se localizava no Fórum mantinha suas portas abertas quando Roma estava em guerra e as fechava quando Roma estava em paz. Desde a fundação de Roma até a vitória em Alexandria as portas do templo haviam sido fechadas apenas por duas vezes, o que simbolizava a grande importância de Otaviano enquanto restaurador da paz e da tranquilidade internas. Durante todo o seu Principado as portas do templo seriam fechadas por mais duas vezes (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus, XXII; *Res Gestae Diui Augusti*, XIII).

Após a vitória em Alexandria, Otaviano punha fim não somente à guerra contra as ameaças estrangeiras advindas de Cleópatra, como também acabava de vez com as guerras civis que há muito assolavam Roma, embora Otaviano tenha evitado tratar destas batalhas como conflitos entre romanos, centralizando geralmente seu discurso em Cleópatra.

Com essa vitória, não havia quem superasse Otaviano em *auctoritas* (GALINSKY, 1998: 18). Ele poderia enfim dar continuidade à sua política de engrandecimento arquitetônico de Roma. E Otaviano soube melhor que qualquer outro como se utilizar da arquitetura a seu favor.

Evidentemente não podemos deixar de dizer que a utilização da arquitetura para o enaltecimento de Roma já era uma prática comum antes de Otaviano, em virtude de que tais empreendimentos elevavam o prestígio daqueles que propiciavam tais obras para a cidade. Este aspecto pode ser visto, por exemplo, no que concerne à construção de templos, pois, de acordo com Eric Orlin (2002: 67), na obra intitulada *Temples, Religion, and Politics in the Roman Republic*, os generais ao prometerem e construírem templos durante a República, poderiam criar a imagem de um indivíduo que colocava os

interesses do Estado acima dos interesses próprios, visto que a construção de um templo servia aos “melhores interesses do Estado”. Ainda com relação à construção de templos podemos citar Adam Ziolkowski (1992: 307) que ao longo de sua obra demonstra como a construção de templos foi amplamente utilizada durante a República, em especial a partir do quarto século a.C., pois segundo este autor mais de 50 templos foram construídos entre 396 e 219 a.C. e cerca de 35 foram construídos entre 218 e 50 a.C..

Apesar deste grande número de construções durante a República, alguns autores defendem que tais empreendimentos não se comparam com os feitos de Otaviano durante seu governo. Diane Favro (2007: 235), por exemplo, defende que antes do fim do primeiro século a.C., esforços para o engrandecimento de Roma foram episódicos e mesmo as magníficas obras arquitetônicas erguidas por generais durante o segundo e primeiro séculos a.C. tiveram um impacto coletivo limitado e não conseguiram transformar Roma. “Apenas quando o poder se concentrou sob um homem que a preocupação com a imagem urbana de Roma como um todo começa a ser abordada. Júlio César foi um dos primeiros a pensar globalmente sobre Roma” (FAVRO, 2007: 235). Numa perspectiva semelhante trabalha Valerie Hope, ao afirmar que:

Foi durante o primeiro século antes de Cristo, contudo, e nas mãos de proeminentes homens como Sula, Pompeu e Júlio César, que a cidade cada vez mais ganhou os símbolos físicos de poder. Competição aristocrática encorajou tais homens a embelezar Roma como um meio de aumentar seu próprio prestígio (HOPE, 2005: 65).

Sob este mesmo prisma está o trabalho de Claudia Beltrão (2006: 144), ao afirmar que o interesse pelas construções e inovações do espaço público religioso – e que demonstrava o quanto os romanos eram cuidadosos e preocupados com a sua vida religiosa, era algo que já estava presente nas gerações anteriores, porém se desenvolvendo agora em uma escala espetacular:

Nesta expansão e reconstrução de Roma, templos e monumentos religiosos tiveram um papel predominante. Em termos gerais, um magnífico dispêndio de tempo, dinheiro e esforço foi posto em monumentos religiosos tanto antes como depois da “queda da República” e do estabelecimento do novo regime. Não é exagero dizer que a competição entre os líderes políticos da República tardia travou-se, em grande medida, em termos da linguagem religiosa (BELTRÃO, 2006: 144).

Deste modo, Otaviano deu continuidade a uma tradição que César, entre outros, já havia utilizado em grande medida. Porém, na época em que César empreendeu o melhoramento de Roma através da arquitetura criou-se o rumor de que ele, assim o fazendo, demonstrava que a cidade não era boa o suficiente para ele, e seu

relacionamento com Cleópatra agravou ainda mais tais rumores. Pairava no ar o receio de que o centro do poder deixasse Roma em direção a Alexandria. Desta forma, quando ele foi assassinado em 44 a.C., muitas de suas obras ainda não haviam sido concluídas.

Como vimos anteriormente, rumores semelhantes giraram em torno de Antônio e seu relacionamento com Cleópatra, muitos dos quais eram propagados pelo próprio Otaviano de modo a difamar seu oponente. Um dos fatos que citamos anteriormente e que foi utilizado por Otaviano como uma propaganda²² negativa contra Marco Antônio foi o testamento deixado por este com as Vestais e que, como vimos, expressava seu desejo de ser enterrado junto a Cleópatra. Esta informação foi propagandeada por Otaviano de modo a criar uma imagem positiva de si próprio na medida em que atacava a imagem do outro, que passava uma imagem do outro enquanto traidor dos costumes próprios de Roma.

A preservação da centralidade de Roma e a garantia do elusivo fenômeno da identidade Romana continuaram a ser o ponto de manipulação nos anos finais da República. Otaviano, o jovem herdeiro de Júlio César que foi mais tarde nomeado Augusto, alinou-se com a cidade e todas suas tradições. A propaganda de Otaviano contrapôs isso com a deslealdade de seu oponente Antônio que caiu sob a influência oriental de Cleópatra e da realeza (HOPE, 2005: 72).

Em razão disso uma das primeiras medidas que Otaviano tomou ao voltar a Roma, em 29 a.C., foi iniciar a construção de seu mausoléu, como forma de deixar claro sua intenção de ser enterrado em Roma, afastando assim qualquer possibilidade de que acontecesse com ele o mesmo que aconteceu com César e com Antônio. Seu mausoléu era “um contraste agudo ao desejo de Antônio, uma afirmação arquitetural que garantia a presença contínua de Otaviano em Roma, após sua morte, e declarava que a capital não poderia se movida” (HASELBERGER, 2007: 50).

O mausoléu de Otaviano teria na época 87 metros de largura e quase 40 de altura. Era uma gigantesca obra arquitetônica localizada no Campo de Marte (Imagem 01), demonstrando a riqueza, a grandeza e o poder do seu patrono. Porém, esta obra seria apenas uma de uma série de outras mais que ele empreenderia agora que havia se livrado da presença incômoda de Antônio. Convém dizer que não nos aprofundamos na abordagem e análise desta e de outras obras empreendidas por Otaviano, visto que elas aqui se encontram apenas com o fim de demonstrar a grande quantidade de obras arquitetônicas construídas ou reformadas por ele neste período de seu governo, de modo

²² Para Jacques Ellul (apud: GONÇALVES, 2001: 55), “propaganda é definida como o simples, mas importante, ato de organizar, selecionar e divulgar informações, com o uso de persuasão, de síntese e de imagens que estão na memória dos receptores das mensagens”.

que nos debruçamos de modo mais detido em apenas uma de suas construções deste período, o Fórum de Augusto, no terceiro capítulo.

Voltando aos acontecimentos, ainda em 29 a.C., quando era construído seu mausoléu, Otaviano realizou seu triplo triunfo²³, sobre Ilíria, Egito e Ácio. Foi um acontecimento magnífico, no qual a população pôde observar a grandeza de Otaviano e a enorme riqueza que este trazia como butim de guerra. Pôde-se ver também uma efígie de Cleópatra, bem como seus filhos sobreviventes, Alexandre Hélio e Cleópatra Selene.

Atrás deles estava Otaviano, no carro tradicional puxado por quatro cavalos, e vestido com uma toga bordada com ouro e uma túnica com flores. Na cabeça levava uma coroa de laurel, o símbolo da vitória. Normalmente, um general vitorioso seguia atrás dos detentores dos cargos do Estado e do Senado, porém, nesta ocasião, Otaviano foi primeiro, em uma clara demonstração de seu predomínio político (EVERITT, 2008: 243).

Dias depois foram inaugurados importantes edifícios no Fórum Romano (Imagem 02). A nova Cúria, que havia sido reconstruída após um incêndio²⁴ e que mudara de nome, de Cúria Hostília para Cúria Júlia, em homenagem a César. Também foi consagrado o templo do *Diuus Iulius*, que, como já falamos anteriormente, havia sido prometido já em 42 a.C. quando da divinização de César. É interessante frisar que apesar de sua construção ter sido prometida e iniciada ainda no tempo do triunvirato e, portanto, de responsabilidade não só de Otaviano, como também de Antônio e Lépido, Otaviano em suas *Res Gestae* escreve que tal templo é uma construção sua, sem mencionar o nome dos outros dois, de modo a passar para a posteridade que tal obra era um feito unicamente seu (*Res Gestae Diui Augusti*, XIX).

O templo se localizava em lugar de destaque no Fórum, e o momento estratégico de sua consagração contribuiu ainda mais para que a Otaviano se ligassem virtudes como, por exemplo, a *pietas*, da qual voltamos a falar posteriormente. Para Zanker (2005: 103-106), a reestruturação do Fórum Romano ofereceu um exemplo demonstrativo de como Otaviano ocupou a cidade com seus edifícios e os signos de sua

²³ Os triunfos eram cerimônias grandiosas, uma procissão ritual, em que o vitorioso líder desfilava através das ruas da cidade, à frente de suas tropas, apresentando seus espólios e seus prisioneiros para a população. Ele adentrava a cidade pelo portão triunfal, esplendidamente vestido e sobre uma quadriga (BEARD, NORTH e PRICE, 1998: 44). Os triunfos se iniciavam no Campo de Marte, o deus da guerra, e além do comandante vitorioso e suas legiões, contava também com a presença de senadores, músicos e dos animais que seriam sacrificados no lugar de destino da procissão, o Capitólio (EVERITT, 2008: 52-53).

²⁴ Os incêndios eram muito comuns no mundo antigo, devido principalmente aos materiais utilizados nas construções, de modo que Vitrúvio, em diversas partes de sua obra, se preocupou com este aspecto, recomendando determinados materiais e cuidados a se tomar para evitá-los. Os problemas advindos dos incêndios levaram Otaviano, anos mais tarde, a instituir uma espécie de brigada contra incêndio, cujo responsável era o *praefectus uigilum*.

vitória, visto que os novos edifícios inaugurados eram ricamente decorados com motivos que se ligavam à vitória de Ácio. Além disso, no Fórum também foi construído uma nova plataforma para os oradores, a *Rostra Caesaris*, que foi decorada com proas de barcos, as *rostra* da batalha de Ácio.

A consagração da Cúria Júlia topograficamente marcou o fim de uma era ao completar a nova orientação do Fórum, com a Cúria, um símbolo do poder e prerrogativa senatorial – na verdade, um símbolo da própria República – que virou-se para a nova *Rostra Caesaris*. [...] A remoção da Rostra para longe da Cúria separou o orador topograficamente e simbolicamente da influência do Senado. [...] A nova topografia do Fórum insinua uma redefinida distribuição de poder político sob o Principado (SUMI, 2008: 223).

Como podemos ver, Otaviano se utilizou da arquitetura, das construções e reconstruções de edifícios públicos e da mudança na topografia do Fórum para assegurar que uma imagem positiva de si fosse transmitida à população. Ele dava continuidade, nestes primeiros anos sem Antônio, à incrível empreitada cujo resultado seria transformar Roma em uma cidade digna de ser a capital de um vasto império territorial. Ele “converteu Roma em um lugar digno tanto do Imperador quanto do Império, embelezando e melhorando a cidade” (HOPE, 2005: 75).

Junto a isso, em 28 a.C., ele demonstrou ainda mais fortemente sua *pietas* e seu compromisso com a religião e com o *mos maiorum*, ao empreender um grande esforço de restauração religiosa, no qual dentre as tarefas realizadas estava a de restaurar os antigos templos localizados na *Urbs*, que haviam ficado relativamente abandonados por aqueles que deveriam cuidar de tais obras, devido principalmente aos problemas advindos das guerras civis. Posteriormente, Horácio escreveu no terceiro livro das *Odes* que os romanos pagariam pelos erros de seus ancestrais até que cada templo em ruínas fosse restaurado (Horácio. *Carminum*, III. 6). Tito Lívio, outro contemporâneo de Otaviano, Horácio e Vitruvius, deixa entrever no livro quarto de sua obra este importante papel de Otaviano enquanto restaurador dos antigos templos, tratando-o como “fundador ou restaurador de todos os santuários”²⁵ (TITO LÍVIO. *Ab Urbe Condita*, IV. 20. 7).

Suetônio em seu tempo também cita este empreendimento de Otaviano, afirmando que este

Refez velhos templos desmoronados por sua antiguidade ou destruídos por algum incêndio e ornou-os e a outros com doações riquíssimas, chegando a empregar dezesseis mil libras de ouro e gemas e pérolas no valor de

²⁵ “Templorum omnium conditorem aut restitutorem”.

cinquenta milhões de sestércios no santuário de Júpiter Capitolino²⁶
(SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus, XXX).

Tais reformas eram realizadas com o objetivo de ressaltar ainda mais a tradição romana, visto que os templos eram restaurados de modo a continuar com todas as características arcaizantes que lhe eram próprias, com os materiais costumeiramente utilizados na tradição arquitetônica itálica e com o mesmo estilo que possuíam antes das restaurações. Zanker (2005: 286) assinala que um estilo arcaico era utilizado já desde o século V a.C. para determinadas funções religiosas e que durante o governo de Otaviano estas formas arcaicas, que representavam uma antiga tradição, floresceu e tinham, então, uma “singular irradiação religiosa”.

Os velhos materiais tornam a ganhar dignidade. Ainda neste ponto, Otaviano voltou-se ao respeito pelas tradições venerandas, sobretudo quanto à restauração de santuários, como se receasse “expatriar” as divindades de antanho ao modernizar inconsideradamente a sua morada (GRIMAL, 1997: 85).

Neste ano de 28 a.C., Otaviano recebeu o título de *Princeps*, título este que deu origem ao termo “Principado” que passou a nomear a forma de governo que se iniciou com ele, mas apesar de usarmos este termo, Erich Gruen (2007: 33-34) esclarece que este conceito, em referência à forma de governo, só se tornou de uso comum após Augusto, de tal modo que em seu tempo o termo não era utilizado do mesmo modo que, por exemplo, na época de Tácito. Otaviano quando se refere a si como *Princeps*, se utiliza do vocábulo que já era usado na República e que era “uma designação de figura influente, um sinal de estima e autoridade”.

Neste mesmo ano, Otaviano deixou entrever uma das características que foi marcante durante todo o seu Principado, qual seja, a de valorizar o que se relacionava à tradição dos antigos romanos e também dos gregos, como vemos melhor mais adiante. Com relação especificamente à restauração destes templos, o próprio Otaviano declarou: “Reformei oitenta e dois templos dos deuses na *Urbs* em meu sexto consulado e pela autoridade senatorial, nada negligenciando do que era, então, preciso reformar”²⁷ (*Res Gestae Diui Augusti*, XX).

Karl Galinsky (2007: 71) esclarece que na Antiguidade as restaurações de templos e outras obras públicas eram frequentes e a partir da Arqueologia vê-se que

²⁶ Aedes sacras uetustate conlapsas aut incendio absumptas refecit easque et ceteras opulentissimis donis adornauit, ut qui in cellam Capitolini Iouis sedecim milia pondo auri gemmasque ac margaritas quingenties sestertium una donatione contulerit.

²⁷ Duo et octoginta templa deum in urbe consul sextum ex auctoritate senatus refeci nullo praetermisso quode o tempore refici debebat.

raramente estas reconstruções eram uma réplica exata da antiga estrutura, em tal medida que o mais comum é que um novo e diferente edifício, mesmo sem ser radicalmente diferente, se erguesse sobre as antigas fundações. Porém, apesar de esta ser uma prática comum à época, no que se refere aos templos restaurados por Otaviano neste ano devemos vê-los realmente apenas como restaurações e não como construções novas sobre antigas fundações. Estas restaurações não faziam parte da ambiciosa transformação de Roma de uma cidade de tijolos para uma cidade de mármore, pois tais restaurações com a permanência da aparência original pode facilmente ser tomada como demonstrando o sentido de Otaviano de *religio* (GALINSKY, 1998: 295), ou seja, manter uma ligação cósmica com as divindades sem alterar os canais pelos quais esta ligação se estabelecia, no caso os templos religiosos.

Além disso, as reformas de tais templos se ligavam a uma mais ampla restauração religiosa e dos ritos tradicionais que Otaviano também empreendeu. De acordo com John Scheid (2007: 177), a restauração empreendida por Otaviano foi uma reação contra a negligência dos deveres rituais públicos e dos templos, ocorrida devido às desordens das guerras civis, e que estas restaurações eram parte de seus objetivos políticos, visto que “restaurar a *Res Publica* automaticamente significava restaurar suas instituições religiosas e lugares de culto, especialmente quando eles tinham sido negligenciados ou mesmo esquecidos”. Diane Favro, em alguns trabalhos seus (1992: 61; 2007: 242), também afirma que antes do governo de Otaviano, templos e outras estruturas públicas sofreram com décadas de negligência.

No que se refere à suposta negligência de manutenção dos templos antes do governo de Otaviano, Beard, North e Price (1998: 122) questionam se isto não seria uma falsa representação, pois, segundo eles, com uma cuidadosa pesquisa através das referências aos projetos de construções religiosas do fim da República, bem como das evidências arqueológicas remanescentes, pode-se “produzir uma imagem bastante clara da fundação regular de novos templos e da contínua manutenção dos antigos ao longo dos últimos anos da República”, o que coloca a teoria da negligência em cheque.

Seja como for, o que nos interessa aqui é sublinhar que, havendo ou não negligência, esta foi a imagem passada por Otaviano e seu grupo, de tal forma que a restauração de edifícios públicos foi uma das principais formas de demonstrar o retorno da estabilidade e da prosperidade, e no que concerne à arquitetura religiosa, demonstrava o comprometimento do *Princeps* com a busca e a manutenção da *pax deorum*, através do cumprimento dos deveres que competiam a ele e aos demais

cidadãos. Mesmo porque, na relação entre deuses e homens, entre os deuses e a comunidade:

Os deuses lá estavam para proteger a comunidade, para salvaguardar seus valores, e para ajudar a incutir um comportamento cívico adequado. Quando seus templos ruíam era um sinal do desgaste deste tecido. Sua restauração significava o retorno da, devidamente ordenada, estabilidade cívica (GALINSKY, 2007: 74).

Além das restaurações, não poderíamos deixar de falar aqui sobre outra importante construção que Otaviano empreendeu. Trata-se do templo de Apolo, sobre o Palatino (Imagem 01). Este importante templo, como já vimos, havia sido prometido²⁸ por Otaviano em 36 a.C. quando da vitória sobre Sexto, em Nauloco. A vitória foi não só bem vinda quanto significativa. Ela veio apenas depois de consideráveis reveses para Otaviano e marcou o início de sua ascensão no triunvirato. A ocasião clamava por uma destacada associação arquitetural com a Vitória, e o Palatino foi o lugar escolhido para esta associação (GALINSKY, 1998: 213). Em 28 a.C. o templo foi finalmente consagrado.

Este templo é de suma importância para a compreensão deste contexto, pois demonstra claramente alguns aspectos presentes no modo de governar de Otaviano, que adota este deus grego de modo a associar-se a algumas das características que lhe eram próprias, tais como a moral e a disciplina. Além disso, ao não possuir nenhuma divindade homóloga no panteão romano, demonstra também em que nível se deu a utilização de um referencial helênico por parte de Otaviano em seu governo, referencial este que, como vemos, esteve bastante presente na arquitetura do período, de modo tal que podemos falar de um processo de helenização.

Devemos aqui abrir espaço para melhor definir o que entendemos por helenização, visto que, como defendemos ao longo do trabalho, Otaviano teria se utilizado de referenciais arquitetônicos gregos em algumas de suas construções, ou seja, em alguns dos empreendimentos arquitetônicos erigidos por ele. No seu Fórum juntamente com o templo de Marte Vingador, dos quais tratamos com maior atenção no terceiro capítulo, ele se inspirou claramente no padrão decorativo de templos atenienses, por exemplo. Além disso, como defende Favro (2007: 241), Otaviano teria adotado um

²⁸ É importante lembrar que, como esclarece Favro (2007: 237), a promessa (*votum*) de tais templos, como o de Marte Vingador em 42 a.C. e o de Apolo em 36 a.C., era uma boa propaganda para Otaviano, pois imortalizava suas façanhas militares. Não podemos esquecer, no entanto, que o *votum* de templos em campo de batalha esteve bastante presente durante a República e foi amplamente utilizado por diversos generais (ZIOLKOWSKI, 1992; ORLIN, 2002).

“classicizante estilo Greco-Romano”, ao contrário das evidentes formas “orientalizantes”, como forma de legitimar seus projetos arquitetônicos, tanto que “ele limitou as construções no estilo egípcio ao banir de Roma o culto aos deuses egípcios”.

Como Simon Swain (2003: 410-411) aponta, a grande difusão de cultura e da tradição grega em Roma pode ser reflexo da visão que se tinha do passado grego como um modelo, de modo tal que os romanos esperavam encontrar na Grécia o passado, e este passado poderia estar centrado nos mitos e histórias de Atenas, por exemplo. Este aspecto pode ser percebido tanto no padrão decorativo de importantes obras arquitetônicas de Otaviano, como também na obra de Vitrúvio, que busca em mitos gregos ou em histórias que se passam em cidades gregas do período Clássico a explicação, por exemplo, da origem dos diferentes tipos de colunas, o que vemos com mais atenção no próximo capítulo. Esta inspiração e admiração da cultura grega de um modo geral podem ser chamadas, também, de filo-helenismo²⁹.

É importante ressaltar que, como esclarece Andrew Wallace-Hadrill (2008: 17-28), o Império Romano não se rendeu a uma suposta “superioridade” da cultura grega, assumindo um papel essencialmente passivo, mas pelo contrário, o que ocorreu foram trocas recíprocas, uma apropriação dialética na qual houve um contínuo processo de diálogo uma com relação à outra, de tal modo que romanos poderiam falar grego ou imitar os gregos sem se tornarem, com isso, menos romanos. Haveria, portanto, um diálogo e não uma fusão entre as culturas. Outro aspecto relevante discutido pelo autor é com relação à falsa visão de que a influência helênica em Roma teria ocorrido em um período específico (começando aproximadamente no fim do século III a.C.), pois, segundo o autor, a arqueologia demonstra que mesmo antes do período republicano já havia um diálogo e um conjunto de trocas através das quais o “helênico” era constantemente imitado sem diminuir de modo algum a identidade romana ou itálica.

Numa perspectiva semelhante se encontra Erich Gruen (1986: 270), ao afirmar que o fato de aristocratas romanos admirarem a arte ou a cultura grega, por exemplo, não implicava numa total aceitação a tudo o que vinha deles, de tal forma que poderiam mesmo se utilizar de um legado grego ao mesmo tempo em que poderiam menosprezar os representantes deste legado. Citando Gruen:

²⁹ Erich Gruen (1986: 250) esclarece que o filo-helenismo pode ser percebido em diversos aristocratas romanos já a partir do terceiro e segundo séculos a.C. Segundo este autor, este termo pode ser relacionado àqueles que falavam e escreviam em grego, que admiravam a cultura grega e ficaram sob sua influência, ou que a emularam ou a invejaram. Sob esta perspectiva, tanto Otaviano quanto Vitruvius podem ser relacionados ao filo-helenismo.

Objetos de arte furtados do leste eram expostos em templos romanos e lugares públicos. Artistas gregos, intelectuais, mesmo atletas, atores e artistas encontraram seu caminho para Itália em números cada vez maiores. Ao mesmo tempo, contudo, existiu a depreciação do caráter grego, a ridicularização do filosofar e da eloquência grega, até mesmo ocasionalmente a ação do Estado contra cultos, filósofos e retóricos gregos. Intelectuais romanos absorveram e se beneficiaram da cultura helênica, mas se sentiam livres para desmerecer e difamar seus representantes. Eles não viam contradição nisso (GRUEN, 1986: 270).

A partir disto, cremos que a melhor forma de definir helenização é como um processo pelo qual a cultura helênica se propagou para outras áreas – em nosso caso, Roma – sem ter, no entanto, a falsa ideia de que teria existido uma cultura genuinamente grega ou mesmo romana. Desta forma, adotando a teoria de Wallace-Hadrill, defendemos que o que ocorreu em Roma foi a adoção de alguns aspectos da cultura grega dentre uma infinidade de outros, mas que isso não era visto como uma forma de diminuir certa “romanidade” que cada indivíduo julgava possuir dentre uma infinidade de características que poderiam ser consideradas como definidoras de um romano. Mesmo porque “a propagação por toda a Itália de monumentos arquitetônicos, artigos de luxo, modos de escrever e de pensar que estavam todos profundamente impregnados com o “grego” conta-nos mais sobre o poder de Roma que sobre o poder do que é helênico” (WALLACE-HADRILL, 2008: 20).

Houve, portanto uma apropriação dialética em termos culturais, pela qual os romanos selecionaram e adaptaram determinados aspectos da cultura grega tomando-os, muitas vezes, em pé de igualdade com outros aspectos que lhes eram próprios. Isso se relaciona diretamente com Otaviano e algumas de suas construções inspiradas no padrão decorativo de templos gregos do período Clássico, bem como com a obra de Vitruvius que, por exemplo, ao apresentar as regras para a construção de edifícios públicos lança mão de sistemas de regras transmitidos pelos gregos ao lado de aspectos e características próprias dos romanos. Além disso, como esclareceu Wallace-Hadrill (2008: 28), estes elementos gregos eram romanizados por um ato de autorredefinição.

Voltemos, porém, agora, ao assunto que nos permitiu tratar do que entendemos por helenização neste contexto, ou seja, voltemos a tratar sobre o templo de Apolo, no Palatino. Segundo Galinsky (1998: 213-215), a colina do Palatino era a mais venerável colina de Roma, pois nela se encontrava a gruta Lupercal onde a lendária loba havia amamentado Rômulo e Remo, e no topo da colina estava a cabana de Rômulo, que foi preservada e renovada através da história de Roma. Além disso, nesta colina se encontravam um templo dedicado à deusa Vitória e outro dedicado à Vitória Virgo. “Ao

escolher este lugar em particular para seu templo, portanto, Otaviano associou-se tanto com Vitória – um tema geral que ele perseguiu na época – quanto com algumas das mais sagradas tradições da fundação de Roma” (GALINSKY, 1998: 215).

Deste modo, após adquirir, com recursos próprios, um espaço para a construção de sua casa no Palatino, um raio atingiu o lugar, o que foi tomado como um *prodigium*, que foi interpretado pelos arúspices como um desejo de Apolo por aquela área. Deste modo, Otaviano fez de toda aquela área um lugar público, dedicando-o a Apolo, mas o povo resolveu que a casa deveria ser oferecida a Otaviano às expensas públicas (DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIX, 15).

Assim, o templo foi construído lá, e ele estava ligado à sua casa. Após a vitória em Ácio, Apolo, cuja proteção a Otaviano tinha sido sugerida pelo *prodigium* de 36 a.C. e suas consequências, assumiu a papel de um poderoso protetor e deus da guerra. [...] Com o seu esplendor, seus pórticos e bibliotecas, o templo de Apolo era um símbolo do novo regime imperial (SCHEID, 2007: 179).

Este templo possuía uma colunata coríntia e foi construído com um branco mármore de Carrara sobre um alto pódio. O alto do templo estava coroado pela quadriga do deus Sol, que se identificava com Apolo desde os tempos helenísticos. As portas do templo eram feitas de marfim, sobre as quais foram esculpidas cenas mitológicas, tais como a que alude à punição que Apolo confere a Níobe por esta ter ridicularizado Latona, mãe de Apolo, pelo fato de ter tido menos filhos que ela própria. “Apolo assim aparece como salvador e vingador, duas características que ressoaram no contexto augustano muito além de uma mera referência à batalha de Ácio” (GALINSKY, 1998: 218-219).

O templo de Apolo, assim, possuía estreita ligação com Otaviano e sua casa, constituindo um verdadeiro complexo arquitetônico, no qual o templo era ligado à casa de Otaviano por corredores, e tinha ligado a ele uma biblioteca onde se encontravam textos de escritores gregos e latinos. Além disso, como ressalta Haselberger (2007: 90), a inauguração do templo de Apolo, no Palatino, sublinhava uma importante inovação, pois já existia em Roma um templo dedicado ao deus Apolo, no entanto este se encontrava localizado fora do *pomerium*; “agora o deus mudou-se até uma esplêndida casa nova sobre a colina Palatina, ‘dentro’ da casa do governante, que vivia junto com ele; Apolo definitivamente se tornou a ‘divindade principal’ da nova era” (HASELBERGER, 2007: 90).

A consagração do Templo de Apolo, em certa medida, foi a culminância da política adotada por Otaviano desde os tempos do triunvirato, quando buscava denegrir

a imagem de Antônio e sua excessiva proximidade com Cleópatra e o estilo de vida luxuoso e extravagante do Oriente.

Antônio era visto como favorecendo divindades orientais e apreciando uma vida de luxo e decadência. A decisiva batalha de Ácio era retratada como o conflito final entre as refinadas e civilizadas qualidades romanas e as bárbaras tradições do Egito e do Oriente. A batalha não foi entre dois romanos, mas entre Roma e Otaviano de um lado e Egito e Cleópatra do outro (HOPE, 2005: 73).

De acordo com Richard Beacham (2007: 158), em contraste com a sensual autoindulgência e o licencioso dionisismo completamente incorporado pelas excentricidades de Antônio, se erguia Apolo pela disciplina, moralidade e moderação. “Estas tradicionais virtudes romanas agora eram exigidas urgentemente para a missão vital de criar uma nova ordem, digna do passado de Roma” (BEACHAM, 2007: 158). Com Apolo, Otaviano firmava de modo claro seu comprometimento com as tradições ancestrais, sejam elas romanas ou gregas. A meta dele “consistia não só em imitar o melhor dos gregos, mas em criar algo que fosse equivalente a sua cultura clássica” (ZANKER, 2005: 114). Com isso, Galinsky chega a afirmar que:

Os novos templos eram uma manifestação visual esplêndida de sua *auctoritas*. A descoberta das jazidas de mármore de Luna (Carrara) em meados do primeiro século a.C. permitiu aos construtores de Otaviano rivalizar os templos gregos em magnificência, gasto e riqueza de detalhes. O resultado foi a usual síntese: a herança itálica do pódio foi mantida e combinada com a mais elaborada das ordens arquitetônicas gregas, o estilo coríntio³⁰ (GALINSKY, 1998: 295).

Outro exemplo que podemos citar acerca da construção de novos templos neste período, embora não sendo uma obra de Otaviano, é o Panteão de Agripa, localizado no Campo de Marte (Imagem 01). O Campo de Marte, onde, como vimos, se localizava o Mausoléu de Otaviano, foi a parte de Roma que mais sofreu intervenções urbanísticas e arquitetônicas neste período, passando por uma incrível transformação e engrandecimento, de modo que não fazemos mais do que citar rapidamente a grandiosidade de algumas de suas construções, visto que o Campo de Marte com suas construções não se constituem o foco de nossa atenção. Deste modo, como forma de ilustrar a beleza exuberante que o Campo de Marte deve ter ostentado neste período, citemos Estrabão:

Pompeu, *diuus* César e Augusto, juntamente com seus filhos, amigos, esposa e irmã, superaram todos os outros em seu zelo e munificência nestas decorações. O maior número delas pode ser visto no Campo de Marte, que às belezas da natureza se juntam aquelas da arte. O tamanho da planície é

³⁰ Voltamos a tratar melhor deste assunto no próximo capítulo.

maravilhoso... [O Campo de Marte] é tão magnífico, que pareceria inútil descrever o resto da cidade depois dele (ESTRABÃO. *Geografia*, V. 3. 8).

Em diversas passagens de sua obra, Haselberger (2007) ressalta a importância do Campo de Marte para as construções ocorridas neste período, esclarecendo também que a transformação de Roma ganhou uma definição em larga escala neste ano de 27 a.C., concentrada principalmente no Campo de Marte. “Durante quase uma década mais tarde, a área central do Campo de Marte seria um enorme canteiro de obras” (HASSELBERGER, 2007: 102). E Agripa desempenhou um papel de destaque nesta empreitada. Segundo Dion Cássio (História Romana, LIII, 27), Agripa teria embelezado Roma à sua própria custa e é sob as ordens dele que foi concluída em 27 a.C. a construção do Panteão, com o objetivo de abrigar dentre outras estátuas, as de Otaviano e dele próprio. Porém, com a recusa de Otaviano de colocá-las na cela principal, ao lado das estátuas de Marte e de Vênus, Agripa teria colocado então a estátua de Júlio Cesar, enquanto que sua estátua, juntamente com a de Otaviano, teria ficado em uma antessala.

Através das descobertas arqueológicas sabe-se que este templo possuía uma planta retangular, construído com blocos de travertino e forrado com mármore, suas colunatas possuíam ainda capitéis em bronze³¹.

Creemos que o Panteão de Agripa, juntamente com as outras obras arquitetônicas empreendidas por ele, se ligava a uma espécie de promoção da figura de Otaviano, de modo a firmar e ressaltar os costumes religiosos tradicionais de Roma, além de fazer frente aos aspectos culturais vindos do Oriente. E como vemos mais à frente, é nesta mesma perspectiva que se deu a publicação do *De Architectura*, de modo a se ligar a esta política de restaurações e construções empreendida por Otaviano desde o período triunviral. A obra de Vitrúvio vai ao encontro deste esforço do *Princeps* de construir em Roma e nas províncias uma infraestrutura arquitetônica digna do Império, na qual se aliava o que havia de melhor na tradição grega clássica e na tradição arquitetônica e decorativa de imponentes cidades helenísticas, com o melhor da tradição romana.

Roma implanta o modelo da *Civitas* por excelência por todas as partes. Em vez da anterior situação do mundo clássico, *poleis* independentes, agora a base segue sendo a cidade, mas com uma limitação: existe uma CIDADE e as

³¹ Deste templo quase nada restou, pois um incêndio o teria destruído, o que fez com que ele fosse reconstruído pelo Imperador Adriano no século II d.C., com um formato circular como ainda pode ser visto nos dias atuais, pois este templo reconstruído por Adriano encontra-se em perfeito estado de conservação. Segundo D. S. Robertson (1997: 290-296) o Panteão reconstruído por Adriano é “uma das obras mais célebres e gloriosas da arquitetura antiga, a mais antiga construção coberta importante do mundo, ainda intacta”.

restantes devem acoplar-se a este modelo, assim como em uma escala maior estão sob a direção emanada da figura do Imperador (PRIETO; MARIN, 1979: 101).

Em seu governo, Otaviano empreendeu não só a construção do Império no que tange à arquitetura, mas também a construção de todo um imaginário imperial, a partir da arquitetura e do repertório imagético representado nela, fazendo assim o uso e manipulação das representações advindas de uma memória coletiva que tinha na arquitetura um lugar de destaque.

Em 27 a.C., Otaviano mudou de postura pondo fim, assim, ao que Walter Eder (2007: 23) chama de “Período Otaviânico”. No período tratado neste item, ou seja, de 29 a.C., quando da realização do seu triplo triunfo, até o início de 27 a.C., segundo Eder, Otaviano teria gasto aproximadamente 1 bilhão de sestércios de modo a provar seu cuidado e interesse com o povo de Roma, bem como seu respeito pelos antigos deuses de Roma ou, “sob um ponto de vista diferente, ele tentou comprar seu reconhecimento como Primeiro Cidadão e o maior benfeitor”. Deste modo, podemos considerar este período como um ponto de inflexão, de mudança no modo como Otaviano se comportou perante o Império. Walter Eder assevera ainda que:

Em 28 a.C., Otaviano afastou-se de sua fase “Otaviânica”, através de uma maior aproximação às normas republicanas. Ele derreteu oitenta estátuas de prata que eram dedicadas a ele, fez seu nome desaparecer gradualmente, e parou de usar seus poderes especiais (EDER, 2007: 23).

Devido a isto decidimos finalizar este tópico neste período de transição para tratar sobre sua postura após 27 a.C. no item seguinte quando abordamos com maior atenção sua postura em relação à restauração religiosa e moral.

1.3. Um governo augusto: Religião e moral em lugar de destaque

Antes, no entanto, de lidarmos com o contexto que se segue ao ano de 27 a.C., é necessário que especifiquemos, mesmo que rapidamente, a que nos referimos quando falamos de religião romana e quais as suas principais características no período que abordamos, visto que a religião foi um aspecto fundamental no governo de Otaviano, já que ele ligou sua imagem de modo contínuo a uma restauração religiosa, demonstrando a *pietas* presente em seus atos.

De acordo com Claudia Beltrão (2008: 15), “falar em ‘religião romana’ é falar de uma vasta categoria, que compreende diferentes elementos e um enorme número de práticas, instituições e crenças”. De modo que seria impossível, como alerta a autora,

abarcam todos estes elementos em pouco tempo. Partindo desta perspectiva, nossa atenção neste trabalho está voltada para a “religião ‘oficial’ tradicional da cidade de Roma” (BELTRÃO, 2008: 15). Deste modo, quando tratamos acerca desta temática nos utilizando da expressão “religião romana”, estamos aludindo às crenças, ritos, mitos e práticas religiosas que eram compartilhadas por um grande número de indivíduos e que estavam presentes no dia a dia das pessoas, enquanto religião “oficial”.

É importante frisar que não havia em Roma uma distinção ou separação entre o que entendemos por religioso e o que entendemos por secular, pois a religião estava presente em todos os momentos da vida em sociedade, como, por exemplo, nas decisões dos magistrados em que não se distinguia, à época, o que era política e o que estava na esfera do religioso. “Aqueles que detinham o poder político controlavam o acesso aos deuses; aqueles que controlavam o acesso aos deuses detinham poder político” (MCEWEN, 2003: 188).

Deste modo, “separar política e religião não é uma boa maneira de abordar o mundo romano, pois que não existiam como categorias distintas. Rigorosamente falando, não havia sequer equivalente em latim para as nossas palavras ‘religião’ e ‘política’” (BELTRÃO, 2008:17). Para os antigos o termo *religio*, do qual se deriva a palavra religião, designava o cuidado em não omitir nome algum em uma relação e ao mesmo tempo o conjunto e o rigor dos vínculos reconhecidos que vinculavam a atividade humana aos deuses (BAYET, 1956: 141). *Religio* regularmente se referia, portanto, “às honras tradicionais oferecidas aos deuses pelo estado” (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 216). Sua conotação primária “parece ter sido ‘uma obrigação com respeito ao divino’, geralmente com a força negativa da ‘proibição ou escrúpulo’, mas algumas vezes com o sentido positivo de ‘ritual prescrito ou prática costumeira’” (RIVES, 2007: 13-14). *Religio* define assim uma espécie de comportamento, de atenção no devido cumprimento das obrigações para com os deuses. Em sua obra, *De Natura Deorum*, Cícero coloca que a *religio* dos romanos estaria dividida em *sacra* e *auspícia*, sendo a primeira “o conjunto de regras e rituais que nós livremente agrupamos sob a palavra religião”, sob a responsabilidade dos *pontífices*; e a segunda “um dos principais eixos de comunicação entre homens e deuses”, sob a responsabilidade dos *augures* (CÍCERO, apud: GORDON, 2003: 62).

Diferentemente das religiões de salvação, as tradições religiosas romanas não tinham como fim a salvação de seus adeptos:

Neste tipo de religião, o indivíduo não ocupa, como tal, um lugar central. Não participa do culto por razões puramente pessoais, como criatura singular voltada para a salvação de sua alma. Exerce nela o papel que seu estado social lhe atribui [...] Religião que consagra uma ordem coletiva e que integra nesta, no lugar que convém, suas diferentes componentes, mas que deixa fora de seu campo as preocupações relativas a cada indivíduo, à eventual imortalidade deste, ao seu destino além da morte (VERNANT, 2006: 08).

A religião romana era uma religião cívica, na qual os membros da sociedade buscavam desempenhar suas funções religiosas do melhor modo possível para com isso agradar aos deuses e garantir a *pax deorum*. A religião romana,

era essencialmente uma religião “pública” e estava profundamente envolvida na vida política romana em todos os períodos. Deuses, deusas e rituais estavam intimamente ligados a todas as atividades de guerra e paz e os interesses divinos se voltavam à promoção do sucesso de Roma, tendo um papel ativo neste, em cooperação com os seres humanos (BELTRÃO, 2008: 16).

De acordo com Jean Bayet (1956: 22), com relação aos deuses, os romanos possuíam a princípio o que se pode chamar de antropopsiquismo, de origem indo-europeia, o que é caracterizado, por exemplo, pela sua crença e culto aos Lares³², ao *Genius*³³, aos Penates³⁴ e ao numen³⁵ dos deuses, sendo os três primeiros originalmente latinos. A religião romana era caracterizada também por uma relativa abertura ao que era próprio de outras culturas com as quais se relacionavam, de modo que muitos dos traços característicos de suas tradições eram na verdade apropriações estabelecidas a partir destes contatos³⁶. Dentre os povos que mais decisivamente influenciaram os romanos, podemos citar os etruscos e os gregos, embora não tratemos com maior atenção acerca de tais influências, deixando claro mais uma vez, apenas, que Roma não sofreu a influência de outros povos de modo passivo, como se nada possuíssem de seu, sendo somente o resultado destas influências.

³² Deuses do culto familiar com vocação social, a quem eram dirigidas as orações e os sacrifícios dos integrantes da família.

³³ Representa a consciência divina que um indivíduo tem de si mesmo. Como, por exemplo, as estatuetas de um homem com toga que representavam o *genius* do *pater familias*.

³⁴ Deuses do culto doméstico responsáveis pelas provisões da família.

³⁵ A noção de *numen* está ligada a uma espécie de força divina, vontade ou desencadeamento do querer. Pode indicar os diferentes poderes de um deus e as divindades mais abstratas (como Concórdia, Vitória, Clemência, entre outras virtudes e sentimentos divinizados).

³⁶ Sobre este aspecto, Claudia Beltrão afirma que: “Uma das características mais visíveis da atmosfera religiosa romana era uma abertura às inovações e ajustes em todos os períodos sobre os quais temos informações. Havia mesmo mecanismos regulares para facilitar e regular esta abertura. Ao mesmo tempo, o que sabemos sobre as atitudes romanas nos mostra um nível muito alto e consciente de conservadorismo, que valorizava as tradições e o *mos maiorum* e acreditava que somente a escrupulosa retenção das práticas e rituais do passado poderia agradar deusas e deuses. Uma das soluções deste paradoxo talvez seja perceber que muito do que chamamos de inovação não foi percebido como tal por seus contemporâneos” (BELTRÃO, 2008: 15).

Outro aspecto que deve ser ressaltado aqui é a relação que a religião romana estabeleceu com a mitologia³⁷. Apesar de conhecermos bem mais a mitologia grega, podemos observar também sua presença em solo romano, não somente ligados à religião, mas também relacionados a diversos outros aspectos, sendo, por exemplo, amplamente utilizados no governo de Otaviano, de modo a ligar seu governo com um passado mítico glorioso, como pode ser observado na *Eneida* de Virgílio, sobre a qual falamos posteriormente. Os mitos também estão presentes em Vitrúvio, como forma de explicar a origem de algumas regras arquitetônicas, das quais falamos no próximo capítulo.

É importante percebermos que muitas das narrativas que hoje classificamos na categoria de mitos, não eram consideradas desta forma pelos antigos, que ao contrário as viam como relatos de fatos reais ocorridos em tempos passados. Deste modo, a melhor forma de definir o que hoje chamamos de mitos é buscando vê-los como eram percebidos pelas sociedades antigas, ou seja, como uma história verdadeira. Quanto a este assunto, convém acrescentar que Roma possuía seus mitos de forma ainda mais integrada à história da Pátria:

[...] existe mesmo uma mitologia romana, mas não se encontra onde se esperaria, não tendo nem as mesmas origens nem as mesmas funções da mitologia grega. Enquanto esta se elaborava, sobretudo, em torno de personalidades divinas e heroicas e só encontrava a História acidentalmente, os mitos romanos estão mais intimamente ligados à cidade e apresentavam-se facilmente sob um disfarce histórico (GRIMAL, 2009: 143).

O imaginário romano no fim da República e durante o governo de Otaviano conta com uma profusão de imagens mitológicas, representadas nos mais diversos suportes, sejam em obras artísticas ou literárias.³⁸ Com Otaviano, este repertório mitológico presente na memória coletiva foi reivindicado a seu favor e utilizado com o objetivo de ligar seus feitos com aqueles realizados por heróis lendários, bem como, com o fim de inscrever seu nome na história de Roma e na memória das futuras

³⁷ Segundo Walter Burkert (2001: 17), a palavra grega *mythos* significava fala, narração, concepção. Desta forma, os mitos são narrativas tradicionais, com a função de ligar o presente ao passado e simultaneamente canalizar as expectativas do futuro. Segundo Mircea Eliade, a definição menos imperfeita para mito é que: “O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas de Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. [...] O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente” (ELIADE, 2004: 11).

³⁸ John Scheid (2003: 132), defende a tese de que Otaviano teria se utilizado da mitologia como uma ferramenta política extremamente eficaz em seu governo e que alguns desses mitos “politizados” foram usados com sucesso e sobreviveram porque eles ligavam uma preocupação política imediata com um fato fundamental da ordem das coisas, e que, golpeando um acorde fundamental da consciência romana, eles também se tornaram suscetíveis a muitas outras investigações.

gerações e para melhor perceber este aspecto, voltemos aos acontecimentos que tomaram lugar a partir de 27 a.C..

Neste ano, após transferir a *res publica* de seu poder para o arbítrio do Senado e do povo romano, “o que foi cuidadosamente considerado, negociado, e orquestrado” (GALINSKY, 1998: 315) por Otaviano, ele foi cumulado de honras, dentre as quais estava o título de *Augustus* pelo qual seria conhecido a partir de então, um cognome especial que foi agregado ao seu nome, de modo que seu nome oficial passou a ser *Imperator Caesar Augustus*. Essa mudança na forma de nomeá-lo foi bastante significativa, pois este título de Augusto tinha estreita relação com a religião. Sobre este acontecimento Suetônio afirma que ele:

[...] assumiu o cognome de Caio César e ainda o de Augusto, um por legado do tio-avô, outro por resolução de Munácio Planco: julgando alguns convir que fosse chamado Rômulo, como ele próprio fosse também fundador da Cidade, prevaleceu que seria preferivelmente chamado Augusto, com um cognome não apenas novo, mas também mais grandioso, pois tanto os locais sagrados como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados augustos, [...] ³⁹ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus, VII).

É importante ressaltar que nesta passagem Suetônio expressa que o nome Augusto, que foi proposto por Munácio Planco, foi escolhido em detrimento do nome Rômulo. O nome Rômulo havia sido proposto devido ao fato de considerarem Otaviano como um segundo fundador de Roma, no entanto, tal nome trazia consigo algumas associações que não seriam boas para Otaviano, pois o nome Rômulo era um nome ligado à Realeza, além disso, carregava uma mancha fratricida em sua história, visto que Rômulo havia assassinado seu irmão Remo. Deste modo, o título de Augusto foi escolhido e assim como “Rômulo” indicava que “seu portador era exclusivamente favorecido pelos deuses para o serviço de Roma”:

A história contava que quando Otaviano estava em campanha pelo seu primeiro consulado em 43 a.C. seis abutres apareceram, e quando ele foi eleito mais seis apareceram; este auspício, com seu eco do mito de Rômulo, indicou que ele também, assim como Rômulo, (re)fundaria a cidade de Roma. Este tema foi mantido na invenção do nome “Augusto”, uma palavra anteriormente conhecida apenas como epíteto (usado particularmente para lugares) com o significado de “consagrado por *augures*”. Como um nome ele evoca não apenas o favor dos deuses, mas também o auspício que marcou a fundação de Roma (BEARD, NORTH e PRICE, 1998: 182).

³⁹ [...] Gai Caesaris et deinde Augusti cognomen assumpsit, alterum testamento maioris auunculi, alterum Munati Planci sententia, cum quibusdam censentibus Romulum appellari oportere quasi et ipsum conditorem urbis, praeualuisset, ut Augustus potius uocaretur, non tantum nouo sed etiam ampliore cognomine, quod loca quoque religiosa et in quibus augurato quid consecratur augusta dicantur, [...].

Percebemos, assim, a relação do nome Augusto com a religião e os mitos de então, visto que estava estreitamente ligado a um aspecto sagrado. E apesar de outros grandes homens em Roma terem tido epítetos, tais nomes como *Magnus* ou *Maximus* não possuíam a mesma importância que Augusto. A palavra “augusto” era usada em contextos sagrados. “A etimologia em última análise está baseada na raiz *augos* que conota o poder, concedido divinamente, de promover crescimento; um Augusto, portanto, é o detentor do poder, que desperta a vida e dispensa bênçãos” (GALINSKY, 1998: 316).

Desta forma, o jovem que havia nascido Caio Otávio e tinha passado a se chamar Caio Júlio César Otaviano após a morte de seu pai, passou então a ser Augusto. Os diferentes nomes marcam diferentes etapas de sua vida, que vai desde a insignificância política e inexperiência militar, passando pelo aumento gradual de poder, vitórias militares e honras diversas, até o ápice do poder e do status sagrado, sendo cultuado como deus após sua morte. E é com este nome de Augusto que o tratamos doravante.

Porém, antes de tratarmos com mais atenção estes acontecimentos de 27 a.C., devemos lembrar que eles foram frutos das decisões e atos de Augusto nos anos precedentes. Devemos destacar que as atitudes dele de 43 à 27 a.C demonstram claramente seu interesse em ligar seus feitos com uma restauração e avivamento do *mos maiorum*, das antigas tradições e da religião, de modo que em diversas passagens das *Res Gestae* ele deixa claro este seu interesse e preocupação com a tradição como, por exemplo, na parte VI, quando informa: “[...] nenhum cargo concedido contrariamente ao costume dos antepassados eu aceitei”⁴⁰; ou quando na parte VIII ele afirma: “[...] reintroduzi muitos parâmetros ancestrais, que já vinham caindo em desuso em nossa época”⁴¹; bem como quando na parte XX ele trata das diversas obras públicas reformadas por ele, tais como os 82 templos de que tratamos anteriormente.

De acordo com Zvi Yavetz (2002: 18), “deve ter ocorrido a Augusto que a melhor estratégia para a introdução de uma nova tradição seria o reavivamento de uma antiga tradição”, por este motivo ele teria se esforçado com tanto empenho nesta direção. Nesta mesma perspectiva trabalha John Scheid (2007: 187), ao defender que os dois principais elementos da política religiosa de Augusto já existiam em 43 a.C., e se desenvolvem durante seu governo, que eram “honras divinas para o governante e

⁴⁰ [...] nullum magistratum contra morem maiorum delatum recepi.

⁴¹ [...] multa exempla maiorum exolescentia iam ex nostro saeculo reduxi.

restauração da assim chamada mais antiga tradição”, pois com ele delineia-se e desenvolve-se, após a divinização de Júlio César, o culto ao Imperador, pois embora ele não tenha aceitado ser cultuado em Roma como um deus, se desenvolveu o culto ao seu *genius*. Além disso, ainda de acordo com Scheid, a tendência arcaica foi politicamente eficaz para ele enquanto triúmviro, pois arcaísmo significava tradição, *mos maiorum*, e todos estes temas dificilmente poderiam ser utilizados por Antônio, enredado como estava no Oriente.

Assim, o espírito das iniciativas religiosas de Otaviano entre 43 e 28 claramente era uma parte concomitante desta política. Ser piedoso significava restaurar tradição, instituições e construções, em resumo, respeitar os deuses assim como ele declarou respeitar seus concidadãos e os aliados do povo romano (SCHEID, 2007: 187).

Com essa postura de atenção ao *mos maiorum*, de respeito às antigas tradições religiosas, de reavivamento de práticas negligenciadas e restauração de antigos templos, a *pietas* passou a ser uma das principais virtudes de Augusto, tornando-se uma palavra chave para o entendimento de seu governo. De acordo com Paul Zanker (2005: 132), o Imperador reservava para si a construção dos santuários, pois considerava a tarefa mais importante e mais nobre possível de ser realizada por um soberano. O lema era: “O máximo esforço para os deuses”.

Com esta política de restauração religiosa, Augusto buscou demonstrar seu papel de mantenedor da *pax deorum*, através do seu cuidado em manter os ritos antigos e cumprir com as obrigações religiosas que lhe competiam. A *pietas* para com os deuses foi restaurada juntamente com a *pietas* entre os cidadãos. “*Pietas* era uma correta relação social com os deuses; significava dar a eles as honras devidas à sua posição e associá-los com o governo da *Res Publica*, como concidadãos, ou melhor, como bons *patroni* da cidade” (SCHEID, 2007: 177).

Além disso, cabe ressaltar que sua *pietas* não se direcionava apenas aos deuses e templos localizados em solo romano, mas se irradiava até mesmo à distante província da Ásia, por exemplo. Esse aspecto pode ser percebido a partir do seguinte trecho que ele incluiu nas *Res Gestae* (XXIV): “Vencedor, fiz devolver aos templos de todas as cidades da província da Ásia os ornamentos. Na verdade, aquele com o qual eu guerreara havia espoliado esses templos e usado dos ornamentos como sua propriedade particular”⁴². Neste trecho é interessante notar não apenas seu interesse em expor seu

⁴² In templis omnium ciuitatum prouincia Asiae uictor ornamenta reposui quae spoliatis templis is cum quo bellum gesseram priuatim possederat.

cuidado em dar aos deuses espoliados o que lhes era de direito, deixando evidente sua *pietas*, mas também sua menção oculta a Antônio, que havia causado tais estragos, de modo a relacionar Antônio a tudo aquilo que ele próprio não era e com isso ressaltar sua *pietas* ao compará-la com o desrespeito perpetrado pelo outro e com isso propagar a imagem do outro enquanto *impius*⁴³.

Deste modo, junto a essa importante demonstração de *pietas* para com os deuses, levada a cabo com toda sua força principalmente após a vitória contra Antônio, Otaviano desenvolveu também um importante vínculo com a restauração da legalidade, buscando ligar sua imagem e seu nome ao respeito pelas leis deixadas pelos antigos, e à valorização da tradição, como podemos observar através das partes VI e VIII, já citadas, das *Res Gestae*, quando alega que não aceitou nenhum cargo contrário ao *mos maiorum* e quando se refere às práticas exemplares dos ancestrais que ele reintroduziu.

É importante lembrar que em 28 a.C., Augusto declarou inválidos todos os atos inconstitucionais de seu período como triúviro. Além disso, tempos depois ao escrever as *Res Gestae* (II), ele bate na mesma tecla ao enfatizar que ele se vingou dos assassinos de César por meio de atos legais. Ele queria que a *Res Publica* fosse vista como um Estado governado por leis. Por isso em 13 de janeiro de 27 a.C., Augusto renunciou a todos os demais poderes e deixou a decisão sobre a forma futura da *Res Publica* ao Senado e ao povo de Roma. Formalmente o Senado era o árbitro do exercício do poder, mas sua decisão não era livre, visto que o poder permanecia com ele, que foi cumulado de honras (EDER, 2007: 23-24).

Sobre este acontecimento, Augusto afirma:

Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de Augusto por decreto do senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso de dever. Depois disso, vi-me a frente de todos pela autoridade, mas nenhum poder tive a mais do que meus outros colegas também investidos de cargos⁴⁴ (*Res Gestae Divi Augusti*, XXXIV).

⁴³ De acordo com James B. Rives (2007: 183), a palavra latina *impius* designava não apenas a pessoa que formalmente negava a existência dos deuses, mas também, e com maior frequência, alguém que rejeitava e negligenciava os modos tradicionais de honrar aos deuses, dentre os quais podemos destacar a prática do sacrifício de animais, visto como o mais importante símbolo de piedade.

⁴⁴ In consulatu sexto et septimo, postquam bella ciuilia exstinxeram, per consensum uniuersorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populiue Romani arbitrium transtuli. Quo pro merito meo senatus consulto Augustus appellatus sum et laureis postes aedium mearum uestiti publice coronaue ciuica super ianuam meam fixa est et clupeus aureus in curia Iulia positus, quem mihi senatum populumque Romanum dare uirtutis clementiaeque et iustitiae et pietatis causa testatum est per eius

É desta forma que Augusto trata sobre os acontecimentos que se passaram no ano de 27 a.C., acontecimentos estes que são de suma importância para o entendimento do contexto augustano, pois pode ser considerado um divisor de águas no Principado de Augusto, dando início a uma nova, mas nem tão distinta, fase do governo do *Princeps*. Augusto declara que, neste ano de 27 a.C., transferiu a *Res Publica* de seu poder para o *arbitrium* do Senado e do povo romano. Muito se falou sobre estes fatos em trabalhos que defendiam que a intenção de Augusto era demonstrar que tinha ocorrido uma restauração da República, tal e qual era antes das guerras civis, utilizando-se dos termos *res publica restituta* ou *res publica reddita*, no entanto:

O acordo em 27 a.C. não foi em nenhum sentido significativo uma restauração da República. Nem nunca foi reivindicado como tal por Augusto ou qualquer porta-voz dele. A frase *res publica restituta*, geralmente transmitida em estudos modernos, não aparece nos documentos oficiais e não é celebrada por poetas ou escritores em prosa da época (GRUEN, 2007: 34).

Deste modo, cremos que uma das melhores formas de analisar este acontecimento é a partir do ponto de vista de uma restauração da *Res Publica* enquanto uma restauração moral, seguindo assim a linha de raciocínio de Galinsky (1998: 58-79) que, assim como Gruen citado acima, esclarece que Augusto não usou uma frase como *Res Publica restituta* ou *reddita*, e que apesar de o termo *Res Publica*, em muitas passagens, se relacionar com a cidade de Roma, com a comunidade, a mesma era definida em termos morais, de modo tal que falar em uma restauração da *Res Publica*, estava diretamente ligado a um reavivamento dos preceitos morais estabelecidos pelos antigos.

Qualquer verdadeira restauração da *Res Publica*, portanto, tinha que começar com a substancial renovação destes valores e ideais. [...] A essência, então, da restauração de Augusto da *Res Publica* não foi “a constituição augustana”, mas o chamamento ao antigo espírito e valores da *Res Publica* que fez dela uma comunidade (GALINSKY, 1998: 63-64).

Além disso, Galinsky afirma também que o que Augusto enfatizou foi que estava em uma posição de força e que ele era “senhor de tudo”, transferindo a “coisa pública”, *res publica*, para o *arbitrium* do Senado e do povo romano. Este autor esclarece que o significado original do termo *arbitrium* é o “discernimento ou discussão do que é bom e justo”, e que a partir desta perspectiva, pode-se dizer que Augusto estava “convidando o Senado e o povo a participar com ele na tarefa de cuidar da comunidade sobre a base da lei (*ius*) e interesse (*cura*) pelo bem comum” (GALINSKY,

clupeï inscriptionem. Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt.

1998: 65). Com esta atitude, além de receber o título de Augusto, do qual já falamos anteriormente, a ele também foram conferidas outras honras de importante valor simbólico, sobre as quais tratamos agora rapidamente.

Para começar, os louros colocados nos umbrais de sua casa se relacionavam com a vitória e com a paz daí advinda; tradicionalmente os triunfadores recebiam uma coroa de louros por seus feitos, além disso, o loureiro era a árvore de Apolo. No caso de Augusto, os dois loureiros colocados de ambos os lados de sua porta possuíam ainda outra importante associação, pois

desde tempos longínquos havia pares de árvores junto à residência oficial dos mais antigos sacerdotes, da *Regia*, do Templo de Vesta e das residências dos *flamines* e dos *pontifices* (sacerdotes). Assim, pois, os loureiros outorgavam à entrada da casa de Augusto uma aura sagrada e faziam referência a primitivas forças religiosas (ZANKER, 2005: 118).

Quanto à *corona ciuica*, uma coroa feita com folhas de carvalho, colocada sobre a porta de sua casa, tradicionalmente possuía uma ligação com o âmbito militar e era concedida a quem salvasse um concidadão no campo de batalha, além disso, o carvalho era a árvore de Júpiter. No contexto augustano, a coroa cívica era um emblema de Augusto como salvador de todos os cidadãos.

Tais símbolos foram amplamente difundidos pelo Império sendo associados com Augusto em diversos suportes, tais como: moedas, altares, frisos, etc., e passaram a ser símbolos ligados quase que exclusivamente a ele. A outra homenagem de grande importância que foi conferida ao *Princeps* foi o escudo de ouro, ou escudo das virtudes (*clupeus uirtutis*), que foi posto na Cúria Júlia, cuja mensagem inscrita sobre ele homenageava a virtude, a clemência, a justiça e a piedade de Augusto para com os deuses e a pátria⁴⁵.

De acordo com Galinsky (1998: 82), as quatro virtudes que se encontravam no escudo se referiam tanto aos eventos que precederam o ano de 27 a.C., relacionando-se com as virtudes que Augusto mostrou ser possuidor em tais ocasiões, quanto sinalizavam as virtudes que deveriam dirigir os passos de Augusto daí em diante.

Virtus, que deriva de *uir*, era uma virtude essencialmente masculina e tinha como principal conotação o valor no campo de batalha, estando assim conectada com a *uictoria*, e com distinção e reconhecimento. Era também o resultado do esforço moral e foi amplamente utilizada na caracterização de grandes homens na República, de modo

⁴⁵ Na inscrição encontrada em uma cópia feita em mármore que chegou aos dias atuais pode-se ler: SENATVS POPVLVSQVE ROMANVS IMP. CAESARI DIVI F. AVGVSTO CONS. VIII DEDIT CLVPEVM VIRTVTIS CLEMENTIAE IVSTITIAE PIETATIS ERGA DEOS PATRIAMQVE.

que na época republicana consistia em ganhar preeminência pessoal e glória pelos grandes feitos no serviço a Roma. Tal virtude possuía estreita relação com a coroa cívica, pois ela era o prêmio tradicional que se dava a quem tinha salvado a vida de um cidadão (GALINSKY, 1998: 84).

Clementia para os contemporâneos de Augusto tinha dois aspectos principais. Um ligado, assim como *uirtus*, com o campo de batalha, pois se relacionava à condução de assuntos militares por Roma e seus generais, ou seja, à prática de moderação para com um inimigo derrotado⁴⁶. O outro relacionado ao modo de agir de um indivíduo para com aqueles que se relacionavam com ele, por exemplo, na relação entre patrono e clientela, possuindo assim uma característica de reciprocidade (GALINSKY, 1998: 85).

Iustitia deveria ser a característica essencial de um bom governante. Com Augusto essa virtude refletia primeiramente o retorno a um governo baseado na justiça e nas leis, o que foi sinalizado por ele quando renunciou aos direitos que possuía enquanto triúviro. Além desse aspecto de legalidade, *iustitia* se relacionava também com a guerra, que para ser travada deveria ser uma guerra justa. Relacionava-se ainda à luta contra a injustiça. Associada a Augusto aumentou ainda mais sua aura divina (GALINSKY, 1998: 85-86).

Pietas, da qual já tratamos anteriormente, foi uma das virtudes mais importantes e mais demonstradas no governo de Augusto. Era uma virtude relacionada com a atenção e os cuidados direcionados à família, à pátria e aos deuses e possuía um aspecto cooperativo, pois era uma qualidade que não funcionava, assim como a clemência, sem a reciprocidade. Esta virtude não era algo abstrato, pois deveria ser exemplificada pelos indivíduos. Nós já vimos que Augusto exemplificou sua *pietas* ao vingar o assassinato de César, bem como ao empreender a restauração dos 82 templos que estavam em ruínas, demonstrando também sua *pietas* para com os deuses (GALINSKY, 1998: 86-88).

Após estes acontecimentos, neste mesmo ano, Augusto se retirou de Roma e partiu rumo às províncias ocidentais, passando primeiramente pela Gália, onde levou a cabo um censo, e seguindo para Hispânia. Nesta província, Augusto lançou uma campanha contra tribos nativas localizadas ao norte.

⁴⁶ O próprio Augusto menciona ter agido com clemência com os vencidos de guerra: “Muitas vezes fiz guerras, civis e externas, na terra e no mar por todo o mundo, e, vencedor, poupei todos os cidadãos que pediam clemência. Preferi conservar a destruir os povos estrangeiros a que se pôde, com a devida segurança, perdoar” (*Res Gestae Diui Augusti*, III). “Bella terra et mari civilia externaque toto in orbe terrarum saepe gessi, uictorque omnibus ueniens petentibus ciuibz peperci. Externas gentes, quibus tuto ignosci potuit, conseruare quam excidere malui”.

No ano de 26 a.C., em meio às campanhas, enquanto marchava à noite com suas tropas sob uma tormenta, um raio atingiu sua liteira e matou um escravo que caminhava à frente; grato por não ter sido ele a vítima de tal acontecimento, ele prometeu a construção de um templo, em Roma, a Júpiter Tonante⁴⁷ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augusti, XXIX).

Depois de diversos embates, Augusto caiu enfermo, o que pôs fim aos enfrentamentos. Sua enfermidade durou cerca de um ano, período no qual teria escrito uma autobiografia que não chegou aos dias atuais. De acordo com Yavetz (2002: 1), apesar de alguns defenderem que as citações que sobreviveram em autores antigos não terem se originado diretamente da autobiografia dele e de que a autenticidade de algumas passagens serem completamente rejeitadas, pode-se estabelecer dois fatos básicos:

De que a Autobiografia em 13 livros, que foi dedicada a Mecenas e Agripa, não foi continuada após a guerra Cantábrica; e de que esforços conscientes, que são facilmente detectáveis, foram feitos por Augusto para projetar uma imagem pública diferente daquela que prevaleceu na propaganda de seus inimigos (YAVETZ, 2002: 1).

No ano de 24 a.C., com a saúde ainda débil, Augusto voltou a Roma. Em 23 a.C. foi descoberta uma conspiração contra seu governo, da qual não se tem muitas informações, e na qual Terêncio Varrão Murena, cunhado de Mecenas, estaria implicado. Os acusados foram condenados à morte. Neste mesmo ano a enfermidade de Augusto se agravou, deixando-o à beira da morte, oportunidade na qual ele entregou a Pisão, seu colega de Consulado, o livro com as anotações sobre os recursos financeiros e militares do Império; e a Agripa o símbolo de sua autoridade, seu anel com a efígie de Alexandre Magno. Apesar das expectativas negativas, Augusto sobreviveu. Neste mesmo ano, Marcelo, filho de sua irmã Otávia e marido de sua filha Júlia, sobre o qual recaíam suas esperanças de uma sucessão ao poder, caiu enfermo e morreu. Tempos depois foi decidido o matrimônio entre Júlia e Agripa, que se casariam em 21 a.C..

No ano de 22 a.C., Otávio Augusto dedicou o templo de Júpiter Tonante, que “não era imponente no tamanho mas se distinguia pelo esplendor de seus materiais, a riqueza de sua decoração, e a importância de sua localização”; o templo se localizava próximo à entrada para o monte Capitolino, foi construído em mármore e sua “estátua de culto era um original feito pelo escultor grego Leocares (quarto século)”

⁴⁷ Para Suetônio (*De Vita Caesarum*, Diuus Augusti, XXIX), o templo de Júpiter Tonante, juntamente com o templo de Apolo no Palatino e o templo de Marte Vingador, são as três principais obras públicas edificadas por Augusto.

(GALINSKY, 1998: 296). Neste mesmo ano, Augusto partiu rumo ao Oriente juntamente com Agripa, passando por Sicília, Atenas, Elêusis (onde foi iniciado), Peloponeso, Samos e Síria. Devido a problemas em Roma, Agripa voltou para lá em 21 a.C., quando então se casou com Júlia, e de lá partiu rumo às províncias ocidentais, de modo a finalizar as campanhas que não haviam sido concluídas devido à doença do *Princeps*. Em 19 a.C., Agripa finalmente conseguiu submeter as tribos ao norte da Hispânia.

Porém, antes disso, em 20 a.C., no Oriente, Augusto organizou uma expedição militar contra o reino da Armênia, cujo objetivo era o de destronar o rei e colocar em seu lugar outro que colaborasse mais com os interesses de Roma. Além disso, essa conquista seria estratégica para Roma, que reafirmaria seu poderio aos Partos que ainda detinham os estandartes romanos. Seu enteado e futuro sucessor, Tibério, liderou as legiões, mas antes mesmo de chegarem à Armênia a população local já havia se rebelado e matado o rei, de modo que a Tibério coube a tarefa de coroar o novo rei armênio. Teve lugar então uma espécie de acordo diplomático entre Roma e o reino parta, pois um pretendente ao trono parta havia sequestrado o filho do rei e fugido para Roma. Augusto enviou o filho de volta ao pai na condição de que o rei parta devolvesse os estandartes e os prisioneiros romanos sobreviventes. Depois dos acontecimentos na Armênia, o rei parta resolveu-se por aceitar o acordo e devolveu os estandartes e os prisioneiros.

Augusto, ao escrever sobre isso nas *Res Gestae* (XXIX), pincela com cores mais vibrantes este acordo diplomático de modo a ressaltar seus feitos e engrandecer-se ainda mais, colocando-se como aquele que obrigou os Partos a se submeterem:

Recuperei, ao vencer inimigos na Hispânia, na Gália e entre os dálmatas, muitos estandartes militares perdidos por outros comandantes. Obriguei os Partos a devolverem-me os espólios e as insígnias de três exércitos romanos e a rogarem súplices a amizade do povo romano⁴⁸.

A volta dos estandartes a Roma, apesar de ter sido através de um acordo diplomático e não por meio de uma grande conquista de âmbito militar, representou uma grande vitória para o povo romano e estava carregada com toda uma carga simbólica significativa, pois no imaginário romano os Partos sempre representaram uma ameaça, um obstáculo quase intransponível, um inimigo praticamente invencível, contra

⁴⁸ Signa militaria complura per alios duces amissa deuictis hostibus recepi ex Hispania et Gallia et a Dalmateis. Parthos trium exercitum Romanorum spolia et signa reddere mihi supplicesque amicitiam populi Romani petere coegi.

o qual sempre se esperou uma revanche pela morte ignominiosa de Crasso. Tal revanche tantas vezes planejada e tentada por Antônio enfim havia sido realizada por Augusto, pelo menos assim foi o que se fez propagar por diversos meios. A vitória contra os Partos era a vitória contra o Oriente bárbaro e se ligou simbolicamente à vitória de Atenas contra as ameaças persas, sobre o qual voltamos a falar posteriormente.

No ano de 19 a.C., depois de ter voltado a Roma, Otávio Augusto fez com que se publicasse a *Eneida*, de Virgílio. Este poeta havia escrito, durante anos, um grande poema épico, no qual ligou o passado e o presente, de modo tal que discorre sobre o passado mítico de Roma, desde Eneias, sobrevivente da guerra de Tróia, a Augusto.

[...] a matéria escolhida por Virgílio tinha a vantagem de religar diretamente a Roma imperial ao passado mais longínquo e mais prestigioso do mundo helênico. [...] a filiação troiana revela-se particularmente preciosa, se se pudesse demonstrar que Roma, como as cidades gregas, proviera desta antiga comunidade espiritual descrita por Homero. [...] O poema contém como que uma exortação secreta ao prosseguimento da tarefa começada nos tempos lendários: longe de sufocar o helenismo, o Império mais não fez do que exaltar nele o sentido da sua verdadeira missão (GRIMAL, 1997: 62-63).

Eneias, filho de Vênus e Anquises, figura na *Eneida* como um dos mais importantes antepassados da *gens Iulia*, visto que ele foi o pai de Ascânio/Iulo que, como se dizia, havia fundado a cidade de Alba, de onde vieram posteriormente Rômulo e Remo. A *Eneida* foi publicada contra a vontade de Virgílio, que não a tendo revisado como queria e se encontrando muito doente, pediu que queimassem a obra se ele viesse a morrer. Com sua morte em 19 a.C., a obra foi publicada.

Os anos de 18 e 17 a.C. são de fundamental importância para o contexto augustano e para sua política de restauração moral e religiosa, representando, assim, um ponto fulcral em seu governo. No ano de 18 a.C., Augusto demonstrou mais uma vez sua preocupação com uma restauração moral, pois neste ano propôs um conjunto de leis com o objetivo de promover uma volta à moralidade tradicional, bem como de incentivar o casamento e a reprodução. “O objetivo de Augusto não era um simples reavivamento do passado, [...], mas sim um reavivamento dos valores da antiga Roma dentro do contexto da Roma imperial” (SUMI, 2008: 244). A legislação de 18 a.C. estava tão intrinsecamente ligada à maneira de governar de Augusto que Galinsky (1998: 128-140), mesmo considerando que o conceito de um “programa augustano” foi geralmente utilizado de modo exagerado em alguns estudos, defende que este conceito se aplica completamente à legislação sobre a moral e o casamento, pois tal legislação contou com a ação direta de Augusto. Ele mesmo fez questão de afirmar nas *Res Gestae* (VIII) que: “Promulgadas novas leis de minha autoria, reintroduzi muitos parâmetros

ancestrais, que já vinham caindo em desuso em nossa época, e eu mesmo deixei aos pósteros parâmetros a imitar”⁴⁹.

Nesse trecho fica evidente o interesse de Augusto em ressaltar não apenas seu comprometimento com o reestabelecimento do *mos maiorum*, bem como em demonstrar sua preocupação em fazer de sua imagem um exemplo a ser seguido pelas gerações vindouras, de modo que este aspecto liga-se não só com a educação das novas gerações, como com a memória que tinham de seus ancestrais e que as futuras gerações teriam dele e de seu governo. Esta relação pode ser vista também em Vitruvius, porém voltamos a tratar sobre este aspecto mais adiante.

No ano de 17 a.C. ocorreram os Jogos Seculares⁵⁰ (*Ludi Saeculares*), uma celebração grandiosa e monumental que possuiu estreita relação com diversos aspectos de grande importância no governo de Augusto, por exemplo, com a restauração religiosa e moral; a valorização do passado e de aspectos da cultura helênica; a suma importância da arquitetura religiosa; a ligação do presente com o passado; a associação entre Romanos e Atenienses em suas vitórias contra o Oriente; etc.

Por causa dos Jogos Seculares, a cidade foi devidamente ornada, da melhor forma possível, para as festas que atraíam provinciais e estrangeiros, se tornando um esplendoroso palco que exibia os feitos arquitetônicos do *Princeps*. Deste modo, os Jogos Seculares marcavam de modo claro a chegada de uma Nova Era de paz interna e prosperidade, uma espécie de renascimento de Roma, passando ele a ser o novo fundador de Roma, como um segundo Rômulo. Além disso,

[...] ele buscou ancorar seus Jogos profundamente no passado romano, remontando para o início da democracia romana e para o mundo grego. [...] a participação exclusivamente de deuses gregos como as Moiras e Ilitia, o sacrifício *Achivo ritu*, e a conexão local dos Jogos com um lugar chamado Tarentum, ao lado de outras indicações, claramente demonstram que Augusto estava preocupado com uma aliança de elementos gregos e romanos numa nova *oikoumene* de culto augustana (LIPKA, 2009: 148).

Para além de uma descrição minuciosa dos Jogos, o que nos importa aqui é ressaltar a importância conferida por Augusto, durante os Jogos Seculares, a algumas tradições religiosas gregas e o papel de destaque que o templo de Apolo teve. Das

⁴⁹ Legibus nouis me auctore latis multa exempla maiorum exolescentia iam ex nostro saeculo reduxi et ipse multarum rerum exempla imitanda posteris tradidi.

⁵⁰ Os *ludi saeculares* eram uma combinação da ideia etrusca de *saecula* e a tradicional prática da religião grega de instituir performances culturais no limiar de ocasiões particularmente prodigiosas e sérias na vida do estado. Os Jogos Seculares deveriam ocorrer em intervalos de 100 ou 110 anos, embora os únicos jogos historicamente atestados sem muitos problemas são os de 249 a.C., em meio a Primeira Guerra Púnica, e os de 146 a.C., ano da vitória de Cipião e da destruição de Cartago na Terceira Guerra Púnica (GALINSKY, 1998: 100-101).

diversas divindades que receberam sacrifícios durante os Jogos Seculares, Michael Lipka (2009: 151-152) chama a atenção para a ênfase dada a certa greicidade de algumas delas, visto que algumas foram veneradas enquanto divindades gregas ao invés de se utilizarem das equivalentes romanas⁵¹, por exemplo: Moiras, ao invés de Parcas; Ilitia no lugar de Mater Matuta; e Terra Mater em vez de Tellus. Além disso, muitos rituais se desenrolaram fora do *pomerium*, num lugar chamado Tarentum, que segundo Lipka pode ser visto simbolicamente como *território grego*, onde divindades gregas foram veneradas, o que explicaria porque os dois sacrifícios cruentos para as Moiras e Terra Mater, ambos realizados em Tarentum, teriam sido os únicos realizados de acordo com o ‘rito grego’.

No fim do terceiro dia de cerimônia, um coro de 27 meninos e 27 meninas cantou o *Hino Secular* de Horácio (*Carmen Saeculare*), “representando o resultado da fecundidade matrimonial e a esperança futura de Roma” (GALINSKY, 1998: 102). O hino cantado no Capitólio e no Palatino foi prescrito pelo oráculo tomado a partir dos Livros Sibilinos⁵², que comandou também a organização dos Jogos. Durante os três dias de duração dos Jogos Seculares, o Templo de Apolo teve um papel de destaque. “Este novo centro se tornou tão poderoso que o Monte Palatino ameaçava eclipsar o centro religioso republicano no Monte Capitolino ao norte” (FAVRO, 2007: 256).

A incorporação do novo templo de Apolo no Palatino é impressionante: este foi um dos locais onde os *quindecimviri* levaram as oferendas das colheitas e deram os materiais para purificação, e onde no terceiro dia sacrifícios e orações foram oferecidas a Apolo e Diana e o Hino Secular foi cantado primeiro (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 203).

A relevância do templo de Apolo serve para exemplificar a importância que os templos possuíam na Antiguidade, enquanto moradia dos deuses. Além disso, a construção de templos sempre se ligou ao desenvolvimento e/ou manutenção do prestígio do nome de quem os erigiam, assunto que é tratado mais à frente.

⁵¹ A política de adoção de divindades estrangeiras por parte das autoridades romanas aconteceu de diferentes formas. Há, por exemplo, aquelas divindades estrangeiras que foram vistas como homólogas das romanas, ou seja, eram vistas como equivalentes dos deuses romanos, apenas com nomes diferentes, devido ao fato da diferença linguística, como, por exemplo, a deusa Vênus e sua similar grega Afrodite. A este tipo de identificação dá-se o nome de *interpretatio romana* ou *interpretatio graeca*, quando se usam os nomes latinos ou gregos respectivamente. Ocorreram também casos em que houve uma equação de dois deuses distintos, que passam a ser tratados como um só por possuírem funções semelhantes. Nestes casos geralmente o nome de um dos deuses acaba se tornando um epíteto do nome do deus ao qual ele foi assimilado. Há também os deuses que não possuindo um similar no panteão romano foram levados a Roma e adotados com seu nome e com as características que lhes eram peculiares, como é o caso do deus Apolo, que passa a ser adorado em Roma com a maioria dos atributos que possuía na Grécia.

⁵² Os Livros Sibilinos eram uma coleção de oráculos mantidos no templo de Júpiter e consultados principalmente em momentos de crise. Por volta de 23 a 19 a.C. foram transferidos para o Templo de Apolo, no Palatino, ficando assim ligados ao aspecto profético deste deus.

Para finalizar este capítulo sem prolongamentos desnecessários, apontamos apenas mais alguns acontecimentos que possuem grande importância no governo de Augusto no que se refere à religião e à arquitetura.

Entre os anos de 13 a.C. e 9 a.C. (quando é consagrada) ocorreu a construção da *Ara Pacis*, um altar dedicado à Paz Augustana e que traz em seus frisos uma menção explícita da relação de Augusto com a religião e de sua linhagem divina, bem como da valorização da família e da progenitura. Em 12 a.C. Augusto finalmente assumiu o cargo de *Pontifex Maximus*, após a morte de Lépido.⁵³ No ano de 2 a.C. foi consagrado o templo de *Mars Ultor* (Marte Vingador), no recém construído Fórum de Augusto. Este templo, como já vimos, havia sido prometido já em 42 a.C. quando da batalha de Filipo, contra os assassinos de César. Este complexo arquitetônico, que traz materializado em si diversos aspectos que abordamos ao longo do trabalho, está analisado com mais atenção no terceiro capítulo. Por hora basta-nos dizer que em 13 d.C. Augusto escreveu suas *Res Gestae*, e em 14 d.C. morreu, sendo sucedido por Tibério.

Após termos discorrido neste capítulo sobre o governo de Otávio Augusto, que com suas ações e estratégias políticas conseguiu dar início ao que chamamos de Principado, concedendo maior destaque ao interesse que o mesmo demonstrou, por meio de seus atos, à arquitetura e à religião, passamos no capítulo que se segue a tratar com mais atenção alguns assuntos de grande importância para o presente trabalho. Desta forma, tratamos no segundo capítulo acerca da figura de Vitruvius e a escrita de sua obra, o *De Architectura*, abordando algumas especificidades deste tratado; expomos também sobre a arquitetura, a formação do arquiteto e a importância dos edifícios públicos para a constituição da cidade; além de analisarmos em que medida Vitruvius se utiliza de um referencial helênico em sua obra.

⁵³ Depois deste ano, juntamente com o cargo de *Pontifex Maximus*, Augusto acumulava outras importantes funções religiosas, como os cargos de *augur*, *quindecimuir* e *septemuir*. Esta acumulação de funções e sua atenção com os colégios sacerdotais certamente é paralela a não-republicana acumulação das tradicionais magistraturas e do pro-magisterial *imperium* por Augusto e seus sucessores e assinala o sucesso de Otaviano no jogo mortal da competição pelo poder do fim da República (GORDON, 2003:66).

CAPÍTULO 2

VITRÚVIO E O *DE ARCHITECTURA*: A IMPORTÂNCIA DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS PARA O ENGRANDECIMENTO DA *URBS*

A importância conferida por Augusto às antigas tradições religiosas e à arquitetura foi imensa, de tal modo que o interesse expresso pelo Imperador a estes aspectos foi demonstrando em diversos momentos de seu governo, bem como foi enaltecido e eternizado por diversos autores⁵⁴ que escreveram sobre ele, louvando esta sua atitude de atenção ao *mos maiorum*, de restauração religiosa e moral e de empenho na construção, material e simbólica, de Roma enquanto capital de um vasto Império territorial. Com isto, Augusto foi tomado como o modelo que deveria ser emulado pelos que o sucederam, de forma que deveriam seguir os padrões estabelecidos por este Imperador.

Devido a isto, após termos, no primeiro capítulo, esboçado um panorama mais geral sobre sua vida, ressaltando sua atenção à arquitetura e à religiosidade, passamos agora a analisar alguns temas mais pontuais referentes a Vitruvius e seu *De Architectura*, que muito nos auxiliam a alcançar os objetivos estabelecidos para este trabalho.

Em primeiro lugar, analisamos com maior atenção os assuntos referentes a Vitruvius e sua obra, mostrando a forma como o mesmo organizou seu tratado e os assuntos por ele abordados, bem como definindo de que trata sua obra, visto que a mesma é muito mais que um simples manual ou guia prático para ser seguido pelos arquitetos. Entendemos por tratado uma obra, um estudo formal, que versa, geralmente de modo aprofundado, sobre determinado assunto e que se propõe a apresentar uma teoria. Devido a isso, o *De Architectura* constitui-se num tratado sobre a arquitetura, já que aborda esta temática, ao longo de seus dez livros, sendo considerado pelo próprio Vitruvius como o *corpus* da arquitetura (*De Architectura*, IV. Pr. 1). Este tratado sobre arquitetura desenvolvido por Vitruvius pode também ser considerado um texto técnico-científico, como vemos mais à frente.

Na segunda parte deste capítulo passamos a abordar o modo como Vitruvius se dirige a Augusto na dedicatória de sua obra, mostrando como o mesmo busca se ligar a Augusto e à sua política de construção e reconstrução. Além disso, analisamos de que

⁵⁴ Além de Vitruvius, que lhe dedica sua obra sobre arquitetura, podemos citar outros autores, do mesmo período, que enaltecem a figura do *Princeps*, ou seus feitos arquitetônicos, tais como: Virgílio, na *Eneida*; Tito Lívio, na sua *História de Roma*; Ovídio, nos *Fastos*; Estrabão, na sua obra *Geografia*; dentre outros.

modo o precedente grego e helenístico se encontra presente na obra de Vitrúvio e como o mesmo se relaciona com Augusto.

Vitrúvio em seu tratado demonstra para Augusto, e para todos aqueles que se interessassem, o que seria preciso existir em uma cidade ideal, elencando uma gama de edifícios que deveriam ser erguidos no espaço ocupado por uma comunidade social e política. Com isso, na última parte deste capítulo abordamos esta relação estreita entre a arquitetura e a cidade, tratando sobre a importância do território para os antigos romanos e para as construções enquanto definidoras de uma cidade; não sem antes tratarmos sobre o que Vitruvius entendia por arquitetura, quais as partes que a compunham e qual a formação que ele considerava ideal para um arquiteto.

2.1. Vitruvius e a escrita do *De Architectura*: Um preceituário para um bom construtor

Como temos tratado ao longo do trabalho, o *De Architectura* é a única obra sobre arquitetura que nos chegou da Antiguidade praticamente completa, advindo daí sua grande importância para todos aqueles que se interessam por estudar sobre a arquitetura grega e romana, indo além dos vestígios arqueológicos e dos estudos baseados em tais achados. O *De Architectura* é uma fonte valiosíssima a partir da qual podemos não apenas inferir os conhecimentos e práticas arquitetônicas e construtivas da Antiguidade, como também sobre diversos outros assuntos referentes ao contexto em que foi escrita a obra, tais como: sobre o que era valorizado pelo autor ou por parte das pessoas de sua época; aspectos da religiosidade de então; relação com a política do início do Principado; costumes e práticas adotadas em sociedade; relação com a natureza e os materiais aí encontrados; maquinaria e estratégia militar; entre outras coisas.

Porém, apesar da grande importância conferida à obra ao longo dos séculos, muito pouco se sabe do seu autor, visto que não existe nenhuma nota biográfica de Vitruvius contemporânea ou posterior à escrita da obra, bem como inexiste qualquer menção a Vitruvius nos autores da época de Augusto, de modo que o pouco que sabemos ou inferimos sobre ele se dá a partir de raras referências autobiográficas que ele deixou escritas no interior da obra em questão.

Em virtude disto, nem mesmo sobre o seu nome temos informações mais acuradas, de tal forma que sabemos, com certeza, apenas o seu nome gentílico, que a

tradição manuscrita traz como *Vitruuius*, sem nenhum prenome ou cognome. As menções mais antigas a Vitrúvio são de Plínio, o Velho, e de Frontino⁵⁵. Faventino, no início do terceiro século d.C., autor de uma versão resumida do *De Architectura*, escreve que: “Sobre a perícia da arte arquitetônica, com muita propriedade, Vitrúvio Polião e outros autores escreveram sabiamente (FAVENTINO, 1. 1, apud: VITORINO, 2004: 35)”⁵⁶. No entanto, em traduções à obra de Faventino que datam do século XVIII em diante, os autores preferem crer que, na verdade, Polião teria sido um autor distinto que teria escrito uma obra paralela à de Vitrúvio, de modo que tais autores em suas traduções colocam uma vírgula separando os dois nomes (D’AGOSTINO, 2010: 20).

Para os diversos prenomes que aparecem a partir do séc. XV, como *M.* (*Marcus*), *M. L.* (*Marcus Lucius*), *C.* (*Caius*), *A.* (*Aulus*) e *L.* (*Lucius*), com exceção desse último encontrado na inscrição [do arco dos Gavos, construído no fim do principado de Augusto] em Verona, a origem permanece sem explicação (VITORINO, 2004: 36).

Deste modo, apesar de muitas vezes ser apresentado em trabalhos ou em traduções à sua obra como Marcus Vitruvius Pollio, temos adotado nas páginas anteriores e continuamos a adotar nas que se seguem unicamente o nome Vitrúvio.

A partir das informações esparsas em sua obra, sabemos que Vitrúvio esteve ligado a César e que, após a morte deste, ele manteve para com Augusto a mesma admiração que tinha por César. Na companhia de M. Aurélio, P. Minúcio e Gn. Cornélio, Vitrúvio trabalhou na preparação e reparação de máquinas de guerra, serviço que lhe foi atribuído por Otávio Augusto. Além disso, Vitrúvio afirma que continuou a receber as vantagens advindas do cargo, mesmo após seu afastamento, por recomendação de Otávia, irmã de Augusto, e que devido ao recebimento deste benefício, “sem receio de pobreza no fim da vida”, ele teria decidido escrever o tratado para Augusto (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 2-3).

Em outras passagens Vitrúvio nos informa: “A mim, ó Imperador, não ofereceu a natureza boa aparência, a idade desfeou-me o rosto e a doença me subtraiu as forças”⁵⁷ (VITRÚVIO. *De Architectura*, II. Pr. 4). Ele demonstra também reconhecimento e gratidão pela educação recebida dos pais e mestres, que propiciaram a ele uma educação na arte, bem como o aprendizado da literatura e de outras disciplinas, sem as quais, segundo ele, não seria possível exercitar a arte.

⁵⁵ “O primeiro, em sua *Naturalis Historia*, dedicada ao Imperador Tito, no ano de 77 d.C., [...] o segundo, do tempo de Trajano, [...]” (D’AGOSTINO, 2010:19).

⁵⁶ De artis architectonicae peritia multa oratione Vitruuius Pol(l)io alique auctores scientissime scripsere.

⁵⁷ Mihi autem, imperator, staturam non tribuit natura, faciem deformauit aetas, ualetudo detraxit uires.

A respeito dos autores dos quais Vitrúvio fala e que teriam contribuído para sua formação e para a escrita da obra, destacamos em primeiro lugar a admiração dele para com Varrão, Cícero e Lucrécio, seus contemporâneos (VITRÚVIO. *De Architectura*, IX. Pr. 17). Além disso, ao longo de toda obra, Vitrúvio lista diversos autores, gregos em sua grande maioria, que teriam escrito sobre os mais diversos assuntos que se ligavam, direta ou indiretamente, com aquilo sobre o que ele tratou ao escrever sobre arquitetura.

A bibliografia apresentada por Vitrúvio, porém, não pode ser efetivamente levada em consideração porque é ilusória, como são ilusórias todas as listas fornecidas por compiladores antigos (GROS, 1997, p. LXIII-LXIV). É lícito supor que o autor não tenha tido acesso direto a todas as fontes que cita e que nem mesmo tenha tido uma ideia precisa de todos os autores que menciona. Na verdade, a transmissão do conhecimento técnico em época helenística, e mais ainda na época de Vitrúvio, pressupunha o recurso a *excerpta*, doxografias, manuais e outros intermediários, que forneciam uma base de conhecimentos sumária em relação às técnicas, às formas e aos tipos da arquitetura grega (VITORINO, 2004: 39).

O extraordinário legado intelectual deixado pelos gregos é extremamente marcante ao longo de todo *De Architectura*, servindo não só de fonte e de inspiração para Vitrúvio, como também sendo utilizado como substrato teórico a partir do qual ele pôde desenvolver um tratado que abarcasse também aspectos da arquitetura que eram essencialmente itálicos, de forma que, de acordo com Gretchen E. Meyers (2005: 68): “Vitrúvio não pode servir como porta-voz de tradições arquitetônicas Itálico-etruscas. Ao contrário, ele deve ser visto como um produto do seu passado romano, juntamente com outras influências arquitetônicas da Grécia e do Oriente”, em tal medida que em algumas passagens de sua obra ele traçou um paralelo entre o costume heleno e o romano, demonstrando de que forma determinadas regras arquitetônicas se diferenciavam entre gregos e romanos, o que também sinalizava a flexibilidade com que tratou algumas destas regras, bem como o caráter seletivo com que os romanos se utilizavam e assimilavam aspectos culturais gregos. No entanto, no que se refere aos templos, o posicionamento de Vitrúvio foi distinto, pois sobre este tipo de construção ele demonstrou conservadorismo e grande respeito pelos postulados das tradições arquitetônicas gregas, sendo este tipo de edifício público o que mais fortemente se ligou teoricamente aos gregos, de modo que é marcante a presença desta herança intelectual deixada pelo helenismo.

Vitrúvio não está interessado em caracterizar a arquitetura romana como nós a definimos. [...] seus mais importantes modelos eram gregos; sobre os mais “romanos” de todos os tipos de construção, tais como anfiteatros e arcos triunfais, ele se silencia, enquanto ele expõe longamente sobre alguns dos

grandes templos do mundo grego. Sua adesão às tradições gregas é transferida para seu sistema intelectual, que toma emprestado termos e ideias da retórica e da teoria estética grega (TAYLOR, 2004: 25).

Como as informações sobre Vitrúvio são diminutas, diversas hipóteses já foram lançadas para tentar explicar sua familiaridade com as teorias gregas. Wallace-Hadrill (2008: 148) lembra-nos que Vitrúvio foi recomendado a Augusto por sua irmã Otávia e que ela foi mulher de Antônio, pelo menos durante boa parte da década de 30 a.C., levantando assim a hipótese de que Vitrúvio pode ter passado parte deste período servindo a Antônio no Oriente, o que explicaria sua familiaridade com as grandes bibliotecas helenísticas. Apesar de ser uma hipótese interessante, cremos que existam mais pontos que a desqualifiquem do que pontos que corroborem com ela, pois o casamento entre Antônio e Otávia foi uma estratégia política entre os então triúmviros e foi constantemente conspurcado por Antônio e sua ligação com Cleópatra. Além disso, podemos questionar se seria crível pensar que Vitrúvio teria trabalhado durante anos ao lado de Antônio e que depois de sua derrota em 31 a.C., teria sido rapidamente utilizado por Augusto para construir e reparar máquinas de guerra, para só então concluir o seu tratado e publicá-lo por volta de 29 a 27 a.C. Mesmo porque, após a vitória, Augusto só regressou a Roma em 29 a.C., quando então realizou o seu triunfo triplo.

O mais provável é que essa estreita relação com a teoria grega seja fruto da educação recebida de seus pais e mestres (tendo ela se realizado só em Roma ou também em outras regiões mais helenizadas). Além disso, tendo se ligado anteriormente a César, é mais provável que Vitrúvio tenha se aproximado de Augusto antes de sua vitória contra Antônio, mesmo porque o interesse demonstrado por Otávio Augusto no engrandecimento de Roma por meio da arquitetura se iniciou ainda no período do Triunvirato, por exemplo, quando em 33 a.C., ele e Agripa (que havia se tornado Edil) empreenderam diversas reformas, das quais pode-se ressaltar aquelas relacionadas aos aquedutos. Alguns autores acreditam que Vitrúvio teria trabalhado junto a Agripa neste período o que justificaria o fato dele ter dedicado um livro de sua obra (Livro VIII) para tratar unicamente sobre a água, o que de certo modo destoa do restante da obra (CALLEBAT, 1973 e FLEURY, 1990, apud: MCEWEN, 2003: 20). Porém, essas também são apenas hipóteses.

Quanto à datação da obra, já mencionamos anteriormente, porém necessário se faz elencar os motivos e evidências que fizeram os estudiosos do assunto estabelecerem uma espécie de consenso acerca da data provável da publicação da mesma, visto que

não possuímos elementos que nos permitam precisar com certeza uma data de publicação, já que:

Não se conhece nenhum testemunho exterior seguro para a datação do *De Architectura*. As duas referências mais antigas a Vitrúvio que possuímos, de Plínio e de Frontino, devem ser usadas com cautela. [...] Para o estabelecimento da data de composição da obra, portanto, é melhor se ater a informações contidas no próprio texto. Em II. 6. 2, Vitrúvio considera o Vesúvio como um vulcão extinto, fato que nos dá o único elemento indiscutível para a datação do tratado: ele é anterior à erupção do ano de 79 d.C. Há, porém, uma série de elementos contidos na obra que, no conjunto, convergem para situar a publicação nos primeiros anos do Principado (VITORINO, 2004: 38).

M. Justino Maciel (2007: 34-35), na introdução que faz à sua tradução do *De Architectura*, direto do latim para o português, traz uma análise dos elementos que, dentro da obra, apontam para o período provável de sua publicação, e as conclusões por ele apresentadas também são compartilhadas por diversos outros autores⁵⁸ que tratam do assunto. Segundo este autor, a redação e publicação do *De Architectura* estão inseridas na época que corresponde ao início do governo de Otávio Augusto, embora muito provavelmente os primeiros apontamentos e a preparação da obra seriam ainda do tempo em que esteve a serviço de César. A redação definitiva deve ter coincidido com o momento no qual se observou em Roma um grande desenvolvimento construtivo sob as ordens de Augusto. Maciel esclarece ainda que as referências da dedicatória e a menção de edifícios da cidade levam a pensar na redação da obra entre 35 e 25 a.C., e que a entrega definitiva ao Imperador pode ter ocorrido mesmo até 20 a.C., embora o mais provável é que tenha ocorrido antes de 27 a.C., pois neste ano o Imperador ganhou o título de Augusto, do qual já tratamos, e Vitrúvio em toda a obra jamais se dirigiu a ele utilizando este título, de modo que sempre usou os termos *Imperator*, *Caesar* ou *Imperator Caesar*. Apesar deste importante dado que ajuda a estabelecer a datação da obra, nos deparamos com um problema, pois como lembra Maciel, Vitrúvio (*De Architectura*, V. 1. 7) refere-se a um templo de Augusto (*aedis Augusti*) na basílica de Fano, o que fez com que os pesquisadores acreditem que a escrita do livro V é posterior ou que o mesmo tenha sofrido alterações em edições posteriores.

⁵⁸ Pode-se dizer que atualmente é um consenso datar a publicação do *De Architectura* na década de 20 a.C.. Dos diversos autores que defendem esta datação podemos citar Indra K. McEwen (2003: 01) e Rabun Taylor (2004: 04), que baseados em diversos outros autores defendem que a publicação da obra teria ocorrido em meados dos anos 20 a.C.; há também os autores, em língua portuguesa, Mário Henrique S. D'Agostino (2010: 22-23) e Júlio César Vitorino (2004: 38), que se apoiando nos estudos de outros pesquisadores defendem que a publicação da obra teria ocorrido nos anos iniciais do Principado de Augusto.

Seja como for, é consenso que a publicação do *De Architectura* ocorreu na década de 20 a.C., no início do governo de Otávio Augusto, sendo dedicada a este Imperador que, já a algum tempo, vinha se comprometendo com o embelezamento da cidade, transformando-a, antes de tijolos, em uma cidade de mármore. Podemos dizer que com isso se estabelecia um paralelo entre o surgimento e o estabelecimento do que ficou conhecido como Principado com a nova face marmórea da *Urbs*, uma relação entre a estabilidade, firmeza, rigidez, beleza e riqueza do mármore com a imagem de estabilidade, firmeza, rigidez, beleza e riqueza que Roma alcançava sob a política do *Imperator Caesar*.

Depois de discorrer sobre o autor e sobre a data de publicação do *De Architectura*, passamos agora a comentar sobre a obra em si e suas principais características. Apesar de parecer, a princípio, tratar-se apenas de um manual prático destinado a arquitetos, o *De Architectura* pode ser considerado um texto técnico-científico. Luíza Monteiro Dutra (2010), ao se referir a textos técnico-científicos, nos esclarece que:

Essa tradição de textos técnico-científicos circunscreve um conjunto de escritos - dos mais variados assuntos - em que linguagem e estilo desempenham um papel subserviente, subordinado ao propósito informativo e didático e que a princípio têm como traço distintivo a clareza. Esses textos compartilham entre si uma linguagem peculiar cujo fim é cumprir esse propósito; ela costuma ser objetiva e precisa, com preferência pelo uso da terceira pessoa - mas não excluindo o emprego da primeira e da segunda pessoas (DUTRA, 2010: 23).

Deste modo, o *De Architectura* não pode ser visto apenas como um manual para arquitetos ou futuros arquitetos, pois ele destinava-se em primeiro lugar ao próprio Imperador, e em seguida aos arquitetos e a todos aqueles eruditos que se interessassem pelo assunto, como o próprio Vitrúvio esclarece na seguinte passagem:

Mas eu comprometo-me, com estes livros, como espero, a disponibilizar, não só aos que edificam como também a todos os eruditos, sem qualquer dúvida e com a máxima autoridade, os conhecimentos acerca das potencialidades da arte e dos raciocínios que lhe são inerentes⁵⁹ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 1. 18).

De acordo com Rabun Taylor (2003: 4), o *De Architectura* era uma obra mais didática que prática, um produto tanto de estudo e pesquisa quanto da experiência de Vitruvius, destinado muito mais aos patronos que comissionavam a obra do que aos arquitetos que a construíam, visto que as obras arquitetônicas eram fruto de seu investimento, energia e generosidade. Para este autor, a importância do patrono

⁵⁹ De artis uero potestate quaeque insunt in ea ratiocinationes polliceor, uti spero, his uoluminibus non modo aedificantibus sed etiam omnibus sapientibus cum maxima auctoritate me sine dubio praestaturum.

responsável pela obra era tanta que ele chega mesmo a dizer que ninguém fala que Augusto escreveu a *Eneida*, embora ele fosse o patrono de Virgílio, mas todos dizem que Augusto foi o construtor do Fórum de Augusto, embora todos saibam que ele foi a criação de diversos profissionais anônimos (TAYLOR, 2003: 11). Segundo este autor, construções não eram criadas puramente em nome da arte, pois devido às suas incomparáveis utilidades na vida diária, “construções eram vistas como entidades integradas no tempo real e no espaço” (TAYLOR, 2003: 11). Além disso, é através destas construções enquanto entidades integradas no tempo e no espaço e por meio de sua capacidade de criar e ordenar este mesmo espaço em que se integra que somos capazes de reconhecer a sociedade, isso, de acordo com Bill Hillier e Julienne Hanson, segundo os quais:

A arquitetura não é uma "arte social", simplesmente porque os edifícios são importantes símbolos visuais da sociedade, mas também porque, através das formas em que os edifícios, individual e coletivamente, criam e ordenam o espaço, somos capazes de reconhecer a sociedade (HILLIER; HANSON, 1984: 02, apud: MEYERS, 2005: 77).

Desta forma, o *De Architectura*, enquanto um texto técnico-científico, destinava-se principalmente a auxiliar o Imperador em sua política de construção e reconstrução da *Urbs*, de criação e/ou ordenação do espaço, de modo tal que se pode dizer que Vitrúvio ambicionava, entre outras coisas, “ser útil a Augusto, não por fornecer um simples manual para a construção de seus edifícios públicos, mas por fornecer um quadro conceitual dentro do qual tais construções fariam sentido, e funcionariam como parte de uma ordem maior” (WALLACE-HADRILL, 2008: 148). Nesta perspectiva, o *De Architectura* se encaixa na função que um texto técnico-científico possuía, pois de acordo com Dutra:

Esses escritos desempenhavam o fundamental papel de formar os homens que ocupavam ou ocupariam os cargos mais altos do Império Romano, para os quais se acreditava que fossem extremamente úteis e necessários conhecimentos gerais de agricultura, tática, estratégia, história, [arquitetura] ciências da natureza e de outras matérias. Não se esperava dos dirigentes que fossem *experts*, mas que tivessem um conhecimento mais geral de certas disciplinas. O fim dessa literatura era, pois, fomentar o desenvolvimento de algumas virtudes e traços indispensáveis para formar bons líderes (DUTRA, 2010: 24).

Vitrúvio ao escrever sua obra dedicada ao Imperador a fez em 10 livros⁶⁰. Todos os dez livros são precedidos por prefácios que possuem grande importância para

⁶⁰ Durante o século I a.C. a forma dos livros eram os rolos de papiro (*uolumen/uolumina*), que consistiam de um número variável de páginas com colunas de escritos e se distinguiam de acordo com sua altura e espessura (KLEBERG, 1995: 76). De acordo com Indra McEwen (2003: 39), Vitruvius inicialmente talvez

se conhecer mais sobre o modo como Vitruvius concebe os mais diversos assuntos. Segundo G. Engel, citado por M. Justino Maciel na introdução que faz à tradução do *De Architectura* para o português, todos os prefácios têm em comum a dedicatória ao Imperador, a localização do tema do livro que prefaciam e a expressão das intenções de Vitruvius ao escrever a obra (ENGEL, apud: MACIEL, 2007: 41). Ainda de acordo com D'Agostino:

(Dos prefácios) extraímos os traços mais fortes do tratado, esparsos e como que atenuados sob o linguajar técnico e a pluralidade de matérias em exame nos diversos volumes. Também neles identificamos um arquiteto honroso de si, cuja vida e desempenho profissional, embora modestos, não destoam do modelo de perfeição então estatuído (D'AGOSTINO, 2010: 55).

O primeiro livro do *De Architectura* inicia-se com o prefácio no qual ele dedica seu estudo ao Imperador e justifica porque decidiu escrever e publicar um tratado sobre arquitetura. Nos capítulos deste livro, ele trata primeiramente sobre o arquiteto e a importância de possuir sua formação pautada na prática e na teoria (*fabrica et ratiocinatione*), ressaltando que o arquiteto deve ser conhecedor dos diversos saberes que contribuem para o seu melhor desempenho, tais como: literatura, desenho, geometria, história⁶¹, filosofia, música, medicina, astronomia, dentre outros. No entanto, Vitruvius esclarece que o arquiteto deve ser conhecedor destes saberes, mas não necessariamente *experts* neles, de modo que a especificidade do arquiteto estaria justamente em promover com sua arte o contato de diversas disciplinas, sem, no entanto, confundi-la com nenhuma delas. Em seguida, Vitruvius desenvolve sua definição da arquitetura⁶², defendendo também que a arquitetura compreende três partes distintas: edificações (*aedificatio*), gnomônica⁶³ (*gnomonice*) e a construção de máquinas ou, em outras palavras, mecânica (*machinatio*), o que justifica sua obra sobre arquitetura possuir um capítulo sobre gnomônica e outro sobre máquinas. Ele deixa claro também o princípio basilar que deve nortear a prática dos arquitetos, qual seja o de construir de modo que suas obras estejam pautadas nos princípios de firmeza, utilidade

não tivesse a intenção de escrever 10 livros, mas não existem dúvidas que os 10 livros constituem o *corpus* acabado que ele apresentou a Augusto. Além disso, o número dez, de acordo com Vitruvius (*De Architectura*, III. 1. 5), era considerado desde os antigos como o número perfeito.

⁶¹ Lembramos que, como já foi tratado anteriormente, história e mito se mesclavam na Roma antiga, de modo que quando Vitruvius defende que o arquiteto deve ser conhecedor de diversas histórias, dentre elas podem estar incluídas o que hoje denominamos mitos.

⁶² Falamos sobre este aspecto de modo mais detalhado mais adiante, neste capítulo, quando então tratamos sobre a arquitetura e sua relação com a cidade.

⁶³ A palavra gnomônica deriva da palavra *gnomon*, que é o ponteiro, a haste vertical que permite a formação da sombra na superfície do relógio solar. Segundo Vitruvius (*De Architectura*, IX. Pr. 18), a gnomônica estuda “o comportamento dos raios do Sol no universo, através das sombras do *gnomon* e com que leis elas se dilatam ou contraem”.

e beleza (*firmitas, utilitas e uenustas*). Ele trata ainda neste livro sobre a escolha dos lugares para as construções e para o estabelecimento da cidade, relacionando a isso aspectos da natureza que influenciam nesta escolha como, por exemplo, os tipos de ventos; trata também da construção de muralhas; e por fim dos locais adequados para a construção de fóruns e templos, respeitando as características dos deuses que iriam abrigar.

No prefácio ao segundo livro, Vitruvius discorre sobre a relação entre Alexandre, o Grande, e o arquiteto Dinócrates, sinalizando, talvez, a importância do soberano se ligar a um arquiteto que o ajude na construção de uma cidade digna de seu poder, de modo que Vitruvius esclarece que assim como Dinócrates recebeu a recomendação de Alexandre, ele esperava receber a de Augusto, porém se valendo dos méritos da ciência e de seus escritos. Neste livro, Vitruvius traz uma descrição minuciosa dos materiais necessários para as construções, bem como onde encontrá-los e quais os melhores materiais para determinadas obras.

O terceiro e o quarto livros são dedicados especificamente à construção dos templos. É interessante destacar que entre todos os tipos de edifícios dos quais Vitruvius tratou em sua obra, os templos são os primeiros, demonstrando assim a importância destes edifícios públicos para a sociedade de então. De acordo com Vitruvius, ele abordou a respeito dos templos em primeiro lugar por ser o que a ordem exige (*uti ordo postulat*), além disso, este é o único assunto que é examinado em dois livros distintos, o que não ocorreu por ser um assunto extenso, visto que os livros 3 e 4 juntos são praticamente do mesmo tamanho que o décimo livro. A divisão em dois livros para tratar dos templos talvez se explique pelo fato de que Vitruvius quisesse com isso ressaltar a importância desta obra arquitetônica ou talvez por uma questão puramente metodológica, pois podemos sugerir como hipótese que o plano original de Vitruvius era escrever a obra em 6 livros, versando apenas sobre as edificações, pois segundo o próprio autor (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 1. 6-7) para os matemáticos e os gregos o seis era considerado o número perfeito; possivelmente, para destacar ainda mais sua ciência e conquistar maior fama com uma obra mais completa, ele juntou aos seis livros sobre edificação mais três sobre hidráulica, gnomônica e mecânica, e de modo a atingir o número perfeito de dez, ele se decidiu em dividir o livro sobre os templos em dois. Hipóteses à parte, o simples fato dos templos possuírem dois livros em sua obra já é por si só relevante.

Seja como for, no terceiro livro, Vitrúvio discutiu primeiramente a respeito da composição dos templos e a importância de estarem baseados na comensurabilidade, ou seja, na necessidade de se estabelecerem módulos para a construção de cada parte dos templos de modo que o todo tenha relação modular com as partes em separado, alcançando com isso um equilíbrio e proporção. Vitrúvio relaciona a isso a proporção entre as partes do corpo com relação ao corpo em sua totalidade, quando também relaciona o corpo humano com o círculo e o quadrado, o que inspirou Leonardo Da Vinci em seu famoso desenho *Homem Vitruviano*. Vitrúvio desenvolveu neste livro sua noção de templo enquanto obra eterna, bem como suas considerações sobre o 10 como o número perfeito. Feito isso, traçou uma tipologia dos templos de acordo com a disposição das colunas e de acordo com os intercolúnios, bem como tratou de outras especificidades técnicas para a construção de templos, com maior ênfase para a ordem jônica, tais como: o fundamento sobre o qual o templo é erigido, os degraus e sua quantidade em números ímpares, o pódio, as bases e capitéis das colunas, a arquitrave, frisos, frontões, acrotérios, etc.

No prefácio ao quarto livro, Vitrúvio nos esclarece que estava, antes de qualquer coisa, ordenando o *corpus* da arquitetura, o que segundo ele ninguém teria feito antes. Neste livro, ele trouxe com maior detalhe esclarecimentos acerca das diferentes ordens arquitetônicas, explicando, por exemplo, a origem (mítica) das ordens dórica, jônica e coríntia, além de estabelecer um paralelo entre a ordem dórica e a proporção, a solidez e a elegância do corpo viril do homem; entre a ordem jônica e a sutileza, o ornato e a delicadeza feminina; e entre a ordem coríntia e a delicadeza virginal das donzelas. Vitrúvio desenvolveu neste livro outras especificidades técnicas das ordens dórica e coríntia, além de tratar acerca da orientação dos templos. Outro aspecto digno de nota é a tentativa de Vitrúvio de elevar ao nível das ordens gregas o estilo de construção itálico, o que vai ao encontro da política de restauração das antigas tradições empreendida por Augusto, visto que este, no início de seu governo, se dedicou com grande comprometimento à restauração de diversos templos antigos, preservando o estilo arcaico que possuíam; deste modo, Vitrúvio em um dos capítulos do quarto livro tratou especificamente dos templos toscanos. Vitrúvio finalizou este livro com um breve capítulo a respeito da construção de altares e as diferenças que deveriam possuir com relação aos deuses para os quais os sacrifícios seriam oferecidos.

Após explicar sobre os templos, Vitrúvio dedicou seu quinto livro aos demais edifícios públicos que compõem uma cidade, de modo tal que abordou primeiramente

acerca da construção de fóruns, quando estabeleceu semelhanças e diferenças entre os fóruns gregos e romanos, demonstrando assim a valorização dos costumes ancestrais dos romanos ao lado das tradições gregas, de modo tal que se na construção de templos ele conferia um maior destaque ao legado grego, na construção dos fóruns ele conferiu maior atenção às tradições construtivas romanas. Ao escrever sobre fórum, ele explicou também a respeito de basílicas, para em seguida falar do erário, do cárcere e da cúria. Ele dedicou grande parte do livro 5 a tratar acerca da construção de teatros, de forma que discorre longamente sobre questões como ressonância, harmonia, diferentes tipos de sons, entre outras coisas; explicou também as diferenças entre os teatros gregos e romanos, e as diferentes partes que constituem esta construção; e finalizou explicando sobre os pórticos e os passeios⁶⁴. Feito isso, dedicou ainda um capítulo para os banhos, outro para palestra e outro para explicar sobre os portos, com o qual encerra o quinto livro.

No prefácio ao sexto livro, Vitruvius fez uma verdadeira apologia à educação, de forma tal que defende a importância da mesma explicando, por exemplo, que o sábio é um cidadão do mundo, além de agradecer pela educação que seus pais e mestres lhe deram (*De Architectura*, VI. Pr. 2-4). O sexto livro foi destinado a análise da arquitetura privada, ou seja, as casas, suas partes e disposição dos cômodos. Neste livro, Vitruvius explicou as distinções que as diferenças geográficas impõem à construção das casas, bem como as diferenças existentes, por exemplo, entre os edifícios localizados nas cidades e as vilas, tratando sobre as partes de cada um. Vitruvius discorreu ainda com relação a algumas diferenças entre as casas gregas e romanas.

O livro sete traz um dos maiores prefácios da obra, rivalizando em tamanho apenas com o prefácio ao livro nove. Neste prefácio, Vitruvius versou principalmente acerca da grande quantidade de escritos de gregos e romanos, mencionando a respeito das bibliotecas e de concursos literários (*De Architectura*, VII. Pr. 4), ressaltando a importância dos escritores e o respeito que deve ser dedicado a estes, enfatizando todo o seu repúdio aos plagiadores que se utilizavam dos escritos alheios como se fossem seus (*De Architectura*, VII. Pr. 3). E depois disso, como não poderia deixar de ser, Vitruvius prestou homenagem a diversos autores que publicaram obras esparsas sobre arquitetura antes dele (*De Architectura*, VII. Pr. 11-17), dos quais o maior número é de autores gregos, embora Vitruvius faça questão de esclarecer que entre os romanos existiram

⁶⁴ Espaços a céu aberto sobre os pórticos e que serviam para a circulação das pessoas.

diversos excelentes arquitetos, tão bons quanto os gregos, apesar de poucos terem publicado seus conhecimentos, de modo que ele próprio tomou para si esta tarefa de escrever o *corpus* da arquitetura, expondo ordenadamente cada tema em um livro. Deste modo, após ter escrito sobre a arquitetura privada, no livro sete, ele trouxe orientações a respeito do acabamento destas construções, discorrendo sobre as diversas etapas para se fazer os pavimentos; sobre o acabamento de paredes e tetos, explicando algumas das técnicas utilizadas então, tais como reboco, afresco, polimento e os tipos decorativos de pinturas, ressaltando a importância de se seguir o decoro, escolhendo os ornatos convenientes para cada tipo de espaço; esclareceu também a respeito das pinturas, explicando os diferentes tipos e tendências de pinturas⁶⁵, quando demonstra todo o seu conservadorismo ao criticar os gostos pictóricos de seus contemporâneos, que ao optarem por pinturas que representam coisas que não existem⁶⁶ estariam, segundo ele, negligenciando a perfeição artística; ele critica também os proprietários que ostentavam uma grande suntuosidade e exagero ao pintarem paredes inteiras com cores de difícil obtenção. Por fim, Vitruvius tratou sobre as tintas e a obtenção de determinadas cores a partir do solo, plantas, minerais, etc.

No oitavo livro, nos deparamos com assuntos acerca da importância das águas e as formas de descobrir a presença de água no subsolo; sobre a água das chuvas; fontes de água quente e fria e sua importância medicinal; os diferentes tipos de água e suas diversas utilidades; métodos de se avaliar a água; processos de nivelamento para a condução da água e os processos utilizados para a distribuição da água nas cidades.

O extenso prefácio ao nono livro trata da preciosa contribuição conferida pelos homens sábios e da importância e necessidade de conferir-lhes as honras e o respeito que merecem. Neste livro, pode-se ver uma explicação com relação aos conhecimentos referentes à astronomia, tratando de assuntos como: os signos zodiacais, planetas, movimentação dos astros, órbitas, interação entre Sol e Lua, as fases da Lua, solstícios e equinócios, constelações, etc.; além da relação destes fenômenos com a gnomônica. Vitruvius encerrou este livro discorrendo sobre os diferentes tipos de relógios e os métodos e técnicas que se aplicam para o seu traçado.

⁶⁵ Os tipos de pinturas descritos por Vitruvius se enquadram nos três primeiros estilos de pintura pompeianos estabelecidos por Augusto Mau, que no fim do século XIX, foi o primeiro dos historiadores da Arte a estabelecer diferenças e propor uma tipologia de quatro estilos que, apesar de posteriores críticas e complementos, ainda continua sendo utilizada (BRITO, 2009: 109).

⁶⁶ Para Vitruvius, isso significava a escolha de pinturas contendo monstruosidades e aberrações, tal como a representação de caniços, em vez de colunas, sustentando um teto (*De Architectura*, VII. 5. 3).

E o décimo e último livro trata dos diversos mecanismos de uso civil e militar. No primeiro capítulo, Vitruvius trabalhou com a definição de máquina, que consistia numa aparelhagem cujo objetivo era proporcionar maiores vantagens para a movimentação de cargas, de modo tal que as máquinas possuíam importância fundamental na construção dos edifícios, pois possibilitavam, por exemplo, o deslocamento de grandes blocos de mármore ou de outras partes de tais construções. Passou em seguida a tratar dos diferentes tipos de engenhos destinados a tirar e transportar a água. Vitruvius dedicou a parte final deste livro a abordar máquinas de guerra, esclarecendo sobre uma infinidade de mecanismos usados em tempo de paz e guerra, para defesa ou ataque. Neste aspecto, Vitruvius (*De Architectura*, X. 11. 2), escreveu a respeito destas máquinas de guerra baseado, como ele mesmo afirma, na segurança de sua experiência pessoal, terminando assim a sua extensa obra.

É importante mencionar que Vitruvius, em diversas partes do *De Architectura*, menciona a existência de desenhos e gráficos que acompanhariam os dez livros que compõem seu texto, dos quais nada nos chegou. Pelas indicações encontradas na obra, os estudiosos creem se tratarem de desenhos simples, visto que os livros, na forma de rolos, eram copiados a mão, de modo que pessoas não afeitas aos conhecimentos do arquiteto teriam dificuldades em reproduzir os esquemas se se tratassem de traçados complexos.

[...] Acreditamos que os únicos desenhos do *De Architectura*, seriam esquemas geométricos simples de fácil reprodução por mãos menos hábeis, esquemas que informassem não sobre a forma final (ilustração), mas sobre regras de concepção.

As referências aos esquemas do tratado são ao todo doze e parecem apontar para um conjunto de doze desenhos diferentes. Vitruvius utiliza termos como, *forma*, *schema*, *diagramma* e *exemplar* para os diversos desenhos (SEQUEIRA, 2010: 56).

Em resumo, podemos dizer que Vitruvius em sua obra conferiu à arquitetura grega um caráter modular, ou seja, que servia de medida para a arquitetura romana. Além disso, via a arquitetura como imitação da natureza e, dentro desta busca de imitação da natureza, outro ponto que traduz sua forma de pensar é a relação que ele estabeleceu entre as medidas do corpo humano e as medidas dos edifícios, pois para ele o corpo humano era o grande referencial para se pensar a relação modular de cada parte de um edifício com relação à sua totalidade. Percebemos também em sua obra um comprometimento com um ideal de beleza, de forma que deixa claro que o arquiteto tem como objetivo produzir obras belas para o deleite de quem as vê (VITRUVIO. *De Architectura*, I. 3. 2).

Além disso, como já dissemos, a obra de Vitrúvio é uma fonte riquíssima em informações, pois sendo o único tratado sobre arquitetura da Antiguidade que nos chegou completo, possui um inestimável valor e nos permite não apenas compreender mais acerca da arquitetura, mas também inferir a respeito dos mais diversos assuntos, devido ao fato de Vitrúvio escrever seu texto visando não somente arquitetos, mas também a todos quanto quisessem ler seus livros e principalmente ao próprio Imperador: “[...] peço, ó César, a tua compreensão e a daqueles que hão de ler estes livros, de modo que eu venha a ser desculpado se algo do que é explicado estiver pouco de acordo com as regras da gramática”⁶⁷ (VITRÚVIO, *De Architectura*, I. 1. 18).

Percebemos neste trecho que Vitrúvio, em sua obra, buscou sempre ressaltar não se tratar de um homem versado na arte da escrita, de modo a se desculpar por qualquer equívoco que viesse a cometer nesta tarefa, bem como demonstrava também que sua escrita não tinha como objetivo ser uma obra prima no que se refere a estilo e estética; sua atenção se direcionava para a arquitetura, porém não se limitava a tão somente escrever sobre arquitetura; ele foi além disso; ele conseguiu agregar em uma obra os saberes, de gregos e romanos, que se encontravam esparsos, juntando a isso sua experiência prática. Ele demonstrou com isso a importância da união entre teoria e prática (*ratiocinatio* e *fabrica*), união esta que deveria embasar o trabalho de todo arquiteto (VITRÚVIO, *De Architectura*, I. 1. 2).

De acordo com Indra McEwen (2003: 06-12), mais do que escrever sobre arquitetura, Vitrúvio escreveu o corpo da arquitetura, visto que este “corpo” da arquitetura não existia antes dele escrevê-lo, além disso, seu aparecimento no início do Principado de Augusto estava enraizado em circunstâncias imperiais que o trouxe à luz, o que fez a autora concluir que “o corpo da arquitetura é o corpo do Império” (MCEWEN, 2003: 12), de tal modo que um completa o outro:

Antes do *De Architectura* ser escrito, Vitrúvio e Augusto [...] eram duas pessoas separadas, ocasionalmente reunidas pelos serviços realizados por Vitrúvio e os *beneficia* que ele diz ter recebido por eles. [...] Sem o Imperador, o corpo da arquitetura não tem cabeça. Sem o *De Architectura* o Imperador não tem corpo (MCEWEN, 2003: 129).

Podemos dizer também que Vitrúvio ao escrever o corpo da arquitetura, dedicando-o ao Imperador, intentava, de certo modo, unir o seu nome ao dele, de modo que ambos fossem lembrados pelas futuras gerações. Que o Imperador, que transformava Roma em uma cidade de mármore, e o arquiteto, que o auxiliava com

⁶⁷ [...] peto, Caesar, et a te et ab iis, qui ea uolumina sunt lecturi, ut, si quid parum ad regulam artis grammaticae fuerit explicatum, ignoscatur.

teoria e prática, permanecessem pela eternidade inscritos na memória das gerações vindouras. Com isso Vitrúvio conseguiria fama e glória imortais.

Cremos que Vitrúvio soube traduzir em sua obra os anseios e expectativas que Augusto possuía com relação à estrutura arquitetônica da *Urbs*, estrutura esta que se constituía em verdadeiro esqueleto que dava sustentação a seu poder e cujos princípios se espalharam pelo imaginário de sua época e apareciam nas narrativas, como a de Vitrúvio, e nas obras arquitetônicas empreendidas no governo de Augusto. Percebemos no relato vitruviano importantes características que estão presentes em grande medida na política empreendida por Augusto, de modo tal que Vitrúvio se ligou a Augusto em aspectos que eram essenciais em seu governo como, por exemplo, a valorização das tradições antigas, não só dos romanos, mas também de gregos.

Em diversas passagens, o arquiteto deixa claro sua admiração pelos preceitos e práticas instituídas pelos antigos, porém o prefácio ao sexto livro constitui-se numa verdadeira apologia à educação que recebeu, defendendo que a educação, a sabedoria e a fama são muito mais importantes do que o enriquecimento, pois todos os bens materiais poderiam ser facilmente arrebatados pela Fortuna, enquanto a educação, aliada à força de ânimo, jamais se extingue. Desta forma, ele afirma:

Eu, porém, ó César, não me dediquei ao estudo da arquitetura para ganhar dinheiro, pois descobri que mais vale a pobreza com boa fama do que a abundância com infâmia. Daí que eu tenha conseguido pouca celebridade. Todavia, publicados estes livros, espero vir a ser também conhecido da posteridade⁶⁸ (VITRÚVIO. *De Architectura*, VI. Pr. 5).

Com isso, podemos inferir que este é um de seus objetivos ao escrever sua obra, ou seja, o de ser lembrado, de possuir uma glória e fama imortais. Além disso, Vitrúvio tinha clara a natureza política do seu tratado de permitir à arquitetura e ao arquiteto um novo patamar perante a sociedade. De acordo com Mário Henrique D'Agostino (2010: 70-71), Vitrúvio buscou, através da requalificação da arquitetura e do estatuto social do arquiteto, “legitimar um novo *status* social à profissão”. Além disso, em Vitrúvio, a dignidade da arquitetura “nasce do contato com múltiplas disciplinas, sem se confundir com nenhuma”. Citando Vitrúvio: “A ciência do arquiteto

⁶⁸ Ego autem, Caesar, non ad pecuniam parandam ex arte dedi studium, sed potius tenuitatem cum bona fama quam abundantiam cum infamia sequendam probavi. Ideo notities parum est adsecuta. Sed tamen his uoluminibus editis, ut spero, etiam posteris ero notus.

é ornada de múltiplas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes”⁶⁹ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 1. 1).

No entanto, antes de sabermos mais acerca da formação do arquiteto e das características e componentes da arquitetura, tal como aparecem no *De Architectura*, tratamos no próximo item, mais precisamente, o modo como Vitrúvio busca ligar-se a Augusto, quando analisamos a dedicatória que Vitrúvio faz ao Imperador. Além disso, podemos perceber nas páginas que se seguem, como o processo de helenização, do qual já tratamos no primeiro capítulo, pode ser percebido na obra de Vitrúvio, bem como de que forma isto se relaciona a Augusto e seu governo.

2.2. Augusto e Vitrúvio: O senhor do mundo e um arquiteto possível

Vitrúvio e sua obra tiveram, portanto, uma estreita relação com o contexto no qual estavam inseridos, pois o autor, após trabalhar para César, presenciou as dificuldades advindas das guerras civis e o desmoronar de antigas tradições que faziam parte de seu mundo, presenciando, por exemplo, o relativo abandono ao qual os templos e outros edifícios públicos foram relegados, bem como o descaso com antigos costumes religiosos. Além disso, ele vivenciou também a instabilidade e insegurança que a guerra gerou.

Com a vitória de Augusto, Vitrúvio viu surgir novamente a atenção e o respeito aos costumes dos ancestrais, às tradições religiosas e à cidade em si, presenciando uma transformação em Roma no que se refere aos mais diversos aspectos; Roma, que passou a ser a capital de um império territorial cada vez mais vasto, adquiria com Augusto um esplendor arquitetônico digno da capital do mundo conhecido. O esforço demonstrado pelo *Princeps* para conquistar e manter a *pax deorum*, com a reforma e construção de templos em toda a cidade, transmitia uma ideia de estabilidade, prosperidade e engrandecimento, gerados pela correta relação com as divindades. Neste contexto de relativa tranquilidade, Vitrúvio, graças ao seu trabalho e à recomendação de Otávia, aproximou-se e manteve-se ligado à casa de Augusto, escrevendo e dedicando sua obra ao Imperador.

Passemos agora a analisar esta dedicatória que traz importantes contribuições ao nosso trabalho. Vitrúvio abre sua obra da seguinte forma:

⁶⁹ Architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata, cuius iudicio probantur omnia quae ab ceteris artibus perficiuntur opera.

Havendo a tua divina mente e a tua grandeza, ó Imperador César, submetido o mundo com Império, prostrados com força invicta todos os inimigos, tendo-se gloriado os cidadãos com a tua vitória e triunfo, dependendo do teu gesto todos os povos submetidos e sendo governados o Povo e o Senado romanos, livres de temor, pelos teus preciosíssimos pensamentos e conselhos, não ousarei, no meio de tantas ocupações, apresentar-te um Tratado sobre Arquitetura, escrito e concluído depois de profundas reflexões, temendo encontrar desagrado no teu espírito, perturbando-o em tempo inoportuno⁷⁰ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 1).

Este trecho se constitui no primeiro parágrafo do *De Architectura*, a primeira parte de sua dedicatória a Augusto, com a qual Vitrúvio inicia sua obra; podemos perceber já aí, antes de qualquer coisa, o tom elogioso que Vitrúvio se utiliza ao se dirigir ao Imperador, exaltando sua divina mente e grandeza. A sua menção à divina mente de Augusto pode ser vista como uma clara ligação com aspectos divinos do qual o Imperador era portador, seja por este ser o filho de um *diuus*; seja porque Vitrúvio estivesse sob a influência de cidades helenísticas, nas quais grandes homens, ainda vivos, poderiam ser venerados como deuses; seja, simplesmente, pelo fato de que entre os romanos existia o culto ao *genius* do *pater familias*, ou seja, o culto à potencia divina inerente no *pater familias*.

O que nos interessa ressaltar é, primeiramente, a menção que Vitrúvio faz ao grande poder de Augusto, que com *imperium* submeteu o mundo (*orbis terrarum*) e com força invicta derrotou todos os inimigos, livrando assim o Povo e o Senado do temor, temor este que pode ser associado aos tumultuosos anos de guerras civis que haviam assolado Roma antes da vitória de Augusto sobre Cleópatra e Marco Antônio. A ligação deste trecho com a vitória de 31 a.C., em Ácio, fica ainda mais evidente pelo fato de que Vitrúvio fala claramente sobre a vitória e triunfo de Augusto (tendo-se gloriado os cidadãos com a tua vitória e triunfo), menção clara ao triplo triunfo de Augusto realizado no ano de 29 a.C., ou seja, poucos anos antes da publicação do *De Architectura*. Além disso, ele coloca o poder de Augusto acima de todos os outros, pois do gesto dele dependiam todos os povos submetidos, e o Povo e o Senado seriam governados por seus conselhos e pensamentos.

A partir deste importante trecho, podemos mesmo nos atrever a levantar a hipótese de que o *De Architectura* teria sido, não somente, lido por Augusto, quanto

⁷⁰ Cum divina tua mens et numen, Imperator Caesar, imperio potiretur orbis terrarum invictaque virtute cunctis hostibus stratis triumpho victoriaque tua cives gloriarentur et gentes omnes subactae tuum spectarent nutum populusque Romanus et senatus liberatus timore amplissimis tuis cogitationibus consiliisque gubernaretur, non audebam, tantis occupationibus, de architectura scripta et magnis cogitationibus explicata edere, metuens, ne non apto tempore interpellans subirem tui animi offensionem.

teria influenciado a escrita de suas *Res Gestae*, pois no prefácio desta⁷¹, Augusto menciona, assim como Vitrúvio, o fato de ter submetido o mundo, diferindo apenas pelo fato de que Augusto acrescenta que submeteu o mundo ao império do Povo romano. Além disso, na parte V das *Res Gestae*, Augusto afirma que livrou toda a comunidade do medo e dos perigos, assim como Vitrúvio ao falar que o Povo e o Senado romanos estavam livres de temor.

Suposições a parte, no fim deste trecho Vitrúvio esclarece que o tratado foi escrito e concluído após profundas reflexões, de modo a exaltar o seu próprio trabalho e o valor de seu escrito. Ele afirma também que não ousaria incomodar Augusto, no meio de tantas ocupações, com seus escritos sobre arquitetura, se visse que isso lhe traria algum desagrado. No entanto, no trecho seguinte de seu prefácio, Vitrúvio se torna ainda mais claro ao explicitar o motivo que o fez ousar e apresentar o seu trabalho a Augusto, quando afirma:

Tendo, porém, notado que não apenas te preocupas com a vida comum de todos e com a ordem do Estado, mas igualmente te empenhas com a oportunidade dos edifícios públicos, porque a Cidade não foi apenas engrandecida, através de ti, com as províncias, mas também a dignidade do Império foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos, julguei que não deveria adiar, mas, bem pelo contrário, deveria te apresentar, quanto antes, estes escritos sobre estas coisas, [...] ⁷² (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 2).

Neste trecho significativo, Vitrúvio esclarece que buscou não adiar a publicação de sua obra ao perceber a preocupação de Augusto⁷³ não só com a vida em comum e com a ordem do Estado, como também com a importância dos edifícios públicos. Sobre este aspecto, devemos lembrar que Augusto se orgulhava de ter encontrado Roma uma cidade de tijolos e de tê-la transformado numa cidade de mármore, tal o número de construções e reconstruções realizadas por ele. Vitrúvio afirma claramente que sob o governo de Augusto tanto a cidade como as províncias foram engrandecidas com tais construções, mas isso não foi tudo; também a dignidade,

⁷¹ “Abaixo uma cópia dos feitos do Divino Augusto, pelos quais submeteu o mundo ao império do Povo romano, e dos gastos que fez pela República e pelo Povo romano, registrados em dois pilares de bronze postos em Roma” (*Res Gestae Divi Augusti*, Pr.). “Rerum gestarum divi Augusti, quibus orbem terrarum imperio populi Romani subiecit, et impensarum quas in rem publicam populumque Romanum fecit, incisarum in duabus aeneis pilis, quae sunt Romae positae, exemplar subiectum”.

⁷² Cum vero attenderem te non solum de vita commun omnium curam publicae querei constitutione habere sed etiam de opportunitate publicorum aedificiorum, ut civitas per te non solum provinciis esset aucta, verum etiam ut maiestas imperii publicorum aedificiorum egregias haberet auctoritates, non putavi praetermittendum, quin primo quoque tempore de his rebus ea tibi ederem, [...].

⁷³ Sobre este aspecto é importante ressaltar que o Imperador é, como esclarece Paul Veyne (2009: 1-34), um mandatário da coletividade, encarregado de dirigir a República. Sendo assim, o Imperador só seria um bom governante se ele reunisse em si próprio diversas qualidades, tais como: ser um excelente orador, um ótimo estrategista, um distribuidor de benesses, um administrador, um político, um construtor, etc.

a majestade do Império (*maiestas imperii*) foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos.

De acordo com Haselberger (2007: 52), se César já havia considerado que a aparência de Roma estava muito aquém da dignidade e do atual poder do Império, depois da vitória de Otávio Augusto em Ácio e Alexandria, esta paradoxal relação entre a aparência da cidade e a *maiestas imperii* deve ter parecido bem mais óbvia. Segundo este autor, Vitrúvio, no trecho acima citado, ao tratar sobre o engrandecimento da cidade e das províncias e sobre as mudanças iniciadas por Augusto, não era uma voz solitária neste período (em torno de 27/25 a.C.), pois Roma já estava experimentando um processo de dramática mudança, como tratamos no primeiro capítulo.

Outro aspecto que não pode passar despercebido é com respeito à egrégia autoridade que, de acordo com Vitrúvio, os edifícios públicos eram possuidores. Esta autoridade inerente aos edifícios públicos se associa à autoridade conquistada por Augusto ao longo de seu governo, da qual falamos anteriormente, de tal forma que o *Princeps*, que tinha conseguido aumentar sua *auctoritas* gradualmente, ao ponto de, em 27 a.C., não existir ninguém que o superasse em *auctoritas* (“Depois disso, vi-me a frente de todos pela *auctoritas*...”⁷⁴), conferia a Roma, edifícios públicos também portadores de *auctoritas* e que conferia dignidade ao Império, que sublinhavam a *maiestas imperii*. De acordo com McEwen (2003: 36-38):

Auctoritas em edifícios é uma consequência, variadamente, de aumento de gastos, de maior riqueza de materiais, de espaços grandiosos, de contraste elevado na luz e sombra de um peristilo, de colunas maiores e em maior quantidade. A *magnificentia* tomada como causa ou consequência ou ambas da *auctoritas* tem a ver, literalmente, com a ampliação. *Magnus facio*, "Eu faço grande". Os *Imperatores* do fim da República não foram estranhos, é claro, às exibições de magnificência arquitetônica. Mas o que esses homens ferozmente competitivos não tinham pensado e Vitrúvio pensou foi *por que* a arquitetura iria "engrandecer" a comunidade e *como* ela iria registrar a grandeza romana (MCEWEN, 2003: 36-38).

Vitrúvio, conhecedor do potencial que a arquitetura possuía de conferir engrandecimento e monumentalidade para as cidades, principalmente pelo fato de demonstrar conhecimento e admiração tanto por monumentos gregos do período Clássico, quanto pelas cidades helenísticas, aproveita este momento de grande efervescência construtiva para apresentar seu trabalho, “escrito e concluído após profundas reflexões”, para o *Imperator Caesar*, que havia submetido o mundo, derrotado todos os inimigos e que governava o Povo e o Senado romanos com seus

⁷⁴ *Res Gestae Divi Augusti*, XXXIV.

preciosíssimos pensamentos e conselhos, como Vitrúvio, de modo tão laudatório, escreveu.

A grande importância dos monumentos para o engrandecimento de uma cidade, elevando, assim, sua fama, já havia sido percebida também, pelos gregos do período Clássico, aos quais Vitrúvio demonstra tanta admiração. Podemos mesmo perceber esta importância conferida à arquitetura em Tucídides, que ao escrever a *História da Guerra do Peloponeso*, ocorrida no século V a.C., envolvendo Esparta e Atenas, esclarece que a julgar pelas ruínas de templos e outras obras públicas, a posteridade iria crer que Atenas tinha tido muito mais poder do que teve de fato. Citando Tucídides:

Com efeito, se a cidade dos lacedemônios [Esparta] se tornasse deserta e nada restasse dela senão seus templos e as fundações dos outros edifícios, penso que a posteridade, após um longo período de tempo, custaria a crer que seu poder fosse tão grande quanto a sua fama. E eles, todavia, ocupam dois quintos do Peloponeso e exercem a hegemonia sobre todo ele bem como sobre muitos de seus aliados em outras regiões. (...) Em contraste, se Atenas tivesse o mesmo destino, penso que seu poder, a julgar pela aparência das ruínas da cidade, pareceria duas vezes maior do que efetivamente é. (Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*, I. 10).

Talvez, por este fato, Vitrúvio tenha demonstrado tanta admiração pela teoria e pelos monumentos gregos, em especial de Atenas, pois ao longo de sua obra ele faz várias referências a monumentos localizados em Atenas, os quais aparecem em sua narrativa com a função de exemplificar uma dada tipologia ou para demonstrar a origem de certas regras construtivas.

Sobre a menção de Vitrúvio a monumentos de Atenas, Antônio Corso, desenvolveu um trabalho intitulado *Vitruvius and Attic Monuments*, no qual ele discorre e analisa todos os monumentos de Atenas que Vitrúvio cita em sua obra. Para este autor, que defende que Vitrúvio teria estado em Atenas, devido ao conhecimento que ele transmite dos monumentos deste lugar, a importância da herança ática do período pré-Clássico e especialmente do período Clássico, nos monumentos mencionados por Vitrúvio, se encontra muito mais no fato de serem usados como um início de tipologias diferentes, do que como uma expressão madura delas. Segundo este autor, Vitrúvio teria desenvolvido sua arte e educação na Ásia Menor⁷⁵, estando assim muito mais ligado ao gosto helenístico, de tal modo que Vitrúvio demonstra em sua obra grande admiração também por monumentos erguidos em cidades helenísticas, de tal sorte que Corso

⁷⁵ O autor se utiliza da hipótese levantada por outros estudiosos de que Vitrúvio teria estado na Ásia Menor, em 47 a.C., em serviço junto a César.

(1997: 400) defende que “os monumentos da Ática que mais o choca e são considerados expressões maduras das tipologias diferentes são os que mostram o gosto helenístico da Ásia Menor em Atenas”.

Percebe-se, portanto, que Vitrúvio em sua obra demonstra respeito e admiração tanto pela teoria quanto pela prática desenvolvidas nas cidades gregas, principalmente do período Clássico, e nas cidades helenísticas. Como foi tratado anteriormente, “sua adesão às tradições gregas é transferida para seu sistema intelectual, que toma emprestado termos e ideias da retórica e da teoria estética grega” (TAYLOR, 2004: 25). Podemos perceber em sua obra termos que ele utiliza no contexto da arquitetura, mas que eram próprios da retórica⁷⁶. Sobre este assunto, McEwen afirma que:

Muitas das palavras que Vitrúvio usa para as coisas das quais a arquitetura depende - *ordinatio*, *dispositio*, *eurythmia* - são também termos retóricos que, como Louis Callebaut sugeriu, sinalizam um autor com alguma formação retórica que era, portanto, capaz de formular um discurso arquitetônico usando termos que eram familiares a seu público: os membros da elite romana que eram praticamente todos treinados, oradores praticantes, mas que provavelmente não sabiam muita coisa sobre arquitetura (MCEWEN, 2003: 79).

Além de seu claro conhecimento e utilização de termos e ideias da retórica, voltamos a afirmar que Vitrúvio estava fortemente ligado à teoria grega sobre arquitetura, de modo que não apenas demonstra admiração pelos monumentos erguidos em cidades gregas e helenísticas, dos quais cita diversos exemplos, como também se inspira na base teórica grega e helenística para ordenar o *corpus* da arquitetura em solo romano. De acordo com Wallace-Hadrill (2008: 144-145), três aspectos fundamentais podem ser destacados no *De Architectura*: 1º o profundo débito ao legado intelectual do mundo grego contemporâneo (helenístico) para criar uma nova base racional e teórica para a prática romana; 2º a incorporação da teoria helenística em um quadro inequivocamente romano por sua inserção na estrutura política e social de Roma; 3º a geração de uma nova definição da identidade romana por um processo de comparação e contraste com o grego.

Após termos destacado a enorme ligação de Vitrúvio com a teoria grega e sua admiração à arquitetura grega e helenística, devemos fazer neste momento uma ponte com o primeiro capítulo, mais especificamente sobre o processo de helenização do qual tratamos anteriormente, pois como já falamos no primeiro capítulo, ocorreu sob o governo de Augusto um processo de helenização que pode ser perceptível na arquitetura

⁷⁶ Sobre este aspecto trabalha Meyers (2005: 73), ao analisar termos como *conlocatio* e *explicatio*, que foram utilizados por Vitrúvio, mas que estariam “firmemente enraizados na tradição retórica romana”.

do período, visto que este se utilizou de referenciais arquitetônicos gregos em alguns dos monumentos erigidos por ele na cidade de Roma.

Este processo de helenização, percebido nos monumentos de Augusto, está também expresso claramente na obra de Vitrúvio, como, por exemplo, pelo fato de sua constante utilização de um arcabouço teórico grego; na sua menção a exemplos de monumentos erguidos em cidades gregas e helenísticas; na sua explicação das regras e sistemas de medidas que, segundo ele, teriam se originado com os primeiros gregos lendários, etc. Por tudo isso, defendemos que houve durante o governo de Augusto uma grande utilização, na arquitetura, de regras, imagens e padrões decorativos inspirados tanto em monumentos de cidades gregas do período Clássico, quanto de cidades helenísticas contemporâneas a ele⁷⁷. Tal postura está fortemente presente no *De Architectura*, de modo que podemos, até mesmo, estabelecer uma relação entre alguns de seus trechos com o padrão decorativo do Fórum de Augusto, o que fazemos no terceiro capítulo.

Ainda sobre este aspecto presente em Vitrúvio, ou seja, de estar bastante ligado à teoria grega, Wallace-Hadrill (2008: 153) nos alerta que o projeto de Vitrúvio não serviria para descrever a prática romana, mas para converter romanos à teoria grega. Em perspectiva semelhante, McEwen (2003: 74) disserta sobre a frustração de muitos estudiosos modernos que encontram nas ruínas romanas uma realidade que o tratado de Vitrúvio geralmente deturpa.

[...] muitas coisas consideradas essencialmente romanas na arquitetura – anfiteatros, por exemplo, e especialmente a construção em abóbada - não são representadas no *De Architectura*. Uma conclusão bastante comum é que Vitrúvio, que favoreceu precedentes helenísticos, era um *laudator temporis acti*, um apologista dos tempos passados, e mais que um pouco desatualizado (MCEWEN, 2003: 74).

Este aspecto fica claro em diversas passagens de sua obra quando enaltece os grandes feitos do passado ou quando demonstra que muitas das regras construtivas de seu tempo assim o são devido aos *antigos* que transmitiram estes saberes e regras. Em quase todos os livros de sua obra, ele faz uma ou mais referências aos *antigos*, exemplificando assim a origem da regra ou do método que ele está tratando. Para citar apenas alguns exemplos, no capítulo um do segundo livro, ele trata acerca dos métodos de construções dos antigos, nos quais o teto de cabanas ou templos era feito com lama,

⁷⁷ Sobre a maior preferência de Augusto e de Vitrúvio pelos monumentos de cidades gregas do período clássico ou de cidades helenísticas contemporâneas a eles, tratamos mais à frente, em virtude de haver uma sutil diferença de gosto entre os dois.

nesta passagem ele cita como exemplo uma construção localizada em Atenas, bem como a cabana de Rômulo, no Capitólio (VITRÚVIO. *De Architectura*, II. 1. 5). Segundo Corso, a menção de tais monumentos demonstra:

O gosto antiquário, devotado ao passado, claramente manifesto por Vitruvius e devedor tanto da tradição antiquaria de Varrão, quanto do interesse em temas primitivos – incluindo assentamentos com cabanas – típico de Roma de Lucrécio a Virgílio (CORSO, 1997: 377-378).

Em outra passagem significativa, quando mais uma vez justifica a razão pela qual ele decidiu escrever e publicar o *corpus* da arquitetura, ele não só enaltece os antigos como compara gregos e romanos, quando afirma:

Como, pois, os nossos antigos souberam, não menos que os gregos, ser grandes arquitetos e, segundo sabemos, foram bastantes, apesar de poucos terem publicado ensinamentos, julguei não dever passar em silêncio mas antes expor ordenadamente cada tema em cada livro⁷⁸ (VITRÚVIO. *De Architectura*, VII. Pr. 18).

Podemos inferir com estas e outras passagens que o gosto de Vitruvius pelo passado, sua reverência aos conhecimentos e práticas instituídos pelos *antigos* se ligava facilmente à política de Augusto de valorização do passado, de atenção ao *mos maiorum*, de restauração de tradições e práticas antigas, pelo menos do modo como ele se expressou nas *Res Gestae*, por exemplo na parte VI, ao falar que não aceitou cargos contrários ao *costume dos ancestrais*, e na parte VIII, ao falar que reintroduziu muitos parâmetros *ancestrais*.

Deste modo, Augusto e Vitruvius, com seu *De Architectura*, podem ser vistos como a cabeça e o corpo de uma grande empreitada política, da qual uma das principais ferramentas foi a arquitetura, política esta que buscava demonstrar e fixar na memória dos indivíduos que o *Imperator Caesar* possuía uma grande preocupação e atenção às antigas tradições, ao *mos maiorum*, à religião e à *Urbs* como um todo. “Sem o Imperador, o corpo da arquitetura não tem cabeça. Sem o *De Architectura* o Imperador não tem corpo” (MCEWEN, 2003: 129). Vitruvius procura em sua obra demonstrar a Augusto o quanto seria importante para ele se aliar a um arquiteto que possuía teoria e prática, *ratiocinatio et fabrica*, como, por exemplo, no prefácio ao segundo livro, quando Vitruvius discorre sobre a relação entre Alexandre, o Grande, e o arquiteto Dinócrates, do qual já tratamos rapidamente na primeira parte deste capítulo, mas que devemos nos deter com maior atenção agora.

⁷⁸ Cum ergo et antiqui nostri inveniantur non minus quam Graeci fuisse magni architecti et nostra memoria satis multi, et ex his pauci praecepta edidissent, non putavi silendum, sed disposite singulis voluminibus de singulis exponere rebus.

Neste segundo prefácio, Vitrúvio escreve que “Quando Alexandre se tornou senhor do mundo, o arquiteto Dinócrates, confiante nos seus conhecimentos e nos seus talentos, partiu da Macedônia para junto do exército, ávido da recomendação régia” ⁷⁹ (VITRÚVIO. *De Architectura*, II. Pr. 1). Vitrúvio nos conta que Dinócrates, buscando esta recomendação régia, pediu que o apresentassem a Alexandre, o que foi aceito pelos conselheiros do rei. No entanto, como tal encontro estava demorando, Dinócrates, achando que havia sido enganado, procurou solucionar o problema, de forma que, confiante em sua beleza, se despiu, untou o corpo com óleo e usando um ramo na cabeça, uma pele de leão no ombro e uma clava na destra, entrou no tribunal quando Alexandre administrava a justiça. Após chamar a atenção do rei, Dinócrates consegue falar-lhe sobre suas ideias e projetos. A partir de então, segundo nos conta Vitrúvio, Dinócrates não mais se separou do rei, auxiliando-o na importante tarefa de construir a cidade de Alexandria (VITRÚVIO. *De Architectura*, II. Pr. 1-4).

Sobre este prefácio, é importante destacar em primeiro lugar a relação que ele estabelece com o primeiro prefácio, pois se no primeiro Vitrúvio se dirige a Augusto, sendo este quem havia submetido o mundo com *imperium*, ou seja, enquanto o senhor do mundo, no segundo prefácio ele confere a Alexandre este título de senhor do mundo, senhor de todas as coisas, fazendo assim uma associação clara entre Augusto e Alexandre, ambos senhores do mundo, cada um em seu tempo. Devemos lembrar a grande importância que a cidade de Alexandria e a imagem de Alexandre, o Grande, possuíram para Augusto e sua política de engrandecimento de Roma, da qual tratamos em páginas anteriores. A cidade de Alexandria, no que se refere a planejamento e grandiosidade arquitetônica, serviu como uma espécie de modelo no qual Augusto deve ter se inspirado ao empreender suas inúmeras reformas e construções por toda Roma. Vemos na narrativa de Vitrúvio o enaltecimento tanto de Alexandre, que assim como Augusto se tornou senhor do mundo, quanto da cidade de Alexandria, este modelo de inspiração para Augusto que demonstrava grande preocupação com a “egrégia autoridade dos edifícios públicos” no engrandecimento de Roma e das províncias, bem como no aumento da *maiestas* do Império. Além disso, tanto o primeiro prefácio quanto o segundo se utilizam do mesmo verbo *potior*.

Duas vezes Vitrúvio usa a mesma pessoa, tempo e modo (terceira pessoa do singular, pretérito imperfeito do subjuntivo) do verbo *potior*, "tomar posse de", "tornar-se senhor de", e dá-lhe a mesma posição relativa em seu texto.

⁷⁹ Dinocrates architectus cogitationibus et sollertia fretus, cum Alexander rerum potiretur, profectus est e Macedonia ad exercitum regiae cupidus commendationis.

No segundo prefácio, Alexandre "*rerum potiretur*". *Rerum potior* significa ter "completo" ou "supremo" domínio das coisas. No primeiro prefácio, Augusto "*imperio potiretur orbis terrarum*". *Imperio potior* significa tomar posse com *imperium*, em Roma o poder legalmente investido do comando supremo. *Potior* é um verbo muito forte. Nos seus dois primeiros prefácios - simetria certamente não acidental - Vitruvius dá a *potior* exatamente a mesma poderosa posição. Mas o primeiro prefácio, sendo o primeiro, tem prioridade (MCEWEN, 2003: 128).

Ao comparar Augusto com Alexandre, automaticamente Vitruvius estabelecia uma relação entre ele e Dinócrates. De forma tal que se Alexandre teve o auxílio de Dinócrates para planejar e construir uma cidade com a grandiosidade de Alexandria, Vitruvius se colocava à disposição de Augusto para desempenhar semelhante papel e ajudá-lo a dar continuidade à sua política de construção e reconstrução de diversos edifícios públicos em toda a *Urbs*. "Como arquiteto e governante do mundo, respectivamente, o Vitruvius e Augusto do primeiro prefácio substituem o Dinócrates e Alexandre do segundo" (MCEWEN, 2003: 128). A relação entre o arquiteto e o senhor do mundo em Alexandria, deveria, pois, se repetir em Roma. Com uma diferença que o próprio Vitruvius esclarece:

Desse modo, Dinócrates, recomendado apenas pelo aspecto e pela beleza do seu corpo, conseguiu essa fama. A mim, porém, ó Imperador, não ofereceu a natureza boa aparência, a idade desfeou-me o rosto e a doença me subtraiu as forças. E, porque estou privado desses apoios, espero conseguir a tua recomendação através dos méritos da ciência e através destes escritos⁸⁰ (VITRÚVIO. *De Architectura*, II. Pr. 4).

Deste modo, através dos méritos da ciência e de seus escritos, Vitruvius esperava conseguir a recomendação de Augusto, ficando ligado a ele do mesmo modo que Dinócrates ficou ligado a Alexandre e assim como este rei foi auxiliado no planejamento e construção de Alexandria, Augusto poderia ser auxiliado na restauração e engrandecimento arquitetônico de Roma. Apesar de não termos meios de verificar claramente como se deu a recepção de Augusto ao *De Architectura*, nem em que medida ele a utilizou, podemos supor que a obra desempenhou um papel de relevo em seu governo, visto que se ligava a diversos aspectos que caracterizavam e definiam seu modo de governar, adquirindo, portanto, grande importância no período em que foi publicada (sem falar da importância da obra nos séculos seguintes), contribuindo para a política de engrandecimento e monumentalização de Roma a partir da arquitetura.

⁸⁰ Ita Dinocrates a facie dignitateque corporis commendatus ad eam nobilitatem pervenit. Mihi autem, imperator, staturam non tribuit natura, faciem deformavit aetas, valetudo detraxit vires. Itaque quoniam ab his praesidiis sum desertus, per auxilia scientiae scriptaque, ut spero, perveniam ad commendationem.

No entanto, convém lembrar que, apesar de supormos que o *De Architectura* serviu de influência e de fonte de inspiração para Augusto, devemos salientar que do mesmo modo que podemos estabelecer relações entre trechos do *De Architectura* com monumentos de Augusto, podemos também perceber que em algumas particularidades Augusto se afasta claramente do que Vitrúvio desenvolveu em sua obra, de modo que em alguns casos Augusto chega mesmo a fazer o oposto do que Vitrúvio apresenta como o mais recomendado. Citamos alguns desses exemplos na última parte deste capítulo.

Por ora, destacamos apenas um exemplo em que as construções de Augusto se distinguem do caráter geral presente no *De Architectura* de Vitrúvio, em virtude deste exemplo se ligar ao que falamos até aqui, nesta parte do capítulo. Trata-se da preferência de um pela arquitetura desenvolvida nas cidades gregas do período Clássico, especialmente em Atenas e da preferência de outro pela arquitetura desenvolvida nas cidades helenísticas, embora seja uma diferença sutil de preferências.

Como tratamos anteriormente, Vitrúvio demonstra em sua obra grande admiração tanto pelos monumentos gregos clássicos como pelos helenísticos, mas percebe-se em sua narrativa um maior entusiasmo quando trata de monumentos, cidades ou arquitetos do período Helenístico. Enquanto que Augusto, apesar da grande admiração que demonstrou pela arquitetura das cidades helenísticas, em algumas de suas obras ele se inspirou claramente em monumentos erguidos na Atenas do período Clássico.

A aplicação extensiva do refinado, classicizante ornamento que fazia lembrar os antigos trabalhos Áticos, colocou os projetos augustanos dentro de um duradouro e respeitado *continuum*. Em praticamente todos os casos, no entanto, o *princeps* e seus arquitetos ultrapassaram os limites existentes para fazer cada projeto memorável na paisagem urbana. A abordagem pode ser chamada de “familiaridade aprimorada”. Construções tinham formas tradicionais, mas estas formas foram ampliadas e enriquecidas (FAVRO, 2007: 249).

Este é, pois, um dos aspectos em que podemos notar um posicionamento diferenciado entre Vitrúvio e Augusto, embora seja, como falamos, uma diferença sutil, pois tanto um como outro demonstrou admiração pelos precedentes estabelecidos em ambos períodos. Antônio Corso ao tratar sobre esta diferença de gosto assevera que:

Esta predileção ou gosto (de Vitrúvio) pelo estilo de construções encontrados na Ásia Menor foi, contudo, em seu ocaso, quando o escritor estava cuidando de seu *De Architectura*. Com a geração seguinte, no auge da Era augustana, o triunfo do neo-Aticismo impôs um diferente ponto de vista; a tradição Ática do quinto século era considerada superior àquela do período Helenístico inspirado pelo gosto da Ásia Menor e o Paternon foi muito mais apreciado

que os templos de Hermógenes⁸¹: o último arquiteto nunca foi mencionado em fontes escritas depois de Vitrúvio (CORSO, 1997: 400).

Diferenças de gosto à parte, Vitrúvio se colocou à disposição do *Imperator Caesar* para ajudá-lo em seu grandioso empreendimento de transformar a cidade de Roma e torná-la digna de ser a capital do mundo conhecido. Tal empreendimento, que já havia sido iniciado por Augusto desde os tempos do triunvirato, foi percebido e elogiado por Vitrúvio, que percebendo o interesse do governante pela monumentalização da cidade através da arquitetura, dedicou-lhe seus escritos, na esperança de receber a recomendação de Augusto, tal e qual o arquiteto Dinócrates havia recebido a de Alexandre, o Grande. Vitrúvio mostrava a Augusto que com o seu tratado em mãos, ele teria a possibilidade de conhecer pessoalmente a qualidade dos monumentos já erguidos ou dos que ainda o seriam⁸², e com isso elevar a egrégia autoridade dos edifícios públicos e concomitantemente sua própria *auctoritas*.

Após termos tratado a respeito da forma como Vitrúvio se ligou, ou desejou se ligar a Augusto, principalmente através da análise da dedicatória que Vitrúvio fez e do prefácio do segundo livro, dedicamos a terceira parte deste capítulo para abordar a relação entre a arquitetura e a cidade, entre a *Urbs* e a estrutura arquitetônica que lhe dava um rosto marmóreo que deveria ser venerado e admirado pela eternidade.

2.3. A arquitetura e a *Urbs*

Como temos visto ao longo do trabalho, a arquitetura se constituía em algo de extrema importância na Antiguidade e se relacionava, desde a República, com o prestígio e a fama, de modo que o desenvolvimento e financiamento de tais obras arquitetônicas por toda Roma conferiam aos seus idealizadores maior destaque e demonstravam, ou pelo menos buscavam demonstrar, o poder daqueles por trás de tais monumentos. No período de Augusto, a utilização da arquitetura com os fins políticos de engrandecer Roma, tornando-a digna de ser a capital do mundo, na mesma proporção em que engrandecia o nome do governante que proporcionava tais obras a ela e aos seus habitantes, atingiu um ponto até então nunca alcançado, de tal forma que uma das frases

⁸¹ Arquiteto helenístico natural de Priene (Jônia, Ásia Menor), cuja atividade se situa na transição do século III para o século II a.C. (MACIEL, 2007:175).

⁸² “Redigi normas pormenorizadas, de modo que, tendo-as presentes, possas por ti ter conhecimento perante obras já construídas ou futuras, quaisquer que sejam” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 3). “Conscripsi praescriptiones terminatas, ut eas attendens et ante facta et futura qualia sint opera per te posses nota habere”.

mais famosas atribuídas a Augusto é aquela na qual ele alega que teria transformado em mármore a cidade que havia encontrado feita de tijolos, tamanha a quantidade e grandiosidade das construções empreendidas por este Imperador (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus. XXVIII).

O desenvolvimento arquitetônico de Roma, sob Augusto, refletia a riqueza e a prosperidade que o Império atingiu neste período graças à extraordinária expansão territorial, de modo que nos pavimentos, pórticos e colunatas das diversas obras espalhadas pela cidade poderiam ser vistos ricos mármore trazidos de diversas partes do Império. A arquitetura, assim, possuía uma estreita relação com a imagem de Roma enquanto o centro do poder e a capital de um amplo Império, na medida em que a arquitetura permitiu a Roma ser o modelo a ser seguido e emulado, a *Urbs* por excelência.

Em virtude disto, convém que agora nos detenhamos com maior atenção sobre a visão que se tinha da arquitetura na Antiguidade e mais especificamente sobre a forma como Vitrúvio tratou a arquitetura em sua obra, perpassando também sobre como deveria ser um arquiteto ideal e sua formação, finalizando com a relação que a arquitetura possuiu com a cidade e o estabelecimento de padrões e modelos a serem seguidos.

A palavra arquitetura (*architectura*) deriva da palavra grega *architekton*, arquiteto, na qual *archi* significa primeiro, principal, chefe e *tekton* significa carpinteiro, artífice, construtor. Sendo assim, *architekton* seria em sua origem o construtor ou o carpinteiro principal de uma obra. Para compreender o que os antigos entendiam por arquitetura, vemos a seguir a definição do próprio Vitrúvio para arquitetura, uma *ars* romana. Segundo ele (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 1), a arquitetura consta de ordenação (*ordinatio*), disposição (*dispositio*), euritmia (*eurythmia*), comensurabilidade⁸³ (*symmetria*), decoro (*decor*) e distribuição (*distributio*).

⁸³ Convém ressaltar aqui que a escolha do termo comensurabilidade, adotada neste trabalho para designar a *symmetria* de Vitrúvio, vai ao encontro da obra de Indra McEwen (2003: 65) que adota o termo, que significa que cada parte tem uma relação mensurável com todas as outras partes, bem como com a configuração do conjunto. Além disso, a palavra comensurabilidade também é adotada na tradução da obra de Vitrúvio, do latim para o português, feita por M. Justino Maciel (2007), pois como este esclarece na nota 13 de sua tradução, a palavra grega *symmetria* não tinha o significado que possui atualmente no português, além disso, os latinos não teriam criado uma palavra nova para substituí-la. Em perspectiva semelhante, Rabun Taylor (2003: 25) afirma que a “*symmetria* de Vitrúvio não é a simetria no sentido moderno, mas uma cuidadosamente proporcional relação entre os elementos. Uma vez que cada elemento tem as suas proporções próprias, a simetria pode ser entendida como o proporcionar de proporções”.

Os seis componentes da arquitetura listados por Vitrúvio têm sido o foco de inúmeros debates ao longo do tempo, debates estes que não abarcamos de modo completo em nosso trabalho visto não possuir suficiente relevância para o objetivo que almejamos alcançar, de modo que apenas discorreremos rapidamente sobre cada um destes componentes, na justa medida em que tratamos da visão de Vitrúvio sobre cada um deles, começando com o primeiro item listado por Vitrúvio, a ordenação.

De acordo com o autor do *De Architectura*,

A ordenação define-se como a justa proporção na medida das partes da obra consideradas separadamente e, numa visão de totalidade, a comparação proporcional tendo em vista a comensurabilidade. É harmonizada pela quantidade, que em grego se diz *posotes*⁸⁴ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 2).

É bastante discutida a aproximação semântica de alguns destes componentes da arquitetura, em tal medida que para alguns pesquisadores muitos destes componentes podem mesmo ser vistos como sinônimos, tais como, por exemplo, *ordinatio* e *dispositio*. No entanto, pode-se dizer que, restrita ao domínio da quantidade, “a ordenação limita-se aos cálculos de proporção com base em uma unidade determinada”, deste modo, ela “mantém-se no território abstrato das relações modulares, dos tipos de composição, enfim, das *doctrinae* [...], somente na *dispositio* a ideação do edifício vem a ganhar dimensões reais ajustadas às proporções [...]” (D’AGOSTINO, 2010: 104).

Deste modo, enquanto a *ordinatio* estaria mais relacionada ao campo do abstrato, do que é pensado e calculado na busca de uma comparação proporcional, a *dispositio* estaria relacionada com a materialização de tais cálculos, ou seja, de acordo com Vitrúvio “a disposição, por sua vez, define-se como a colocação adequada das coisas e o efeito estético da obra com a qualidade que lhe vem dessas adequações⁸⁵” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 2). Além disso, *dispositio* estaria relacionada com os desenhos elaborados pelos arquitetos, de forma que Vitrúvio classifica a disposição em três espécies distintas:

[...] iconografia, ortografia, cenografia. A iconografia consiste no uso conjunto e adequado do compasso e da régua, e por ela se fazem os desenhos das formas nos terrenos das zonas a construir. A ortografia, por seu turno, define-se como o alçado do frontispício e figura pintada à medida e de acordo com a disposição da obra futura. Por fim, a cenografia é o esboço do frontispício com as partes laterais em perspectiva e a correspondência de

⁸⁴ Ordinatío est modica membrorum operis commoditas separatim uniuerseque proportionis ad symmetriam comparatio. Haec componitur ex quantitate, quae graece ποσότης dicitur.

⁸⁵ Dispositio autem est rerum apta conlocatio elegansque compositionibus effectus operis cum qualitate.

todas as linhas em relação ao centro do círculo⁸⁶ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 2).

O terceiro item tratado por Vitruvius é a eurythmia (*eurythmia*), vista por ele como “a forma exterior elegante e o aspecto agradável na adequação das diferentes porções. Tal verifica-se quando [...] todas as partes correspondem às respectivas comensurabilidades⁸⁷” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 3). Em seguida, ele tratou sobre a comensurabilidade (*symmetria*), que segundo ele “consiste no conveniente equilíbrio dos membros da própria obra e na correspondência de uma determinada parte, dentre as partes separadas, com a harmonia do conjunto da figura⁸⁸” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 4). Este é um dos princípios básicos principalmente no que se refere à construção de templos, em virtude destes terem regras específicas para sua construção e tais regras estarem amplamente baseadas nas tradições construtivas legadas pelos gregos, de forma tal que, como já sinalizamos anteriormente, os templos são os edifícios tratados por Vitruvius que mais devem aos cânones gregos. Em virtude disto, podemos perceber em sua obra que no que tange à construção de templos esta deveria seguir, em grande parte, os preceitos estabelecidos pelos antigos gregos, em tal medida que poucas inovações podem ser classificadas como genuinamente latinas, o que não pode ser dito de outras construções como, por exemplo, fóruns, teatros e casas, visto que as recomendações de Vitruvius para estas construções possuem flexibilidade e diferenças com relação aos cânones gregos, de tal modo que para estas construções os arquitetos deveriam estar atentos aos costumes antigos e tradicionais dos romanos, respeitando, por exemplo, os diferentes usos entre gregos e romanos. Desta forma, quando trata sobre a construção de templos no livro três, Vitruvius volta a falar sobre a comensurabilidade, clareando ainda mais sua percepção sobre este aspecto:

A composição dos templos assenta na comensurabilidade, cujo princípio os arquitetos deverão submeter-se com muita diligência. A comensurabilidade nasce da proporção, que em grego se diz *analogia*. A proporção consiste na relação modular de uma determinada parte dos membros tomados em cada seção ou na totalidade da obra, a partir da qual se define o sistema das comensurabilidades. Pois nenhum templo poderá ter esse sistema sem conveniente equilíbrio e proporção e se não tiver uma rigorosa disposição

⁸⁶ [...] *ichnographia*, *orthographia*, *scaenographia*. *Ichnographia* est circini regulaeque modice continens usus, e qua capiuntur formarum in solis arearum descriptiones. *Orthographia* autem est erecta frontis imago modiceque picta rationibus operis futuri figura. Item *scaenographia* est frontis et laterum abscedentium adumbratio ad circinique centrum omnium linearum responsus.

⁸⁷ *Eurythmia* est uenusta species commodusque in compositionibus membrorum aspectus. Haec efficitur, cum [...] omnia respondent suae symmetriae.

⁸⁸ Item *symmetria* est ex ipsius operis membris conueniens consensus ex partibusque separatis ad uniuersae figurae speciem ratae partis responsus.

como os membros de um homem bem configurado⁸⁹ (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 1. 1).

Vemos nesta passagem também a referência ao corpo humano, grande referencial para a construção. Sobre esta perspectiva é interessante notar a relação que Vitrúvio estabelece entre os diferentes estilos de colunatas e o corpo humano, de modo tal que ele comparou a robustez e a falta de ornatos das colunas dóricas com a proporção, a solidez e a elegância de um corpo viril; bem como estabeleceu um paralelo entre a delicadeza e a beleza das colunas jônicas com a sutileza, o ornato e a boa proporção femininas, de tal modo que na base da coluna jônica a espira imitaria um sapato, as volutas do capitel seriam os caracóis enrolados dos cabelos e as estrias dos fustes seriam o drapejado das sobrevestes das matronas; as delicadas e bem trabalhadas colunas coríntias são comparadas, por Vitrúvio, com a graciosidade e delicadeza virginal das donzelas, que com a tenra idade e com um corpo mais delicado conseguiam no adorno os mais belos efeitos (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. 1. 6-8). Além disso, partindo destas associações com o corpo humano, Vitrúvio defende que os templos deveriam ser construídos com diferentes colunatas a depender do deus que ali iria residir e de suas características mais marcantes, pois só assim se conseguiria alcançar o decoro, sobre o qual tratamos adiante.

Sendo assim, o próximo componente da arquitetura a ser abordado por Vitrúvio é o decoro, que seria, segundo ele, “o aspecto irrepreensível das obras, dispostas com autoridade através de coisas provadas⁹⁰” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 5). Como enfatiza D’Agostino:

Único preceito, dentre os seis, ao qual Vitrúvio não avizinha o correlato grego, era assaz conhecido a sua procedência, como assinala com precisão o *Orator*, reportando *decor* ao *πρεπον* clássico (70-1). Pertinente aos atrativos da beleza, o decoro expõe a concordância e a harmonia das partes entre si e com o todo, a adequação dos ornatos, dos materiais. Em Cícero, como em Vitrúvio, *decorum* e *venustas* se conjugam (D’AGOSTINO, 2010: 108).

É importante ressaltar que, ao tratar sobre o decoro, Vitrúvio defendia que o mesmo era conseguido nos templos ao se cumprir certos princípios, de tal forma que as diferentes características dos deuses melhor se adequavam a diferentes estilos arquitetônicos. Por exemplo, ele recomendava que divindades como Júpiter Tonante,

⁸⁹ Aedium compositio constat ex symmetria, cuius rationem diligentissime architecti tenere debent. Ea autem paritur a proportione, quae graece ἀναλογία dicitur. Proportio est ratae partis membrorum in omni opere totiusque commodulatio, ex qua ratio efficitur symmetriarum. Namque non potest aedis ulla sine symmetria atque proportione rationem habere compositionis, nisi uti hominis bene figurati membrorum habuerit exactam rationem.

⁹⁰ Decor autem est emendatus operis aspectus probatis rebus compositi cum auctoritate.

Céu, Sol e Lua deveriam possuir templos sem telhados; divindades como Minerva, Marte e Hércules, devido à sua força, deveriam possuir templos no estilo dórico, desprovidos de ornatos; os templos dedicados a Vênus, Flora, Proserpina e às Ninfas das Fontes, deveriam ser erigidos no estilo coríntio, devido à delicadeza de tais divindades; e às deusas Juno, Diana, ao deus Líbero e outros, deveriam ser erguidos templos jônicos, pois se encontravam em uma posição intermediária e não poderiam ter nem templos com as características severas do estilo dórico nem com a delicadeza do estilo coríntio (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 5).

Aqui vemos outro exemplo em que podemos notar um posicionamento diferenciado entre Vitrúvio e Augusto, pois tais recomendações de Vitrúvio expressam claramente o seu espírito conservador, o que não foi correspondido em sua totalidade por Augusto, que mesclou inovação e tradição em seu governo, pois no que se refere à construção de novos templos, Augusto tinha predileção pelas marmóreas colunatas coríntias, que se alastraram por toda Roma independentemente do deus ao qual o templo era dedicado, como, por exemplo, o templo de *Mars Ultor*, parte central de seu novo fórum consagrado em 2 a.C., do qual falamos mais adiante.

Por fim, o sexto componente da arquitetura era a distribuição, definida por Vitrúvio como “a repartição apropriada dos meios e do solo, assim como um equilíbrio econômico nas contas de despesa das obras⁹¹” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 8). Seguindo esta perspectiva, cabia ao arquiteto administrar a obra com destreza, do começo ao fim, sabendo controlar os gastos, sem diminuir, contudo, a beleza da obra acabada, além disso, o arquiteto deveria ter em mente também para quem se destinava tal construção, pois “em geral, as disposições dos edifícios deverão ser adequadas as cada tipo de pessoa⁹²” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 2. 9). Convém ressaltar, entretanto, que ao longo de todo o *De Architectura*, Vitrúvio deixa claro sua visão de que deveria ser evitado o luxo excessivo e os gastos exorbitantes nas construções privadas, de modo que a suntuosidade destas obras não rivalizasse com a dos edifícios públicos.

Além de listar e explicar sobre os componentes da arquitetura, Vitrúvio defendeu também sua noção da arquitetura como algo que se dividia em três partes:

⁹¹ Distributio autem est copiarum locique commoda dispensatio parcaque in operibus sumptus ratione temperatio.

⁹² [...] et omnino faciendae sunt aptae omnibus personis aedificiorum distributiones.

edificação, gnomônica e mecânica, embora tenha dedicado, como já tratamos anteriormente, maior atenção à edificação.

Para Vitrúvio (*De Architectura*, I. 1. 1), a arquitetura, “a ciência do arquiteto”, era ornada com diversas disciplinas e vários saberes, sendo esta, talvez, uma das características mais relevantes do arquiteto expressas por Vitrúvio em sua obra, ou seja, do arquiteto enquanto conhecedor de diversos assuntos, de tal modo que sua ciência estaria no ponto de convergência das diversas disciplinas, sem se confundir com nenhuma delas. Além disso, para Vitrúvio, o arquiteto ideal deveria mesclar em sua formação teoria e prática, pois uma sem a outra resultaria em prejuízo para o correto desenvolvimento da arquitetura. O arquiteto, deste modo, deveria ser aquele que desde a mais tenra idade fosse instruído a galgar degrau por degrau as etapas constitutivas de um bom arquiteto, como podemos perceber no trecho seguinte:

Como, pois, essa tão importante disciplina [arquitetura] é ornada e enriquecida de variadas e numerosas erudições, julgo que, de um modo justo, os arquitetos não deveriam poder formar-se como tal de um momento para o outro; antes deveriam ser aqueles que desde meninos, subindo por esses degraus das disciplinas e alimentados pela ciência da maioria das letras e das artes, atingissem o altíssimo solo sagrado da arquitetura⁹³ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 1. 11).

É interessante perceber como Vitrúvio colocou a arquitetura no mais alto degrau do conhecimento. Não que com isso ele buscasse desmerecer as outras ciências ou artes, mas como a dizer que havia diversas etapas de conhecimento para aqueles que lidavam com a construção, no entanto somente depois de galgar os diversos degraus do saber é que se poderia dizer que teriam atingido o mais alto patamar e alcançado o real conhecimento sobre a arquitetura, como se antes disso não se pudesse dominar toda a especificidade desta arte. Além disso, Vitrúvio relacionou este último patamar do saber arquitetônico com a noção de templo, ou seja, de lugar sagrado, porém não parou por aí, pois ele colocou a arquitetura como o mais elevado lugar sagrado, o supremo templo (*summum templum*).

Eles (os estudiosos) geralmente entendem que Vitrúvio quer dizer que a arquitetura ocupa um alto e sagrado terreno, com *templum* tomado não como um edifício, mas no sentido augural [...] Um *summum templum*, nesse sentido, seria o lugar a partir do qual se “contempla” ou que permite a visão de todos os lados e que, por sua vez, sendo proeminente, é visível de todos os lados (MCEWEN, 2003: 28).

⁹³ Cum ergo tanta haec disciplina sit, condecorata et abundans eruditionibus uariis ac pluribus, non puto posse se iuste repente profiteri architectos, nisi qui ab aetate puerili his gradibus disciplinarum scandendo scientia plerarumque litterarum et artium nutriti peruenerint ad summum templum architecturae.

E um dos saberes que os arquitetos deveriam possuir era acerca das narrativas históricas, de modo que o conhecimento de muitas delas seria útil para eles: “Deste modo, convém que conheça muitas histórias, porque frequentemente os arquitetos desenham muitos ornamentos nas suas obras, de cuja razão de ser devem saber dar uma explicação, quando interrogados”⁹⁴ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 1. 5).

Mais que uma recomendação, este aspecto foi exemplificado por Vitrúvio, visto que em diversas passagens de sua obra ele trouxe a explicação de determinadas regras arquitetônicas baseada na história⁹⁵. Porém, é preciso esclarecer que muitas destas histórias relatadas por Vitrúvio estão mais ligadas ao que nós categorizamos atualmente como mitos.

Deste modo, Vitrúvio se utilizou da mitologia, por exemplo, para explicar a origem das principais ordens arquitetônicas: dórica, jônica e coríntia. O mito aqui se enquadra na definição de Eliade (2004: 11) citada anteriormente, qual seja, a da criação de algo num tempo primordial. Tratemos sobre isso rapidamente de modo a exemplificar este aspecto em Vitrúvio.

Vitrúvio esclarece que a ordem dórica foi a primeira a existir,

Pois Doro, filho de Heleno e da ninfa das águas, Ftia, reinou sobre a Acaia e todo o Peloponeso e edificou em Argos, cidade antiga, o lugar sagrado de Juno, casualmente deste estilo, em forma de templo, e o mesmo fez depois em outras cidades da Acaia, também segundo o modo dórico, se bem que não tivesse surgido o sistema de comensurabilidades⁹⁶ (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. 1. 3)

O mesmo ele faz com a ordem jônica, que, segundo ele, deriva de Íon, filho de Xuto e Creúsa, neto de Heleno. De acordo com Vitrúvio, Íon foi o chefe supremo responsável pelas colônias gregas fundadas na Ásia por orientação de Apolo Delfico. Essa região onde se estabeleceram as colônias foi apelidada de Jônia, por causa de Íon e foi daí que surgiu o estilo de construção jônico.

Quanto à ordem coríntia, Vitrúvio esclarece que a mesma é obra de Calímaco, pois o mesmo ao passar próximo a um túmulo pôde observar que um acanto havia

⁹⁴ Historias autem plures nouisse oportet, quod multa ornamenta saepe in operibus architecti designant, de quibus argumenti rationem, cur fecerint, quaerentibus reddere debent.

⁹⁵ Como, por exemplo, quando explica a origem das colunas em forma de mulheres (De Architectura, I. 1. 5), da qual tratamos no terceiro capítulo; quando trata sobre a importância do fogo para o surgimento e desenvolvimento da vida em sociedade (De Architectura, II. 1. 1-2); ou ainda em outras passagens citadas mais adiante.

⁹⁶ Namque Achaia Peloponnesoque tota Dorus, Hellenos et Pthias nymphae filius, regnauit, isque Argis, uetusta ciuitate, Iunonis templo aedificauit eius generis fortuito formae fanum, deinde isdem generibus in ceteris Achaiae ciuitatibus, cum etiamnum non esset symmetriarum rationata.

crescido e envolvido com suas folhas um cálato, espécie de cesto, que havia sido deixado lá pela ama da jovem que jazia no túmulo.

[...] passando perto deste túmulo e reparando nesse cesto e na delicadeza viçosa das folhas em sua volta, deleitado com o estilo e com a originalidade da forma, fez em Corinto colunas segundo esse modelo e estabeleceu o sistema de medidas. Partindo daí para as aplicações nos edifícios, estabeleceu os princípios da ordem coríntia⁹⁷ (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. 1. 10).

Percebemos nas explicações de Vitrúvio a relação que o mito possuía com a arquitetura e em especial com a arquitetura religiosa. As *historiae* tinham a função de ligar a origem da arquitetura religiosa com os deuses, de modo que Vitrúvio se utiliza da mitologia para esclarecer sobre a origem dos modos da arquitetura religiosa, mostrando a ligação que as ordens tinham com os primeiros homens e com os próprios deuses, pois Heleno, pai de Doro e de Xuto, portanto, avô de Íon, era filho de Deucalião e Pirra, que por sua vez eram descendentes dos Titãs e, portanto possuíam ligação direta com Gaia (Terra) e Urano (Céu). Além disso, percebemos também nesta explicação de Vitrúvio sobre a origem dos estilos de colunas a relação explícita com a Grécia.

Mas não é só aqui que se encontra a relação entre mito e arquitetura, ou seja, a relação não se dá somente no que se trata da origem das ordens arquitetônicas; ela também se dá no âmbito da função da arquitetura religiosa, que como a moradia de um deus deveria conter as representações dos mitos ligados à divindade em diversas partes de sua estrutura, tais como nos frontões e frisos. Estes eram as partes do templo onde estavam dispostas as principais esculturas, que por vezes traziam as imagens do mito do deus que ali residia. Apesar de se localizarem nas partes mais altas do templo, deixando claro mais uma vez a superioridade dos deuses e a pequenez dos mortais, elas eram projetadas de modo que pudessem ser vistas pelos que ali passassem e é visível a preocupação de Vitrúvio quanto às proporções que deviam possuir e a forma que deviam dispor para que tivessem visibilidade.

Todas estas recomendações de Vitrúvio se encaixavam perfeitamente à política empreendida por Augusto, que em seu governo uniu a restauração religiosa e moral com a restauração arquitetônica de Roma. Não só nos novos templos erigidos, mas também em outros tipos de construções, Augusto fez questão de colocar representações relacionadas aos deuses, além de fazer alusões diretas à história romana, dentro da qual ele se incluía como um personagem importante e que descendia diretamente de uma

⁹⁷ [...] praeteriens hoc monumentum animaduertit eum calathum et circa foliorum nascentem teneritatem, delectatusque genere et formae nouitate ad id exemplar columnas apud Corinthios fecit symmetriasque constituit et ex eo in operis perfectionibus Corinthii generis distribuit rationes.

linhagem divina, tendo em Vênus e Marte seus mais ilustres antepassados. Otávio Augusto fez uma ponte entre ele e o passado glorioso da origem de Roma, de modo a sinalizar que com ele o futuro também seria promissor, visto que ele tinha restaurado os costumes e tradições que haviam sido relegados ou esquecidos.

Augusto frisou que o Império era romano e que somente Roma poderia ser o verdadeiro centro do mundo Romano. Augusto defendeu Roma como uma representação simbólica de seu poder e do Império que ele governava. Augusto entrelaçou ele próprio e o destino divino de Roma; ele promoveu a história e as tradições de Roma e buscou combinar estes melhorando a aparência e organização da cidade (HOPE, 2005: 74).

A grandiosa *Urbs*, capital de um Império cada vez maior, foi o palco escolhido por Augusto para desenvolver, por meio da arquitetura, um melhoramento e sofisticação da paisagem urbana, de modo tal que Roma passou a ser não apenas um símbolo de esplendor e grandeza, como também se constituía em uma verdadeira lição visual sobre a história romana, que recontava através das representações grafadas na pedra a história de Roma desde suas origens até o momento em que, sob seu governo, Roma alcançava novamente um tempo de paz e prosperidade.

A cidade era, deste modo, um suporte indispensável e extremamente útil, sobre o qual se erigiam extraordinários complexos arquitetônicos, que serviam também como uma importante ferramenta política nas mãos de Augusto, pois através deste melhoramento arquitetônico de Roma e desta efervescência construtiva, ele demonstrava o seu cuidado e interesse não só com os deuses ou com a restauração de costumes e tradições antigas, mas também com a vida dos cidadãos e habitantes de Roma, que passaram a viver numa cidade cada vez mais grandiosa e rica. O que em outras regiões era considerado um luxo, em Roma estava à disposição de todos, como, por exemplo, a abundância de água trazida às fontes pelos aquedutos reformados ou construídos por ele e Agripa; além disso, as riquezas trazidas a Roma após as conquistas territoriais conseguidas por este governante estavam ao alcance dos olhos de todos, pois todos aqueles que adentrassem nos novos templos ou em outros edifícios públicos construídos sob as suas ordens participavam, de certo modo, de uma riqueza compartilhada (pelo menos simbolicamente), pois poderiam, por exemplo, caminhar sobre pavimentos feitos com riquíssimos mármore vidos de diversas partes do Império. Com isso os romanos poderiam se sentir como senhores do mundo. De acordo com Beacham (2007: 151), “governante e governados, foram exortados pelos símbolos, mitologia, poesia, arte e arquitetura da época a conceber-se como atores em um grande

desfile histórico: a expansão, a perfeição e a celebração do poder romano e da conquista romana”.

As ações de Augusto em prol da *Urbs* e de sua arquitetura, como não podia deixar de ser, estavam sempre ligadas à esfera religiosa, mesmo porque na Antiguidade a religiosidade estava presente em todos os momentos da vida dos indivíduos. Com isso, a associação deste Imperador com grandes personalidades da história romana, personagens míticos ou deuses, era constante. Como já falamos anteriormente, uma das associações estabelecidas se deu entre Augusto e a figura de Rômulo, de tal forma que Otávio era visto como um refundador de Roma, inclusive sendo cogitado pelos senadores conferir-lhe o título de Rômulo, que depois foi preterido pelo título de Augusto.

No âmbito da cidade e de sua organização, outra importante associação se deu entre Augusto e o sexto rei, Sêrvio Túlio, que, de acordo com a tradição romana, foi o responsável pela divisão da cidade em quatro *regiones*, cada uma subdividida em vários *uici* (espécies de bairros), que contavam com altares, localizados em cada encruzilhada, dedicados aos Lares, onde se realizavam sacrifícios anuais. Em 7 a.C., Augusto dividiu Roma em 14 *regiones* (Imagem 03).

Isto foi uma inovação pioneira. Áreas dentro e fora do definido circuito de muralhas foram sistematicamente, mesmo programaticamente, unidas: uma série inteira de *regiones* englobava áreas tanto dentro como fora das muralhas. [...] Todas as áreas construídas *extra muros* foram formalmente reconhecidas como partes de Roma. Significativamente, esta fundamental mudança não recebeu uma única menção nas *Res Gestae*. A introdução das 14 *regiones* foi uma revolução silenciosa. Desta maneira, um passo administrativo marcou e ancorou a conclusão formal do projeto de Augusto de renovação urbana (HASELBERGER, 2007: 228-230).

A partir de então, os cultos ocorridos nos *uici* eram aos *Lares Augusti* e ao *Genius Augusti*; os *Lares Augusti*, de acordo com algumas interpretações, “seriam os ancestrais do Imperador, e o *Genius Augusti*, o Espírito do próprio Augusto” (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 184-186). A esta reorganização urbana e religiosa empreendida por Augusto se uniu uma empreitada construtiva, visto que novos altares foram construídos nestes bairros. Isso permitiu ainda mais que a figura do Imperador se espalhasse, pois por toda a cidade poderiam se ver monumentos feitos por Augusto ou para ele.

Esta perfeita união entre restauração religiosa e arquitetônica levada a efeito por Augusto foi possível pelo fato de que, para um romano de então, não apenas o terreno onde se localizavam os templos era sagrado, mas na verdade todo o espaço da

cidade era sacro, ou para ser mais exato, todo território que se localizava dentro do *pomerium*⁹⁸ era um território consagrado, visto que o *pomerium* demarcava os limites sagrados da cidade, auguralmente definidos.

No pensamento augural, a fronteira da cidade não era a muralha (que era construída de acordo com considerações estratégicas), mas sim uma faixa de terra auguralmente definida que circundava a cidade e era referida como o *pomerium*. [...] nenhum edifício deveria ser construído sobre ele ou diretamente ao lado dele (LIPKA, 2009: 15).

A importância e o respeito conferido ao *pomerium* eram enormes. De acordo com a crença romana, quando Rômulo e Remo disputavam para saber quem fundaria a nova cidade a questão foi resolvida por augúrio, pois Remo, sobre o Aventino, avistou seis abutres, enquanto Rômulo, sobre o Palatino, viu doze. O *pomerium*, que no princípio não englobava muito mais que o Palatino, foi sendo ampliado ao longo do tempo. No período de Augusto, o *pomerium* continuou a ser uma importante linha divisória entre diferentes tipos de atividades humanas e entre tipos diferentes de relações humanas com os deuses, de tal forma que alguns deuses não poderiam possuir templos dentro do *pomerium*, por exemplo, com Augusto podemos elencar dois exemplos significativos e que também demonstram seu espírito inovador: o banimento dos cultos à deusa Ísis para fora do *pomerium*; e a construção, pela primeira vez, de um templo a Marte dentro do *pomerium*, o templo de *Mars Ultor* que se localizava em seu fórum (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 177-180). Este último exemplo, demonstra mais uma vez o diferente posicionamento de Augusto com relação aos preceitos de Vitrúvio, haja vista que este último afirma que templos dedicados a Marte deveriam ser construídos fora da *Urbs*, e portanto fora do *pomerium* (VITRÚVIO. De Architectura, I. 7. 1).

Sobre essa atitude de respeito ao *pomerium* enquanto linha que demarcava os limites sagrados, Lipka (2009: 16) defende que “Vitrúvio considerava a muralha da cidade – não o *pomerium* – como a linha básica de demarcação topográfica”, pelo fato de Vitruvius sempre mencionar a muralha ao tratar, por exemplo, sobre os templos que deveriam ficar dentro ou fora da cidade. Este autor esclarece que, de acordo com a obra de Vitruvius, alguns templos dedicados aos mais antigos e proeminentes deuses romanos estariam fora do *pomerium*, mas dentro da muralha, o que demonstraria a maior importância dada por Vitruvius à muralha em oposição ao *pomerium*.

⁹⁸ O *pomerium* demarcava os limites sagrados da cidade. “O *Pomerium* era uma espécie de bulevar consagrado de ambos os lados do recinto de uma cidade, ou do sulco traçado ao redor dela ‘segundo o rito etrusco’, lançando para o interior a terra removida” (BAYET, 1956: 43)

Acreditamos, porém, que sobre este aspecto, não devemos considerar que as instruções dadas por Vitrúvio (*De Architectura*, I. 7. 1) a este respeito devam ser analisadas, como fez Lipka (2009: 15-16), como sendo destinadas à cidade de Roma, ou tendo esta como exemplo, pois acreditamos que o mais correto seria vê-las enquanto instruções destinadas à construção de novas cidades, pois neste trecho Vitrúvio está claramente se referindo à escolha dos locais mais adequados para se construir templos em novas cidades, visto que neste livro, que é o primeiro dos dez, após falar sobre a formação do arquiteto e sobre as partes que compõem a arquitetura (nos capítulos 1, 2 e 3), ele dedica os últimos capítulos (do 4 ao 7) para falar sobre a construção de novas cidades. Desta forma, do 4º ao 7º capítulo do primeiro livro, Vitrúvio trata desde a escolha dos lugares para a fundação de cidades, construção de muralhas, distribuição de ruas, até a escolha dos lugares destinados aos templos e outros edifícios públicos.

Cremos, assim, que Vitrúvio ao se utilizar da muralha como linha que demarcava o território das novas cidades, o fazia devido ao fato de que na fundação de novas cidades, de acordo com o rito etrusco, o lugar no qual se erguiam as muralhas e a linha divisória do *pomerium* praticamente coincidiam. Isso pode ser percebido em outros autores do mesmo período de Vitrúvio, como, por exemplo, Varrão e Tito Lívio, que ao tratarem sobre o *pomerium* esclarecem que de acordo com os ritos etruscos, após as cerimônias para a delimitação do espaço sagrado destinado à cidade, uma muralha era erguida (VARRÃO. *De Lingua Latina*, V. 143; TITO LÍVIO. *Ab Urbe Condita*, I. 44. 4, apud: OLIVER, 1932: 146-147).

Discussões a parte, o importante é frisar a imagem que Augusto transmitiu ao dispensar respeito ao *pomerium* e à cidade de Roma como um todo, desenvolvendo no imaginário coletivo a imagem de um governante atencioso e compromissado com Roma e os romanos, o que ecoa, por exemplo, em Tito Lívio (*Ab Urbe Condita*, V. 52. 2), que ao escrever sobre o saque que os Gauleses fizeram em Roma no ano de 390 a.C., esclarece que após o saque uma das possibilidades levantadas era a de que os romanos deveriam se estabelecer na nova cidade conquistada de Veii ao invés de reconstruir Roma. Lívio afirma que o general Camillus foi extremamente contra esta proposta, enfatizando as fundações religiosas da cidade e a necessidade dos antigos cultos se localizarem em Roma, dentro das fronteiras sagradas. Esta passagem de Tito Lívio, muito mais do que esclarecer sobre um acontecimento do século IV a.C., reflete o imaginário de sua época, pois ele escreveu sua obra na década de 20 a.C., mesmo porque, como já tratamos anteriormente, havia se criado rumores de que César queria

transferir a sede do poder de Roma para o Egito e o mesmo temor havia tomado conta dos romanos em relação a Marco Antônio, principalmente após Augusto tornar público o testamento de seu rival, no qual ele fazia dos filhos de Cleópatra seus herdeiros e revelava que queria ser enterrado em Alexandria (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 167-168). Podemos perceber com isso também a importância dada à cidade e às suas fronteiras sagradas. O respeito à *Urbs*, à religião e ao *mos maiorum* constituíam a palavra de ordem de Augusto.

Augusto tratou a *Urbs*⁹⁹ com genuíno respeito e adornou-a do modo mais bonito. De fato, ele a considerou particularmente importante para a posteridade entender que suas próprias construções estavam exclusivamente localizadas dentro da *Urbs*: das 18 construções individuais e complexos construtivos que ele fez, sem ressalvas, o uso do verbo *feci* nas *Res Gestae*, um total de 16 estavam na *Urbs*, e apenas dois estavam fora (HASELBERGER, 2007: 240).

A cidade de Roma foi utilizada por Augusto, como já havia sido feito em menor medida por outros antes dele, como um importante suporte sobre o qual ele, além de edificar e erigir importantes obras arquitetônicas, ainda utilizava como propaganda política, de modo tal que a cada novo empreendimento arquitetônico levado a efeito por ele e por pessoas ligadas a ele, mais a sua imagem se unia à imagem de um bom governante, o construtor por excelência, que com sua política de reforma e construção da arquitetura da *Urbs* demonstrava sua preocupação com o bem estar de seus concidadãos, na mesma proporção em que demonstrava seu comprometimento em manter uma boa relação com as divindades, ao reformar e construir templos por toda Roma. Para tanto, Augusto se utilizou de um arcabouço de práticas que já estavam presentes em Roma e em uso antes dele, elevando ainda mais as práticas construtivas a um grau de sofisticação surpreendente. Nesta perspectiva tanto no que concerne à cidade e à arquitetura, quanto no que se refere aos outros aspectos da cultura no Principado de Augusto, o mais apropriado é falar de uma “evolução augustana”, pois “nós não estamos lidando com uma revolução romana, mas com a solidificação de um sistema recebido” (GALINSKY, 1998: 9 e 137).

No que se refere à cidade e ao modo de projetá-la, de acordo com Lewis Mumford (1998: 228), os romanos foram influenciados, em muitos aspectos, pelos etruscos. A acrópole da cidade etrusca era sempre situada numa colina, de onde se

⁹⁹ Haselberger, em seu trabalho (2007: 18), defende que a *Urbs* era definida (pelo menos até o terceiro século d.C.) pelo limite das muralhas republicanas, ou seja, o termo *Urbs* era usado quando se tratava de tudo aquilo que estava dentro das muralhas; enquanto que ‘Roma’ englobava toda a área construída da cidade, tanto o que estava dentro quanto o que estava fora das muralhas. Ele utiliza esta noção diferenciada de ‘*Urbs*’ e ‘Roma’ ao longo de toda a sua obra.

tomavam os augúrios sagrados antes que uma cidade pudesse ser fundada; prática adotada pelos romanos que, antes de fundar novas cidades, além de tomar os augúrios, realizavam o traçado dos contornos da cidade.

Diferente da cidade grega, onde a muralha muitas vezes era algo em que se pensava depois, a cidade romana começava com essa muralha; e a cidade, em parte por motivos religiosos, em parte por considerações utilitárias, tomava a forma de um retângulo [...]. Esse traçado retangular fazia parte de uma tradição muito mais antiga, que havia dominado a Itália setentrional, e talvez proviesse dos primeiros tempos neolíticos. [...] Mas, além de seu traçado sagrado, a cidade romana era orientada no sentido de se harmonizar com a ordem cósmica. A marca típica que a distinguia das cidades helenísticas do mesmo caráter geral era o traçado de suas ruas principais, o *cardo*, que corria de norte a sul, e o *decumannus*, que corria de leste a oeste (MUMFORD, 1998: 228-229).

Este traçado das duas ruas principais que se cruzavam na parte central da cidade, na qual geralmente se localizava o fórum e importantes edifícios públicos, se tornou um traçado padrão para a criação de novas cidades, de tal sorte que este era o modelo a ser seguido em se tratando da fundação de uma nova cidade. Cidades baseadas neste modelo se espalharam por toda a Itália e pelas diversas regiões constituintes do Império romano. Além disso, no período de Augusto “muitas cidades na Itália adquiriram um conjunto ‘padrão’ de instalações – teatro, anfiteatro, banhos, fórum, prédios públicos – uma visão de cidade como apresentado por Vitruvius no *De Architectura*” (LOMAS, 2005: 29).

Essas novas cidades eram “talhadas segundo o novo modelo, modesto em dimensões, simples no traçado: quase o exato oposto da cidade-mãe desordenada e dispersa” (MUMFORD, 1998: 230); mas se no que se refere à organização urbana da capital, podemos dizer que Roma não se constituía no modelo de traçado a ser seguido, por ser “desordenada e dispersa”, devido ao seu crescimento e superpopulação. No que se refere às construções e edifícios públicos, ela era o grande referencial a ser seguido e emulado, em tal medida que mesmo aquelas regiões sob sua administração que não se constituíam em cidade novas, fundadas por Roma, mas em cidades conquistadas por ela cuja infraestrutura urbanística já estava consolidada antes da conquista, buscavam construir edifícios públicos segundo o modelo romano, erigindo, assim, templos, pórticos, teatros e diversas outras obras presentes em Roma.

Otávio Augusto desempenhou um papel importantíssimo ao desenvolver a monumentalidade arquitetônica em Roma, disseminando e influenciando a construção de grandiosas obras por todo o Império. Sem falar da enorme quantidade de novas cidades fundadas sob seu governo, pois “das doze cidades originais da Toscana e das

trinta cidades do Lácio, o Estado romano, no período de Augusto, tinha semeado mais trezentas e cinquenta cidades na Itália peninsular e outras oitenta na Itália setentrional” (MUMFORD, 1998: 230). Não é de se admirar que Vitrúvio tenha escrito sua obra, dedicando-a ao *Princeps*, tratando detalhadamente sobre os edifícios que deveriam compor uma cidade ideal.

Esta perspectiva de uma cidade ideal, possuindo determinados edifícios públicos, pode ser percebida em outros autores antigos. Para Pausânias (*Descrição da Grécia*, X. 4. 1-4, apud: PERKINS; NEVETT, 2005: 213-214), existiam dois fatores que determinavam um *status* urbano a um assentamento: o primeiro era a existência de uma série de edifícios públicos que engrandecia sua aparência, além de oferecer comodidade aos habitantes; e o segundo era o meio pelo qual a cidade se relacionava politicamente com o mundo externo. Podemos perceber com o primeiro fator a importância dos edifícios públicos enquanto o garantidor de uma identidade urbana, sem os quais um território habitado por um grupo de pessoas não poderia possuir o status urbano, ou seja, sem uma série de edifícios públicos um lugar não se pareceria em nada com Roma, a *Urbs* por excelência. Além disso, a importância do território e da presença de diversos edifícios públicos residia no fato de que era exatamente esse o principal requisito para se determinar a civilização, de modo que a falta desta infraestrutura, a falta da cidade em si, era sinônimo de selvageria, como pode ser percebido em alguns autores antigos.

Assim como Pausânias, Estrabão acreditava que o território era uma parte importante e definidora de uma cidade, e ele considerava que a cidade atuava como um centro para um povo. [O trecho da obra de Estrabão (*Geografia*, IV. 1. 11)] introduz a oposição binária de ‘falta de cidade = selvageria, guerra e tempos incertos’ e ‘cidade = paz e civilização’. Esta oposição de selvageria e civilização romana desvaloriza o grau de desenvolvimento social e político nas sociedades ‘selvagens’ nativas, mas esta atitude com relação ao ‘bárbaro’ era típica da cultura clássica da elite (PERKINS; NEVETT, 2005: 214).

Podemos perceber, assim, a importância que a cidade possuía no imaginário existente no período augustano e, juntamente a isso, as estratégias desenvolvidas por Augusto de modo a demonstrar seu interesse pelo bem comum a partir de um grande esforço de sua parte em desenvolver em Roma uma arquitetura grandiosa que conferisse a ela os requisitos necessários para que se tornasse digna de ser a capital do mundo conhecido, a sede do poder imperial e a casa do Imperador, ornando-a, como convinha à grandiosidade do Império, com os mais belos exemplares arquitetônicos, carregados com uma decoração rica de detalhes esculpidos em preciosos mármore. Conjuntamente a isso, Vitrúvio desenvolveu sua obra de modo a equipar o Imperador com a ferramenta

necessária para levar a efeito seu objetivo e dignificar ainda mais a *Urbs* com a insígne autoridade dos edifícios públicos. E neste esforço de ambos, a arquitetura religiosa possuiu um lugar de destaque, concedendo residências grandiosas à superioridade dos deuses, nos quais poderia se ver, por exemplo, a associação do Imperador diretamente com as divindades, seja pela aproximação das qualidades de ambos, seja pela relação ancestral que Augusto possuía com estas ao pertencer a uma linhagem divina.

Pensando nisso, no próximo capítulo analisamos com maior atenção o Fórum de Augusto, juntamente com o templo de *Mars Ultor*, que no Fórum tinha lugar de destaque. Para tanto, tratamos acerca dos templos na Antiguidade, bem como sobre o fórum, especificando cada uma destas construções, e de acordo com o *De Architectura*, discorremos sobre as características gerais do templo e do fórum e as características específicas do Fórum de Augusto e do templo de *Mars Ultor*, quando demonstramos de que modo este complexo arquitetônico estava inspirado em exemplos gregos e helenísticos. Além disso, também observamos a relação entre memória e arquitetura no governo de Augusto, que utilizou tal relação com o intuito de criar e perpetuar um imaginário no qual seu nome possuía lugar de destaque, inscrevendo seus feitos, assim, na memória de seus concidadãos, pois o *Princeps* ligou seus atributos a personagens memoráveis da história romana, sejam eles reais ou lendários, ligando seu governo a um passado de glórias e demonstrando que com ele o porvir também seria promissor.

CAPÍTULO 3

O FÓRUM DE AUGUSTO E O TEMPLO DE MARTE VINGADOR

Como temos ressaltado ao longo de todo o trabalho, Otávio Augusto, que se orgulhava de ter encontrado Roma uma cidade de tijolos e de tê-la transformado numa cidade de mármore, desenvolveu um amplo esforço construtivo, se utilizando da arquitetura para engrandecer Roma, tornando-a digna de ser a capital do Império. Com esta empreitada, ele conseguiu também que a *maiestas imperii* fosse sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos.

Dentre os diversos edifícios públicos por ele construídos ou reformados, os templos possuíam lugar de destaque, demonstrando a preocupação deste *Princeps* no que diz respeito a uma correta relação com as divindades, mesmo porque a restauração, moral e religiosa, era a palavra de ordem em seu governo, o que também pode ser percebido nas *Res Gestae*, onde de todos os monumentos que ele declara ter feito (*feci*), a grande maioria trata-se de arquitetura religiosa. Com Augusto, surgiram na *Urbs* templos suntuosos e ricamente decorados, erigidos ou recobertos dos mais diversos mármore vindos de outras partes do Império.

Outro aspecto que temos ressaltado é o respeito e a valorização demonstrada por Augusto, bem como por Vitrúvio, aos costumes, tradições e ensinamentos transmitidos pelos antigos, em tal medida que Augusto cria para si a imagem de protetor do *mos maiorum* e de uma memória supostamente comum a todos os romanos, recriando a história de Roma, na qual ele detinha um lugar de elevada posição e prestígio. Estes e outros elementos presentes em sua forma de governar se materializaram, de certo modo, no seu Fórum, juntamente com o templo dedicado a Marte Vingador, dos quais passamos a tratar agora.

Para tanto, primeiramente tratamos acerca das recomendações de Vitrúvio para a construção de templos e fóruns de um modo geral, ressaltando algumas das regras construtivas que de algum modo nos ajudam a alcançar nossos objetivos.

Em seguida, analisamos o Fórum de Augusto e o templo de *Mars Ultor* com maior atenção. Neste momento, tratamos não apenas dos aspectos formais de tal complexo arquitetônico, relacionando-o com o seu contexto, como também demonstramos em que medida ele se liga ou não com as recomendações de Vitrúvio, já que o *De Architectura* precede a inauguração do Fórum em mais de duas décadas. Além

disso, versamos também a respeito do uso, por parte de Augusto, de um padrão decorativo que fazia alusão direta à acrópole de Atenas, cujo intuito seria, como cremos, relacionar a vitória de Atenas contra os Persas com a vitória de Roma contra as ameaças orientais representadas por Cleópatra e pelos Partos.

Por fim, encerramos este capítulo analisando a importante relação existente entre a arquitetura e a memória, de modo tal que a arquitetura possuiu, com Augusto e Vitrúvio, a função de manter viva a memória de um passado exemplar, bem como a de manter vivo na memória das futuras gerações o nome e os feitos do Imperador; e o Fórum de Augusto foi a construção que maior potencial tinha para desempenhar esta função. Além disso, vemos também o desejo de Vitrúvio de manter seu nome na memória dos vindouros através de seus escritos.

3.1. A construção de templos e fóruns de acordo com as recomendações de Vitruvius

Antes de nos determos com maior atenção sobre o Fórum de Augusto, juntamente com o templo dedicado a Marte Vingador, convém que primeiramente nos debruçemos, mesmo que rapidamente, sobre os aspectos formais do templo e do fórum na Antiguidade. Para sermos mais precisos, nas páginas que se seguem, demonstramos como Vitrúvio trata destes dois edifícios públicos, quando fazemos as necessárias ligações com o *Princeps* e seu tempo. Para começar, tratamos primeiramente a respeito dos “templos sagrados dos deuses imortais”¹⁰⁰. Tal escolha se dá devido a alguns motivos, primeiramente pelo fato da religião ter tido um papel de destaque na vida em sociedade na antiga Roma; também pelo fato de que o comprometimento com a religião e com uma restauração moral foi a palavra de ordem no governo de Otávio Augusto, sem falar de sua política de construção e restauração de templos por todo o território romano; e por fim, mas não menos importante, tratamos primeiramente sobre os templos pelo fato de que tais edifícios públicos também foram os primeiros a serem tratados por Vitrúvio em sua obra.

Vejamus primeiro a etimologia da palavra templo. Tal palavra vem do latim *templum*, embora o “templo” da atualidade não signifique a mesma coisa que “*templum*” significava em Roma. Segundo Luc Benoist, a palavra *templum* vem de *tempare* que significa dividir: “O templo designou em primeiro lugar um setor do céu

¹⁰⁰ “Deorum immortalium aedibus sacris” (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. Pr. 4).

delimitado pelos áugures, [...]. Posteriormente aplicou-se esta palavra ao local do edifício onde a observação era feita, [...]” (BENOIST, 1999: 75). Deste modo, podemos afirmar que todo lugar ritualmente orientado e inaugurado era um *templum* e “assim, qualquer ação oficial realizada em um local veio, pelo menos idealmente, ou em teoria, com a aprovação divina” (MCEWEN, 2003: 166). Sendo assim, em Roma diversos edifícios públicos poderiam ser classificados com o termo *templum* e a construção dedicada a servir de moradia às divindades, que hoje chamamos de templo, foi na Antiguidade mais comumente tratado como *aedes*.

[...] um ‘templo’ no sentido que damos à palavra pode ou não ser um *templum* neste sentido [de um espaço retangular no céu, que possuía equivalentes na terra, determinado pelos áugures]: o templo de Vesta, por exemplo, era estritamente falando um *aedes* não um *templum*; enquanto que alguns lugares que nós nunca pensaríamos se chamarem ‘templos’ eram *templa* neste sentido técnico [...] (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 22).

Deste modo, sempre que usamos o termo ‘templo’ estamos nos referindo especificamente às construções destinadas a abrigar as estátuas dos deuses, ou seja, à moradia dos deuses. “O deus vem residir permanentemente no lugar por intermédio de sua grande estátua cultural antropomorfa ali instalada para ficar” (VERNANT, 2006: 42). A estátua de culto que se localizava na cela¹⁰¹, muito mais do que uma simples representação do deus, era venerada como o próprio deus ali presente. De modo geral, havia diferentes termos para designar a ampla variedade de esculturas que hoje denominamos como estátuas.

O latim tem uma palavra familiar para ‘estátua’ – *statua* – [...] Apesar de ser comum, contudo, *statua* não é o único termo para uma escultura. Mesmo em contextos onde podemos determinar que o objeto é, certamente, uma estátua como a concebemos, uma variedade de outras palavras são usadas. Após *statua* as palavras mais frequentes são *simulacrum* e *signum*. Há, além disso, os rótulos mais raros, como *colossus* que tem significados mais específicos, e há termos mais gerais – particularmente *imago* (‘imagem’), *effigies* (‘efígie’, ‘semelhança’) e *species* (‘imagem’, ‘figura’), que cobrem vários tipos diferentes de objetos (inevitavelmente minhas traduções desses termos são apenas equivalentes imperfeitos). As três primeiras palavras são as mais relevantes para nós, porque elas são as mais problemáticas, e porque elas são muitas vezes utilizadas especificamente para denotar escultura no geral (STEWART, 2003: 21).

Como nos esclarece Peter Stewart, em seu livro sobre estátuas na sociedade romana, as estátuas de culto localizadas no interior dos templos eram geralmente denominadas com o termo *simulacrum*, que poderia ser empregado para se referir a todo tipo de imagens e representações, mas quando se tratava de uma estátua, tal imagem era quase sempre de um deus e neste caso uma estátua de culto. *Signum* denotava imagens

¹⁰¹ Compartimento interior dos templos que abrigavam as estátuas dos deuses.

de deuses no geral, mas também poderia ser utilizada para ‘obras de arte’. Já *statua* se referia quase sempre às esculturas independentes de mortais. No entanto, como esclarece o autor, estes termos não estão separados por rígidas barreiras semânticas (STEWART, 2003: 22-23). Podemos perceber este aspecto em Vitrúvio, pois ele se utiliza dos três diferentes termos para se referir às estátuas de culto localizadas no interior do templo, embora o termo *simulacrum* seja o mais usado por ele neste contexto. Deste modo, Vitrúvio além de se referir às estátuas de culto com o termo *simulacrum*, que é predominante, se utiliza também do termo *signum*, sendo este bem menos utilizado, e do termo *statua*, sendo este último utilizado somente uma vez para se referir a uma estátua de culto.

Independentemente da nomenclatura utilizada, o que nos interessa aqui é perceber que o templo era a moradia dos deuses e como tal não era aberto ao público para a adoração da divindade sempre que se quisesse, pelo contrário, até mesmo os rituais próprios das tradições religiosas compartilhadas pela comunidade, como os sacrifícios, por exemplo, não eram realizados dentro dos templos, mas nos altares localizados em frente ao templo, dos quais voltamos a falar mais adiante.

No que se refere aos templos, Vitrúvio possuía a concepção de que eles eram obras eternas, o que pode ser visto no seguinte trecho: “Por conseguinte, se (os antigos) nos transmitiram regras para todas as construções, elas destinam-se, sobretudo, aos templos dos deuses, porque as qualidades e os defeitos dessas obras permanecem eternos”¹⁰² (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 1. 4). Os templos, enquanto obras feitas para durar para sempre, eternizavam as qualidades e os defeitos que neles se encontrassem, da mesma forma que deveriam manter na memória o nome daqueles que estavam por trás de tais empreendimentos, visto que a construção de templos sempre se ligou ao desenvolvimento e/ou manutenção do prestígio do nome de quem os erigiam, como de generais, por exemplo, ou da família por trás de sua construção, de tal modo que durante a República foi comum importantes personalidades dedicarem templos em honra aos deuses e fazerem questão de ligarem seus nomes à construção de tais templos.

A conexão familiar com um templo em particular poderia continuar nas gerações posteriores, [...] do ponto de vista dos generais, esta era uma inestimável oportunidade de usar o espaço público como um memorial permanente de suas realizações; do ponto de vista da cidade, ele era uma mostra de seus triunfos e despojos ao longo dos séculos; do ponto de vista dos deuses, ele era uma demonstração de seu contínuo envolvimento no progresso da expansão romana (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 88).

¹⁰² Igitur cum in omnibus operibus ordines traderent, maxime in aedibus deorum, quod eorum operum et laudes et culpae aeternae solent permanere.

A construção de templos permitia, assim, que o responsável por tal obra tivesse seu nome perpetuado na memória¹⁰³ das futuras gerações. De acordo com Eric Orlin (2002: 193), “o objetivo de um aristocrata romano não era meramente superar seus contemporâneos, mas ofuscar todos os que o haviam precedido e estabelecer um padrão para as futuras gerações”. Vemos assim que no período que marca o fim da República, como forma de governo, Roma presenciou um aumento na monumentalidade das construções dedicadas aos deuses, de modo que podemos destacar aqui o nome de Júlio César, que empreendeu diversas obras, dentre as quais citamos o Templo a *Venus Genetrix*, localizado no esplêndido Fórum (Imagem 02) também construído por ele no início dos anos 40 a.C. e que serviu de inspiração para a construção do Fórum de Augusto com o templo de Marte Vingador em posição de destaque. Além disso, como esclarece Claudia Beltrão (2006: 144):

A construção e manutenção dos templos era um dos principais meios pelos quais o contato entre homens e deuses era mediado. Esta era, além disso, uma atividade na qual uma grande quantidade de recursos era investida. Em particular a criação de novos lugares sagrados, sejam templos propriamente ditos ou santuários com um altar, era tema de interesse público e conflito potencial (BELTRÃO, 2006: 144).

Ciente da importância que a construção de templos possuía, visto que o ligava diretamente aos deuses, Augusto se empenhou enormemente na construção e na restauração de templos em Roma, o que temos ressaltado ao longo de todo o trabalho, mas fez mais do que isso, pois “enquanto Senadores continuaram a erigir algumas construções *seculares* durante o governo de Augusto, depois de 33 a.C. apenas Augusto e membros de sua família construíram *templos* em Roma” (BEARD; NORTH; PRICE, 2004: 196). Essa estreita relação com os deuses e o fato de que seu próprio pai era um *diuus*, deve ter contribuído para que ele próprio fosse deificado após a sua morte.

Além disso, convém lembrarmos que as características de um bom Imperador se mesclavam a algumas características dos deuses, pois como resalta James Rives (2007: 155), “era o Imperador que garantia a paz, a segurança e a prosperidade do Império; neste respeito ele era como um deus para as pessoas do Império, uma vez que a habilidade de conceder benefícios era uma característica definidora dos deuses”. É evidente que a construção de templos enquanto um benefício concedido pelo Imperador foi de extrema importância durante todo o Principado, de tal modo que Michael Lipka chega a afirmar que:

¹⁰³ Sobre esta relação entre a arquitetura e a memória tratamos com maior atenção no fim deste capítulo.

Em uma cultura politeísta, a densidade demográfica e a variação, causada pela imigração, eram equivalentes a um denso e constante sistema de mudanças de conceitos divinos, todos competindo uns com os outros. A única garantia de estabilidade e continuidade era um permanente foco espacial para o culto (LIPKA, 2009: 188).

O templo era este foco espacial com o potencial de garantir estabilidade e continuidade das tradições religiosas, o que foi percebido por Augusto, Agripa, Vitrúvio e o grupo ao qual se ligavam. De modo tal que Vitrúvio dedicou dois livros de sua obra para tratar sobre a arquitetura religiosa, como já vimos. Nestes dois livros (III e IV) podemos perceber a forte influência que os cânones gregos¹⁰⁴ exerceram sobre o autor, visto que nestes livros ele está muito mais preocupado em esclarecer sobre as regras construtivas legadas pelos gregos do que qualquer outra coisa.

Ao tratar sobre os templos, Vitrúvio dedica a maior parte destes dois livros para explicar as ordens gregas dórica, jônica e coríntia, suas regras de construção, suas medidas, vantagens e/ou desvantagens de determinada ordem, etc.. Ele elenca os diferentes tipos de templos de acordo com a disposição das colunas e com os intercolúnios (Imagem 04), buscando sempre que possível citar exemplos de tais templos, sejam em solo romano ou fora dele, quando determinada tipologia não possuía exemplar em Roma.

Além de tratar das regras constituintes das ordens gregas para construção de templos, Vitrúvio traz também a explicação sobre templos circulares e sobre outras tipologias de templos, que em certa medida não se enquadravam nas tipologias já explicadas por ele. Vitrúvio dedica ainda o capítulo 7 do quarto livro, como já falamos anteriormente, para tratar dos templos ‘toscanos’, de modo que D’Agostino, se apoiando no trabalho de Gabriele Morolli (1985: 57, apud: D’AGOSTINO, 2010: 89-90) considera que o fato de Vitrúvio tratar acerca das disposições toscanas (*tuscanicae dispositiones*) demonstra sua “autêntica adesão ao programa augustano” ao promover o templo etrusco à dignidade dos gregos. Embora acreditemos nesta adesão de Vitrúvio ao “programa augustano” – mesmo porque a década em que o *De Architectura* foi publicado (anos 20 a.C.) é a mesma que presenciou a reforma de mais de 80 templos empreendida por Augusto (em 28 a.C.), reformas estas que preservavam o estilo arcaico

¹⁰⁴ O templo grego surge no período arcaico como construção independente do habitat humano, do palácio real ou de uma casa particular. O templo principal, dedicado ao deus patrono da cidade, se localizava na Acrópole (cidade alta). Segundo Lewis Mumford (1998: 161-162), a Acrópole era o centro espiritual da *polis* e o templo era sua estrutura dominante. Esta morada do deus era composta de um grande salão com uma antessala e um pórtico frontal. Geralmente abrigava as imagens esculpidas do deus ou deusa cobertas de ouro.

próprio de tais templos – cremos que a sua menção aos templos toscanos não tinha o objetivo de compará-los ou colocá-los em pé de igualdade com as ordens gregas, visto que Vitrúvio confere muito mais importância a tais ordens.

Seja como for, Vitrúvio desenvolve explicações que procuram abarcar as características gerais referentes à construção de templos, tratando sobre colunas, friso, frontão, cela, pronau, telhado, portas, etc., de modo que abordamos apenas algumas destas características,¹⁰⁵ como, por exemplo, sobre os altares, visto que havia diferentes regras de construção que deveriam ser seguidas para altares destinados a deuses com distintas características. Segundo Vitrúvio:

Os altares devem estar voltados para o oriente e colocados sempre numa cota inferior à das estátuas que estiverem no templo, a fim de que, levantando os olhos para a divindade, os que suplicam e oferecem sacrifício se possam dispor em diferentes níveis, cada um respeitando o que convém ao seu deus. As suas alturas serão planejadas, de forma que os altares a Júpiter e a todas as divindades celestes sejam elevados o mais alto possível; à Vesta, à Terra e ao Mar serão feitos baixos. Assim, com essas normas, serão atingidas com ponderação as formas idôneas dos altares¹⁰⁶ (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. 9. 1).

É importante frisar que os altares possuíam grande importância na Antiguidade, pois como lembra Orlin (2002: 11), o ato religioso essencial no mundo antigo era o sacrifício de animais, que era realizado nos altares, de tal forma que “um templo não era estritamente necessário para a realização de culto e sua construção foi muitas vezes um desenvolvimento secundário”. Seja como for, as orientações de Vitrúvio se relacionam a altares localizados à frente dos templos, pois os sacrificantes teriam a visão da estátua do deus (*simulacrum*) que se localizava no interior do templo.

Outra explicação presente no *De Architectura* que se relaciona a esta é a respeito da orientação de tais templos. Neste sentido, Vitrúvio esclarece que o templo deveria ter sua entrada voltada para:

[...] a região vespertina do céu, de forma que os que se aproximam do altar para imolar ou fazer sacrifícios olhem para a parte do céu nascente e para a imagem que estiver no templo, pois assim os que dirigem súplicas aos deuses poderão contemplar o templo e o oriente do céu, de onde parecerão surgir as próprias estátuas olhando complacentemente para os suplicantes e sacrificantes, porque parece necessário que todos os altares dos deuses

¹⁰⁵ Não é nosso objetivo nos alongarmos demasiadamente sobre todas as regras construtivas que Vitrúvio traz em sua obra a respeito dos templos.

¹⁰⁶ Arae spectent ad orientem et semper inferiores sint conlocatae quam simulacra, quae fuerint in aede, uti suspicientes divinitatem, qui supplicant, et sacrificent. Disparibus altitudinibus ad sui cuiusque dei decorem componantur. Altitudines autem earum sic sunt explicandae, uti Iovi omnibusque caelestibus quam excelsissimae constituentur, Vestae Terrae Matrique humiles conlocentur. Ita idoneae his institutionibus explicabuntur modulationibus ararum deformationes.

estejam direcionados para o oriente¹⁰⁷ (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. 5. 1).

Sobre este aspecto, convém destacarmos a flexibilidade das regras ditadas por Vitrúvio, visto que ele esclarece quanto à necessidade de se estar atento às exigências próprias de cada local no qual se ergueria um templo. Pensando nisso, ele ressalta que os templos deveriam estar voltados, preferencialmente, para a parte “vespertina do céu”,

Se, porém, a natureza do lugar impedir, deve-se mudar os ordenamentos dessas orientações, de modo que a maior parte do recinto fortificado da cidade possa ser avistada a partir dos templos dos deuses. [...] Se forem levantados edifícios aos deuses ao longo das vias públicas, serão de tal forma planejados que os transeuntes possam voltar os olhos e fazer as saudações na presença dos deuses¹⁰⁸ (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. 5. 2).

Vitrúvio deixa entrever nesta e em outras passagens que apesar das regras rígidas para a construção dos diferentes edifícios públicos, era necessária também certa flexibilidade, de modo que o arquiteto deveria primar sempre pelo bom senso. Sendo um autor fortemente influenciado pela teoria grega e que demonstra grande admiração pelos monumentos erigidos em cidades gregas e helenísticas, de tal forma que a maioria dos referenciais de que ele se utiliza para pensar a construção de templos vem daí, Vitruvius, mesmo privilegiando os cânones gregos para a arquitetura religiosa, não deixou de propor adaptações para que o resultado final fosse harmonioso, por exemplo, quando trata da necessidade que por vezes se tornava imperiosa de se construir o templo sobre um pódio¹⁰⁹, o que no contexto romano servia para elevar o templo e torná-lo tão visível quanto os templos gregos que, naturalmente, possuíam lugar de destaque, visto que se localizavam em elevações do terreno.

A visibilidade dos monumentos e em especial dos templos era um aspecto de grande importância na Antiguidade e é interessante perceber a preocupação de Vitruvius quanto à visibilidade do templo, pois em diversas passagens de sua obra ele tratou das regras necessárias para que os templos fossem vistos e admirados em todo seu

¹⁰⁷ [...] spectet ad vespertinam caeli regionem, uti, qui adierint ad aram immolantes aut sacrificia facientes, spectent ad partem caeli orientis et simulacrum, quod erit in aede, spectet ad vespertinam caeli regionem, uti, qui adierint ad aram immolantes aut sacrificia facientes, spectent ad partem caeli orientis et simulacrum, quod erit in aede, et ita vota suscipientes contueantur aedem et orientem caelum ipsaque simulacra videantur exaudientia contueri supplicantes et sacrificantes, quod aras omnes deorum necesse esse videatur adorientem spectare.

¹⁰⁸ Sin autem loci natura interpellaverit, tunc convertendae sunt earum regionum constitutiones, uti quam plurima pars moenium et templis earum conspiciatur. [...] si circum vias publicas erunt aedificia deorum, ita constituentur, uti praetereuntes possint respicere et in conspectu salutationes facere.

¹⁰⁹ A construção de templos sobre pódios era um costume entre os romanos, de modo que, quando Vitruvius escreve: “Se, todavia, for necessário construir um pódio em volta do templo [...]” (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 4. 5), ele está, de fato, se dirigindo para leitores fora de Roma, já que em Roma o pódio estaria quase sempre presente.

esplendor, como pôde ser percebido com relação ao pódio, e também como podemos perceber na passagem abaixo, quando ele explica sobre as medidas necessárias para que os elementos dispostos nas partes mais altas dos templos fossem vistos sem distorções ópticas. Deste modo,

Todos os elementos que serão dispostos acima dos capitéis das colunas, ou seja, epistílios, frisos, cornijas, tímpanos, frontões, acrotérios, deverão ter a sua frente inclinada para diante a duodécima parte da sua altura, porque, quando paramos diante do frontispício e prolongamos duas linhas a partir do olho, atingindo uma delas a parte inferior do templo e a outra o seu topo, a que tocar o ponto mais alto será a mais extensa. Assim, quanto mais longa é a linha de visão que avança para a parte superior, mais inclinada para trás nos surge no seu aspecto. Se, porém, como acima foi escrito, estiverem inclinadas para frente, então parecerão diante dos olhos como dispostos a fio de prumo e esquadro¹¹⁰ (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 5. 13).

A visibilidade de tais construções era de grande importância não só religiosa, mas também devido ao prestígio que conferia a seus idealizadores. Mesmo porque a consagração de um novo templo sempre foi um acontecimento memorável e festivo. Durante a República, como nos esclarece Ziolkowski (1992: 193), a fundação de um novo templo era um processo longo, complexo e multifacetado que compreendia as datas de seu *votum*, *locatio* e *dedicatio*. O *votum* consistia na promessa realizada, muitas vezes por um general em campo de batalha, para a construção de um templo dedicado a alguma divindade, como vemos com Augusto ao prometer um templo a Marte Vingador no ano de 42 a.C. e outro a Apolo no ano de 36 a.C.. Já a *locatio*¹¹¹ de um templo “deve ter sido um ato solene, que não pode ser limitado a organizar a construção desse templo” (ZIOLKOWSKI, 1992: 204). Por fim a fundação do templo era alcançada na *dedicatio*, quando o templo prometido havia sido, enfim, construído e era então consagrado à divindade.

[...] Diversos aspectos da *dedicatio* estão cheios de implicações para a política romana e para a religião romana, especialmente a identidade dos indivíduos que realizavam a *dedicatio*. [...] A pessoa que prometia um novo templo, fornecia a si mesmo uma fama duradoura, visto que era provável que seu nome fosse lembrado em conexão com o templo. Mas a *dedicatio*, que era realizada com grande pompa e muitas vezes acompanhada de jogos,

¹¹⁰ Membra omnia, quae supra capitula columnarum sunt futura, id est epistylia, zophora, coronae, tympana, fastigia, acroteria, inclinanda sunt in fronte suae cuiusque altitudinis parte XII, ideo quod, cum steterimus contra frontes, ab oculo lineae duae si extensae fuerint et una tetigerit inam operis partem, altera summam, quae summam tetigerit, longior fiet. Ita quo longior visus linea in superiorem partem procedit, resupinatam facit eius speciem. Cum autem, uti supra scriptum est, in fronte inclinata fuerint, tunc in aspectu videbuntur esse ad perpendicularum et normam.

¹¹¹ Eric Orlin, que assim como Ziolkowski trata dos templos durante a República, nos esclarece que não se sabe absolutamente nada sobre o processo pelo qual o lugar era escolhido para um novo templo (ORLIN, 2002: 139), e afirma ainda que Tito Lívio em sua obra não teria dado tanta atenção para a *locatio* e que tal negligência pode refletir o sentimento geral com relação à construção de novos templos, pois a *locatio* não era um momento significativo como o *votum* e a *dedicatio* (ORLIN, 2002: 161).

oferecia uma forma mais imediata de *gloria*, mais diretamente aplicável à concorrência entre os aristocratas de Roma (ORLIN, 2002: 162).

Talvez por isso Augusto tenha conseguido que somente ele e sua família fossem os únicos a erigir templos em Roma depois de 33 a.C.. Como temos falado ao longo do trabalho, sob o seu governo houve uma profunda mudança na paisagem arquitetônica de Roma, de modo que ele investiu sobremaneira na construção, reforma e engrandecimento de diversos edifícios públicos, concedendo um maior esforço e atenção aos templos, mesmo porque a restauração, moral e religiosa, era a palavra de ordem em seu governo. Com Augusto, surgem na *Urbs* templos suntuosos e ricamente decorados, erigidos, ou pelo menos recobertos, dos mais diversos mármore vindos de outras partes do Império.

No que se refere a estes templos, devemos ressaltar que apesar de nas *Res Gestae* (XIX e XXI), Augusto alegar que construiu (*feci*) os templos de Apolo no Palatino, do *Diuus Iulius*, de Júpiter Ferétrio, de Júpiter Tonante no Capitólio, de Quirino, de Minerva, da Rainha Juno, de Júpiter da Liberdade no Aventino, dos Lares no topo da Via Sacra, dos deuses Penates em Vélia, da Juventude e o de Magna Mater no Palatino, além do Templo de Marte Vingador, não temos muitas informações sobre todos estes templos, de modo que não se sabe a data de consagração ou o local de muitos deles. Além disso, como esclarece Haselberger (2007: 218), alguns destes templos foram na verdade restaurados pelo Imperador, sem mencionar que o templo do *Diuus Iulius* não deve ser visto como uma obra exclusivamente sua, já que o mesmo foi iniciado no período do triunvirato. Deste modo, foi “um total de três templos que Augusto erigiu *ex novo*, completamente por sua própria iniciativa e inteiramente com seus próprios fundos” (HASELBERGER, 2007: 88), que são o templo de Apolo, no Palatino, o templo de Júpiter Tonante, no Capitólio e o templo de Marte Vingador em seu novo Fórum (Imagem 01). Na opinião de Suetônio (*De Vita Caesarum*, *Diuus Augustus*. XXIX), tais construções foram as principais obras públicas realizadas por Augusto.

Estes templos esplendorosos competiam visualmente com os antigos templos de pedra calcária e madeira, que ainda se encontravam em pé, muitos dos quais haviam sido reformados por Augusto a partir de 28 a.C.. Deste modo, é importante frisar que, sob o governo de Otávio,

[...] os templos não deviam ser erigidos no estilo dos antigos – de pedra calcária com pesados tetos de madeira e decoração arcaica de terracota. Em vez disso, queria se imitar as mais belas e imponentes formas dos templos

gregos, e inclusive superá-las, combinando-as ao mesmo tempo com as formas tradicionais dos templos itálico-romanos: um pódio alto, um pórtico profundo e um frontispício íngreme e carregado de uma rica decoração (ZANKER, 2005: 133).

Nas *Res Gestae*, de todos os monumentos que Augusto declara ter feito (*feci*), a grande maioria trata-se de arquitetura religiosa, ou seja, de templos, e todas estas construções, sem exceção, pelas quais ele assume responsabilidade estavam dentro da muralha que cercava a *Urbs*. A transformação da cidade foi realizada a partir dos anos 29/28 a.C., quando se visualiza claramente um grande esforço do *Princeps* na restauração, conclusão e construção de diversos monumentos públicos por toda Roma, e foi essencialmente concluída no ano de 7 a.C., com as reformas administrativas de Roma e sua nova divisão em 14 *regiones* (HASELBERGER, 2007: 264).

Assim como com Augusto a menção à construção religiosa é maior, também em Vitrúvio isso acontece, pois ele dedica dois livros para discorrer acerca da arquitetura religiosa, o que demonstra seu respeito pelas divindades e sua moradia. Após tratar sobre estes edifícios públicos destinados aos deuses, ele dedica o livro seguinte para lidar com os demais edifícios públicos, sendo que no primeiro capítulo do livro cinco ele versa a respeito da construção de fóruns e assim como Vitruvius falou menos sobre os fóruns do que sobre os templos, também dedicamos menos páginas para tratar do fórum na Antiguidade do que utilizamos para tratar dos templos.

Deste modo, após termos enfatizado a construção de templos de acordo com as recomendações de Vitruvius, passamos agora a analisar a construção e as especificidades do fórum antigo, seguindo ainda as disposições do *De Architectura*, ocasião na qual podemos perceber uma mudança no posicionamento de Vitruvius, já que, como falamos anteriormente, ao tratar a respeito dos templos ele demonstrou sua grande ligação com a teoria grega, de modo que os feitos gregos e helenísticos eram seus grandes referenciais, que em certa medida norteavam suas explicações e recomendações para a arquitetura religiosa; isso já não acontece ao explicar sobre o fórum e outros edifícios públicos, pois nestas ocasiões, apesar de não renegar de todo os feitos dos antigos gregos, ele demonstra mais interesse no costume romano, de tal modo que ele estabelece comparações entre o costume grego e o costume romano, de forma a demonstrar o porquê de algumas construções possuírem diferentes regras entre gregos e romanos.

Uma vez que ele terminou de tratar dos templos, o curso se torna muito mais fácil para Vitruvius. A teoria grega estava fixada com os templos. Outras construções eram notavelmente subteorizadas. O livro cinco examina edifícios públicos não religiosos. Ele começa com o fórum e é imediatamente possível estabelecer um claro contraste nós/eles [romanos/gregos]: [...] Pode-

se suspeitar que existia pouca ou nenhuma teoria grega ligada à construção da *agora*, e nenhum sistema elaborado de proporções para Vitruvius se adaptar ou rejeitar (WALLACE-HADRILL, 2008: 153).

Seja como for, Vitruvius, no prefácio que escreve ao quinto livro, se dirige ao Imperador nos seguintes termos:

Desse modo, ó César, no terceiro e quarto volumes, expus as regras dos templos sagrados. Neste, tratarei das disposições dos espaços públicos. Primeiramente, do fórum e do modo como deverá ser planejado, porque nele é gerida pelos magistrados a ordenação dos negócios públicos e privados¹¹² (VITRÚVIO. *De Architectura*, V. Pr. 5).

Lewis Mumford (1998: 244) conta que de acordo com a tradição, Roma era constituída pela união de várias tribos estrangeiras nas colinas próximas, lideradas pelos romanos situados no monte Palatino e que o símbolo desta união foi a fundação de um mercado comum a todos, o fórum, com um lugar de assembleia (*comitium*), que era também usado nos primeiros tempos para luta de gladiadores e disputas atléticas, sendo um templo, sem dúvidas, parte essencial e original do fórum.

De fato, o fórum romano, antes do desenvolvimento dos anfiteatros¹¹³, era o local privilegiado para a luta de gladiadores, e mesmo no tempo de Vitruvius, quando surgiam os primeiros anfiteatros em Roma, o fórum ainda era utilizado para este fim, sendo inclusive o motivo apresentado por Vitruvius para que o fórum romano apresentasse regras construtivas diferenciadas do fórum grego:

Os gregos dispõem os fóruns num quadrado com amplos pórticos duplos e colunas cerradas, que adornam com epistílios de pedra ou mármore, e nos pavimentos superiores constroem passeios. Todavia, nas cidades da Itália não se deve proceder desse modo, porque nos foi deixado pelos nossos maiores o costume de apresentar jogos de gladiadores no fórum (VITRÚVIO. *De Architectura*, V. 1. 1).

Vemos aqui três aspectos importantes. Primeiramente, o fato de os jogos de gladiadores serem realizados nos fóruns, antes do desenvolvimento dos anfiteatros; em segundo lugar o contraste e a comparação entre o costume grego e o costume romano; e por fim, o valor expresso por Vitruvius ao *mos maiorum*, ao costume dos ancestrais. Na segunda parte de seu capítulo sobre fóruns, Vitruvius explica como deve ser as suas disposições, esclarecendo que devido ao fato de o fórum nas cidades itálicas ser

¹¹² Itaque, Caesar, tertio et quarto volumine aedium sacrarum rationes exposui, hoc libro publicorum locorum expediam dispositiones. Primumque forum uti oporteat constitui, dicam, quod in eo et publicarum et privatarum rerum rationes per magistratus gubernantur.

¹¹³ Os primeiros anfiteatros eram de madeira e o primeiro anfiteatro de pedra, construído em Roma, foi erguido por volta de 29 a.C., de modo que no período que Vitruvius escreveu sua obra, os anfiteatros não eram ainda muito desenvolvidos em Roma, de tal forma que ele não explica este tipo de construção no *De Architectura*, no entanto ele conhecia esta estrutura pois cita, uma única vez, a palavra *amphitheatrum* (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 7. 1).

utilizado para jogos de gladiadores, diferindo assim do grego, da mesma forma, a disposição das colunas deve ser diferenciada, pois enquanto no fórum grego as colunas estão próximas umas das outras, de acordo com o costume romano tais colunas devem estar mais afastadas, citando Vitrúvio: “Por isso se dispõem intercolúnios mais espaçosos para a assistência e em volta, nos pórticos, se colocam lojas bancárias, assim como balcões nos pavimentos superiores, dispostos para utilidade e adequado rendimento público”¹¹⁴ (VITRÚVIO. *De Architectura*, V. 1. 2). Apesar de diferir do grego, dentre outras coisas, pelo tamanho dos intercolúnios, num aspecto os dois modelos de fórum se assemelham, qual seja o de possuir pórticos duplos, cujo piso superior servia, entre outras coisas, para a circulação de pessoas.

De acordo com Vitrúvio, junto ao fórum deveriam ser construídos a basílica¹¹⁵, o erário¹¹⁶, o cárcere e a cúria¹¹⁷, o que demonstra a importância política deste espaço. Em Roma, era próximo ao *Forum Romanum* (Imagem 02) que se encontravam a Cúria Júlia¹¹⁸, consagrada por Augusto em 29 a.C., que ele alega ter construído (*Res Gestae Divi Augusti*, XIX), a Basílica Júlia, iniciada por César e concluída por Otávio (*Res Gestae Divi Augusti*, XX), além da antiga Basílica Emília e do Templo de Saturno que era o erário de Roma. Sobre o fórum, Mumford afirma que:

O fórum não era simplesmente uma praça aberta. Tal como se desenvolveu em Roma, era antes todo um recinto, complexo no traçado, no qual santuários e templos, os prédios da justiça e as casas do conselho, e espaços abertos circundados por majestosas colunatas, desempenhavam um papel. Dentro desses espaços abertos, os oradores podiam dirigir-se a grandes multidões... (MUMFORD, 1998: 244).

Com relação a este último aspecto, lembramos que Augusto empreendeu uma verdadeira mudança topográfica do Fórum Romano, pois juntamente com a consagração da nova Cúria Júlia e do Templo de *Divus Iulius*, ele construiu uma nova plataforma para os oradores, a *Rostra Caesaris*, decorada com proas de barcos da batalha de Ácio. A nova Rostra, de onde os oradores podiam dirigir-se a grandes multidões, foi construída distante da Cúria, símbolo do poder senatorial, separando assim o orador topograficamente e simbolicamente da influência do Senado (SUMI, 2008: 223). Com

¹¹⁴ Igitur circum spectacula spatiosiora intercolumnia distribuantur circaque in porticibus argentariae tabernae maenianaque superioribus coaxationibus conlocentur, quae et ad usum et ad vectigalia publica recte erunt disposita.

¹¹⁵ A basílica romana possuía diversas funções, entre elas comércio, reuniões e justiça.

¹¹⁶ Lugar destinado ao tesouro público.

¹¹⁷ Edifício no qual se reuniam os senadores.

¹¹⁸ Como falamos no primeiro capítulo, esta nova Cúria havia sido reconstruída após um incêndio e mudara de nome, de Cúria Hostília para Cúria Júlia, em homenagem a César.

tais intervenções no Fórum, o *Princeps* buscava, como já o dissemos, assegurar que uma imagem positiva de si fosse transmitida à população.

Além de realizar tais intervenções no antigo fórum, Augusto terminou o novo iniciado por Júlio César (*Res Gestae Diui Augusti*, XX), no qual se situava o templo dedicado a *Venus Genetrix* (Imagem 05). De acordo com Mumford (1998: 245), os acréscimos ao Fórum, bem como a inauguração do Fórum de César, atraíam multidões cada vez maiores, a fim de “comprar, de fazer culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores, em negócios públicos ou em processos privados”. Com o aumento da população era necessário outro fórum, o de Augusto, do qual tratamos a seguir. De acordo com Vitrúvio, as dimensões deveriam ser compatíveis com o público que ele deveria atender:

Há toda a conveniência em que as medidas sejam calculadas levando em conta a quantidade de habitantes, a fim de que o fórum não pareça nem espaço pequeno para as necessidades, nem largo em demasia pela falta de povo. A sua largura será definida de sorte que tenha duas partes das três em que for dividido o comprimento. Assim, desse modo, a sua planta será oblonga, e a sua disposição, útil para a realização de espetáculos¹¹⁹ (VITRÚVIO. *De Architectura*, V. 1. 2).

Antes de finalizarmos este item, convém salientarmos que as propostas de Vitrúvio para a construção de fóruns se encontram muito mais próximas à realidade do Fórum de César, do que do antigo Fórum Romano, pelo menos no que concerne aos pórticos que, segundo Vitrúvio, deveriam cercar o espaço destinado ao mesmo, pois dentre estes dois fóruns apenas o de César era rodeado por pórticos, enquanto que o Fórum Romano era cercado por templos e outros edifícios públicos. Cremos que a relação entre as recomendações de Vitrúvio e o Fórum de César se deu pelo fato de que esta construção foi iniciada na década de 50 a.C., quando provavelmente Vitrúvio já trabalhava para ele, tendo talvez até mesmo trabalhado no planejamento e na construção deste fórum, e nada mais natural do que tê-lo em mente ao tratar das regras de construção para um fórum, mas isso é apenas uma suposição.

O que importa é perceber a importância política que este espaço possuía em Roma, pois como assevera Mumford (1998: 245), era nele que ficava o centro da vida pública, não apenas da própria Roma, mas do Império. Ciente desta importância, o Imperador não se contentou apenas em realizar intervenções arquitetônicas e

¹¹⁹ Magnitudines autem ad copiam hominum oportet fieri, ne parvum spatium sit ad usum aut ne propter inopiam populi vastum forum videatur. Latitudo autem ita finiatur, uti, longitudo in tre partes cum divisa fuerit, ex his duae partes ei dentur; ita enim erit oblonga eius formatio et ad spectaculorum rationem utilis dispositio.

construções novas no antigo Fórum Romano, nem em concluir o novo Fórum de César, de tal sorte que ele decidiu construir um novo e ainda mais sofisticado em Roma, o Fórum de Augusto, do qual passamos a tratar a seguir.

3.2. O uso de um referencial grego na construção do Fórum de Augusto e do Templo de *Mars Ultor*

Como vimos, de acordo com as recomendações de Vitrúvio, um fórum deveria ser construído com um tamanho proporcional à população que iria atender, de tal sorte que não deveria ser nem pequeno demais para abrigar uma grande população, nem grande demais para ser frequentado apenas por poucas pessoas. Esta relação entre a quantidade de pessoas e o tamanho do espaço que deveria atendê-las é o motivo mais provável para a construção de um novo fórum na época de Augusto, pelo menos é o que acredita Suetônio ao afirmar que Augusto iniciou a construção de um novo fórum devido à grande quantidade de homens e de julgamentos, já que os outros dois já construídos não bastavam para eles (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, *Diuus Augustus*. XXIX).

O Fórum de Augusto, como temos falado, possuía o templo dedicado a Marte Vingador em local de destaque, templo este que foi prometido em 42 a.C. quando da batalha de Filipos, contra os assassinos de César. O templo também comemorava a recuperação, no ano de 20 a.C., dos estandartes que estavam sob o domínio dos Partos. Como tratamos no primeiro capítulo, a volta dos estandartes a Roma, mesmo sendo através de um acordo diplomático e não por meio de uma grande conquista militar, representou uma grande vitória e estava carregada com toda uma carga simbólica significativa, já que os Partos representavam, na visão dos romanos, uma ameaça, um inimigo praticamente invencível, contra o qual sempre se esperou uma revanche pela morte de Crasso. Tal revanche tantas vezes tentada por Antônio foi enfim realizada por Augusto, como ele fez propagar por diversos meios. A vitória contra os Partos era vista como a vitória contra o Oriente bárbaro.

Deste modo, o templo seria o local que guardaria tais estandartes. Apesar de ter sido prometido em 42 a.C., não se sabe com certeza a data do início das obras, nem do templo, nem do Fórum, embora muitos estudiosos lancem hipóteses para tais datas. De acordo com John W. Stamper (2005: 132), as obras do Fórum teriam se iniciado por volta de 37 a.C., embora tendo maior impulso somente na década de 20 a.C.. Para Brad

Johnson (2001: 03), Augusto teria iniciado as obras depois de 29 a.C., pois a vitória no Egito teria garantido os recursos necessários para tal. Tanto para Haselberger (2007: 156) quanto para Joseph Geiger (2008: 55), o *Princeps* teria formulado os planos de erguer o complexo arquitetônico (o Fórum e o templo) por volta de 19/18 a.C.. Hipóteses à parte, o que é certo é que o templo prometido em 42 a.C. foi consagrado apenas no ano de 2 a.C., embora o Fórum já houvesse sido inaugurado antes desta data, como afirma Suetônio (*Res Gestae Diui Augusti*, XXIX).

Há ainda outra questão controversa quanto ao templo de Marte Vingador, pois alguns estudiosos, dentre eles Haselberger (2007: 148), defendem que após Augusto recuperar os estandartes dos Partos, ele teria construído um pequeno templo, com a aprovação do Senado, dedicado a Marte Vingador, sobre o Capitólio, cuja finalidade seria a de abrigar tais estandartes, função que teria desempenhado até o ano de 2 a.C., quando os estandartes teriam sido transferidos para o templo no Fórum de Augusto; já outros estudiosos, como J. W. Rich (1998: 82), acreditam que um Templo dedicado a Marte Vingador, sobre o Capitólio, nunca chegou a ser construído, mesmo que tenha sido planejado.

O que nos interessa frisar é que o complexo arquitetônico que compreendia o novo Fórum de Augusto, juntamente com o Templo de Marte Vingador, possuiu grande importância no governo deste *Princeps* e em sua política de restauração e construção em Roma,

De fato o *Forum Augustum*, com o templo de *Mars Ultor*, foi o último e definitivo grande empreendimento na reconstrução de Roma. A renovação dos templos que ficaram em ruínas durante as gerações de guerra civil, o grande Relógio Solar, a *Ara Pacis*, o Panteão de Agripa, e até mesmo a construção do Mausoléu de Augusto, para abrigar os restos mortais dele e os de sua família, tudo precedeu àquele grande projeto (GEIGER, 2008: 57).

No que se refere a seus aspectos físicos, o complexo arquitetônico construído por Augusto era grandioso (Imagem 06). O Fórum de Augusto era um amplo espaço aberto, retangular, medindo aproximadamente¹²⁰ 125 metros de comprimento por 85 de largura. Seu tamanho possui, assim, as proporções recomendadas por Vitrúvio, qual seja, a de possuir uma largura igual a dois terços da medida do comprimento. Neste amplo espaço retangular se encontrava em lugar de destaque o templo de Marte Vingador, a nordeste, exatamente de frente à entrada principal do Fórum que se

¹²⁰ Não se sabe as dimensões exatas do Fórum de Augusto, já que o mesmo ainda não foi completamente escavado e parte dele (no lado sudoeste) se encontra sob a *Via dei Fori Imperiali* (STAMPER, 2005: 136).

localizava a sudoeste. Do ponto de vista do observador que adentrasse no Fórum por esta passagem principal, o templo estaria numa posição de destaque, centralizado ao fundo, tendo à sua frente apenas a magnífica estátua de Augusto numa quadriga¹²¹, estátua honorífica oferecida a ele pelo Senado, na qual poderia se ler na inscrição colocada em sua base o título honorífico de *Pater Patriae*. Fechando toda a lateral direita e esquerda do Fórum havia pórticos nos quais se encontravam outras entradas de acesso. Acreditava-se que cada pórtico possuía em suas extremidades, que se localizavam próximas do templo, uma êxedra¹²² cada um, mas a partir de recentes escavações, descobriu-se que na realidade tais pórticos possuíam uma êxedra em cada uma de suas extremidades, totalizando um total de quatro êxedras, embora as duas êxedras cuja existência foi descoberta recentemente eram ligeiramente menores do que as conhecidos anteriormente, de modo que “parece seguro afirmar que diferiam das primeiras apenas pela ausência de grupos maiores de escultura em seu centro, que corresponde aos das primeiras êxedras” (GEIGER, 2008: 118).

O templo de Marte Vingador (Imagem 07) reluzia, feito em mármore branco de Carrara, no qual no frontispício podia se ver, ao centro, a figura de Marte. À sua direita e esquerda as figuras da Fortuna, segurando uma cornucópia e um leme e Vênus com um Cupido e um cetro. Ao lado delas se encontram, respectivamente, as figuras sentadas de Roma sobre uma pilha de armas e Rômulo vestido de pastor, que está segurando o bastão, ou *lituus*, de um áugure. As figuras reclinadas localizadas nas pontas do frontispício eram representações do Palatino e do Tibre¹²³ (Imagem 08). No que se refere à colunata do templo, o mesmo era octostilo, ou seja, possuía oito colunas sob o frontispício (Imagem 09); quanto ao intercolúnio, o templo seguia as regras para templos piconostilo, que como esclarece Vitrúvio:

Piconóstilo é o templo onde se pode preencher o intercolúnio com um diâmetro e meio de coluna, como acontece no templo do *Diuius Iulius*, no templo de Vênus no Fórum de César e em outros que dessa feição se encontram planeados¹²⁴ (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 3. 2).

O templo, como era costume entre os romanos, estava sobre um alto pódio que media cinquenta metros de comprimento por trinta e seis de largura e possuía à frente uma escadaria com dezessete degraus em mármore. De acordo com Vitrúvio, os degraus

¹²¹ Não há certeza quanto à presença ou não da figura de Augusto nesta quadriga.

¹²² Recinto semicircular, coberto.

¹²³ A maioria dos dados referentes às imagens contidas no frontão do templo se dá a partir de representações onde o templo aparece em segundo plano.

¹²⁴ Pycnostylos est, cuius intercolumnio unius et dimidiaet columnae crassitudo interponi potest, quemadmodum est Diui Iulii et in Caesaris foro Veneris et si quae aliae sic sunt compositae.

de um templo deveriam sempre ser em números ímpares, “pois, como se sobe o primeiro degrau com o pé direito, também este será o primeiro a atingir a parte superior do templo”¹²⁵ (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. 4. 4).

A praça aberta do Fórum também era pavimentada com mármore branco para contrastar ainda mais eficazmente com as colunatas amarelas e avermelhadas dos pórticos à direita e esquerda que eram feitas de mármore *giallo antico* extraídos na Numídia. O segundo andar das colunatas, que na decoração figuravam Cariátides e escudos, era também em mármore branco (Imagem 10). O mármore usado para o pavimento do templo era, além do *giallo*, o *africano* e *pavonazzetto*. Sendo que este último também se encontrava nas colunas do interior do templo. Os pavimentos das outras construções eram igualmente bastante coloridos e diferenciados um do outro por sua composição. O chão de mármore dos pórticos estava disposto em grandes desenhos quadriculados de *bardiglio* cinza azulado, juntando uma praça central de *africano* com uma borda retangular de *giallo*. Nos locais onde os pórticos tomavam a forma de êxedra semicircular, o pavimento mudava para um padrão de xadrez de *africano* e *giallo*. Na parte traseira da êxedra do norte estava o “Salão do Colosso”, que abrigava uma monumental estátua possivelmente de Alexandre e, depois da morte de Augusto, uma estátua dele próprio. Seu pavimento xadrez era feito em *pavonazzetto* e *giallo*, materiais que também estavam em pilastras e colunas. Outros elementos do Fórum eram feitos de *cipollino*, um mármore com tonalidade esverdeada (GALINSKY, 1998: 202-203).

Devemos ressaltar a relação que este complexo arquitetônico possuía com o Fórum de César, de modo que podemos dizer que este serviu de influência para aquele, pois assim como o Fórum de César, o de Augusto era um grande espaço retangular, com pórticos nas laterais e com um templo centralizado em uma das extremidades do mesmo, ocupando lugar de destaque. Além disso, apesar do templo de Marte Vingador ser maior que o de *Venus Genetrix*, ambos apresentavam plantas semelhantes e possuíam a mesma tipologia no que se refere ao intercolúnio, ou seja, ambos eram picnostilos (Imagens 02, 05 e 09).

O Fórum de Augusto estava intimamente ligado com o Fórum de César, que Augusto terminou de construir antes do trabalho sério iniciado no seu próprio Fórum. Os deuses dos templos dos dois fóruns complementavam um ao outro: Vênus *Genetrix* era a ancestral dos romanos e da *gens* Júlia, cujos ilustres descendentes povoavam o “Hall da Fama”, enquanto Marte era o ancestral romano. O templo no Fórum de César foi o primeiro templo romano com uma abside, uma inovação que também foi usada no templo de *Mars Ultor* (GALINSKY, 1998: 208).

¹²⁵ [...] namque cum dextro pede primus gradus ascendatur, item in summo templo primus erit ponendus.

O Fórum de César foi concluído por Augusto, provavelmente na década de 20 a.C., o mesmo período em que ele deve ter iniciado a construção de seu próprio Fórum, o que faz Geiger (2008: 54) sugerir que, ao menos inicialmente, Augusto concebeu todo o seu Fórum como uma homenagem a César. Aceitando ou não esta hipótese, a relação e a semelhança entre os dois Fóruns são inegáveis. No entanto,

Apesar de sua dívida àquele de Júlio César, o Fórum de Augusto é consideravelmente mais sofisticado na intenção e execução. Focando não apenas a família do novo *princeps* e seu lugar na história romana, o Fórum de Augusto era uma declaração arquitetônica e artística da República restaurada. Certamente nenhum monumento romano demonstra mais habilmente a perfeita mistura de passado e presente, público e privado, nacional e estrangeiro, republicano e imperial (GOWING, 2005: 138).

Mesmo com toda a grandiosidade do Fórum de Augusto, esse enorme projeto não se afastou em qualquer sentido real dos grandes projetos de outros governantes do mundo antigo e não adicionou uma verdadeira noção nova às ideias existentes. De fato, não havia uma diferença significativa entre o Fórum de Augusto e o de seu pai, completado por ele alguns anos antes. A grande inovação do Fórum foi o seu “Hall da Fama”, a Galeria de Heróis (GEIGER: 74). Pois ao longo das paredes de ambos os pórticos havia diversos nichos retangulares, nos quais estavam dispostas as estátuas de personalidades importantes para a história de Roma, sejam elas históricas ou lendárias, os *summi uiri*, dos quais falamos mais à frente.

Outra novidade, que já sinalizamos anteriormente, estava no fato de Marte ter se estabelecido, com seu esplêndido templo, dentro das muralhas da cidade, visto que este foi o primeiro templo dedicado a Marte no interior do *pomerium*. Tal inovação ia contra o costume e as recomendações legadas pelos etruscos, pois de acordo com Vitrúvio:

[...] os arúspices etruscos, nos escritos das suas ciências, solenemente afirmaram que os templos de Vênus, Vulcano e Marte deveriam ser edificadas fora da muralha, [...] Quanto à Marte, se a sua divindade fosse venerada fora dos muros, não haveria dissensão armada entre os cidadãos, mas, defendendo a cidade dos inimigos, iria salvá-la do perigo de guerra¹²⁶ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 7. 1).

Percebemos nesta passagem de Vitrúvio sua preocupação com relação aos conflitos que poderiam afligir a cidade, ou seja, seu temor com relação à guerra civil, a “dissensão armada entre os cidadãos”, reflexo provável dos turbulentos anos de guerra

¹²⁶ Etruscis haruspibus disciplinarum scripturis ita est dedicatum, extra murum Veneris, Volcani, Martis fana ideo conlocari, [...] Martis vero divinitas cum sit extra moenia dedicata, non erit inter cives armigera dissensio, sed ab hostibus ea defensa belli periculo conservabit.

civil presenciados por ele, de tal modo que para ele, apoiado nos escritos e saberes legados pelos etruscos, os templos dedicados a Marte deveriam se localizar fora das muralhas, pois assim evitariam conflitos armados entre os cidadãos, ao mesmo tempo em que, estando fora das muralhas, protegeriam a cidade contra as ameaças de inimigos. No entanto, Augusto se esforçou para mostrar justamente que sob seu governo e principalmente após a vitória sobre Cleópatra e Marco Antônio, a paz havia se estabelecido em Roma. Lembremos, por exemplo, do decreto do Senado para que as portas do Templo de Janus, localizado no Fórum Romano, fossem fechadas. Como já tratamos anteriormente, desde a fundação de Roma até a vitória em Alexandria as portas do templo haviam sido fechadas apenas por duas vezes e durante todo o seu Principado as portas do templo seriam fechadas por mais duas vezes (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus, XXII; *Res Gestae Diui Augusti*, XIII).

Além disso, em algumas passagens de suas *Res Gestae*, Augusto expõe claramente que ele submeteu o mundo e os inimigos, livrando o povo romano do temor, por exemplo, quando afirma: “Abaixo uma cópia dos feitos do Divino Augusto, pelos quais submeteu o mundo ao império do Povo romano [...]” (*Res Gestae Diui Augusti*, Pr.); ou “livrei do medo e dos perigos toda a comunidade” (*Res Gestae Diui Augusti*, V); ou ainda “depois de extinguir as guerras civis” (*Res Gestae Diui Augusti*, XXXIV). E como vimos no capítulo precedente, este tom presente nas *Res Gestae* já havia aparecido em Vitrúvio, que escreveu mais de três décadas antes de Augusto.

Otávio mostrou que com ele Roma já não temia guerras civis ou inimigos externos, de tal modo que Marte poderia possuir sua moradia dentro das muralhas, mesmo porque, depois que os estandartes haviam sido recuperados das mãos dos Partos, o Marte que vinha residir dentro das muralhas era Marte Vingador (*Mars Ultor*), aquele que vingou não somente a morte de César, como também a morte de Crasso e a perda dos estandartes para os Partos. De acordo com Beard, North e Price (1998: 180), o poder do Imperador alterou a distinção conceitual entre a esfera “civil” e a “militar”, pois ao contrário dos magistrados republicanos o Imperador exerceu autoridade em ambas as esferas simultaneamente¹²⁷, e a “combinação de poder civil e militar nas mãos do Imperador significou que o *pomerium*, como fronteira religiosa, deixou de excluir o militar. Assim, em 2 a.C. o deus Marte recebeu pela primeira vez um templo dentro do *pomerium*”.

¹²⁷ Beard, North e Price lembram que Augusto possuía o “*imperium proconsular*” e o “*imperium consular*”.

Com relação a este templo, Sumi afirma que:

Ao estabelecer o Templo de *Mars Ultor* como o repositório dos estandartes recuperados dos Partos e fazendo-o central para a topografia das cerimônias triunfais, Augusto efetivamente mudou o significado desta estrutura de monumento da guerra civil para símbolo do mundo conquistado (SUMI, 2008: 241).

Deste modo, o templo de *Mars Ultor*, esplendidamente posicionado no Fórum de Augusto, era o símbolo do mundo conquistado e da paz advinda da guerra. Com Augusto governando Roma, e Marte no interior do *pomerium*, Roma estava mais forte do que nunca e preparada para qualquer possível ameaça que aparecesse. E como defende Haselberger (2007: 230), com as mudanças administrativas realizadas por Augusto em 7 a.C., de dividir Roma em 14 regiões, uma decisão fundamental foi silenciosamente selada, qual seja, a do abandono das muralhas da cidade, visto que as 14 regiões englobavam territórios tanto dentro como fora das mesmas. A partir deste momento, Roma se tornava uma “cidade aberta”, sem a necessidade de muralhas de proteção:

De todas as grandes cidades do mundo civilizado, Roma era protegida somente por sua força mais que por suas muralhas; [...] nas palavras de Estrabão, “os romanos vieram a possuir segurança e qualquer outra sensação de bem estar através da força das armas e de sua própria competência, não através de muralhas, na crença de que ‘homens não são protegidos por muralhas, mas muralhas são protegidas por homens’” (HASELBERGER, 2007: 230-232).

O templo de Marte Vingador era um dos símbolos da força de Roma. Sua relação com a esfera militar era enorme, não só por ser um templo dedicado ao deus da guerra ou por ter sido construído em homenagem a vitórias militares, contra os assassinos de César e contra os Partos, mas também pelas funções que passou a desempenhar.

Convém ressaltar que o templo de Marte Vingador era um templo manubial¹²⁸, ou seja, um templo construído a partir de espólios de guerra, a partir das riquezas advindas dos inimigos derrotados, como o próprio Augusto afirma: “Construí em terreno particular e com espólios de guerra o templo de Marte Vingador e o Fórum de Augusto”¹²⁹ (*Res Gestae Divi Augusti*, XXI). Segundo Ziolkowski (1992: 307), a construção de templos manubiais, templos prometidos por magistrados e construídos

¹²⁸ De acordo com Orlin (2002: 117), não há um consenso com relação a uma definição precisa do termo *manubiae*, de modo que podemos afirmar apenas que o termo se refere aos espólios de guerra e que os generais vitoriosos possuíam a iniciativa de organizar a distribuição de tais espólios.

¹²⁹ In privato solo Martis Ultoris templum forumque Augustum ex manubiis feci.

sem recursos financeiros dados pelo Senado, se constitui um fenômeno que apareceu por volta dos séculos terceiro e quarto a.C..

Segundo nos conta Suetônio (*De Vita Caesarum*, Diuus Augustus. XXIX), dentre as funções que o templo de Marte Vingador possuía, estava a de ser o local no qual o Senado era consultado sobre assuntos de guerra e triunfos, os que tivessem que partir para as províncias saíam daí investidos de poder e os vencedores ao regressar das batalhas levavam para este templo as insígnias triunfais. No que se refere a partidas de comandantes para expedições militares, vale ressaltar aqui o nome de Caio César, neto e filho adotivo de Augusto, que partiu rumo ao leste, pouco tempo depois que o templo havia sido consagrado. Sobre esta ocasião Sumi (2008: 251) afirma que:

Caio emergiu do templo de *Mars Ultor*, passando pelo Fórum de Augusto, que continha não apenas uma imagem de Augusto na quadriga, um símbolo da vitória, mas também estátuas dos membros famosos da *gens Júlia* e muitos dos grandes *triumphatores* da história romana. Caio nesta ocasião era claramente parte de um *continuum* de comandantes, os fabricantes da história romana, e sua partida antecipava glória similar para ele próprio (SUMI, 2008: 251).

No entanto, Augusto era o mais glorificado, de modo que o Fórum como um todo era um símbolo material de suas conquistas, de sua glória, de sua *auctoritas* e acima de tudo de sua personificação como o exemplo a ser seguido, o maior entre os maiores. Tal complexo arquitetônico, dentre as diversas características que possuía, estava a de ter se inspirado, principalmente no que se refere ao padrão decorativo, nas grandes cidades helenísticas, bem como na Atenas do período Clássico, de modo que mesclava tais referências com aspectos republicanos. De acordo com Geiger (2008: 16), “as influências sobre o plano do Fórum de Augusto, e especificamente sobre sua decoração, eram gregas tanto quanto republicanas”, de modo que este autor sugere que o classicizante período augustano se ligava a um renascimento não só da República, mas também fazia uma referência ao melhor período da história grega. Pensando nisso passamos a tratar agora a respeito destas referências arquitetônicas a elementos da cultura grega.

Para começar, tratemos acerca da ordem coríntia, utilizada tanto no templo quanto nos pórticos. Esta ordem possui capitéis graciosamente trabalhados imitando folhas de acanto, tais capitéis, segundo Vitrúvio¹³⁰, tiveram origem na cidade de Corinto, pelas mãos de Calímaco, escultor cuja arte de trabalhar o mármore possuía

¹³⁰ Sobre a origem da ordem coríntia, Indra McEwen (2003: 215) esclarece que os mais antigos protótipos de capitéis coríntios foram desenvolvidos em Atenas, não em Corinto, na segunda metade do quinto século a.C., período em que viveu o escultor ateniense Calímaco.

elegância e sutileza. Apesar de capitéis coríntios já existirem em Roma, Augusto se utilizou de tal forma desta tipologia de colunata que a ordem coríntia passou a ser uma característica dos empreendimentos arquitetônicos desenvolvidos por ele em Roma. Segundo Zanker:

O dórico, bem como o jônico, foram quase completamente substituídos pela ordem coríntia. [...] Os novos templos augustanos foram expressamente concebidos como uma “composição mista”. O pódio, o pronau e o frontispício procedem da própria tradição cultural. Já no que se refere à altura das colunas, à forma dos capitéis e à organização das fachadas se seguem modelos helenísticos (ZANKER, 2005: 299-300).

Tanto o Fórum quanto o Templo de Marte Vingador possuíam belíssimas colunas coríntias, que se inspiravam naquelas encontradas nas cidades helenísticas. No que se refere às colunas coríntias do templo de Marte, Stamper (2005: 132) afirma que os arquitetos do templo sintetizaram os componentes da ordem coríntia, criando uma nova expressão do classicismo romano que se distinguia por transcender as influências da arquitetura helenística da Grécia e da Ásia Menor. Este autor considera o Templo de Marte Vingador como o mais perfeitamente concebido e elaborado do período, empregando a ordem coríntia de uma maneira ortodoxa em termos de proporção, dimensões e motivos, embelezado, ainda, com novos tipos de ornamentação que eram únicos para os construtores romanos. No que se refere ao modo ortodoxo de empregar a ordem coríntia, Stamper (2005: 136) afirma ainda que as colunas e entablamentos exteriores do templo eram bastante ortodoxas, possuindo similaridades com modelos áticos, especialmente no que se refere às suas proporções e silhueta¹³¹.

Ao tratar da ordem coríntia, Vitrúvio a relaciona a um contexto diferente daquele que usou para tratar das outras ordens, pois se a ordem dórica surgiu com Doro, filho de Heleno, e a ordem jônica surgiu nas colônias fundadas por Íon, a ordem coríntia surgiu da observação de Calímaco, que ao ver que um acanto tinha crescido sobre o túmulo de uma jovem e envolvido um cesto deixado lá por sua ama, resolveu construir colunas inspiradas nestas formas. Na obra de Vitruvius, a ordem coríntia se liga, assim, à renovação, ao renascimento, pois foi inspirada na vida (acanto) que surgiu sobre um túmulo. De acordo com McEwen:

Uma vez nomeada e localizada, a ordem coríntia não era mais apenas sobre Corinto, é claro, mas sobre Roma e sua missão civilizadora. A forma arquitetônica específica em que Vitruvius encapsula o renascimento da cidade poderia, então, passar a anunciar o renascimento de todo o mundo. Gerada por forças naturais, a ordem coríntia era a ordem da futura renovação, não,

¹³¹ Diferentemente das colunas do interior do templo, que segundo o autor, divergiam nitidamente desta ortodoxia (STAMPER, 2005: 136).

como as veneráveis ordens dórica e jônica, ordens do passado (MCEWEN, 2003: 220).

Estas belas colunas coríntias, assim como outras partes do Fórum e do Templo, eram construídas com materiais riquíssimos e, como vimos anteriormente, foram utilizados, neste complexo arquitetônico, ricos e diversificados mármore advindos de diversas partes do Império. Tamanha riqueza de materiais, juntamente com a vultosa soma de gastos empregada numa obra pública, destinada à população de Roma, deve ter gerado uma sensação de riqueza compartilhada, como se a glória conquistada pelo *Princeps* fosse repartida também entre seu povo, de modo que ao fazer parte da capital do Império, todos fossem também coparticipantes deste poder que o Imperador adquiriu sobre o mundo e que fazia questão de mostrar em seu Fórum.

Em uma escala urbana, o tamanho expansivo de Roma sinalizou a estatura elevada da cidade. A magnitude dos projetos de Augusto no início parecia ser contrária às tradições estabelecidas, mas foi prontamente aceita como um aprimoramento das formas familiares. Materiais caros sinalizaram ainda mais superioridade. Na cidade republicana apenas alguns edifícios haviam empregado mármore luxuosos; com a riqueza e a paz da Era de Augusto, pedras coloridas importadas fluíram para Roma. Como resultado, o *Princeps* teve a rara oportunidade de fazer uma mudança significativa na materialidade de uma paisagem inteira; ele se vangloriou: "Eu encontrei Roma de tijolos de barro, eu deixo uma cidade de mármore" (FAVRO, 2007: 254).

Na construção do seu Fórum, bem como do templo de Marte Vingador, Augusto se utilizou, como já mencionamos, de um padrão decorativo claramente inspirado no mundo grego e para ser mais exato inspirado na acrópole de Atenas do período Clássico. As menções arquitetônicas e decorativas a Atenas se liga, como acreditamos, a uma tentativa por parte de Augusto de relacionar aspectos e fatos de Roma sob seu governo, com aspectos e fatos de Atenas, pois tanto o apogeu de Atenas quanto o apogeu de Roma sob o governo de Augusto se deram após a vitória contra uma ameaça oriental. No caso grego, a vitória dos helenos, com importante participação dos atenienses, contra os Persas e no caso romano, a vitória contra os Partos e principalmente contra o Egito de Cleópatra e Marco Antônio (GALISNKY, 1998: 203). Tais grandiosas arquiteturas têm, portanto, o papel de demonstrar a vitória contra estas ameaças e a força e supremacia de Atenas e de Roma, cada uma em seu período.

Deste modo, passamos agora a mostrar as semelhanças que se estabelecem entre o Fórum de Augusto, juntamente com o Templo de Marte Vingador e os monumentos da Acrópole de Atenas. Para começar, o Partenon, templo dedicado à deusa Atena, foi construído entre 448 e 438 a.C. sob as ordens de Péricles, estrategista grego responsável pelo imperialismo ateniense na Liga de Delos, liga que tinha como

objetivo se preparar para possíveis ataques persas. Além disso, o templo foi construído para substituir o antigo templo de Atena que havia sido destruído pelos Persas em 480 a.C. Já aqui notamos a relação com o templo de Marte Vingador, pois assim como o Partenon se erguia para mostrar a grandeza da cidade de Atenas contra o inimigo persa, assim também se erguia o templo de Marte Vingador para demonstrar a força de Roma e do *Princeps* contra os ultrajantes inimigos da *Res Publica*, os assassinos de Júlio César, bem como para comemorar a reconquista dos estandartes romanos que estavam sob o domínio dos Partos.

Construído no estilo dórico e ricamente ornado de esculturas não só nos frontões e frisos como também nas métopas, o Partenon tinha em seu interior a famosa estátua da deusa Atena, esculpida por Fídias (Imagem 11). Segundo Maria Beatriz Florenzano:

Os materiais empregados foram escolhidos para ultrapassar todos os outros templos: todas as suas partes, inclusive as telhas, foram feitas de mármore, pintado de muitas cores, com inúmeros detalhes acrescentados em metal. Por isso, a sensação de ser esta construção uma verdadeira caixa de joias, um presente para Atena. Este é um edifício que inclui em seu projeto três espaços para receber esculturas arquitetônicas: as métopas, os frontões e os frisos. Além disso, a grande estátua [...] (de ouro e marfim) da deusa, colocada na cela do templo tinha toda a base esculpida, bem como as sandálias e o escudo (FLORENZANO, 2010: 6).

A estátua de Atena localizada na cela possuía mais de 10 metros de altura e era feita em ouro e marfim e proporcionava a quem a via um profundo reconhecimento da grandiosidade da deusa, principalmente quando esta era banhada pelos raios do sol nascente e se tornava ainda mais brilhante e dourada. É preciso lembrar que para os antigos as estátuas dos deuses eram os próprios deuses ali presentes. De modo semelhante, no interior do templo de Marte Vingador, muito provavelmente se encontravam as estátuas do *diuus* Júlio César, da deusa Vênus e ao centro a do deus Marte com sua couraça, seu escudo e o elmo (Imagem 12). Esta estátua de Marte, da forma como a conhecemos a partir de um relevo encontrado em Argel, que traz representações de Vênus, Marte e de César divinizado, foi inspirada na de Atena, de modo que as duas imagens remetem à postura guerreira, o que pode ser percebido pela couraça, o escudo e o elmo que ambas as estátuas exibem. Paul Zanker (2005: 236) chega mesmo a afirmar que “o elmo, decorado com esfinges e pégasos, é cópia do elmo da Atena Pártenos de Fídias”, além disso, ambas as imagens remetem também à vitória que se associa à paz, pois enquanto Atena traz em sua mão direita a imagem da Vitória alada, em Marte podemos visualizar nas abas sobre seus ombros cornucópias, símbolos

da abundância e de dias alegres e prósperos, sendo bastante usado no período augustano associado à Idade de Ouro. Além disso, de acordo com Karl Galinsky (1998: 111), as cornucópias se associam com outros símbolos como o globo e com a Vitória, sendo relacionado com atributos de Atena.

No que se refere ao frontão do Partenon, Florenzano (2010: 07) esclarece que no frontão oeste podia-se ver a mítica disputa entre Atena e Poseidon pela liderança da Ática, do qual Atena sai vitoriosa ao dar a oliveira de presente aos habitantes. Este frontão possuía ao centro os dois deuses que recuam para os lados diante do prodígio do nascimento da oliveira centralmente posicionada. De ambos os lados no frontão, personagens em pé ou sentados parecem assistir a cena. Já no frontão leste “via-se o nascimento da deusa diretamente da cabeça de seu pai, Zeus. Hefesto, o deus metalúrgico, aparece também como coadjuvante deste parto *sui-generis*” (FLORENZANO, 2010: 07). De um lado e de outro desta imagem central, os deuses olímpicos são representados legitimando, por sua presença, o nascimento de Atena.

Assim como Atena tem lugar de destaque no frontispício de seu templo, Marte figurava como personagem central no templo do Fórum, estando centralmente posicionado no frontispício, tendo Vênus, Fortuna, Roma e Rômulo como companheiros de cena, além de símbolos da paz (cornucópia) conseguida a partir da guerra (caracterizada pelo leme segurado pela Fortuna, simbolizando a vitória de Ácio, bem como pela pilha de armas sobre a qual Roma se encontrava sentada).

O outro templo da Acrópole de Atena que possui estreita relação com as imagens do Fórum de Augusto é o Erecteion. A Acrópole, como um todo, serviu de inspiração para a construção do Fórum, de modo que “o Fórum augustano era o equivalente da Acrópole para expressar, através da arquitetura e sua decoração, a grandeza e o sentido do Império” (GALINSKY, 1998: 203). O Erecteion, construído entre 421 e 405 a.C., tinha como objetivo acolher a antiga imagem da deusa Atena bem como permitir sua associação a diversos mitos sobre a deusa.

Este templo, que ainda se encontra bem conservado, possui uma planta singular, pois é constituído de diversos lugares sagrados, de modo que um pórtico se projeta de cada lado do Erecteion, a norte e a sul, no extremo oeste do bloco central. Segundo Pierre Leveque (1985: 174), este templo era o receptáculo das mais velhas relíquias da cidade, possuindo um enorme valor simbólico e mítico. De acordo com D. S. Robertson (1997: 150) “no que toca ao acabamento jamais esse templo foi superado.

Era profusamente decorado, com ornatos entalhados e através do calculado contraste entre negrume do calcário eleusino e o mármore branco”.

Os três espaços que o templo possui, bem como sua singularidade arquitetônica, são reflexos das crenças da sociedade que o construiu, de modo que podemos ver em sua planta singular (Imagem 13) uma relação estreita com os mitos de então, percebendo assim que na Grécia, bem como nas recomendações de Vitrúvio, como já vimos, a arquitetura possuía relação com a mitologia, por exemplo, quando o mito justificava uma determinada regra ou característica arquitetônica, ou quando explicava a origem de determinada tipologia, ou mesmo pelo fato de que a representação dos mitos possuía lugar de destaque na arquitetura. Pensando nisso, devemos relatar, mesmo que rapidamente, estes mitos que se relacionam com a planta e características do Erecteion, para depois estabelecer em que medida o Fórum de Augusto se inspirou nesta construção.

De acordo com a lenda, o deus Hefesto apaixonado pela deusa virgem Atena, persegue-a e no momento em que a deusa luta para se soltar de seu abraço ele a molha com seu sêmen. Atena enojada se limpa com um pedaço de lã que ao cair no chão fecunda a terra que dá à luz Erectônio. Atena recolhe a criança e considera-o como filho, mas para criá-lo sem o conhecimento dos outros deuses, ela fecha-o em uma caixa que confiou às filhas de Cécrops, rei de Atenas. Aglauro, uma das três irmãs, abre a caixa e vê o bebê guardado por duas serpentes e enlouquecida se joga do penhasco da Acrópole. Atena então cuida do filho em seu santuário e ele mais tarde recebe o poder de Cécrops, sucedendo-o (GRIMAL, 2009: 62). Outra lenda que influencia na singularidade do Erecteion é a que conta a disputa da Atena e Poseidon sobre a liderança na Ática, quando cada um oferece algo ao povo para que este o escolha como divindade protetora da cidade. Poseidon com seu tridente faz brotar do chão uma fonte de água salgada, mas quem sai vitoriosa é Atena que faz brotar do chão uma oliveira. A relação que pode ser percebida entre estes mitos e a arquitetura do Erecteion é, primeiramente, o fato de o próprio nome do templo fazer alusão ao filho de Atena, Erectônio, e ter sido construído em cima do lendário túmulo de Cécrops. Além disso, de acordo com Fernand Robert (1988: 65-67), Atena e Poseidon dividiam o templo de tal modo que cada um tinha um espaço no interior da construção central (esta possuía quatro espaços distintos). Além disso, na parte oeste deste templo havia janelas de onde poderia se avistar a cisterna com a água que Poseidon fez brotar e a oliveira sagrada, presente de Atena.

Tanto o pórtico da estrutura central como o pórtico norte possuem colunas jônicas, que sustentam a arquitrave, friso e frontão, sendo que as colunas do pórtico norte são muito mais delgadas e altas pelo fato deste pórtico se localizar num plano mais baixo que o pórtico central e o pórtico sul. O pórtico sul ou pórtico das donzelas consiste em um entablamento baixo e sem frisos, sustentado por seis Cariátides. Estas Cariátides (colunas em forma de mulher) possuem ligação com os ritos que ocorriam na Acrópole, pois em um dos festivais religiosos de Atenas, algumas sacerdotisas saíam do Erecteion em direção ao santuário de Afrodite (no norte da Acrópole) portando sobre a cabeça uma corbelha (espécie de cestinho) contendo objetos sagrados. No Erecteion, o pórtico das Cariátides “portando corbelhas à guisa de capitéis, protege essa passagem secreta” (ROBERT, 1998: 67).

Réplicas perfeitas destas Cariátides figuravam no Fórum de Augusto, no piso superior do pórtico, sob o qual ficavam os *summi viri* (Imagem 14). De acordo com Zanker:

O Fórum de Augusto oferece os mais belos exemplos (de referências a ornamentos clássicos) com suas cópias minuciosas e a exata medida das Cariátides do Erecteion, que se encontravam acima das colonatas. Porém, mesmo no templo foram descobertas numerosos exemplos de referências a Atenas. O perfil das bases das colunas, por exemplo, copiam aquele que se encontra no Propileo da Acrópole e um capitel jônico é uma réplica de um do Erecteion (ZANKER, 2005: 299-300).

Além disso, assim como as Cariátides do Erecteion se relacionam, como mencionamos, com cultos ancestrais, com Erectônio e com Cécrops, o primeiro rei lendário de Atenas, “as Cariátides do Fórum augustano acompanhavam, no piso superior, as estátuas dos ancestrais romanos, começando com o mítico primeiro rei de Roma, que foi disposto ao nível do solo das colonatas e êxedra” (GALINSKY, 1998: 203). As cariátides ainda emolduravam quadrados nos quais se localizavam, de modo centralizado, a representação de escudos com a cabeça de Júpiter e outras cabeças masculinas (Imagem 10).

Os escudos abrangem diversas referências. Eles lembram a tradição romana da representação de cabeças de ancestrais em escudos. Esta representação também desempenhou um papel na apresentação do *clupeus uirtutes* para Augusto, as virtudes inscritas sobre ele também eram comemoradas pelos exemplos virtuosos (*summi uiri*) no nível baixo dos pórticos (GALINSKY, 1998: 207).

Outra característica de fundamental importância no que se refere às colunas em forma de mulher é a explicação que Vitruvius dá para a construção de colunas neste formato, pois de acordo com este autor a origem deste estilo de coluna em forma de

mulher provém da representação de prisioneiras de guerra de Cária (as Cariátides) e visa deixar um exemplo à memória futura, pois:

Cária, cidade do Peloponeso, tomou o partido dos inimigos persas contra a Grécia. Mais tarde, os gregos, libertados gloriosamente da guerra através da vitória, por comum conselho declaram guerra aos carianos. E assim, conquistado o ópido, mortos os homens, destruída a cidade, levaram as matronas para a escravidão. Não lhes permitindo depor nem as sobrevestes nem os adornos de mulheres casadas, de modo que, assim, não apenas seriam conduzidas, em conjunto, no cortejo triunfal, como também se manteriam como eterno exemplo de servidão, oprimidas por grave humilhação, pareceriam suportar as penas da cidade. Por esta razão, arquitetos que então viveram desenharam para edifícios públicos as imagens delas colocadas a suportar peso, a fim de que também dos vindouros fosse conhecido o erro e o castigo dos cariates, e assim fosse transmitido à memória futura¹³² (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. 1. 5).

Neste importante trecho, Vitrúvio nos explica a razão de existirem colunatas em forma de mulher, esclarecendo a origem de tais colunas. De acordo com sua explicação, estas colunas seriam a representação das mulheres de Cária, cujos maridos teriam se aliado ao inimigo persa contra a Grécia, de tal modo que após a derrota de Cária, as cariátides foram levadas para escravidão sem lhes ser permitido depor nem as sobrevestes nem os adornos de mulheres casadas, parecendo suportar as penas da cidade. A partir deste acontecimento, os arquitetos teriam começado a fazer estas colunas em forma de mulher, que ao suportar sobre as cabeças o peso da arquitrave e das demais partes acima delas, simbolicamente estariam suportando o peso da escolha de seu povo e do castigo a elas infligido. Tais representações deviam manter este acontecimento na memória das futuras gerações, servindo de exemplo a todos.

A menção a este tipo de coluna no *De Architectura*, num livro em que Vitrúvio não estava tratando sobre templos, tipos de coluna, ou coisas do tipo¹³³, não é por acaso, pois como temos tratado ao longo do trabalho, Vitrúvio em sua obra reverencia os gregos e seus feitos e, além disso, se ligou de modo claro à política de Augusto, que desde o princípio de seu governo propagou sua imagem como a de um governante preocupado em salvaguardar as tradições e os costumes romanos, protegendo Roma dos

¹³² Carya, civitas Peloponnensis, cum Persis hostibus contra Graeciam consensit. Postea Graeci per victoriam gloriose bello liberati communi consilio Caryatibus bellum indixerunt. Itaque oppido capto, viris interfectis, civitate deflagrata matronas eorum in servitutem abduxerunt, nec sunt passi stolas neque ornatus matronales deponere, non uti una triumpho ducerentur, sed aeterna, servitutis exemplo gravi contumelia pressae poenas pendere viderentur pro civitate. Ideo qui tunc architecti fuerunt aedificiis publicis designaverunt earum imagines oneri ferendo conlocatas, ut etiam posteris nota poena peccati Caryatium memoriae traderetur.

¹³³ Vitrúvio trata sobre as cariátides no primeiro livro de sua obra, ao falar sobre a importância da história na formação do arquiteto e exemplifica dizendo que o conhecimento da história permitiria ao arquiteto, quando interrogado, explicar a razão de determinados ornatos nas suas obras. É neste momento que ele traz a explicação da origem das cariátides, num momento em que não estava tratando especificamente sobre edificações, mas sim acerca da formação ideal do arquiteto.

perigos relacionados com o Oriente, quando, por exemplo, lançou guerra contra Cleópatra, ou mesmo quando, após a vitória de Ácio, demonstrou uma preocupação especial com relação aos cultos estrangeiros, de modo a reafirmar sua aliança perene com as mais antigas tradições romanas e gregas, bem como seu repúdio por crenças egípcias. Com relação a este aspecto Suetônio afirma que:

Quanto aos cultos estrangeiros, respeitou os antigos e assimilados há muito, votando os demais ao desprezo. O fato é que, iniciado em Atenas e, em seguida, deliberando no tribunal de Roma a respeito dos privilégios dos sacerdotes de Ceres Ática, preferiu dissolver a assembleia e o ajuntamento dos conselheiros e dar seguimento ao processo sozinho quando começaram a revelar certas práticas mais secretas. Em contrapartida, não apenas se eximiu de sair um pouco da rota prefixada para ver Ápis no Egito como parabenizou seu neto Caio, por não ter suplicado em Jerusalém ao percorrer a Judéia¹³⁴ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus, XCIII).

Dion Cássio (*História Romana*, LI. 16. 5) também menciona algo sobre este acontecimento, quando diz que Augusto não apenas recusou-se a estar na presença de Ápis, divindade cultuada no Egito sob a forma de um boi, como também teria dito que estava acostumado a adorar deuses e não gado. Junto a isso, outra decisão sua demonstrou mais uma vez sua postura perante os cultos egípcios, pois ele baniou os ritos egípcios de dentro do *pomerium*, de modo que ficou proibida a existência de templos para Ísis no interior deste recinto sagrado.

[...] a restauração religiosa de Augusto se declarava contrária à presença invasora dos cultos orientais. Que contraste se aprecia entre a decisão tomada por Otaviano, Antônio e Lépido no ano de 43 a.C. de construir um templo oficial a Ísis e Serápis, e a ordem que em 28 a.C. deu o próprio Augusto, proibindo a existência de capelas privadas das divindades egípcias no interior do *pomerium*! (BAYET, 1956: 189).

Se por um lado demonstrou desprezo por estes rituais egípcios, por outro demonstrou sua simpatia às tradições religiosas gregas, o que pode ser percebido, entre outras coisas, pelo fato de ter se iniciado nos mistérios de Elêusis, bem como pelo fato de ter construído seu Fórum e o templo de Marte Vingador, incluindo em seu padrão decorativo diversas referências, e mesmo cópias fieis, de ornatos presentes na Acrópole de Atenas, em especial nos templos.

Deste modo, acreditamos que a menção às cariátides, feita por Vitruvius, se relacionava a esta postura de Augusto, de rechaçar o perigo associado ao Oriente, seja o

¹³⁴ Peregrinarum caerimoniarum sicut ueteres ac praeceptas reuerentissime coluit, ita ceteras contemptui habuit. Namque Athenis initiatus, cum postea Romae pro tribunali de priuilegio sacerdotum Atticae Cereris cognosceret et quaedam secretiora proponerentur, dimisso consilio et corona circumstantium solus audiit disceptantes. At contra non modo in peragrande Aegypto paulo deflectere ad uisendum Apin supersedit, sed et Gaium nepotem, quod Iudaeam praeteruehens apud Hierosolymam non supplicasset, conlaudauit.

de Cleópatra no Egito, seja o dos Partos, de modo que percebemos um imaginário compartilhado, independente de pensar se a menção de Vitruvius às cariátides influenciou a construção deste tipo de coluna no Fórum¹³⁵, ou se a construção das cariátides no Fórum influenciou a escrita de Vitruvius. Seja como for o importante é percebermos esta relação e a aproximação entre o *De Architectura* e as construções empreendidas por Augusto.

Creemos, desta forma, que as cariátides que figuravam tanto no Erecteion, quanto no Fórum de Augusto, serviriam para exemplificar a vitória contra a ameaça oriental e a humilhação dos vencidos, que agora eram representados suportando “as penas da cidade”, deixando para as futuras gerações um exemplo, retratado em pedra, da grandeza de seus idealizadores, ou seja, as cariátides presentes no Fórum ligavam Roma à Atenas, demonstrando que assim como Atenas tinha derrotado a ameaça oriental persa, Roma por sua vez tinha derrotado a ameaça oriental egípcia e parta.

O ponto alto de vitória de Atenas, foi sem dúvida, a dramática repulsa naval das forças persas em Salamina, no ano de 480 a.C. Tal vitória foi associada por Augusto à sua própria vitória naval em Ácio, no ano de 31 a.C.. De modo tal que nas festividades em comemoração a seu novo Fórum, ele realizou uma sensacional *naumachia* (BOWERSOCK, 2002: 174). Um espetáculo numa escala sem precedentes encenava a batalha entre atenienses e persas, ocorrida em Salamina. Sobre este grande espetáculo Augusto declara:

Ofereci ao povo um espetáculo de batalha naval em um local do outro lado de Tibre, onde agora se encontra o bosque dos Césares. Para isso o solo foi escavado no comprimento de mil e oitocentos pés e na largura de mil e duzentos. Neste espetáculo, enfrentaram-se trinta navios com esporões, trirremes ou birremes, e mais embarcações menores. Nessas esquadras, lutaram, além dos remeiros, cerca de três mil homens¹³⁶ (*Res Gestae Divi Augusti*, XXIII).

Percebemos pela fala do próprio Augusto a grandiosidade deste espetáculo, que demandou muito trabalho, preparação e gastos. De acordo com Haselberger (2007: 194), para que este projeto tenha sido terminado a tempo, é improvável que tenha começado muito depois de 7 a.C..

A *naumachia* ocorrida nas festividades em comemoração à inauguração do Fórum de Augusto é o último aspecto no qual ressaltamos a referência de Augusto às

¹³⁵ Devemos lembrar que havia também cariátides no Panteão de Agripa, concluído no ano de 27 a.C.

¹³⁶ *Navalis proeli spectaclum populo dedi trans Tiberim in quo loco nunc nemus est Caesarum, cavato solo in longitudinem mille et octingentos pedes, in latitudinem mille et ducenti, in quo triginta rostratae naves triremes aut biremes, plures autem minores inter se conflixerunt; quibus in classibus pugnaverunt praeter remiges millia hominum tria circiter.*

imagens, tradições e acontecimentos relacionados com o mundo ático, e mais precisamente com a Atenas do período Clássico. Segundo Galinsky (1998: 203), tanto o ponto alto de Atenas, quanto o de Augusto, veio depois que uma ameaça do leste foi decisivamente derrotada. Ácio assim poderia ser vista como outra Salamina e a suntuosa encenação da batalha naval em 2 a.C. foi uma sugestão pública desta equação.

Após termos tratado com maior atenção sobre o Fórum de Augusto e o templo de Marte Vingador, quando demonstramos em que medida tais construções foram inspiradas principalmente na arquitetura e no padrão decorativo da Acrópole de Atenas, associando, assim, Roma e sua vitória contra o Oriente com a Vitória de Atenas contra os Persas, passamos agora a tratar, na próxima parte, acerca da relação que a arquitetura teve com relação à memória, cujo objetivo era perpetuar um aspecto exemplar não só do passado, mas do próprio Augusto e de seus feitos. Vemos a seguir de que modo a arquitetura foi vista pelo *Princeps* e por Vitrúvio como importante instrumento para se conseguir perpetuar e imortalizar o nome e os feitos do Imperador, inscrevendo-o na memória das futuras gerações. Vemos também de que modo Vitrúvio buscou fazer o mesmo com seu próprio nome.

3.3. Augusto e Vitrúvio: perpetuação pela memória

Nas páginas precedentes, tratamos a respeito da arquitetura do Fórum de Augusto e do templo de *Mars Ultor*, relacionando tal complexo arquitetônico com a obra de Vitrúvio, bem como demonstrando em que medida Augusto se inspirou em referenciais helenísticos e principalmente gregos (da Atenas Clássica) para a construção e decoração tanto do Fórum quanto do Templo. Tal inspiração, a nosso ver, demonstra um processo de helenização compartilhado por Augusto e Vitrúvio, que demonstram, um em seus monumentos e o outro em sua obra, o valor e a admiração que possuíam com relação aos feitos dos antigos, gregos e romanos, bem como com relação às cidades helenísticas. Falta, no entanto, tratarmos de mais alguns aspectos dos quais apenas sinalizamos ao longo de nosso trabalho e que passamos a tratar a partir de agora.

Primeiramente, devemos dispor com maior atenção a relação que a arquitetura possuía com a memória, em especial a arquitetura do Fórum de Augusto que detinha dentre suas características a de ser um lugar de memória. Para trabalharmos a noção de que a arquitetura se constituía como um lugar de memória, um lugar onde se representava uma memória que se queria coletiva e compartilhada, nos utilizamos neste

trabalho do conceito de memória definido por Joël Candau (2011: 09) no livro intitulado *Memória e Identidade*, no qual vê a memória como sendo “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, de modo tal que não é correto crer que a memória teria a capacidade de trazer para o presente as experiências do passado conservadas e recuperadas em toda sua integridade. Este conceito é de extrema pertinência e reflete com nitidez e clareza as práticas existentes na Roma de Augusto, que soube se utilizar de modo bastante eficaz deste passado continuamente atualizado em prol de uma reconstrução que lhe favorecesse.

Candau (2011: 23-24) faz uma diferenciação da memória em três tipos: a primeira, denominada protomemória¹³⁷, está relacionada com os “saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade, [...] é uma memória imperceptível, que ocorre sem tomada de consciência”; a segunda é a memória propriamente dita, relacionada às recordações ou lembranças; e a terceira é conhecida por metamemória, que é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, [...] metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva.” Enquanto representação, a metamemória pode ser relacionada, em nível de sociedade, com a expressão *memória coletiva*, ou seja, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Deste modo, quando tratamos de memória neste trabalho nos referimos à metamemória relacionada ao grupo, ou seja, às representações relacionadas com a memória que alguns indivíduos da sociedade romana produziram acerca de uma memória que seria compartilhada por uma maioria, memória esta extremamente ligada com a história e com a mitologia. Nesta perspectiva, o Fórum de Augusto, assim como outros importantes monumentos construídos sob seu governo, tinha o importante papel de resguardar e propagar uma memória efetiva e comum ou uma memória criada por meio da manipulação de um substrato já existente. Além disso, tais monumentos ao se perpetuarem pela eternidade na memória de todos, perpetuariam também o nome de seu idealizador, bem como seus feitos notáveis, como se expressa Vitruvius ao dizer: “[...] verifiquei que edificaste e edificas no momento presente muitos monumentos e no futuro te preocuparás com edifícios públicos e privados, para que sejam entregues à

¹³⁷ O autor relaciona a protomemória com o conceito de *habitus*, de Bordieu, no qual o passado não é representado, mas age pelo corpo. Sendo, portanto, enquanto experiência incorporada, uma presença do passado e não uma memória do passado.

memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis”¹³⁸ (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 3).

Este trecho de sua obra é significativo, pois demonstra a relação existente entre a arquitetura e a memória, tanto quanto demonstra a preocupação de Vitrúvio e de Augusto com relação a este aspecto. Nele podemos ver, em primeiro lugar, a figura do arquiteto atento, que conhecedor da importância das grandes obras arquitetônicas para a perpetuação do nome de seu idealizador e de seus grandes feitos buscou se ligar ainda mais ao seu governante, ao *Imperator Caesar*, dedicando-lhe seus escritos sobre arquitetura. Percebemos ainda neste trecho a ação de Augusto enquanto construtor de grandes monumentos, pois, segundo Vitrúvio, Augusto edificou, edificava e continuaria edificando muitos monumentos, para que fossem entregues à memória das futuras gerações.

Duas memórias complementares estão em ação aqui. Uma delas, a da posteridade, deve ser equipada com edifícios que localizam as realizações do construtor, que, sem tais *loci* para dar-lhes substância, seria levado ao esquecimento, [...]. A outra memória pertence ao próprio construtor – Augusto. A primeira, a memória da posteridade, Vitrúvio indica, precisa do segundo, [...] (MCEWEN, 2003: 87).

Vemos deste modo o importante papel desempenhado pelos monumentos augustanos de resguardar e imortalizar uma memória modelada por Augusto para atender a seus interesses. Uma memória em certa medida selecionada pelo Imperador e seu grupo de apoio, visto que em seu Fórum ele se utiliza de uma decoração que liga sua vitória contra as ameaças orientais à vitória dos atenienses contra os Persas, além de se utilizar da mitologia para mostrar-se descendente de uma linhagem divina. Os monumentos augustanos, e em especial o seu Fórum, funcionavam, assim, como um lugar de memória, um local onde o passado deveria ser perpetuado. Essa é, de fato, a função de um *monumentum*, pois segundo Jacques Le Goff:

O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]. Mas desde a antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

O *monumentum* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1996: 535).

¹³⁸ [...] animadverti multa te aedificavisse et nunc aedificare, reliquo quoque tempore et publicorum et privatorum aedificiorum, pro amplitudine rerum gestarum ut posteris memoriae traderentur, curam habiturum.

Neste aspecto cabe ressaltar que, enquanto lugar de memória, a arquitetura e mais precisamente as representações imagéticas aí presentes (sejam elas bidimensionais ou tridimensionais) tinham como uma de suas finalidades aquela de fazer recordar, e a recordação é, segundo Hannah Arendt (2003: 72-78), a capacidade de tornar algo permanente, de modo que confere imortalidade aos feitos realizados pelos homens.

[...] imortalidade é o que os mortais precisam alcançar se desejam sobreviver às coisas que o circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo. [...] A História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDT, 2003: 78).

E são justamente estes feitos memoráveis que ganham lugar de destaque na arquitetura, permitindo a quantos queiram se lembrar dos feitos de seres reais ou míticos que os precederam e que inscreveram seu nome entre aqueles de fama imortal, evitando assim que seus feitos e nomes fossem esquecidos. Além disso, esta memória, que encontrou lugar na arquitetura, modelava o homem e era por ele modelada (CANDAUI, 2011:16). Modelava o homem, pois permitia que este visualizasse, por exemplo, os mitos e as histórias que conhecia desde criança, podendo contribuir mesmo para sua formação identitária, visto que a arquitetura possuía um aspecto pedagógico, um valor didático. E era pelo homem modificada, pois este podia manipulá-la e usá-la de acordo com seus interesses políticos, por exemplo ao ressaltar na arquitetura determinadas histórias ou variantes de mitos em detrimento de outras, o que pode ser visto no Fórum de Augusto.

Percebemos na iconografia presente no Fórum a relação que Augusto criou entre ele e uma linhagem divina, ligando-se à história de Roma e a personagens como Eneias, Rômulo, Marte e Vênus. Tal relação que já havia sido propagada por diversos meios e que possuía sua maior expressão na *Eneida*, de certo modo, se materializava agora, de modo mais completo, no Fórum de Augusto, onde percebemos claramente a utilização de um passado mítico. De acordo com Scheid (2003:128), a utilização do mito de Tróia, no governo de Augusto, serviu diretamente aos seus interesses políticos e religou a história de Roma àquela da Grécia mítica.

Zanker (2005: 233) ressalta que o mais decisivo no programa iconográfico do Fórum de Augusto, no que se refere à parte mitológica, foi a combinação entre o mito de Tróia e a lenda de Rômulo, em tal medida que, do modo como Virgílio a havia grafado, Augusto era o principal representante de uma linhagem divina que possuía

Marte e Vênus como antepassados, já que Eneias, filho de Anquises e Vênus, era visto com um dos mais importantes antepassados da *gens Iulia*, visto que ele era o pai de Ascânio/Iulo que, como se dizia, havia fundado a cidade de Alba Longa. Desta linhagem descendia Reia Silvia, que seduzida por Marte, engravidou e deu à luz os gêmeos Rômulo e Remo, sendo Rômulo o fundador de Roma e seu primeiro Rei.

Estes ilustres personagens possuíam no Fórum lugar de destaque. A começar pelas imagens dos deuses Marte e Vênus, que possuíram, ao que tudo indica, lugar de destaque tanto no frontispício do templo como no interior do mesmo, através de suas estátuas cultuais. Além disso, nos pórticos e nas êxedras localizadas mais próximas ao templo, figuravam as estátuas de importantes personalidades da história romana.

Como ainda pode ser visto nas ruínas do Fórum (Imagem 15), as êxedras possuíam dois andares e tinham nichos entre as pilastras em ambos os níveis. O nicho central, em cada uma das êxedras, era maior do que os outros, tanto em largura quanto em altura, e, como é universalmente aceito, continham as estátuas de Eneias carregando Anquises e segurando a mão de Ascânio, na êxedra noroeste, e a de Rômulo levando a *spolia opima*, na sudeste. Além disso, os descendentes da *gens Iulia* estavam alinhados no lado de Eneias, e os *summi uiri* de Roma ao lado de Rômulo. Os restos claramente visíveis da êxedra nordeste não deixam dúvidas quanto ao número de nichos em ambas: havia quinze nichos no andar térreo, ou seja, à direita e à esquerda de cada uma das grandes esculturas centrais, nos nichos maiores havia sete figuras de cada lado. Quanto ao segundo andar, ele também foi organizado em grupos de sete nichos (GEIGER, 2008: 99-101)

Percebe-se, portanto, a estreita relação da construção do Fórum de Augusto com sua política que sabia unir o engrandecimento da capital do Império através das obras públicas, com a valorização do passado e das tradições dos antepassados, o *mos maiorum*, manipulando a memória e as representações imagéticas desta memória e do imaginário de sua época, conseguindo com isso ligar a sua história com o passado mítico de Roma, estabelecendo um elo entre presente, passado e futuro, além de fazer alusões diretas às construções gregas.

Augusto se apropriou do passado de modo a recriar uma história na qual o seu nome e o de sua família estivessem diretamente ligados a uma linhagem de origem heroica, se ligando a Marte e Vênus, a Eneias, Rômulo e Remo, dentre outros. De acordo com Louise Revell (2009: 104-107), Augusto usou a iconografia de seu Fórum

como um caminho para recriar uma história de Roma que respondesse a suas necessidades políticas:

Além disso, assim como Augusto criou um passado mítico para reforçar seu próprio poder político, a adoção daqueles mesmos mitos como um patrimônio comum pelo povo do Império ainda recriou este poder. Mitos tais como aquele de Rômulo e Remo vieram a simbolizar um sentido compartilhado da história, ao mesmo tempo mantendo a aura do poder imperial (REVELL, 2009: 107).

Percebemos no governo de Augusto e em seus monumentos a posição privilegiada conferida aos mitos de Tróia e de Rômulo, mitos que contavam a origem do povo romano, de suas instituições e de seus líderes. Para Scheid (2003:136-137), esta preferência se deu por alguns motivos; primeiramente, porque este tema mitológico permitiu a um grande número de romanos, e particularmente cidadãos romanos, participar neste processo de reflexão. Em segundo lugar, porque esta restrição está de acordo com a inclinação romana pela mitologia que focava temas históricos, patrióticos e institucionais. E por fim, porque as narrações míticas faziam parte do círculo das operações simbólicas, pois mesmo havendo aqueles que duvidavam da veracidade dos mitos, esta não era uma condição *sine qua non* para a eficácia do gênero. O autor conclui declarando sua opinião de que a mitologia do período augustano cumpriu uma função social e intelectual ativa.

Com a utilização dos mitos em seus monumentos, o Imperador recriou uma história de Roma que culminava de modo glorioso em seu governo, no entanto, mais do que recriar o passado com a vinculação de sua história com a história de Roma, Augusto a conectou com o presente e o futuro do Império. Ele se esforçou em demonstrar que consigo o futuro seria um tempo de harmonia e progresso, de paz e prosperidade, enfim de grandiosidade e de glória. A política de Augusto foi, por assim dizer, uma política que unia o passado glorioso a um futuro de glórias, o que foi percebido por Vitrúvio quando afirma que o Imperador edificou e continuaria edificando obras públicas para que fossem entregues à “memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 3).

O período augustano não era somente um período de reforma, de renascimento e de reconstrução, mas também em grande medida um tempo que olhava para trás e pensava sobre as conquistas e deficiências do passado. Nenhuma reorganização satisfatória do Estado e da sociedade poderia ter lugar sem considerar os homens e os princípios éticos que tinham feito da República algo grande [...]. Sem ser consciente do passado, não era possível nem reconhecer as grandes realizações do presente, nem perceber que no futuro não poderia existir o retorno aos erros do passado (GEIGER, 2008: 35).

O Fórum de Augusto se transformava, assim, numa verdadeira lição visual da história e da grandeza de Roma. Sob esta perspectiva, Geoffrey Sumi (2008: 245) defende que a restauração e valorização do passado, demonstradas pelo *Princeps*, tiveram força ainda maior na topografia da Roma de então, onde a lembrança do *status* de cidade como capital de um Império mundial era visível em toda parte, e que talvez o efeito esperado por Augusto fosse o de uma “demonstração que a Roma dele era a ligação entre a gloriosa Roma do passado e seu futuro próspero”.

Desta forma, ao conter as representações públicas de uma memória forte, por vezes manipulada e supostamente compartilhada pela coletividade, o Fórum de Augusto representou claramente uma importante característica que a arquitetura, especialmente dos edifícios públicos, possuía na Antiguidade, qual seja a de funcionar como lugar de memória, um lugar onde a memória era conservada, onde a memória trabalhava, de modo que fosse evitado o esquecimento.

Na obra de Vitrúvio, percebemos a relação que este estabeleceu com o passado, lugar onde se deveria buscar a inspiração e os modelos e referências para uma arquitetura que dignificasse ainda mais a *Urbs*. Nesta busca de inspiração através do que os antigos transmitiram destacam-se principalmente as instruções e teorias desenvolvidas pelos gregos antigos, pelo menos no que se refere à arquitetura de templos, sendo que as demais construções estavam mais livres da teoria grega e mais relacionadas aos costumes itálicos de construção, como, por exemplo, na edificação de fóruns, do qual tratamos anteriormente.

Augusto se utilizou das representações da memória, ligando-se a ela e tornando-a uma memória cada vez mais forte, ou seja, uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo” (CANDAU, 2011: 44) e que pode ser, depois de reformulada, memorizada coletivamente, pois se assenta e se enraíza em uma tradição cultural, qual seja, a da glorificação e elogio dos heróis e de suas linhagens. Assim como a escrita possibilitou a estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira mais eficaz que a transmissão oral¹³⁹, a arquitetura monumental possibilitava o mesmo e permitia a socialização da memória, ou seja, sua difusão para um maior número de pessoas por todo o Império. Deste modo, a monumentalidade do Império conseguida através da arquitetura inscreveria o nome de seu idealizador, neste caso

¹³⁹ Ideia defendida por Candau (2011:107-108), para quem a tradição escrita também facilitou o “trabalho dos portadores, guardiões e difusores da memória”, permitindo a socialização da mesma.

Augusto, na memória das futuras gerações, pois perpetuaria e imortalizaria os feitos deste soberano.

Augusto tinha que certificar-se, seguindo Vitruvius ainda mais, que a construção de seus monumentos devia permitir à grandeza de seus feitos sobreviver na memória da posteridade; ele tinha que certificar-se que, em adição ao que ele já tinha construído e estava construindo, sua preocupação tanto com edifícios públicos quanto privados permanecia ativa para o futuro (HASELBERGER, 2007: 28).

Augusto soube, portanto, utilizar a arquitetura monumental em proveito da valorização de sua imagem, percebendo e se utilizando do papel da arquitetura enquanto um lugar de memória.

A razão fundamental de ser de um lugar de memória, observa Pierre Nora, ‘é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte’. [...] A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: ‘toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer’. Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha (CANDA, 2011:156-157).

No *De Architectura*, Vitruvius enaltece a preocupação de Augusto pela construção de edifícios públicos e privados, deixando claro para o Imperador sua certeza de que a construção de monumentos ajudava a perpetuar o nome e os feitos daquele por trás de tais construções, de modo que inscrevia seu nome na memória das futuras gerações, como um exemplo a ser seguido. Mas Vitruvius vai além, pois não somente relaciona a arquitetura com a memória, como busca também colocar seu próprio nome na memória dos vindouros, através de seus escritos. É interessante percebermos em trechos de sua obra esta sua intenção, de tal modo que assim como Augusto se tornou grande e seria imortalizado, dentre outras coisas, através de seus feitos e empreendimentos arquitetônicos, Vitruvius buscava também se tornar grande (guardada as devidas proporções) e ter seu nome imortalizado a partir de sua obra e de sua ligação com o Imperador e com os que o cercavam.

Para percebermos esta intenção de Vitruvius, é interessante que relacionemos aqui alguns trechos de sua obra, principalmente dos prefácios. De fato, cremos que principalmente os seis primeiros prefácios estão de certo modo relacionados, de tal forma que podemos mesmo perceber um crescente no pensamento de Vitruvius, estabelecendo uma linha de raciocínio na qual ele se expressou e se direcionou ao Imperador.

Deste modo, vejamos novamente um pouco a respeito destes seis primeiros prefácios, estabelecendo desta vez a relação que percebemos entre eles, de modo a

culminar na importante questão da memória no relato vitruviano. No primeiro prefácio, Vitrúvio se dirige ao Imperador, dedicando-lhe seus escritos e justificando o motivo de tê-lo feito, enaltecendo a “divina mente” de Augusto que, senhor do mundo, após ter vencido os inimigos e livrado o povo romano do temor, engrandeceu o Império, juntamente com as províncias, através da “egrégia autoridade dos edifícios públicos”, construções que seriam entregues à “memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I. Pr. 1-3).

O Vitrúvio e o Augusto do primeiro prefácio são substituídos no segundo por Alexandre e Dinócrates, em tal medida que se percebe claramente a relação que Vitrúvio estabeleceu entre Augusto e Alexandre, como já vimos, de forma que Vitrúvio busca demonstrar que assim como a ligação entre Alexandre e Dinócrates foi boa para ambos, a dele e de Augusto também seria, pois sua obra ajudaria Augusto em sua empreitada de engrandecer Roma através da arquitetura (VITRÚVIO. *De Architectura*, II. Pr. 1-5).

Depois de demonstrar a importância da recomendação do Imperador com relação ao arquiteto, enfatizando estar à disposição de Augusto e esperando sua recomendação “através dos méritos da ciência e de seus escritos”, Vitrúvio, no terceiro prefácio, ressalta mais uma vez a importância da recomendação para a vida do artista, esclarecendo que para os artistas oferecerem sua arte, os mesmos deveriam ter “abundância de dinheiro”, estar integrados em “escolas de reconhecida antiguidade”, e possuir prática forense, eloquência e a autoridade dos estudos. Além disso, Vitrúvio esclarece que dentre os antigos pintores e escultores, aqueles que “tiveram mérito reconhecido e o benefício da recomendação permaneceram em eterna memória para a posteridade”, exaltando mais uma vez a importância da recomendação para que o arquiteto tivesse seu nome imortalizado. Assim, tanto o arquiteto recomendado quanto o patrono por trás dos grandes empreendimentos teriam seus nomes perpetuados na memória das futuras gerações (VITRÚVIO. *De Architectura*, III. Pr. 1-2).

No quarto prefácio, Vitrúvio deixa claro a Augusto a importância de seus escritos e, é claro, de si mesmo, pois esclarece que diferentemente de outros que escreveram preceitos e livros sobre arquitetura de modo esparso, não ordenados e apenas principiados, ele escrevera, e apresentava ao *Imperator Caesar*, o *corpus* da arquitetura (VITRÚVIO. *De Architectura*, IV. Pr. 1).

No entanto, como ele busca esclarecer no quinto prefácio, escrever a respeito da arquitetura é uma tarefa um tanto quanto perigosa, pois diferente das histórias ou

poesias, que entretêm os leitores facilmente, os escritos sobre arquitetura possuem vocábulos que trazem “obscuridade à linguagem, por não serem de uso comum”, de modo que se faz necessário que os preceitos sejam “resumidos e explicados em pequenas e claras definições”, sendo justamente o que ele diz ter feito, pois afirma: “Nessas circunstâncias, exporei brevemente os difíceis termos técnicos e as proporções das partes dos edifícios, para que sejam entregues à memória” (VITRÚVIO. *De Architectura*, V. Pr.1-2).

Vemos mais uma vez neste trecho a preocupação de Vitruvius quanto à memória, preocupação esta que, segundo ele, orientou o seu trabalho de escrita, de forma que ele buscou ser o mais claro possível, de modo a se fazer entender e permanecer na lembrança dos vindouros. Este aspecto fica ainda mais claro no sexto prefácio, quando ele expressa sua intenção de ter seu nome perpetuado nas futuras gerações. Esta sua intenção, que nos primeiros prefácios era ainda bastante velada, foi se revelando ao longo dos mesmos, se tornando bastante nítida neste sexto prefácio quando ele afirma: “publicados estes livros, espero vir a ser também conhecido da posteridade” (VITRÚVIO. *De Architectura*, VI. Pr. 5). Vemos assim a importância que a memória desempenhou na obra de Vitruvius, sendo um de seus objetivos possuir seu nome inscrito na memória dos pósteros.

Com isso, vemos a semelhança de interesses de Augusto e Vitruvius, pois ambos buscavam, cada um a sua maneira, imortalizar seus nomes e inscrevê-los na memória das futuras gerações. Devemos ressaltar aqui a estreita relação entre memória e exemplo, já que aquilo que deveria permanecer na memória era em grande medida o que servia de exemplo, ou seja, que possuía um caráter exemplar. O passado que Augusto alegou restaurar possuía, assim, uma função exemplar, tal como podia ser visto em seu Fórum e nos pórticos repletos de representações dos grandes homens do passado e que eram, em algum aspecto, exemplos a serem seguidos.

Podemos perceber este aspecto exemplar dos *summi viri* na obra de Suetônio (*De Vita Caesarum*, Divus Augustus. XXXI), na qual ele ressalta a importância da homenagem que foi prestada à memória dos generais, bem como demonstra em que medida tais estátuas honoríficas serviam de exemplo a partir do qual tanto Otávio como os vindouros deveriam se inspirar. Nas palavras de Suetônio, Augusto:

Prestou à memória dos generais uma homenagem próxima à dos deuses imortais, pois, partindo do nada, tinham dado ao povo romano o poder supremo. E, assim, restaurou os monumentos de cada um deles com suas

inscrições remanescentes e dedicou estátuas com uma imagem triunfal¹⁴⁰ de todos em um e outro pórtico de seu Fórum, tendo declarado num edito que tinha imaginado isso para que não só ele próprio, enquanto vivesse, mas também os príncipes dos tempos vindouros fossem avaliados pelos cidadãos segundo o exemplo daqueles¹⁴¹ (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus. XXXI).

Com relação ao caráter exemplar do passado, Matthew Roller (2009: 215) lembra-nos da *historia magistra uitae* de Cícero e esclarece que:

Subjacente a esta visão “exemplar” do passado está a suposição de que o passado ocupa um espaço de experiência contínuo com ou homólogo ao presente, e, portanto, encontra-se aberto a imediata apreensão pelos atuais atores. Esta homologia ou continuidade – o quadro que convincentemente subordina e conecta passado e presente – é principalmente ética, uma vez que os valores morais (piedade, valor, confiança, prudência, etc.) incorporados em ações passadas são assumidos a permanecer constante e diacronicamente válidos (ROLLER, 2009: 215).

Este autor propõe que esta “exemplaridade” é um discurso, um coerente sistema de símbolos que organiza e representa o passado de um modo particular e assim facilita um modo também particular de conhecê-lo. Para ele, este discurso produz seu modo de conhecer o passado através de quatro operações sequenciais: 1- Alguém realiza uma ação perante os membros da comunidade romana, os quais consistem naqueles que compartilham um conjunto particular de práticas, orientações e valores, isto é, o *mos maiorum*; 2- Tal audiência avalia suas consequências para a comunidade, julgando-a “boa” ou “ruim” em relação a um ou mais destes valores compartilhados. Tal ação passa a se constituir um “feito” normativo, potencialmente capaz de transmitir valores ou estimular a imitação; 3- O feito, seu executante e o(s) julgamento(s) passam a ser comemorados, e assim disponibilizados a uma mais ampla audiência de contemporâneos e para a posteridade, através de um ou mais monumentos; 4- As pessoas que encontram tais monumentos, e assim sabem de um feito e sua recepção, são intimados a aceitar tal feito como normativo – isto é, ou como um padrão moral para avaliar a ação de outros atores, ou como um modelo de ação para eles próprios imitarem ou evitarem. Estes expectadores podem, além disso, criar outro monumento para o feito, mesmo distante no tempo ou espaço. Certamente tais expectadores nem sempre concordam com os julgamentos que eles encontraram sedimentados no monumento

¹⁴⁰ De acordo com T. J. Luce (1990: 129), Suetônio estaria errado ao afirmar que todos usavam roupas triunfais, pois foram encontrados fragmentos de estátuas togadas, e daqueles cujos *elogia* sobreviveram, nem Appius Claudius Caecus nem L. Albinus celebraram triunfos.

¹⁴¹ Proximum a dis immortalibus honorem memoriae ducum praestitit, qui imperium p. R. ex minimo maximum reddidissent. Itaque et opera cuiusque manentibus titulis restituit et statuas omnium triumphali effigie in utraque fori sui porticu dedicauit, professus est edicto: commentum id se, ut ad illorum ... uelut ad exemplar et ipse, dum uiueret, et insequentium aetatium principes exigerentur a ciuibus.

original, podendo, por exemplo, analisar o feito de um modo oposto ao que foi representado (ROLLER, 2009: 216-217).

Aceitando estas noções desenvolvidas por Roller (2009: 216-217), podemos estabelecer uma relação entre estas operações e Augusto com seu Fórum, pois o Fórum, e mais precisamente o Templo de Marte Vingador localizado nele, comemorava os feitos do *Princeps*¹⁴², tanto a vingança aos assassinos de César, quanto a retomada dos estandartes que estavam em mãos partas; estes feitos possuíam estreita relação com os valores compartilhados então, dentre eles a *pietas*. Este complexo arquitetônico, assim, comemorava estes feitos, como um monumento que dentre as suas diversas funções, possuía a de servir de lugar de memória, contendo um caráter exemplar, uma vez que Augusto era o personagem de maior destaque no Fórum, não só por possuir seu nome inscrito na arquitrave do templo (OVÍDIO. *Fasti*, V. 567), ou por sua esplêndida quadriga em lugar de destaque no Fórum, mas porque todo ele remetia à imagem de Augusto enquanto o exemplo maior a ser seguido. “A galeria de heróis de Augusto era um lugar de memória, mas significava acima de tudo um lugar de instrução. Ela exibia o passado, mas sua mensagem era para o presente e para o futuro” (GEIGER, 2008: 24).

Além disso, a galeria de heróis, na qual Augusto dispôs estátuas honoríficas de importantes personalidades da história romana, também se relaciona com as operações de Roller, na medida em que tais estátuas eram monumentos erigidos por Augusto que, em alguns casos, faziam menção ou mesmo substituíam outros já existentes e que, por sua vez, homenageavam grandes homens e seus feitos para a República. Além disso, como afirma Stewart (2003: 132), a quantidade de estátuas espalhadas por Roma, e principalmente na área capitolina, era tanta que Augusto removeu grande parte destas. No entanto, para este autor, o motivo da remoção destas estátuas se deveu não apenas ao fato daquela região estar congestionada, mas também ao desejo de Augusto de limitar a autopromoção individual da aristocracia romana. Segundo Stewart, o Capitólio era o local mais privilegiado para a exibição estatuária, de forma que o mais provável é que “Augusto desejou remover as imagens de *nobiles* que não pertenciam ao passado reinventado e também, talvez, evitar a futura ereção de estátuas por potenciais rivais” (STEWART, 2003: 132).

Sobre esta mesma temática, Geiger afirma que:

¹⁴² Na verdade, um destes feitos, isto é, a vingança ao assassinato de César, foi realizado não apenas por Augusto, pois neste período ainda existia o triunvirato.

A reconstrução de Roma por Augusto incluiu, naturalmente, não só a restauração de edifícios públicos degradados e a construção de novos, mas também uma total reorganização do espaço urbano, a remoção da decadência e uma reestruturação de toda a área dos espaços públicos da cidade. É evidente que o estado desordenado das estátuas romanas teve que mudar: estátuas tiveram que ser removidos, arregimentadas, ou ambas. É aqui que a solução envolvendo o novo Fórum deve ter ocorrido a Augusto – ou a alguém próximo a ele. [...] Tem sido sugerido que a falta de espaço era apenas uma razão secundária, a motivação principal é que esse acúmulo desordenado não se conformava com o programa do seu Fórum (GEIGER, 2008: 74-75).

Seja como for, o que ficou conhecido com a galeria dos heróis era a materialização arquitetônica de um dos aspectos ao qual Augusto ligou sua imagem ao longo de seu governo, ou seja, a valorização e restauração do *mos maiorum* e das antigas tradições, pois as estátuas honoríficas de importantes figuras republicanas o ligavam à história de Roma desde sua fundação (tal qual ele a representou), seja por pertencer à mesma linhagem divina de Eneias e Rômulo, por exemplo, seja por possuir as mesmas virtudes que os *summi uiri* corporificavam, pois, como defende Brad Johnson (2001: 65), Augusto pode ter escolhido as pessoas que seriam representadas nos pórticos “porque cada uma exemplificava uma ou mais das quatro virtudes que ele tinha sido homenageado¹⁴³ por possuir, e sobre a qual aparentemente ele modelou sua vida”.

No que se refere aos *summi uiri* e suas virtudes, devemos lembrar que os mesmos encontravam-se dispostos em nichos retangulares na parede que fechava ambos os pórticos. Tais nichos ficavam posicionados entre colunas e possuíam as estátuas honoríficas, em mármore e de corpo inteiro, destes grandes homens vestidos, em sua grande maioria, com roupas triunfais (Imagem 14). Abaixo de cada estátua um breve *titulus* continha o nome do indivíduo e um longo *elogium* que recontava os serviços de cada um para a República. Tanto os *tituli* quanto os *elogia* eram inscritos em mármore. De acordo com Alain M. Gowing:

Imagem e texto aqui trabalham juntos para apresentar uma memória relativamente fixa de um grupo muito seleto de homens; ambos os meios, escultura e inscrição, pela sua natureza sugerem um sentido de permanência e continuidade. [...] O objetivo da galeria, contudo, era colocar o novo Imperador e sua família num jogo visual com aqueles personagens republicanos com quem ele desejava ser mais intimamente associado [...] (GOWING, 2005: 140).

¹⁴³ Trata-se do escudo de ouro, ou escudo das virtudes (*clupeus uirtutis*), que foi posto na Cúria Júlia, cuja mensagem inscrita sobre ele homenageava a virtude, a clemência, a justiça e a piedade de Augusto para com os deuses e a pátria.

Devido ao estado atual do Fórum, que se encontra em ruínas e sem ter sido completamente escavado, nós não podemos precisar o número exato de nichos e/ou das estátuas existentes nos pórticos, quando de sua inauguração no período de Augusto. Além disso, acredita-se que se tenha deixado nichos vazios para futuros ocupantes. Os fragmentos dos *elogia*, bem como as cópias¹⁴⁴ encontradas em outras localidades nos permitem ter uma ideia do que estava escrito em algumas destas inscrições de modo que Johnson afirma que:

Os *elogia* de vinte e oito indivíduos foram identificados a partir do Fórum. Este número, no entanto, reflete apenas os indivíduos cujas inscrições podem ser reconstruídas com confiança. As fontes literárias revelam que outros indivíduos foram homenageados no Fórum de Augusto, mas estes *elogia* não sobreviveram (JOHNSON, 2001: 07).

Ainda de acordo com Johnson (2001: 28) os *elogia* do Fórum de Augusto possuíam cinco características que podem ser assim identificadas: 1) nomenclatura; 2) lista de magistraturas exercidas; 3) conquistas militares; 4) realizações pessoais ou civis; e 5) programas de construção ou outras informações. Cada inscrição parece ter incluído, pelo menos, três dos componentes. Os dois primeiros, nomenclatura e magistraturas, provavelmente estavam presentes em todas as inscrições. Os três restantes, no entanto, ocorreriam em várias combinações e com uma frequência variável.

Johnson explica cada uma dessas cinco seções que ele elencou em seu trabalho, de modo que, segundo ele, a nomenclatura de tais *elogia* segue a seguinte estrutura. Os nomes são dados no nominativo, *praenomina* são abreviados, os *gentilia* são fornecidos, e a filiação é indicada através do uso de patronímicos. *Cognomina* foram incluídos, e, em alguns casos, *cognomina* adicionais foram acrescentados na nomenclatura. As magistraturas listados nos *elogia* que chegaram até nós, e aqueles que podem ser determinados a partir de outras fontes, revelam que a maior parte dos *summi uiri* desempenhou as funções mais importantes de Roma. É possível que *sacerdotia* foram incluídos nos *elogia*, a fim de salientar a importância religiosa e as funções do Fórum. A terceira seção dos *elogia* concentra-se nas conquistas militares dos *summi uiri*. Nesta seção, vitórias militares, batalhas importantes, a captura de cidades, a subjugação dos inimigos de Roma e a celebração de triunfos são mais frequentemente mencionadas. Esta seção também registra as ações que foram realizadas em um

¹⁴⁴ Algumas, se não todas, estátuas e *elogia* exibidos no Fórum foram duplicados e colocados em vários municípios em toda a Itália e em outros lugares. Essas cidades, como resultado de doações privadas ou voto público, optaram por erguer monumentos inspirados ou modelados a partir daqueles em Roma. Como resultado, cópias dos *elogia* foram recuperadas nas cidades de Arezzo, Pompéia e Lavínio. Estas reproduções ajudaram na restauração das inscrições encontradas no Fórum (JOHNSON, 2001: 07).

contexto militar, mas que não aderem aos temas comuns citados acima. A quarta seção dos *elogia* apresenta o que tem sido chamado de *exemplum uirtutis*. Este "exemplo de virtude" foi a principal razão pela qual o indivíduo foi homenageado no Fórum com uma estátua acompanhada do *elogium*, e foi esse tipo de comportamento que Augusto desejou que os futuros líderes de Roma imitassem. O componente final dos *elogia* não é comum a todas as inscrições, mas naqueles que incluem esta parte, dois temas parecem ser comuns. Um lida com programas de construção patrocinados pelos *summi uiri* e o outro se concentra em honras especiais e posições que foram concedidas a determinados indivíduos (JOHNSON, 2001: 28-33).

Devemos aqui destacar rapidamente que dentre as possíveis fontes de inspiração de Augusto para a construção de uma galeria de heróis está em primeiro lugar o mundo grego, pois o interesse em grandes personalidades, o agrupamento de pessoas de acordo com as áreas de suas conquistas e a seleção do melhor em cada campo, a celebração de tais pessoas por meio de estátuas, já estavam presentes no mundo grego, embora a ideia de dispor grupos de estátuas honoríficas de grandes generais aparentemente nunca ocorreu na Grécia do período Clássico e estátuas honoríficas de homens proeminentes concedidas pelo Estado em gratidão por benefícios significativos tornou-se uma parte habitual do espaço público somente no período Helenístico (GEIGER, 2008: 23-24)¹⁴⁵.

No que se refere ao mundo romano, o costume das famílias de possuir bustos em homenagem aos antepassados mortos é uma das possíveis fontes de inspiração para Augusto, pois tais *imagines* pertencentes às famílias aristocráticas tinham como uma de suas principais funções, além de fazer reverência à memória do morto, a de apoiar o prestígio dos membros da família contra a dos membros de outras famílias (GEIGER, 2008: 26).

Com relação aos autores que teriam influenciado a escolha dos *summi uiri*, e a escrita dos *elogia*, podemos citar: Marco Terêncio Varrão, Cornélio Nepos e Tito Pompônio Ático, além de Tito Lívio e Virgílio.

A atividade dos quase contemporâneos Varrão, Nepos e Ático reflete a nova consciência histórica do fim da República. [...] Varrão e Nepos escolheram, cada um à sua maneira, lidar com centenas de figuras de várias esferas da

¹⁴⁵ Joseph Geiger (2008) dedica o segundo capítulo de sua obra *The First Hall of Fame: A Study of the Statues in the Forum Augustum*, para tratar especificamente sobre os antecedentes gregos e as possíveis fontes de inspiração de Augusto no mundo grego, por exemplo, a série de estátuas em Olímpia em honra aos vencedores olímpicos. No entanto, este autor é claro ao dizer que é impossível determinar se qualquer dos antecedentes gregos discutidos por ele teve uma influência direta na disposição de esculturas no Fórum de Augusto.

vida, a política e militar sendo apenas uma, e não necessariamente a mais importante, entre elas, enquanto Ático, o amigo íntimo e conselheiro de aristocratas politicamente ativos, lidou com a genealogia da nobreza ou de alguns de seus membros escolhidos (GEIGER, 2008: 36-37).

O trabalho de tais biógrafos teria, desta maneira, influenciado a escolha dos *summi uiri* e a escrita dos *elogia*, de forma que Johnson (2001: 11) que trata sobre dois destes três biógrafos, Varrão e Ático, como possível fonte de inspiração, acredita que as obras destes dois biógrafos romanos e a forma de apresentação que eles empregaram, pode ter influenciado a maneira em que a estatuária e as inscrições foram exibidos no Fórum.

T. J. Luce (1990), que trata sobre a relação entre a obra de Tito Lívio e o Fórum de Augusto, vê como certa a influência de um sobre o outro, e embora ressaltando que cada um foca em aspectos diferentes, o autor demonstra como eles se relacionam, afirmando, inclusive, que o Fórum de Augusto e a *Ab Urbe Condita* foram os dois mais famosos monumentos à história republicana na era de Augusto (LUCE, 1990: 124). Este autor afirma também que:

Em um ponto, em particular, Tito Lívio e Augusto estavam em acordo enfático: a história foi o grande repositório de *exempla*¹⁴⁶ pelo qual se pode modelar a própria vida e com a qual se pode medir o valor das próprias contribuições. As observações de Lívio em seu prefácio (X) coincide com a fé do Imperador no poder dos *exempla* na vida romana (LUCE, 1990: 129).

No que se refere a Virgílio, Johnson (2001: 13) defende que sua obra, *Eneida*, foi a que maior influência teria exercido sobre Augusto e a disposição dos *summi uiri* em seu Fórum, afirmando que podem ser vistas semelhanças entre passagens do livro seis e sete com o *layout* do Fórum.

Influências à parte, o Fórum de Augusto expôs magistralmente uma história de Roma recriada pelo *Princeps* e pelos que o cercavam, na qual ele e sua família possuíam papel de destaque. A história romana materializada no seu Fórum, trazendo aos olhos de todos um passado exemplar, representado pelas estátuas honoríficas de grandes homens com seus *elogia* resumindo seus feitos, buscava manter vivo na memória de todos o nome de Augusto enquanto legítimo sucessor dos grandes homens do passado, de tal modo que ele figurava como o exemplo maior a ser seguido.

Augusto produziu uma versão da história romana, que era ao mesmo tempo atraentemente acessível ao maior número possível de cidadãos, e que também apresentava a eles a interpretação correta dos acontecimentos. Era para ser uma história cuja moral não se perderia para ninguém. A sua função de instruir e ensinar as lições adequadas para o futuro não era para ser deixada

¹⁴⁶ Geiger (2008: 32) também trata acerca da importância dos *exempla*, vendo-os como uma fonte que deve ter influenciado de alguma forma a seleção dos *summi uiri*.

ao acaso, mas era para ser expressa de forma claramente compreensível. Para ser eficaz e imediatamente compreensível, não poderia divergir do caminho bem trilhado dos *mores* e *uiri*, mas a escolha destes devia ser feita da maneira mais cuidadosa possível (GEIGER, 2008: 71-72).

Com isso, as personalidades que foram escolhidas para figurar na galeria dos *summi uiri* deviam contribuir na associação da imagem de Augusto com as virtudes com as quais ele buscou se vincular ao longo de todo seu governo. Em seu Fórum, Augusto figurava como o exemplo maior, aquele que superava a todos com seus feitos, com suas virtudes e com sua *auctoritas*, como ele buscou demonstrar também em suas *Res Gestae*.

As *Res Gestae* e o Fórum de Augusto, com sua estátuária e *elogia*, devem ser vistos como inter-relacionados e complementares. Embora os homenageados no Fórum eram, como Augusto decretou, os exemplos em que os líderes romanos deviam modelar o seu comportamento, em 2 a.C., Augusto tinha superado a maioria, se não todas, as realizações dos *summi uiri*. Augusto havia se tornado, assim, o *exemplum* de liderança, e isso foi retratado visualmente no Fórum, e verbalmente na *Res Gestae* (JOHNSON, 2001: 45-46).

Ao conter as representações públicas de uma memória forte, por vezes manipulada, e supostamente compartilhada pela coletividade, o Fórum de Augusto e em seu interior o templo de *Mars Ultor*, representaram claramente uma importante característica que a arquitetura, especialmente dos edifícios públicos, possuía na Antiguidade, qual seja a de funcionar como lugar de memória, um lugar onde a memória é conservada, onde a memória trabalha de modo que seja evitado o esquecimento de um passado exemplar. Neste lugar de memória, a imagem de Augusto estabelecia uma relação dupla com a memória, pois tanto se ligava com a memória de um passado exemplar, que deveria ser emulado, quanto se projetava na memória das futuras gerações, inscrevendo seu nome e seus feitos na imortalidade, e assumindo o lugar de exemplo maior o ser imitado pelos vindouros. Vitruvius, que também buscava seu lugar na memória dos pósteros, traduziu de modo brilhante esta função da arquitetura ao dizer que o Imperador edificou, edificava e continuaria a edificar no futuro, para que estas obras da inteligência humana fossem “entregues à memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis” (VITRÚVIO. *De Architectura*, I.Pr. 3).

Assim, percebe-se no *De Architectura* e nos empreendimentos arquitetônicos desenvolvidos no período augustano, em especial o Fórum de Augusto e o templo de Marte Vingador, um imaginário arquitetônico compartilhado, no qual estão presentes a valorização de um passado exemplar e a inspiração num referencial grego para a arquitetura, com as quais a *Urbs* foi engrandecida e o nome do *Princeps* eternizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Imperador Otávio Augusto, que deu origem a uma nova forma de governo em Roma, a qual denominamos de Principado, passou da quase completa insignificância política em sua juventude para a figura de maior destaque e importância do período, se tornando o líder, o *Princeps* por excelência, a quem seus sucessores deveriam emular e cujos feitos deveriam ser, se não superados, ao menos alcançados por aqueles que o sucederam, já que Augusto se tornou um exemplo de liderança e virtude.

No entanto, para alcançar tal posto de destaque, Otávio Augusto lançou mão de uma estratégia política que, dentre outras coisas, buscava valorizar o passado, o *mos maiorum* e a religião, mesmo que este passado e esta tradição que se diziam ‘restaurados’, fossem, de fato, criações do período a partir de um substrato já existente, que se utilizou, em grande medida, de um repertório mitológico, imagético e arquitetônico presentes não só no imaginário romano, como também na cultura grega de um modo geral.

Nesta sua política de valorização e restauração do costume dos ancestrais e da religiosidade, Augusto se utilizou da arquitetura como uma importante ferramenta que possibilitou o engrandecimento da *Urbs*, levando este uso da arquitetura, uma prática que já era bastante utilizada anteriormente, a um alto grau de refinamento e sofisticação, realizando uma verdadeira transformação na paisagem urbanística de Roma, conferindo grandiosos edifícios públicos e outros monumentos à capital do Império.

Ele adornou a cidade, conferindo-lhe importantes construções, dentre as quais os templos tiveram papel de destaque, pois ressaltavam a *pietas* com a qual ele regia seus atos, do modo como ele e seu grupo de apoio fizeram questão de propagar. A sua correta relação com as divindades e seu esforço em busca da *pax deorum* foram amplamente divulgados por toda Roma, visto que ele não só se comprometeu com a restauração dos antigos templos, como também empreendeu a construção de novas e grandiosas moradias para as divindades, nas quais foram utilizados materiais riquíssimos, como os mármore vinhos de diversas partes do Império.

Neste momento de grande efervescência construtiva surgiu o *De Architectura*, composto por dez livros, nos quais Vitruvius se propôs tratar e discorrer sobre tudo aquilo que, para ele, estava ligado à arte de construir, servindo, como ele esperava, de grande ajuda para Augusto e sua política construtiva. Vitruvius e sua obra, que ele dedica ao Imperador, tiveram uma estreita relação com o contexto no qual estavam inseridos,

pois ele, que tinha trabalhado para César, presenciou as dificuldades advindas das guerras civis e o derrocar de antigas tradições que faziam parte de seu mundo, além de ter vivenciado a instabilidade e insegurança que a guerra gerou.

Com Augusto no poder, Vitrúvio viu surgir de novo a atenção e o respeito aos costumes dos ancestrais, às tradições religiosas e à cidade em si, presenciando a transformação de Roma, que adquiria com Augusto um esplendor arquitetônico digno da capital do Império. Os feitos deste *Princeps* para conquistar e manter a *pax deorum*, com a reforma e construção de templos em toda a cidade, propagava uma ideia de prosperidade, estabilidade e engrandecimento. Com a ajuda de seus escritos, Vitrúvio colocava-se à disposição do *Imperator Caesar*, esperando sua recomendação e reconhecimento, de modo a continuar ligado à casa de Augusto.

Não se sabe, com certeza, qual foi a recepção ao *De Architectura* por parte do *Princeps*, embora possamos estabelecer pontos de convergência entre a obra de Vitrúvio e os empreendimentos realizados por Augusto e seu grupo de apoio.

Na narrativa vitruviana e nas construções empreendidas no período de Augusto, podemos perceber o compartilhamento de um imaginário arquitetônico, pois em ambos vemos a valorização conferida aos feitos dos grandes homens do passado, gregos e romanos, de tal sorte que este passado possuía um caráter exemplar, modular, já que deveria inspirar e servir de modelo aos feitos de seus contemporâneos. Podemos dizer também que uma das coisas propostas por Vitrúvio, e, em grande medida, adotada por Augusto, foi a *aemulatio* dos cânones e dos referenciais arquitetônicos legados pela cultura grega, já que ambos demonstravam, um por meio de seus escritos e o outro por meio de suas construções, uma grande valorização e enaltecimento de diversos aspectos relacionados aos helenos, o que pode ser relacionado a um processo de helenização, com o qual aspectos da cultura grega (clássica e/ou helenística) se propagaram pelo território romano.

Vitrúvio, em sua obra, demonstrou sua ligação à teoria desenvolvida pelos gregos, conferindo à arquitetura grega um caráter modular, ou seja, que servia de modelo e de inspiração, versando, com grande propriedade, sobre regras construtivas e tipologias criadas e desenvolvidas pelos gregos, além de citar importantes construções realizadas em cidades gregas do período Clássico e em cidades helenísticas. De modo semelhante, em algumas construções realizadas no período augustano, podemos perceber a utilização de imagens, padrões decorativos e regras arquitetônicas inspiradas em construções desenvolvidas nas cidades gregas do período Clássico, em especial

Atenas, e em cidades helenísticas de seu período. A partir disso, defendemos a existência deste imaginário arquitetônico compartilhado.

No entanto, se por um lado existiu em ambos esta exaltação de um referencial arquitetônico grego, seja do período Clássico ou Helenístico, por outro, o modo como se deu a relação de cada um com este referencial possuía uma sutil diferença de preferências. Enquanto na obra de Vitrúvio, ele demonstra maior entusiasmo ao tratar de monumentos, cidades ou arquitetos do período Helenístico, nas construções de Augusto, e mais precisamente no seu Fórum juntamente com o templo de *Mars Ultor*, ele demonstrou maior admiração pelos monumentos construídos nas cidades gregas do período Clássico, já que se inspirou claramente nos monumentos erguidos na acrópole de Atenas durante este período de esplendor desta cidade. Diferenças à parte, vemos em ambos esta emulação dos cânones arquitetônicos gregos.

O Fórum de Augusto, com o templo dedicado a Marte Vingador, desempenhou um importante papel político devido à importância que os fóruns desempenhavam para a sociedade na Antiguidade. Esta importante construção augustana, que comemorava a vingança contra os assassinos de César e a vitória contra as ameaças orientais representadas por Cleópatra e pelos Partos, era o símbolo da vitória contra o Oriente bárbaro. Na construção deste complexo arquitetônico Augusto se utilizou de um padrão decorativo claramente inspirado na acrópole de Atenas do período Clássico, o que se ligava a uma tentativa, por parte do *Princeps* e/ou de seu grupo, de vincular características e acontecimentos de Roma sob seu governo, com características e acontecimentos de Atenas, pois tanto o apogeu desta quanto o apogeu de Roma neste período se deram após a vitória contra uma ameaça oriental, dos gregos contra os Persas e dos romanos contra os Partos e principalmente contra o Egito de Cleópatra e Marco Antônio.

Além desta clara alusão ao mundo grego, outra característica importante deste empreendimento arquitetônico de Augusto foi o fato do esplêndido templo de Marte ter se estabelecido dentro das muralhas da cidade, sendo este o primeiro templo dedicado a Marte no interior do *pomerium*. Tal realização ia contra o costume e as recomendações legadas pelos etruscos, do modo como Vitrúvio as escreveu. Além disso, outro elemento que consta neste complexo arquitetônico e que demonstra, em certa medida, uma inovação, foram os pórticos contendo diversos nichos retangulares, nos quais estavam dispostas as estátuas de personalidades importantes para a história romana, sejam elas históricas ou lendárias, os *summi uiri*.

Estes pórticos, com as estátuas dos *summi uiri*, juntamente com os *elogia* que contavam de modo resumido os grandes feitos de tais homens, auxiliavam Augusto em sua política de valorização de um passado exemplar, além de conectá-lo a este tempo glorioso, como legítimo continuador da história da *Res Publica*, visto que ele figurava no Fórum como o exemplo maior que, por seus feitos e virtudes, ultrapassava todos os outros em exemplo e liderança, além de estar diretamente ligado a uma linhagem de origem heroica, se vinculando a Marte e Vênus, a Eneias e Rômulo, dentre outros.

Percebemos com isso o importante papel desempenhado pelos monumentos augustanos de preservar e eternizar uma memória modelada pelo Imperador e seu grupo de apoio para atender aos interesses do governante, funcionando, assim, como um lugar de memória, um local onde o passado deveria ser perpetuado. Percebemos ainda uma estreita relação entre a construção de seu Fórum com sua política que unia o engrandecimento e monumentalização da capital do Império através da egrégia autoridade dos edifícios públicos, com a valorização do passado e das tradições dos antepassados, o *mos maiorum*, utilizando a memória e as representações imagéticas desta memória e do imaginário de sua época, de modo a ligar a sua história com o passado mítico de Roma, estabelecendo um elo entre presente, passado e futuro, além de fazer alusões diretas às construções gregas.

De modo semelhante Vitrúvio buscou eternizar seu nome na lembrança das futuras gerações, por meio de seus escritos sobre arquitetura. Deste modo, ambos buscavam, cada um a sua maneira, imortalizar seus nomes e inscrevê-los na memória das gerações vindouras.

O Fórum de Augusto e o templo de *Mars Ultor* materializavam esta importante característica da arquitetura de funcionar como lugar de memória, um lugar onde a memória devia ser conservada, onde a memória devia trabalhar de modo que fosse evitado o esquecimento deste passado exemplar corporificado nas estátuas dos *summi uiri*. Neste grandioso empreendimento erigido por Augusto, sua imagem estabelecia uma dupla relação com a memória, de tal modo que ele figurava como o ponto de ligação entre passado e futuro, pois ele se vinculava tanto com a memória de um passado exemplar, que ele demonstrava ter emulado, superado e se tornado um legítimo continuador, quanto ele se projetava na memória das futuras gerações, inscrevendo seu nome e seus feitos na imortalidade, e se colocando no lugar de exemplo maior o ser emulado pelos vindouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) DOCUMENTOS TEXTUAIS

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary. Harvard: University Press, 1924. (The Loeb Classical Library)

HORACE. *Odes and Epodes*. Trad. Niall Rudd. Harvard: University Press, 2004. (The Loeb Classical Library)

OVID. *Fasti*. Trad. James G. Frazer. Harvard: University Press, 1931. (The Loeb Classical Library)

PLUTARCH. 'The Life of Antony'. In: PLUTARCH. *The Parallel Lives*. Trad. Bernadotte Perrin. London: William Heinemann, 1919. (The Loeb Classical Library)

Res Gestae Divi Augusti. Trad. Frederick W. Shipley. London: Harvard: University Press, 1961. (The Loeb Classical Library)

STRABO. *Geography*. Trad. Horace Leonard Jones. Harvard: University Press, 1923. (The Loeb Classical Library)

SUETONIUS. 'Life of Augustus' In: SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Trad. J. C. Rolfe. London: William Heinemann, 1914. (The Loeb Classical Library)

TITUS LIVIUS. *History of Rome*. Trad. Canon Roberts. London: Everyman's Library Classical, 1905.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Trad. C. F. Smith. Harvard: University Press, 1919. (The Loeb Classical Library)

VIRGIL. *Eclogues, Georgics, Aeneid: Books 1-6*. Trad. Rushton Fairclough. Rev. G. P. Goold. Cambridge: Harvard University Press, 1999. (The Loeb Classical Library)

VITRUE. *De L'Architecture*. (coord. Pierre Gros) Association Guillaume Budé. Paris: Les Belles Lettres [trad. Ph. Fleury (Livre I, 1990), P. Gros (Livre III, 1990; Livre IV, 1992); B. Liou & M. Zuinghedau (Livre VII, 1995), L. Callebat (Livre VIII, 19783; Livre X, 1986), J. Soubiran (Livre IX, 1969)].

VITRUVIO. *De Architettura*. Trad. Antonio Corso e Elisa Romano. Torino: Giulio Einaudi Ed., 1997.

VITRUVIO. *Los diez libros de arquitectura*. Trad. Joseph Ortíz Sans. Toledo: Antonio Pareja Ed., 1999.

VITRÚVIO. *Os dez livros de arquitetura*. Trad. Helena Rua. Lisboa: Departamento de Engenharia Civil I.S.P., 1998.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.

VITRUVIUS. *The ten books on architecture*. Trad. Morris H. Morgan. New York: Dover Publications, 1960.

B) OBRAS GERAIS

ALDRETE, Gregory S. *Daily Life in the Roman City: Rome, Pompeii, and Ostia*. London: Greenwood Press, 2004.

ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Los Angeles: University of California Press, 2000.

ARENDT, Hannah. O Conceito de História: Antigo e Moderno. In: _____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p. 69-126.

BAYET, Jean. *La Religion Romana: Historia Politica y Psicologia*. Madrid: Ediciones Cristandad, 1956.

BEACHAM, Richard. The Emperor as Impresario: Producing the Pageantry of Power. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 151-174.

BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BELTRÃO, Claudia. A Religião na Urbs. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006, p. 137-160.

_____. Arte, Religião e Poder na Roma Antiga: CANDIDO, Maria Regina. (Org.). Inovações e Conservadorismo na República Tardia. In: *Roma e as Sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008, p. 15-20.

BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

BENOIST, Luc. *Signos, Símbolos e mitos*. Lisboa: Edições 70, 1999.

BOWERSOCK, Glen. Augustus and the East: The problem of the succession. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich (Ed.). *Caesar Augustus: Seven aspects*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 169-188.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BRITO, Milton Genésio. A tênue fronteira no uso das imagens: Fontes para interpretações na construção do conhecimento ou simples ilustrações?. In: Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2., 2009. Londrina. *Anais...*, Londrina: UEL, 2009, p. 106-113.

BURKE, Peter. *Qué és la Historia Cultural?* Barcelona: Paidós, 2006.

BURKERT, Walter. *Mito e Mitologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *Religião Grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMP, J. *A Ágora Ateniense. Escavações no Coração da Atenas Clássica*. Trad. Gisele A. D. F. Arrunátegui. São Paulo: Labeca – MAE/USP, 2010.

CATROGA, Fernando. *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

COLI, Jorge. Arte e Pensamento. In: FLORES, M. Bernadete Ramos; VILELA, Ana Lúcia. *Encantos da Imagem. Estâncias para a prática historiográfica entre história e arte*. Blumenau: Sete Letras Contemporâneas, 2010.

CORSO, Antonio. Vitruvius and Attic Monuments. *The Annual of the British School at Athens*. V. 92, p. 373-400, 1997.

CUSTODIO, C. T. *Por outra história da Grécia Antiga nas salas de aula*. São Paulo: Labeca- MAE/USP, 2010.

D'AGOSTINO, Mário Henrique S. *A beleza e o Mármore: O tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*. São Paulo: Annablume, 2010.

DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Brasília: Editora UNB, 1998.

DERRIDA, Jaques; VATTIMO, Gianni. *A Religião: O seminário de Capri*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

DINIZ, S. *Santuários de fronteira na Grécia antiga*. São Paulo: Labeca- MAE/USP, 2009.

DURAND, Gilbert. Mito e Poesia. In: *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p. 41-54.

DUTRA, Luíza M. *Do General, de Onassandro: Tradução e estudo*. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2010.

EDER, Walter. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 13-32.

ELIADE, M. *Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- EVERITT, Anthony. *Augusto: El primer emperador*. Trad. Alexander Lobo. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.
- FAVRO, Diane. Making Rome a world city. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 234-263.
- _____. "Pater Urbis": Augustus as City Father of Rome. University of California, Los Angeles. *Journal of the Society of Architectural Historians*, V. 51, N. 1 (Mar., 1992), p. 61-84, 1992.
- FINLEY, M. I. (org.). *O Legado da Grécia: Uma nova avaliação*. Brasília: UNB, 1998.
- _____. *Os Gregos Antigos*. São Paulo: Edições 70, 1977.
- FLORENZANO, Maria Beatriz. *Péricles, o Partenon e a construção da cidadania na Atenas Clássica*. São Paulo: Labeca – MAE/USP, 2010.
- _____. *Nascer viver e morrer na Grécia Antiga*. São Paulo: Atual, 1996.
- FLORES, Moacir. (Org.) *Mundo Greco-Romano: O sagrado e o profano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- FRANCO JR, Hilário. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu. Reflexões sobre mentalidade e imaginário; Modelo e Imagem: O pensamento Analógico Medieval. In: *Os três dedos de Adão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 49-91; p. 93-128.
- FUNARI, Pedro Paulo. *A vida quotidiana na Roma antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla. Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 81-110.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed.34, 2006.
- GALINSKY, Karl. Continuity and Change: Religion in the Augustan Semi-Century. In: RÜPKE, Jörg (Ed.). *A companion to Roman religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007, p. 71 – 82.
- _____. *Augustan Culture: An interpretive introduction*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- GEIGER, Joseph. *The First Hall of Fame: A Study of the Statues in the Forum Augustum*. Leiden: Brill, 2008.
- GIARDINA, Andrea (Dir.). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e citação. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 215-232.
- GIORDANI, Mario Curtis. *História da Grécia*. Petrópolis: Vozes, 1967.

GONÇALVES, Ana Teresa. Poder e Propaganda no Período Severiano: A construção da imagem imperial. *Politeia: Hist. E Soc.*, Vitória da Conquista, v.1, n.1, p. 53-68, 2001.

GORDON, Richard. From Republic to Principate: Priesthood, Religion and Ideology. In: ANDO, Clifford. (Ed.). *Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003, p. 62-83.

GOWING, Alain M. *Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRIMAL, Pierre. *El Helenismo y el Auge de Roma*. Madrid: Siglo XXI, 1961.

_____. *La Formacion Del Imperio Romano*. Madrid: Siglo XXI, 1986.

_____. *Mitologia Clássica: mitos, deuses e heróis*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

_____. *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997.

GRUEN, Erich S. Augustus and the making of the principate. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 33-51.

_____. *Culture and National Identity in Republican Rome*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1992.

_____. *The Hellenistic World and the Coming of Rome*. Vol. 1. Los Angeles: University of California Press, 1986.

GUARINELLO, N. L. Modelos Teóricos sobre a Cidade do Mediterrâneo Antigo. In: FLORENZANO, M. B.; HIRATA, E. F. V. (Orgs.). *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 109-119.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HASELBERGER, Lothar. *Urbem Adornare: Rome's urban metamorphosis under Augustus*. Pennsylvania: JRA Supp. 64, 2007.

HERSEY, George L. Vitruvius and the Origins of the Orders: Sacrifice and Taboo in Greek Architectural Myth. *Perspecta*, v. 23, p. 66-77, 1987.

HINGLEY, Richard. Diversidade e Unidade Culturais: Império e Roma. In: _____. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. Tradução de Luciano César Garcia Pinto. São Paulo: Annablume, 2010, p.67-93.

HOPE, Valerie. The city of Rome: capital and symbol. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 63-93.

HOWE, Thomas N. Vitruvian Critical Eclecticism and Roman Innovation. *Memoirs of the American Academy in Rome*, v. 50, p. 41-65, 2005.

- HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and power. In: _____. *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 03-27.
- JARDÉ, Auguste. *A Grécia Antiga e a Vida Grega*. São Paulo: EPU, 1977.
- JOHNSON, Brad. *The Elogia of the Augustan Forum*. 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado em Artes Clássicas) - School of Graduate Studies, McMaster University, Hamilton, Ontario, 2001.
- KLEBERG, Tönnies. Comercio librario y actividad editorial em el Mundo Antiguo. In: CAVALLO, Guglielmo. *Libros, editores y público em el Mundo Antiguo: Guía histórica y critica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 51-108.
- KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LAWRENCE, A. W. *Arquitetura Grega*. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 1998.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LONDON, J. E. Honor and Influence in the Roman World. In: _____. *Empire of Honor: The Art of Government in the Roman World*. Oxford: Clarendon Press, 1997, p. 31-106.
- LÉVÊQUE, Pierre. *Animais, Deuses e Homens: O imaginário das primeiras religiões*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LINTOTT, Andrew. *The Romans in the Age of Augustus*. London: Willey-Blackwell, 2010.
- LIPKA, Michael. *Roman Gods: A conceptual approach*. Danvers: Brill, 2009.
- LOEWEN, Andrea B. Alberti e Vitruvius. *Projeções*, v. 19/20, p. 37-46, Jan./Dez. 2001/2002.
- LOMAS, Kathryn. The Idea of a city: elite ideology and the evolution of urban form in Italy, 200 BC – AD 100. In: PARKINS, Helen M. (Ed.). *Roman Urbanism: Beyond the consumer city*. New York: Routledge, 2005, p. 21-41.
- LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LUCE, T. J. Livy, Augustus, and the Forum Augustum. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark. (Ed.). *Between Republic and Empire: interpretations of Augustus and his principate*. California: University of California Press, 1990, p.123-138.
- MACIEL, M. Justino. Introdução ao Tratado de Arquitetura. In: VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. M Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação da Antiguidade aos Nossos Dias*. São Paulo: Cortês, 2000.

- MARINATOS, N. *O que eram os santuários gregos? Uma síntese*. Trad. Elaine Hirata. São Paulo: Labeca- MAE/USP, 2010.
- MARROU, Henri Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1975.
- MARSHALL, Francisco. Habitação e Cidade: Ordenação do espaço no mundo clássico. *Anos 90*, Porto Alegre, n 14, p. 113 – 134, 2000.
- MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder: Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- MASTERSON, Mark. Status, Pay and Pleasure in the “De Architectura” of Vitruvius. *The American Journal of Philology*, v. 125, nº. 3, p. 387-416, 2004.
- MCEWEN, Indra K. *Vitruvius: writing the body of architecture*. Massachusetts: Mit Press, 2003.
- MEYERS, Gretchen E. Vitruvius and the Origins of Roman Spatial Rhetoric. *Memoirs of the American Academy in Rome*, V. 50, pp. 67-86, 2005.
- MIERSE, William E. *Temples and Towns in Roman Iberia*. California: University of California Press, 1999.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OLIVIER, James H. The Augustan Pomerium. *Memoirs of the American Academy in Rome*, v.10, p. 145-182, 1932. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4238570>> Acesso: 20 jun 2013.
- ORLIN, Eric. *Temples, Religion, and Politics in the Roman Republic*. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.
- _____. Urban Religion in the Middle and Late Republic. In: RÜPKE, Jörg (Ed.). *A companion to Roman religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007, p. 58-70.
- PERKINS, Phil; NEVETT, Lisa. Urbanism and urbanization in the Roman world. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 213-244.
- PETIT, Paul. *A Paz Romana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- PRIETO, A.; MARIN, N. *Religion e Ideologia en el imperio romano*. Madri: Akal Editor, 1979.
- REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICHARDSON, John. *The Language of Empire: Rome and the Idea of Empire From the Third Century BC to the Sencond Century AD*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RICH, J. W. Augustus' Parthian Honours: the temple of Mars Ultor and the arch in the Forum Romanum. *Papers of British School of Rome*, 66, p. 71-128, 1998.

RIVES, James B. *Religion in the Roman Empire*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

_____. Religion in the Roman Empire. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 245-275.

RICH, John; WALLACE-HADRILL, Andrew (Ed.). *City and Country in the Ancient World*. New York: Routledge, 2005.

ROBERT, Fernand. *A Religião Grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROBERTSON, D. S. *Arquitetura Grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROLLER, Matthew B. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: FELDHER, A. (Ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 214-230.

ROMAN, Luke; ROMAN, Monica. *Encyclopedia of Greek and Roman mythology*. New York: Facts On File, 2010.

RÜPKE, Jörg. Roman religion: Religions of Rome. In: _____. (Ed.) *A companion to Roman religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007, p. 01-09.

SCHEID, John. Augustus and roman religion. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 175-193.

_____. Cults, Myths, and Politics at the Beginning of the Empire. In: ANDO, Clifford. (Ed.). *Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003, p. 117-138.

_____. O Sacerdote. In: GIARDINA, Andrea (Dir.). *O Homem Romano*. Trad. Maria Jorge V. de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENSENEY, John R. *The Art of Building in the Classical World*. New York: Cambridge University Press, 2011.

SEQUEIRA, João Menezes. Os desenhos do De Architectura. *Revista Lusófona de Architectura e Educação*. Nº 4, p. 42-92, 2010.

SILVA, Debora Casanova. *Genius Augusti: uma análise dos fundamentos do culto imperial a partir do altar Belvedere (ca. 12 a. C.)*. 2012. 80 f. Monografia (Especialização em História Antiga e Medieval) - Programa de Pós-Graduação em História: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane. *Masculino e feminino, público e privado, antigo e moderno*. Trad. Heloísa C. de S. Carvalho. São Paulo: Labeca – MAE/USP, 2010.

STAMPER, John W. *The Architecture of Roman Temples: The Republic to the Middle Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

STEWART, Peter. *Statues in Roman Society: Representation and Response*. New York: Oxford University Press, 2003.

SUMI, Geoffrey S. *Ceremony and Power: Performing Politics in Rome between Republic and Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2005.

SWAIN, Simon. *Hellenism and Empire: Language, Classicism, and Power in the Greek World, AD 50-250*. New York: Oxford University Press, 2003.

TAYLOR, Rabun. *Roman Builders: A study in architectural process*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

VÁRHELYI, Zsuzsanna. *The religion of senators in the Roman Empire: power and the beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

_____. (Dir.). *O Homem Grego*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

_____. *Mito e Sociedade na Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

_____. *O universo, os Deuses e os Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEYNE, Paul. A Hellenização de Roma e a Problemática das Aculturações. *Diógenes*. Brasília, n. 3, p. 105-125, 1983.

_____. *O Império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. *O Inventário das Diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

VITORINO, Júlio César. Sobre a História do Texto de Vitruvius. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, nº 12, p. 33-50, 2004.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WEBB, Ruth. *Ekphrasis, Imagination and Persuasion in Ancient Rhetorical Theory and Practice*. UK/Burlington, VT: Ashgate, 2009.

WHITMARSH, Tim. *Greek Literature and the Roman Empire: The politics of imitation*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Wiley-Blackwell, 2009.

YAVETZ, Zvi. The Res Gestae and Augustus' Public Image. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich (Ed.). *Caesar Augustus: Seven aspects*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 01-36.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imágenes*. Madrid: Alianza Forma, 2005.

ZIOLKOWSKI, Adam. *The temples of mid-republican Rome and their historical and topographical context*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider, 1992.

ANEXOS

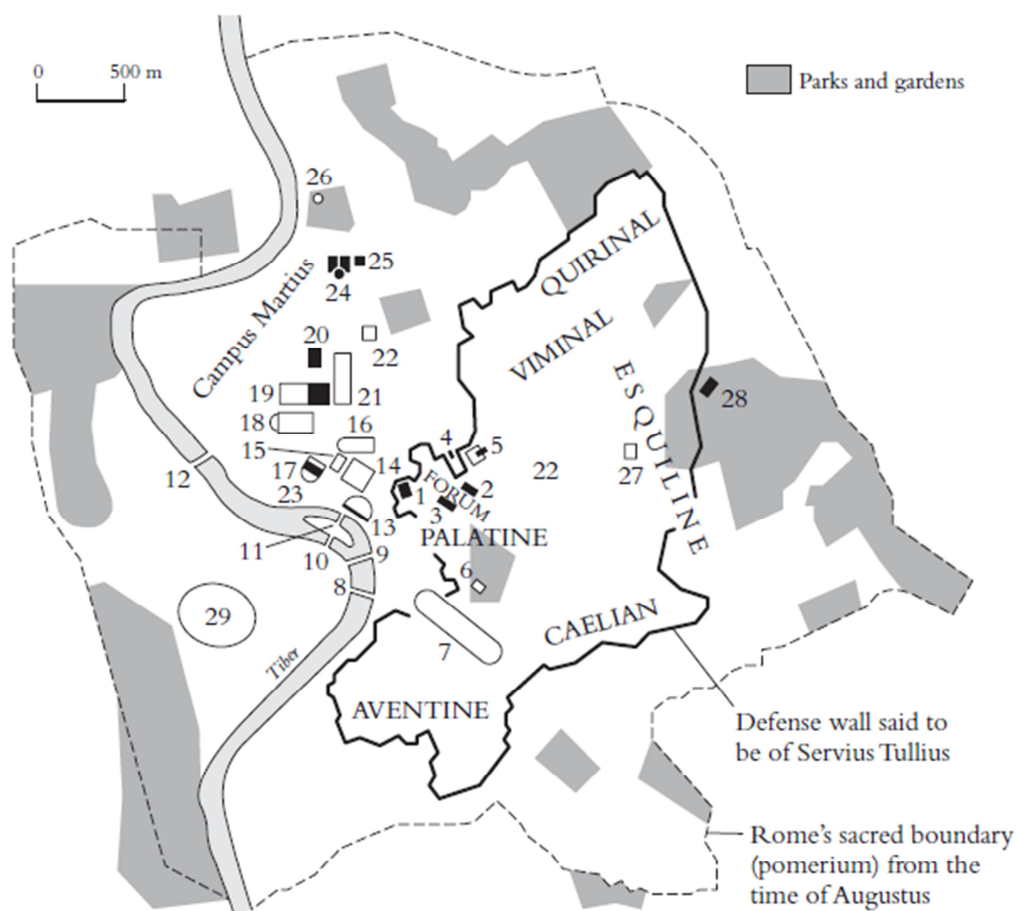


Imagem 01: Mapa de Roma no período de Augusto (LINTOTT, 2010: 106).

- | | |
|--------------------------------|--|
| 1 Templo de Júpiter Capitolino | 16 Teatro de <i>Balbus</i> |
| 2 Basílica Emília | 17 <i>Circus Flaminius</i> |
| 3 Basílica Júlia | 18 Teatro e pórtico de Pompeu |
| 4 Fórum de César | 19 Banhos de Agripa |
| 5 Fórum de Augusto | 20 Panteão |
| 6 Templo de Apolo | 21 <i>Saepta Iulia</i> |
| 7 <i>Circus Maximus</i> | 22 <i>Subura</i> |
| 8 Ponte <i>Sublician</i> | 23 Anfiteatro de <i>Statilius Taurus</i> |
| 9 Ponte <i>Aemilian</i> | 24 <i>Horologium</i> de Augusto |
| 10 Ponte <i>Cestian</i> | 25 <i>Ara Pacis</i> |
| 11 Ponte <i>Fabrician</i> | 26 Mausoléu de Augusto |
| 12 Ponte de Agripa | 27 Pórtico de Livia |
| 13 Teatro de Marcelo | 28 Mercado de Livia |
| 14 Pórtico de Otávia | 29 <i>Naumachia</i> de Augusto |
| 15 Pórtico de <i>Philippus</i> | |

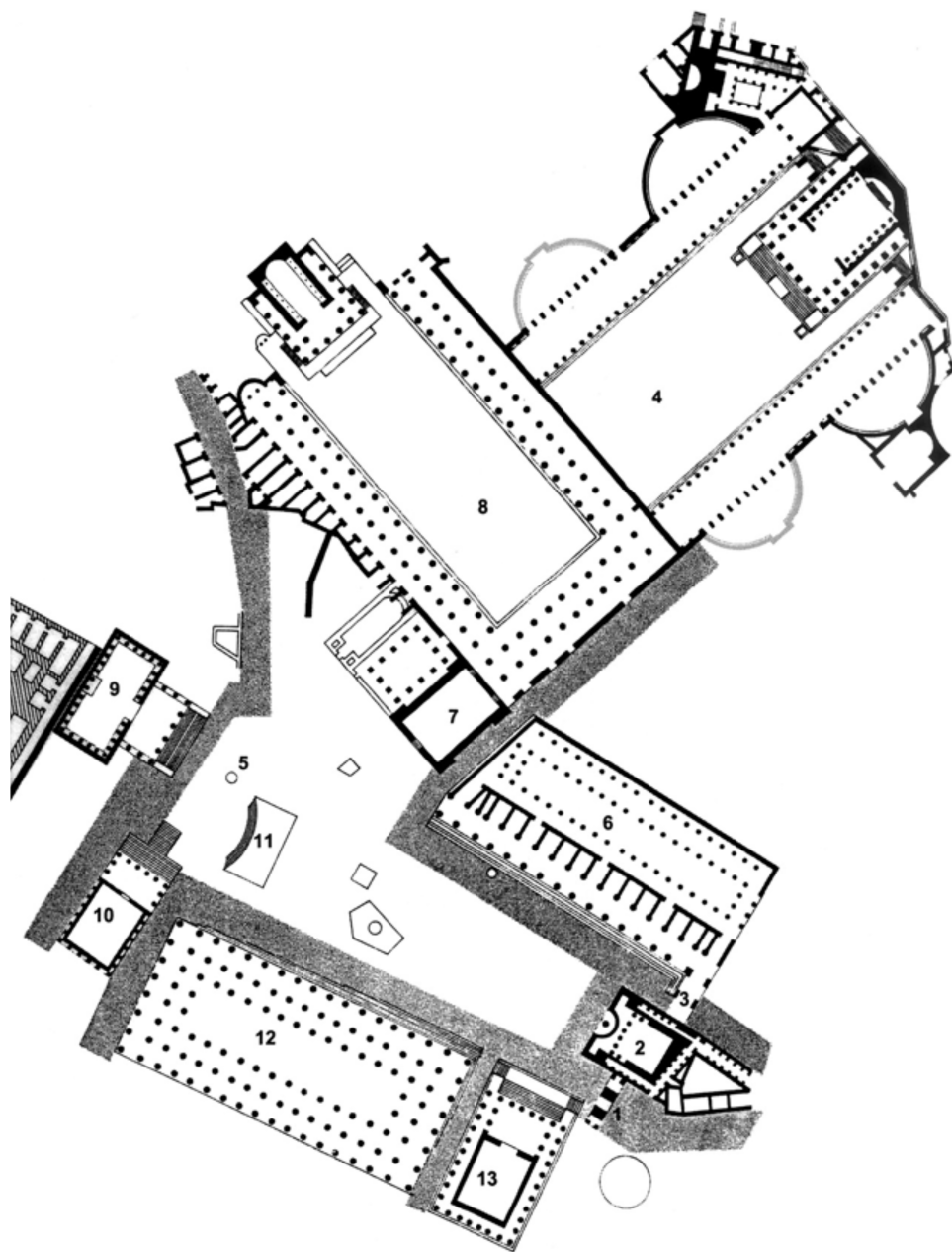


Imagem 02: Fóruns (FAVRO, 2007: 239).

1 Arco de Augusto

2 Templo do *Divus Iulius*

3 Pórtico de *Gaius e Lucius*

4 Fórum de Augusto

5 *Milliarium Aureum*

6. Basílica Emília

7 Cúria Júlia

8 Fórum de César com o Templo de *Venus Genetrix*

9 Templo da Concórdia

10 Templo de Saturno

11 *Rostra Caesaris*

12 Basílica Júlia

13 Templo de *Castor e Pollux*

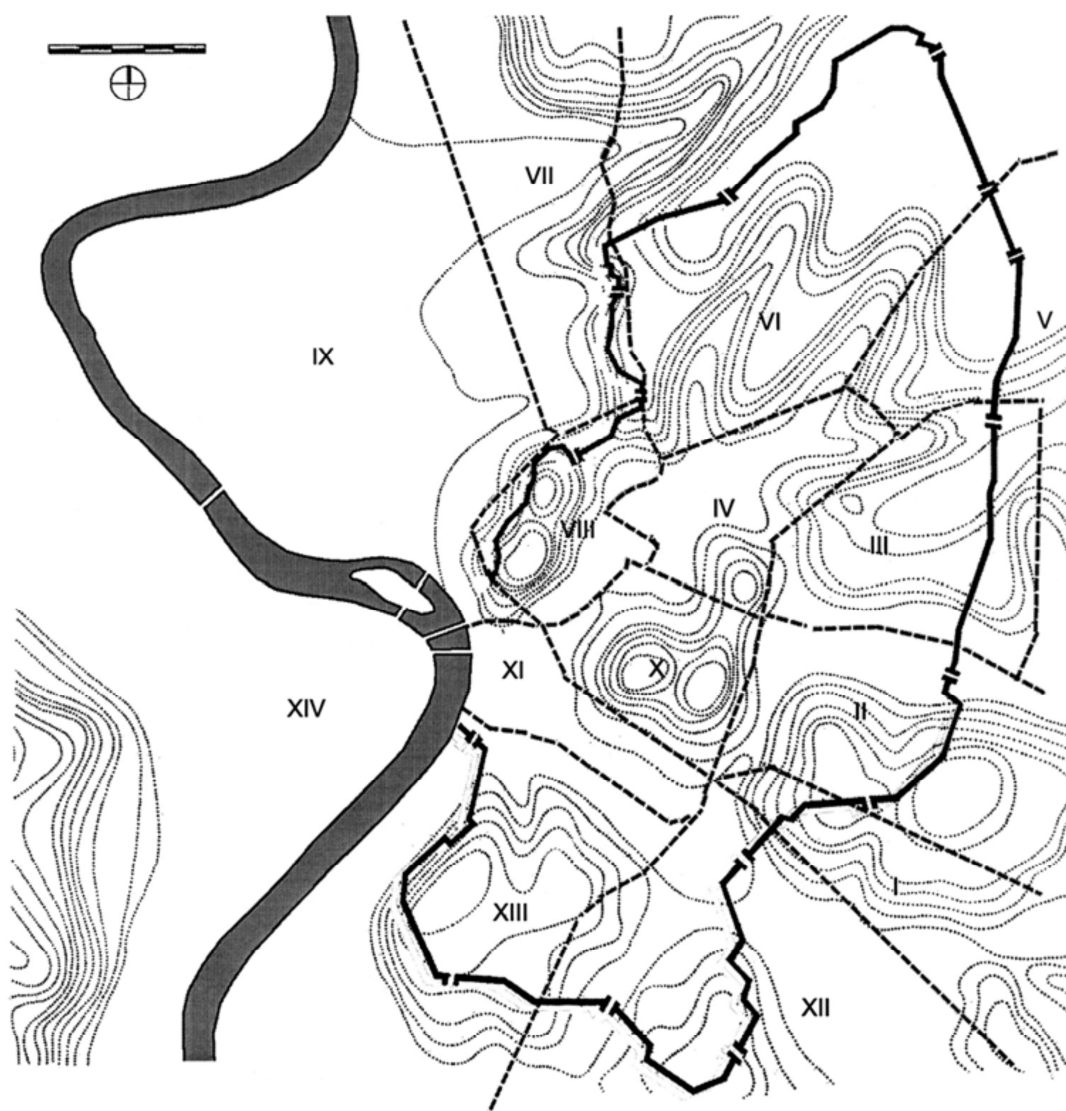


Imagem 03: Mapa com as 14 Regiões de Roma (FAVRO, 2007: 244).

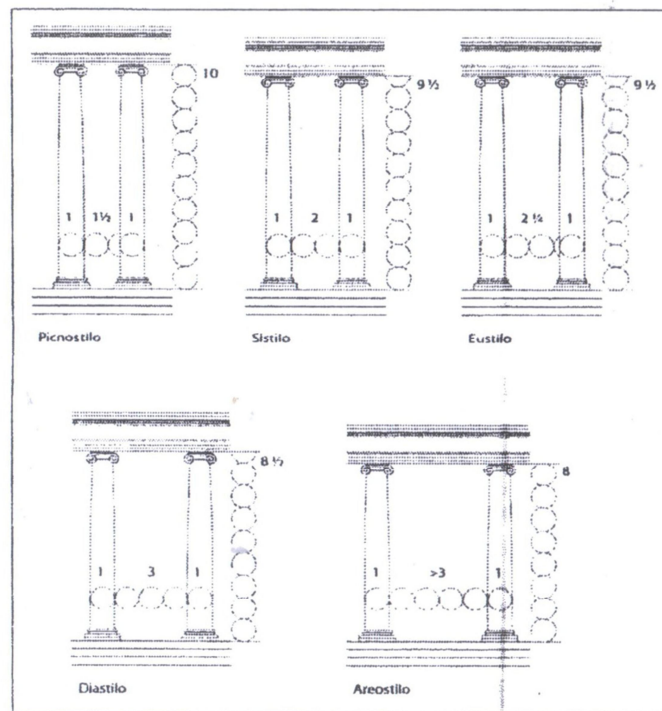
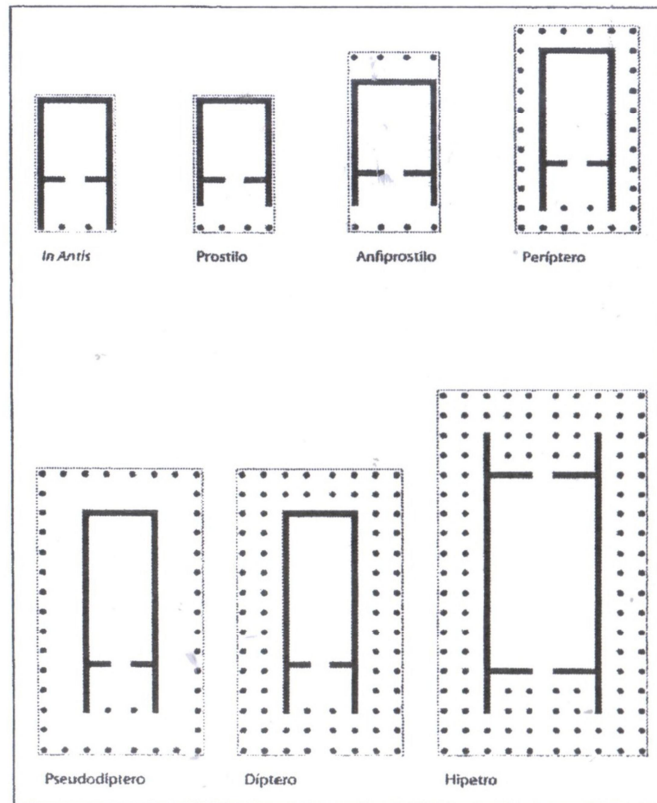


Imagem 04: Tipologia de templos e intercolúnios (D'AGOSTINO, 2010: 221).

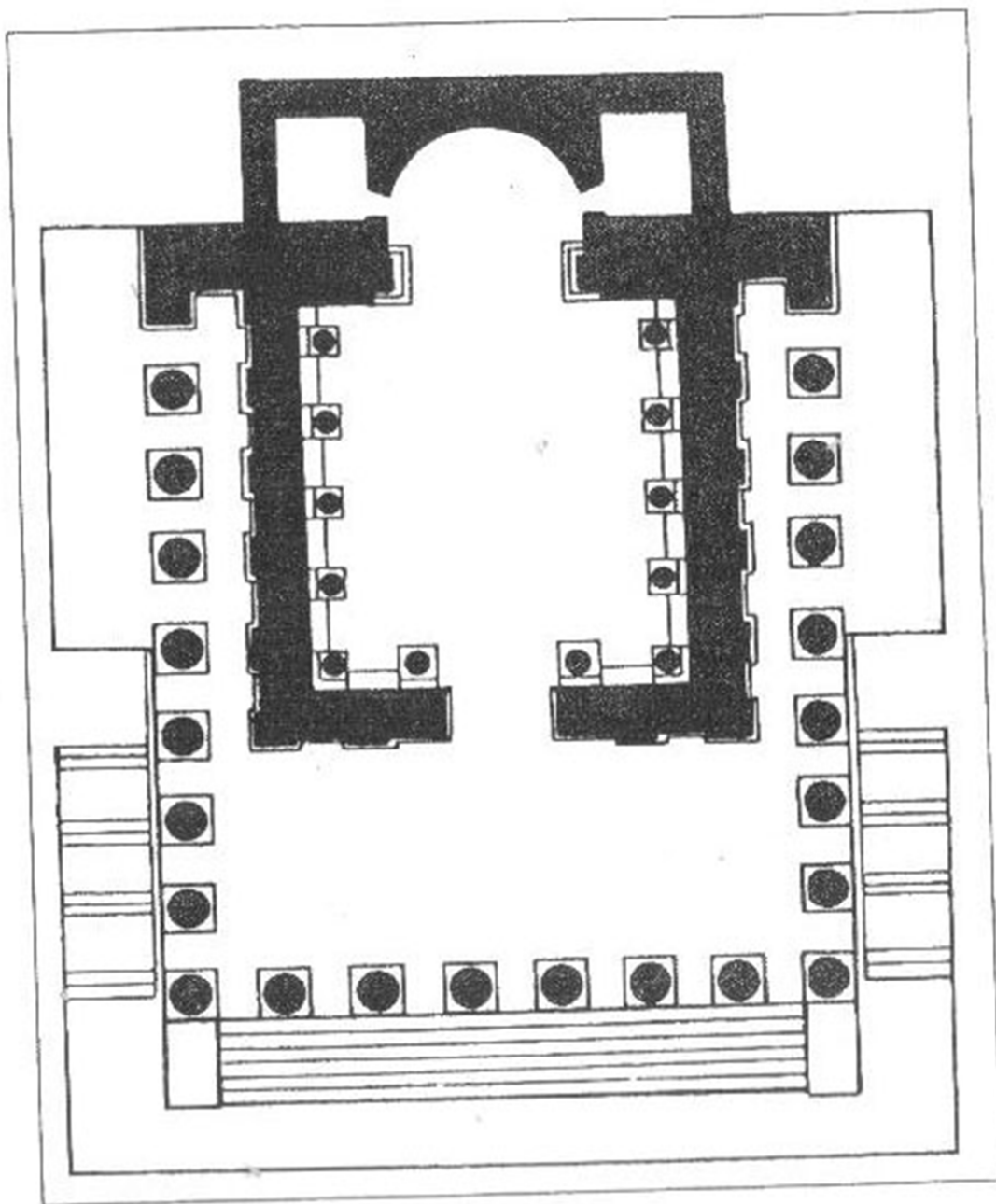


Imagem 05: Templo de *Venus Genetrix* no Fórum de César (D'AGOSTINO, 2010: 231).

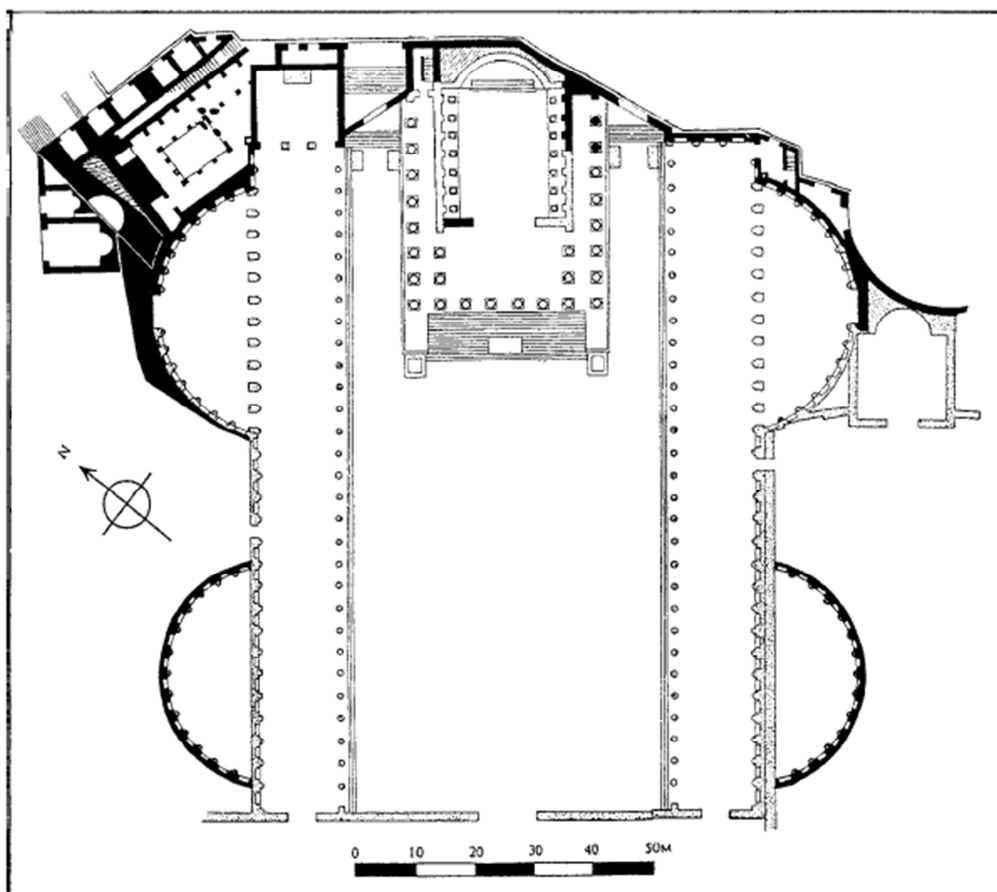


Imagem 06: Fórum de Augusto (GEIGER, 2008: 109).



Imagem 07: Reconstituição do Templo de *Mars Ultor* (D'AGOSTINO, 2010: 234).



Imagem 08: Relevo representando o Frontão do templo de Marte Vingador (ZANKER, 2005: 196).